

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA
POPULAR NAS MÍDIAS DIGITAIS DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

SOLANGE INÊS ENGELMANN

PORTO ALEGRE

2018

SOLANGE INÊS ENGELMANN

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA
POPULAR NAS MÍDIAS DIGITAIS DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Comunicação e Informação.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

PORTO ALEGRE

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Profa. Dra. Jane Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profa. Dra. Karla Maria Müller

Vice-Diretora: Prof. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Coordenador: Prof. Dr. Rudimar Baldissera

CIP - Catalogação na Publicação

Engelmann, Solange Inês

As representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular nas mídias digitais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) / Solange Inês Engelmann. -- 2018.

288 f.

Orientador: Valdir Jose Morigi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Representações sociais. 2. Movimento Sem Terra. 3. Reforma Agrária Popular. 4. Comunicação. 5. Mídias Digitais. I. Morigi, Valdir Jose, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação

Rua Ramiro Barcellos, 2705, segundo andar – Bairro Santana

CEP 90035-007 – Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS)

Telefone: (51) 33085116

E-mail: ppgcom@ufrgs.br

SOLANGE INÊS ENGELMANN

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NAS
MÍDIAS DIGITAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM
TERRA (MST)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Comunicação e Informação.

Aprovada em 22 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Valdir Jose Morigi (Orientador) – UFRGS

Prof^a. Dra. Maria Helena Weber – UFRGS

Prof^a. Dra. Lorena Cândido Fleury – UFRGS

Prof^a. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira – UFC

Prof. Dr. Joel Felipe Guindani – UFSM

Prof^a. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi - UFRGS (Suplente)

À todas as trabalhadoras e trabalhadores do campo que lutam pela terra, reforma agrária e melhores condições de vida e aos da cidade na luta por direitos e democracia, para que possamos voltar a sonhar com um Brasil mais justo!

Diretas Já!

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Valdir Jose Morigi por aceitar me orientar, pelos ensinamentos e os inúmeros compartilhamentos de conhecimento na trajetória do doutorado. Grata pela parceria!

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa, o que me permitiu dedicação exclusiva às atividades da pós-graduação.

Aos comunicadores e dirigentes do MST entrevistados, por compartilhar seus conhecimentos e informações, fundamentais para a construção dessa pesquisa.

Aos meus pais, Adelaide e Mirton, pelo seu exemplo de camponeses lutadores pela terra. Pelo incentivo aos estudos e por me apoiar no caminho que escolhi trilhar.

Aos meus irmãos, Sandra, Sula e Clederson, pelos ensinamentos vivenciados na infância, no acampamento e assentamento, carinho e apoio sempre, mesmo que distantes. Em especial à Sandra, pelo apoio incondicional, suporte e força nos momentos difíceis e alegres. Amo vocês!

As amigas, Jaqueline Talga e Agnes Santos, pela parceria, incentivo e apoio desde o mestrado em Uberlândia na UFU. A Agnes por me acolher na sua casa em Porto Alegre, quando da chegada para iniciar o doutorado e na fase final, pela força em momentos difíceis e pelos momentos de alegria. A Maria Flor, Amanda, Renan e Ana Sanches pelo apoio. E a Jaqueline Talga e seu companheiro Tiago, por me acolher em sua casa em Goiânia, em período difícil da finalização do doutorado e pelo apoio e suporte de sempre. Obrigada pela linda amizade e o apoio incondicional Jaque e Agnes. Juntas somos mais fortes!

A Ketlen Stueber amiga querida, lindo presente do doutorado, pela parceria na pós-graduação do Ppgcom, em artigos, leituras e por compartilhar ensinamentos sobre metodologia, Abnt e sonhos de uma sociedade mais justa. Nossa parceria na viagem única para a Argentina! E pela acolhida e o apoio em sua casa na fase final do doutorado!

A Fatima de Souza, pela amizade, as conversas sobre conjuntura política, a parceria nas mobilizações e pela moradia em sua casa por um período do doutorado.

Aos militantes do setor de Comunicação do MST pelo apoio e os ensinamentos na luta pela democratização da terra, dos meios de comunicação e por uma comunicação popular que contribua para a emancipação dos trabalhadores. Especialmente à Iris pela força e compreensão!

Aos companheiros/as do MST de Minas Gerais pela experiência e do Rio Grande Sul pela experiência e acolhida no Estado, principalmente ao Cedenir, Simone, Catiana, Salete, entre outros.

Aos amigos e colegas do Grupo de Pesquisa em Representações, Memória Social e Cidadania, Ketlen, Luis Fernando, Madalena Zambi, Anelise Schütz, Nathália Sil, Andrea Marinho e Arthur Viana, pelos debates, parcerias e a troca mútua de conhecimentos.

Aos professores Dra. Maria Helena Weber (UFRGS) e Dr. Joel Felipe Guindani (UFSM), pelos ensinamentos e considerações na banca de qualificação e na defesa, que contribuíram no aprimoramento deste trabalho. E as professoras Dra. Lorena Cândido Fleury (UFRGS) e Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira (UFC) pelos debates e as contribuições na banca.

Ao programa de pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, aos professores que ofertaram suas disciplinas que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e para a ampliação dos conhecimentos em Comunicação e Informação.

Elogio da Dialética

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.

Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.

Só a força os garante.

Tudo ficará como está.

Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.

No mercado da exploração se diz em voz alta:

Agora acaba de começar:

E entre os oprimidos muitos dizem:

Não se realizará jamais o que queremos!

O que ainda vive não diga: jamais!

O seguro não é seguro. Como está não ficará.

Quando os dominadores falarem

falarão também os dominados.

Quem se atreve a dizer: jamais?

De quem depende a continuação desse domínio?

De quem depende a sua destruição?

Igualmente de nós.

Os caídos que se levantem!

Os que estão perdidos que lutem!

Quem reconhece a situação como pode calar-se?

Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã [...].

Bertolt Brecht (1898-1956)

RESUMO

O avanço da *internet* e das mídias digitais torna o ciberespaço em um novo canal de comunicação e informação. Dessa forma, várias organizações e movimentos populares de luta por direitos, cidadania e mudanças sociais se apropriem desse espaço para troca de ideias e produção de conhecimento no contexto da esfera pública virtual. As mídias digitais ampliam a circulação das representações sociais sobre os espaços rurais e seus agentes sociais, como é o caso dos movimentos populares de luta pela terra e reforma agrária no Brasil, pois estes passam a exercer um papel de mediação, ampliando o ambiente do debate público, anteriormente concentrado nas mídias tradicionais monopolizadas. O que possibilita uma expansão em relação às discussões sobre as demandas de direitos e os discursos acerca da questão agrária nas mídias digitais. Nesse sentido, esse estudo analisa quais as representações sobre o projeto de Reforma Agrária Popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que circulam nas mídias digitais deste Movimento. Partimos de uma perspectiva teórica da Teoria das Representações Sociais (TRS), enfatizando seu caráter mediador no debate contemporâneo sobre os usos e as apropriações das mídias digitais pelos movimentos populares nos espaços rurais, na luta por direitos sociais e busca de cidadania. Apresentamos debate sobre a construção de uma nova cidadania no Brasil, a luta por cidadania comunicativa e as potencialidades das mídias digitais na ampliação da visibilidade pública dos movimentos populares na esfera pública virtual. Realizamos ainda análise contextual sobre a problemática da questão agrária brasileira, a formação histórica do MST, bem como seu papel político no país e as características do processo de comunicação popular dessa organização. A abordagem metodológica fundamenta-se na Análise de Conteúdo, para a investigação textual do conteúdo informativo e análise dos dados e informações coletadas nas entrevistas. Utilizamos a técnica de entrevista com comunicadores e lideranças do MST. A pesquisa qualitativa *on-line* foi realizada para coleta de conteúdos informativos de duas páginas virtuais da organização e de formulação de mapas representacionais, a partir da análise da ancoragem e objetivação das representações sociais. O estudo de caráter qualitativo analisa os conteúdos informativos em publicações, nas páginas *on-line* especiais da *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, de 2015, e na *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*, de 2016. Conclui-se que as principais representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular do MST apresentam este como um movimento político, que a partir da sua luta social transforma as áreas de assentamentos em produtores de alimentos para o abastecimentos dos centros urbanos. Ampliando a função da reforma agrária e buscando transformá-la em um projeto alternativo e sustentável para o desenvolvimento do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Representações sociais. Movimento Sem Terra. Reforma Agrária Popular. Comunicação. Mídias Digitais.

ABSTRACT

The advancement of the Internet and digital media turns the cyberspace into a new channel for communication and information. In this way, various organizations and popular civil rights movements take over this space in order to exchange ideas and produce knowledge on the virtual public sphere. The digital media broadens the circulation of rural spaces and their social agents' social representations, like the people's movements fighting for land and agrarian reform in Brazil, as they begin to play a mediating role, broadening the public debate conditions, which were previously focused on the traditional monopolized media. This enables an expansion of discussions regarding civil rights demands and dialogues about the agrarian issue, in the digital media. In this sense, this study analyzes which representations on the Landless Rural Workers Movement's (MST) Popular Agrarian Reform project circulate on its digital media. We set off with a theoretical perspective from the Social Representations' Theory (TRS), emphasizing its mediating character to the contemporary debate on the uses and appropriations of digital media by popular movements in rural areas fighting for social rights and pursuing citizenship. We present a debate about the construction of a new citizenship in Brazil, the struggle for communicative citizenship and the potential of digital media in broadening the public visibility of popular movements in the virtual public sphere. We also perform a contextual analysis on the problems of the Brazilian agrarian issue, the MST's historical formation, as well as its political role in the country and on this organization's characteristics of the popular communication process. The methodological approach is based on Content Analysis, in order to elaborate a textual research of the content and to analyze all the data and information collected during the interviews. We employed an interview technique with MST communicators and leaders. On-line qualitative research was carried out to collect informative contents of two of the organization's virtual pages and to formulate representative maps, based on the analysis of the social representations' progress and objectification. The qualitative study analyzes the information content in publications in the special online pages of the MST's National Land Reform Fair, in 2015, and in the MST's Fight for Land Reform's National Working Day, in 2016. It is concluded that the main social representations on the MST's Popular Agrarian Reform show it as a political movement, which, from its social struggle, transforms settlements areas into food producers to supply the urban centers. To this extent, being able to extend the agrarian reform function and seek to transform it into an alternative and sustainable project for the development of the farmlands.

KEYWORDS: Social representations. Landless Movement. Popular Agrarian Reform. Communication. Digital Media.

LISTA DE SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
AL	Alagoas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNN	<i>Cable News Network</i>
Coana	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPMI	Comissão Mista Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
<i>BBC News</i>	<i>British Broadcasting Corporation</i>
FABICO	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
<i>FOX</i>	<i>Fox Broadcasting Company</i>
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
ELAA	Escola Latino Americana de Agroecologia
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EUA	Estados Unidos da América
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
IEJC	Instituto de Educação Josué de Castro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IP	Internet Protocol
Irga	Instituto Rio Grandense do Arroz
JST	Jornal Sem Terra
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MBL	Movimento Brasil Livre
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministro do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
<i>MSN</i>	<i>Windows Live Messenger</i>
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Nafta	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
NBs	Núcleos de Base
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações não governamentais
PB	Paraíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGCOM	Pós-Graduação em Comunicação e Informação
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PUC/RS	Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PT	Partido dos Trabalhadores
RBS TV	Rede Brasil Sul de Televisão
<i>Reuters</i>	<i>Reuters Group Limited</i>
RS	Rio Grande do Sul
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
TRS	Teoria das Representações Sociais
TCU	Tribunal de Contas da União
TV	Televisão
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UDR	União Democrática Ruralista
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNISINOS	Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
ZH	Zero Hora
WWW	<i>World Wide Web</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Portal <i>on-line</i> atual do MST - 24 de maio de 2018	191
Figura 2: Perfil oficial MST no <i>Facebook</i> - 24 de maio de 2018	202
Figura 3: <i>Reforma Agrária Popular</i> : mapa das representações sobre a Reforma Agrária Popular do MST construído a partir das entrevistas	222
Figura 4: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: mapa das representações sobre o MST construído a partir das entrevistas	232
Figura 5: Página <i>on-line</i> especial da <i>Feira Nacional da Reforma Agrária do MST</i> de 2015	236
Figura 6: <i>Feira Nacional da Reforma Agrária do MST</i> de 2015: mapa das representações sobre a reforma agrária e do MST disponibilizadas na <i>web</i>	240
Figura 7: Página <i>on-line</i> especial da <i>Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST</i> , de 2016	243
Figura 8: <i>Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST</i> de 2016: mapa das representações sobre a reforma agrária do MST disponibilizado na <i>web</i>	251

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dissertações e teses encontradas em pesquisa com palavras-chave: “mídias digitais, reforma agrária, MST e representações sociais” (2005-2015)	25
Quadro 2: Sujeitos do MST entrevistados na pesquisa	175
Quadro 3: Dados de acesso no perfil do <i>Facebook</i> do MST	201

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 ESTADO DA ARTE	24
2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, COMUNICAÇÃO E ESFERA PÚBLICA VIRTUAL	32
2.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	32
2.1.1 Representações sociais na esfera pública	39
2.1.2 A esfera pública e os meios de comunicação	41
2.2 A NOVA CIDADANIA BRASILEIRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	51
2.2.1 A construção da cidadania comunicativa e a comunicação popular	58
2.3 MÍDIAS DIGITAIS E A ESFERA PÚBLICA VIRTUAL	65
3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	83
3.1 O ESTATUTO DA TERRA	89
3.2 A REFORMA AGRÁRIA COMO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO.....	91
4 PERCURSOS METODOLÓGICOS	113
4.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	114
4.1.1 Entrevistas	114
4.1.2 Pesquisa qualitativa <i>on-line</i>	118
4.2 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	118
4.2.1 Análise de Conteúdo	119
4.2.2 Mapa de Representações	120
5. O MST E AS MÍDIAS DIGITAIS	122
5.1 A FORMAÇÃO DO MST	122
5.2.1 Princípios organizativos do MST	128
5.3 DA REFORMA AGRÁRIA À REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MST ...	130
5.4 O PAPEL POLÍTICO DO MST NO BRASIL	134
5.4.1 A opinião pública e o tratamento da mídia	154
5.5 A COMUNICAÇÃO DO MST E AS MÍDIAS DIGITAIS	163
5.5.1 Jornal Sem Terra	165
5.5.2 Rádios comunitárias	165
5.5.3 Revista Sem Terra	166
5.5.4 Assessoria de Imprensa	167
5.5.5 Audiovisual	167
5.5.6 Página <i>on-line</i> do MST	168

5.5.7 Redes sociais	170
6 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA POPULAR NAS MÍDIAS VIRTUAIS DO MST	173
6.1 AS ROTINAS DAS MÍDIAS DIGITAIS DO MST NA DISPUTA DE HEGEMONIA	174
6.1.1 Descrição e análise da página <i>on-line</i> do MST	187
6.1.2 Descrição e análise do perfil do <i>Facebook</i> do MST	199
6.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA POPULAR	206
6.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O MST	227
6.4 REPRESENTAÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA POPULAR EM PRODUÇÕES INFORMATIVAS DE ATIVIDADES NACIONAIS DO MST	233
6.4.1 As representações sobre a Reforma Agrária Popular na <i>Feira Nacional da Reforma Agrária do MST de 2015</i>	233
6.4.2 As Representações sobre a Reforma Agrária Popular na <i>Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST de 2016</i>	242
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS	264
ANEXO I – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS	280
ANEXO II – PERFIL MST OFICIAL NO <i>TWITTER</i>	282
ANEXO III – CANAL NO <i>YOUTUBE</i> : VIDEOTECA “GREGÓRIO BEZERRA”	283
ANEXO IV – BIBLIOTECA DIGITAL DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA	284
ANEXO V – AO VIVO: BALANÇO DA JORNADA NACIONAL DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA DE 2018	285
ANEXO VI – EPISÓDIO 01: CAMPANHA ESTUDO EM CENA – MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS	286
ANEXO VII – IMAGENS PERFIL OFICIAL MST NO <i>FACEBOOK</i> : 3ª FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, MAIO DE 2018	287
ANEXO VIII - VÍDEOS PERFIL OFICIAL MST NO <i>FACEBOOK</i> : 3ª FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, MAIO DE 2018	288

1 INTRODUÇÃO

Ancoradas no campo da Psicologia Social as representações sociais são estabelecidas na construção de sentidos e de saberes, funcionando como uma modalidade específica dos indivíduos para compreenderem e dar sentido à vivência em sociedade, assim como se relacionarem e se comunicarem no espaço público, já que as representações dependem da linguagem para a circulação e, portanto, estão diretamente relacionadas à comunicação (MOSCOVICI, 2003). Desse modo, o estudo sobre as representações, a partir de uma perspectiva contemporânea, procura refletir sobre a relação da linguagem e dos meios de comunicação na formação de consensos, bem como na busca de visibilidade em torno de problemas comuns e os seus processos dinâmicos de apropriação de sentidos na esfera pública.

Desse modo, a esfera pública é formada a partir de um intercâmbio de informações e bens simbólicos que circulam na sociedade, principalmente através dos meios de comunicação. Conforme Gomes (1999), a esfera pública representa o espaço de debate público em que os cidadãos interagem em torno de discussões de interesse comum. Não se trata de um espaço somente de “mera visibilidade social”, mas que depende da disposição dos sujeitos em apresentar suas posições ao julgamento público e, por meio do estabelecimento de debates racionais, estipular formas de “convencimento demonstrativo”, que possibilite a construção de uma sociabilidade, bem como a reelaboração de opiniões para mudanças de visões e posturas em torno de assuntos públicos importantes. Nesse sentido, a esfera pública pode ser pensada como uma arena da prática comunicativa, em que o argumento racional e demonstrativo assume função importante na sistematização de opiniões e de tomadas de decisões de interesse público, tanto quanto na construção democrática de um espaço público (GOMES, 1999).

Porém, a interpretação dos fatos e a difusão de informações pela mídia são reguladas por posicionamentos políticos e sociais, geralmente ligados aos interesses econômicos de oligopólios privados e de grupos políticos dominantes, e na defesa da ideologia hegemônica do capital, não podendo ser pensado como um meio neutro ou isento. Portanto, as representações sociais que circulam através da imprensa na esfera pública são permeadas por um conjunto de relações de poder, antagonismos e contradições que perpassam esses meios, bem como o espaço público (JOVCHELOVITCH, 2000).

Diante disso, a partir do avanço da globalização na sociedade capitalista, surge a sociedade em rede, em que a informação é transformada no elemento central de produção e circulação de riquezas e de conhecimento (CASTELLS, 2006). Essa interação digital alarga o sentido de público e ocasiona o desenvolvimento de posturas tecnologicamente colaborativas, pois o acesso às informações também envolve o compartilhamento e a intervenção dos cidadãos na proposição de mudanças.

Desse modo, as mídias digitais são percebidas como espaços de interconexão que reúnem condições de corroborar em um conjunto de mudanças na sociedade contemporânea. O surgimento da comunicação digital e o maior acesso a esses instrumentos tecnológicos, também não garantem a ampliação dos interesses dos cidadãos na participação política, já que não é possível regular as interações e motivações dos sujeitos, que podem utilizar as mídias digitais para vários fins na sociedade civil, tanto democráticos e progressistas quanto conservadores e autoritários (MAIA, 2000).

Mesmo diante dos antagonismos e limites relativos ao avanço tecnológico e à democratização desses instrumentos nas sociedades contemporâneas, a criação da *internet* e das mídias digitais conferem papel significativo às próprias mídias digitais, na ampliação da esfera pública, em relação à visibilidade de conflitos e de problemas de interesse público importantes. Assim, por meios de processos de luta por direitos sociais, busca de cidadania e mudanças sociais articuladas – em que os cidadãos organizam processos de comunicação populares para a conquista do direito à comunicação e acesso aos meios de comunicação –, alguns grupos sociais, entre eles movimentos sociais populares, que se filiam à perspectiva da luta de classe contemporânea, se apropriam das mídias sociais ressignificando o uso desses canais para a difusão de suas demandas e informações de seus interesses. São grupos coletivos que historicamente possuem uma atuação *off-line* consolidada na sociedade e que deslocam parte de seus processos e práticas comunicativas para o ciberespaço (MAIA, 2011): tais como em páginas *on-line*, blogs e redes sociais.

Dentre esses movimentos sociais populares encontra-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado oficialmente em 1984, no Paraná (MORISSAWA, 2001). Movimento que no processo histórico de luta por terra, reforma agrária, direitos civis, políticos, sociais e de transformação social se torna importante sujeito coletivo da classe trabalhadora brasileira (GOHN, 2000). Principalmente após o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, e da Marcha pela Reforma

Agrária, em 1997. Com o avanço do capitalismo no campo, o fortalecimento do agronegócio e o abandono da reforma agrária pelos governos brasileiros, a partir de 2007, o MST amplia seu programa agrário e propõe uma nova plataforma de reivindicações. Estas encontram-se voltadas à defesa de um projeto de Reforma Agrária Popular¹, que consiste em mudanças sociais estruturais em torno da democratização da terra e da criação de um sistema de produção para agricultura, ancorado na Agroecologia – sistema de matriz produtiva ecologicamente sustentável e em equilíbrio entre o ser humano e a natureza (MST, 2007).

Desse modo, mediante a importância da comunicação como estratégia político-ideológica de mediação com a sociedade, aliança com os movimentos populares urbanos e na pressão ao governo federal, em torno da reforma agrária e de um projeto popular de mudanças para o Brasil, no seu processo histórico o MST cria vários veículos e instrumentos de comunicação populares, e no último período se apropria do uso das mídias digitais. Em suma, percebe-se que a página virtual do MST se torna um canal estratégico de comunicação e informação, atuando como porta-voz do movimento e de seus integrantes na sociedade (ENGELMANN, 2013).

Com a maior presença da organização nas redes sociais, busca-se ampliar os acessos de sua página virtual e disseminar conteúdos mais dinâmicos e interativos na mediação com os cidadãos. O propósito no uso do ciberespaço pelos Sem Terra ancora-se, portanto, à ampliação de suas demandas acerca do seu projeto de reforma agrária, mudanças sociais e busca de cidadania na esfera pública, procurando criar novos sentidos e narrativas em relação a isso, bem como construir processos populares e de contra-hegemonia comunicativa no âmbito da questão agrária e de um projeto político na sociedade.

Diante desse cenário, nosso estudo discute sobre a apropriação das mídias digitais pelo MST, na busca pela cidadania comunicativa e a disputa de hegemonia em torno da pauta da reforma agrária na sociedade brasileira, que coloca, também, em circulação um conjunto de novas representações sociais sobre a reforma agrária e o MST, o que amplia a visibilidade pública acerca das demandas desse Movimento e fortalece seu o poder de disputa contra-hegemônica na esfera pública, em torno do seu projeto de Reforma Agrária Popular.

¹ No decorrer deste estudo nos reportamos ao termo com as iniciais em maiúsculo uma vez que esta representa um dos principais projeto de mudança defendido pelo MST na sociedade, que em seus documentos se refere ao termo desse modo.

Compreendemos que a disputa de ideias, os conflitos e tensões que se estabelecem entre grupos sociais na esfera pública com a ampliação de visibilidade das demandas do MST no ciberespaço, contribuem para a ressignificação em relação à necessidade do seu projeto de reforma agrária para o país e a legitimidade de luta dos Sem Terra por direitos sociais e uma nova cidadania. Este aponta como alternativa a produção de alimentos saudáveis, baseada em um modelo de produção agroecológico, para alimentar a população brasileira e desenvolver o campo. Criam-se, assim, novas narrativas que colocam em circulação a produção de novos sentidos, conhecimentos e cognições sobre a problemática da reforma agrária na esfera pública, e que auxiliam na construção de novos espaços de contra-hegemonia, resistência e cidadania.

Contudo, mesmo diante de um processo histórico de invisibilidade e de criminalização desempenhado no Brasil, por parte dos monopólios midiáticos, observa-se que o MST ao longo do seu processo histórico desempenha um papel importante na disputa contra-hegemônica da esfera pública, em torno da pauta da reforma agrária e do modelo de agricultura para o campo brasileiro. Essa disputa se sustenta na organização, nos processos de mobilização massivos e na resistência dos Sem Terra, mediante táticas de ocupações de terras, espaços públicos, entre outros; para a conquista de assentamentos e a permanência dos camponeses no campo, aliada à luta por políticas públicas para esse espaço. Nesse sentido, fundamentamos nosso estudo nos seguintes problemas de pesquisa:

- a) Como o MST realiza a disputa de hegemonia acerca do debate da reforma agrária na esfera pública brasileira a partir de 1990?
- b) Como a organização de um processo de comunicação popular pelo MST, na luta pela cidadania comunicativa, contribui na mobilização e disputa contra-hegemônica da reforma agrária na esfera pública?
- c) Como as mídias digitais auxiliam no processo de visibilidade e de construção de representações sobre a Reforma Agrária Popular e o MST na esfera pública virtual?

O objetivo do estudo é compreender quais as representações sobre o projeto de Reforma Agrária Popular do MST que circulam nas mídias digitais deste Movimento. E como são construídas essas representações, na busca por cidadania e na disputa de hegemonia do MST na esfera pública digital, em torno da pauta da reforma agrária. Para tanto, partimos dos seguintes objetivos específicos:

- a) Apontar as estratégias utilizadas no processo de produção, nas rotinas de publicação e de circulação das informações acerca da construção de representações sobre a Reforma Agrária Popular nas mídias digitais do MST;
- b) Categorizar os principais eixos-temáticos relacionados à Reforma Agrária Popular, a partir das fontes e vozes presentes na construção das narrativas, no período de outubro de 2015 e abril de 2016;
- c) Apresentar as principais representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular que se destacam nas narrativas dos sujeitos entrevistados e nas páginas especiais do *site* do MST, analisadas;
- d) Evidenciar algumas tensões presentes nas mídias digitais do MST, relativas à disputa de hegemonia em torno da Reforma Agrária Popular do MST;
- e) Revelar os limites e os desafios em relação ao processo de comunicação popular do MST, na apropriação das mídias digitais, acerca da visibilidade e dos sentidos do projeto de Reforma Agrária Popular;
- f) Analisar a construção e reconstrução de representações do MST sobre a reforma agrária, a partir do uso das mídias digitais e a visibilidade na esfera pública virtual.

O estudo justifica-se ao integrar a ele um olhar acadêmico engajado na temática do MST e dos movimentos sociais populares brasileiros. Sendo parte de uma concepção de mundo ligada à vivência em um assentamento de reforma agrária e de uma trajetória pessoal de militância da pesquisadora no MST, porém, na medida do possível, buscamos estabelecer um distanciamento necessário para a realização de uma análise crítica relativa ao objeto de estudo analisado.

Desse modo, o nosso estudo se desenvolve a partir de uma trajetória da militância iniciada no município de Querência do Norte, no Estado do Paraná, em 1996, em que meus pais são assentados, e onde me engajei nas atividades da cooperativa dos assentados de reforma agrária², e em seguida cursei a graduação em Jornalismo, em Maringá. Após concluir a graduação atuei no setor de comunicação e na assessoria de comunicação do MST no Paraná, a partir do espaço da secretaria estadual da organização em Curitiba-PR, entre 2004 a 2010 - integrando a coordenação estadual do

² Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda. (Coana).

setor de comunicação do Movimento no Estado, por dois anos. No período de 2011 a 2015, já no Estado de Minas Gerais, passei a atuar na coordenação nacional do setor de comunicação do MST, contribuindo nos processos de organização e elaboração da política de comunicação da organização. Em seguida, em virtude do doutorado e, inicialmente sem bolsa contribuí durante o ano de 2014, no setor de comunicação e na assessoria de comunicação do Movimento, no Rio Grande do Sul. Contudo, o nosso objeto de estudo também surge como desdobramento do estudo realizado na dissertação de mestrado em Ciências Sociais, em que analisamos a página virtual do MST no debate da reforma agrária no Brasil (ENGELMANN, 2013)³.

Com base no estudo de mestrado, realizada entre 2012 e 2013, observamos avanços na organização do processo de comunicação popular do MST, quanto ao uso e apropriação da *internet* e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), na difusão de suas demandas e no diálogo com a sociedade, especialmente com os movimentos populares urbanos. Chegamos à conclusão que o portal *on-line* do MST que tem se consolidado em canal estratégico de comunicação e informação com a sociedade em relação às suas demandas e ações, e que nos últimos anos assume a função de porta-voz do Movimento e de seus integrantes na sociedade, bem como se torna referência no debate público sobre a reforma agrária no Brasil. Na construção da dissertação analisamos ainda que o processo de comunicação popular do MST, na área das mídias digitais, centrava-se na produção de conteúdos digitais para seu portal virtual, enquanto as redes sociais eram utilizadas para ampliar o acesso e a difusão de informações desse espaço. Porém, diante da popularização das redes sociais e a percepção da necessidade em ampliar o diálogo com a opinião pública, percebemos que o MST assume uma atuação mais ativa e dinâmica nas práticas comunicativas digitais, buscando expandir a mediação social, por meio do seu perfil no *Facebook* e *Twitter*.

A perspectiva epistemológica desse estudo fundamenta-se na Teoria das Representação Sociais (TRS) de Moscovici (2003). A abordagem metodológica baseia-se na Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (1977), para a investigação textual do conteúdo informativo e análise dos dados e informações coletadas. Aliado a isso, utilizamos a técnica de entrevista semiestruturadas, com comunicadores e lideranças do MST. A pesquisa qualitativa *on-line* foi realizada com base em Flick (2009), para coleta de conteúdos informativos de páginas virtuais da organização e de formulação de mapas

³ Para análise aprofundada sobre a página virtual do MST, ver dissertação da autora (ENGELMANN, 2013).

representacionais proposto por Spink (2013) e Guareschi (2000), a partir da análise da ancoragem e objetivação das representações sociais, para sistematizar os sentidos e significados presentes na construção das representações sociais. Este percurso teórico-metodológico nos possibilitou uma análise mais completa acerca das representações sobre o projeto de Reforma Agrária Popular do MST, nas suas mídias digitais e a visibilidade na esfera pública virtual.

Estruturamos nosso estudo da seguinte forma: o segundo capítulo apresenta a revisão de literatura, a partir da discussão das representações sociais, com base no debate da TRS de Moscovici (2003), Marková (2006) e Jovchelovitch (2000), refletindo acerca do papel das representações sociais na construção e circulação de sentidos e significados para a formação de um senso comum na sociedade. A seguir, apresentamos discussão sobre a construção de uma nova cidadania no Brasil, a partir da luta política dos movimentos sociais populares, chamando atenção para o papel dessas organizações na luta de classe e na construção da cidadania comunicativa. Refletimos, ainda, sobre a contribuição das mídias digitais na ampliação da visibilidade pública em relação às pautas dos movimentos sociais populares e da gestação de uma esfera pública virtual.

No terceiro capítulo, apresentamos o percurso metodológico utilizado no estudo para abordar as representações sociais. Fundamentamos a abordagem no método qualitativo, e apresentamos o uso da técnica de entrevista e de pesquisa qualitativa *online* para coleta de dados, por possibilitar mais interação com os sujeitos ouvidos e melhor compreensão acerca da dinâmica de funcionamento do objeto de estudo. A seguir, expomos o método de Análise de Conteúdo, como forma de identificar e sistematizar a coleta de dados (das entrevistas e do material informativo), e a análise do estudo. E a importância da técnica de formulação de mapas representacionais, contribuindo na identificação e na interpretação dos principais enunciados simbólicos e dos conceitos de representações presentes nas narrativas analisadas.

Já no quarto capítulo elaboramos uma análise contextual sobre a problemática da questão agrária brasileira, com debate sobre a importância da reforma agrária para a mudança da estrutura fundiária e do modelo de agricultura nacional. Apresentamos a descrição do objeto de estudo, a partir da formação histórica do MST, suas formas organizativas e as características do seu projeto de Reforma Agrária Popular. Realizamos, também, debate sobre o papel político do MST no país, evidenciando a importância dessa organização no cenário nacional em relação à pauta da reforma

agrária, a partir de 1990. E, em seguida, apresentamos as características do processo de comunicação popular do MST, na apropriação e uso das mídias digitais.

Por fim, no quinto capítulo, realizamos a análise do nosso *corpus* de estudo, a partir da coleta de dados, análise das entrevistas e dos conteúdos informativos em texto de duas páginas especiais sobre atividades e mobilizações nacionais do MST, hospedadas na página do virtual do MST. Com base nas narrativas dos entrevistados, inicialmente, descrevemos as rotinas de funcionamento e o papel das mídias digitais do MST para os seus integrantes. Em seguida, analisamos como os integrantes do Movimento ouvidos no estudos, descrevem e conferem significado às representações sociais sobre o projeto de Reforma Agrária Popular, que circulam nas mídias digitais da organização, e as representações individuais sobre o MST. Por fim, analisamos as produções informativas em textos, publicadas na página *web* especial da *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, de outubro de 2015, e na *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*, de abril de 2016, para compreender que representações sociais são difundidas nesses espaços virtuais sobre a Reforma Agrária Popular.

1.1 ESTADO DA ARTE

Considerando a importância em conhecer o campo de pesquisa no qual pretendemos nos inserir a partir do nosso objeto de estudo, inicialmente realizamos a pesquisa da pesquisa, buscando identificar as principais temáticas que se destacam nessa área de conhecimento. O levantamento ocorreu no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - IBICT e no Repositório Digital UFRGS – Lume.

Utilizamos cinco conceitos-chaves relacionadas ao nosso tema de tese: “mídias digitais, reforma agrária, MST e representações sociais”. Essas palavras-chaves foram articuladas em várias combinações para realizar a pesquisa. Mapeamos 36 investigações defendidas nos últimos dez anos no Brasil, das quais tivemos acesso pela internet.

Na pesquisa da pesquisa não encontramos teses e dissertações que se referem ao nosso tema de investigação. Porém, como o MST é um objeto de estudo recorrente em vários campos de estudo no Brasil, devido sua trajetória social e política como sujeito coletivo na luta pela terra, também inclui a sua trajetória na área da comunicação popular e na relação com os meios de comunicação, apresentamos um levantamento

com investigações de temáticas próximas, relacionadas às representações sociais, ao ciberespaço, a nova esfera pública digital e aos meios de comunicação. São pesquisas que abordam o tema dos meios de comunicação, esfera pública, TICs e das representações sociais no campo da comunicação, bem como em outros campos de conhecimento. Assim, primeiramente apresentamos as investigações relacionadas ao MST e à Reforma Agrária no campo da comunicação e, a seguir, os estudos nos campos das representações sociais e comunicação. No quadro abaixo, listamos os estudos que mais se aproximam da nossa temática de investigação.

Quadro 1 - Dissertações e teses encontradas em pesquisa com palavras-chave: “mídias digitais, reforma agrária, MST e representações sociais” (2005-2015).

<i>Título</i>	<i>Autor/ano</i>	<i>Tipo</i>	<i>Programa</i>
A luta divulgada: um movimento em (in) formação estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981 – 2001)	PERLI, F. (2007)	Tese	História/UNESP
A mídia digital e os novos aparelhos privados de hegemonia na luta de classes: Uma Análise do Sítio do MST	MENDES, K. (2012)	Dissertação	Serviço Social/UFSC
A página virtual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como instrumento de contrainformação na luta político-ideológica pela reforma agrária	ENGELMANN, S. I. (2013)	Dissertação	Ciências Sociais/UFU
As representações da homossexualidade feminina na esfera pública virtual	COSTA, V. (2008)	Dissertação	Comunicação e Informação/UFRGS
As representações no Circuito das Notícias: o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Jornal Zero Hora (ZH)	SANTI, V. (2009)	Dissertação	Comunicação/UFMS
Boca de rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário	ALLES, N. (2010)	Dissertação	Comunicação e Informação/UFRGS
Ciberativismo e MST: O debate sobre a reforma agrária na nova esfera pública interconectada'	FONSECA, L. (2009)	Dissertação	Comunicação e Culturas Midiáticas/UFPB
Ciberdemocracia e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: práticas comunicacionais no terreno da esfera pública virtual	TEJERA, M. (2012)	Tese	Comunicação Social/PUCRS
Comunicação e contra-hegemonia: a comunicação como estratégia política do MST	BARRETO, H. (2012)	Dissertação	Comunicação/UFC
Mídia e cenários políticos e culturais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	SOUZA, R. (2006)	Dissertação	Comunicação/UNESP
Mídia e Movimentos Sociais: a representação do MST na revista IstoÉ	GONÇALVES, E. (2008)	Dissertação	Ciências Sociais/UFBA
Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995-2000)	SCHWENGBER, I. (2005)	Dissertação	História/UFMS
Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico: um estudo sobre o agendamento mediático do MST'	MELO, P. (2008)	Tese	Ciências da Comunicação/UNISINOS

Fonte: Autora (2016).

Inicialmente identificamos algumas investigações que tratam dos meios de comunicação e o Movimento Sem Terra. Nesse campo, podemos destacar a dissertação de Gonçalves (2008), “Mídia e Movimentos Sociais: a representação do MST na revista IstoÉ”, do programa de pós-graduação de ciências sociais da Universidade Federal da Bahia, no qual investiga como esta revista constrói e veicula representações sobre o MST, a partir da composição de um conjunto de aspectos relacionados à construção de imagens e análise dos discursos ideológicos que perpassam esse processo. Como na maioria das investigações em torno desse tema, o estudo conclui que a revista IstoÉ produz representação negativa e estereotipada do MST. Ainda que a proposta da investigação não esteja relacionada diretamente com a nossa temática apresenta uma contribuição importante, pois fornece elementos de como a ideologia da grande mídia colabora na construção de discurso midiático hegemônico em relação aos movimentos sociais.

A tese de Melo (2008) “Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico: um estudo sobre o agendamento mediático do MST”, no programa de pós-graduação de Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, apresenta uma discussão acerca das tensões entre o MST e o campo jornalístico na disputa pela produção de sentido do discurso midiático. Para isso o estudo analisa a construção mediática do MST na cobertura jornalística de telejornais da RBS TV (Rede Brasil Sul de Televisão), SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) Rio Grande, Jornal Nacional (TV Globo) e Jornal da Band (TV Bandeirantes), sobre a destruição do laboratório da empresa Aracruz, ocorrida em 08 de março de 2006. O trabalho não apresenta discussão acerca das representações da Reforma Agrária, mas é importante, pois amplia a discussão em torno de como a mídia hegemônica elabora e coloca em circulação a produção de sentido midiático sobre o MST e suas ações.

Na dissertação de Santi (2009), “As Representações no Circuito das Notícias: o Caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Jornal Zero Hora (ZH)”, defendida no programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, o trabalho se concentra no estudo das representações sobre o MST e suas ações nos textos do jornal Zero Hora (ZH). Em relação às investigações anteriores a proposta apresenta a articulação entre os Estudos Culturais e o Circuito das Notícias, bem como entrevistas com jornalistas envolvidos no processo de produção das notícias e observação de leitura e grupo focal com integrante de um assentamento do MST no Rio Grande do Sul, em relação recepção das representações midiáticas.

Sobre o MST e o campo da comunicação, encontramos a tese de Perli (2007), “A luta divulgada: um movimento em (in) formação estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981 – 2001)”, defendido no programa de pós-graduação em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. A proposta de estudo é importante, na medida em que apresenta a análise das estratégias de divulgação, representações e construção de uma política de comunicação pelo MST, traçando um trajeto histórico dos meios de comunicação desse movimento e apontando como as mídias do MST se tornam espaços de representações políticas. Ainda que se encontre indiretamente ligada à nossa temática, a investigação é um suporte fundamental para compreendermos a função social dos meios de comunicação do MST e a construção de uma política de comunicação desse Movimento para elaboração de discursos e sentido sobre sua luta e ações em torno da Reforma Agrária.

Pelo programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho de Bauru, Souza (2006), defendeu a dissertação “Mídia e cenários políticos e culturais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”, em que investiga a produção de sentido das mídias internas do MST, nos três tipos de mídias do movimento (primária, secundária e terciária), segundo a classificação do teórico da mídia e jornalista alemão Harry Pross (Beth e Pross, 1987). Diante disso, o autor busca identificar os recursos utilizados na composição das representações sociais e culturais do movimento e produzir um levantamento do ideário político e sobre as representações sociais do movimento, bem como suas estratégias de construção contra-hegemônicas. Percebe-se que o trabalho não cumpre o que apresenta no resumo, em apontar as representações sociais e culturais do MST, e desloca o estudo para a identificação das representações políticas e culturais, desenvolvidas na produção de sentidos das mídias internas desse Movimento. Porém, contribui com o nosso estudo na medida em que apresenta um levantamento das representações políticas e culturais da análise da práxis comunicativa do MST.

O estudo de Barreto (2012), “Comunicação e contra-hegemonia: a comunicação como estratégia política do MST”, realizada no programa de pós-graduação de Comunicação da Universidade Federal do Ceará, que analisa as estratégias de comunicação do MST durante seu quinto Congresso Nacional do MST, ocorrido em 2007, se inclui nessa temática. A autora avança em relação ao estudo de Perli (2007), ao expor os limites e potencialidades da ação comunicativa contra-hegemônica do MST, ao longo da formação histórica. A investigação auxilia na compreensão acerca do papel

político da comunicação desse Movimento e sua atuação contra-hegemônica, debate que, inevitavelmente surgirá no nosso esforço de tese.

Avançando na pesquisa da pesquisa identificamos cinco investigações que tratam da temática do MST e da Reforma Agrária na área das TICs e das mídias digitais. Os estudos se concentram na análise da página virtual desse Movimento, bem como no debate da Reforma Agrária por meio do ciberespaço. A tese de Tejera (2012), “Ciberdemocracia e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: práticas comunicacionais no terreno da esfera pública virtual”, defendida no programa de pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, apresenta como corpus a página oficial do MST, no qual analisa a constituição de uma esfera pública virtual, a ciberdemocracia como novo espaço de cidadania e as estratégias organizadas pelo MST para atuação nesses espaços. Em termos teóricos o estudo fundamenta-se nos princípios da Sociologia Compreensiva e no empírico se utiliza da etnografia e da netnografia para a análise. A autora procurou compreender como a inserção na esfera pública virtual permitiu ao MST apresentar a sua visão dos fatos e possibilitou o exercício da ciberdemocracia. O estudo conclui que a constituição de uma esfera pública de caráter virtual propicia ao MST uma forma de atuação protagonista neste espaço expressando suas versões dos fatos e o contraponto aos meios de comunicação tradicionais. Este estudo nos foi útil em relação à discussão da esfera pública virtual e da ciberdemocracia, bem como forneceu mais elementos sobre a estrutura de funcionamento da página virtual do MST.

A dissertação “Ciberativismo e MST: O debate sobre a Reforma Agrária na Nova Esfera Pública Interconectada”, de Fonseca (2009), defendida no programa de pós-graduação em Comunicação e culturas midiáticas da UFPB, também analisa o portal *on-line* do MST, no qual busca entender como o ciberativismo é utilizado/praticado por este Movimento. Segundo o autor, diante das TICs verifica-se que o MST chega a outro patamar em relação à luta pela Reforma Agrária, na medida em que há uma ampliação do debate e aprofundamento democrático, chamado de nova esfera pública interconectada. O estudo detectou, portanto, que o MST é um movimento social ciberativista, que se utiliza das TICs e do espaço virtual para difundir sua ideologia e defender seus posicionamentos no debate com a opinião pública brasileira. O trabalho nos fornece elementos para pensar o ciberativismo e o que ele denomina de Nova Esfera Pública Interconectada.

Já pelo programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Mendes (2012), defendeu a dissertação “A mídia digital e os novos aparelhos privados de hegemonia na luta de classes: Uma Análise do Sítio do MST”. A investigação concentra-se na análise de matérias públicas no sítio virtual do MST, entre o período de 2005 a 2010, que busca identificar elementos que sirvam de subsídio para a construção de uma nova cultura política, bem como identificar os principais conteúdos que colaboram no fomento a essa nova cultura. O estudo adota como metodologia a análise do discurso e aponta a existência de elementos que contribuem na construção de uma nova cultura política por parte desse Movimento e busca evidenciar a relação de temas abordados pelo portal com a disputa do MST por um projeto contra-hegemônico. O estudo poderia fornecer elementos teóricos e de análise importantes em relação à construção de nova cultura política pelo MST, porém, não tivemos acesso ao trabalho completo pela *internet*.

De nossa autoria, há a dissertação de título “A página virtual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como instrumento de contrainformação na luta político-ideológica pela reforma agrária”, defendida pelo programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, em 2013, que trata da análise da página de *internet* do MST. Buscamos compreender o processo de construção do portal e a importância desse novo aparato de comunicação na divulgação das demandas do MST e no debate da Reforma Agrária no Brasil. Identificamos que a página virtual do MST se consolida em ambiente de referência para os segmentos populares da classe trabalhadora, em relação ao debate da questão agrária e uma contrainformação político-ideológica ao discurso sobre a Reforma Agrária brasileira. O estudo de nossa autoria e as três investigações posteriores de Tejera (2012), Fonseca (2009) e Mendes (2012), nos fornecem base teórica importante em relação à formação histórica do MST, da questão agrária brasileira, esfera pública virtual, ciberdemocracia, ciberativismo, mídia digital e nova cultura política, e contra – hegemonia, bem como elementos sobre a política de comunicação desse Movimento e a estrutura da sua página virtual. O que irá auxiliar na elaboração do nosso esforço de tese centrado na temática das representações sociais sobre a Reforma Agrária postas em circulação pelas mídias digitais do MST.

Quanto ao campo da comunicação e das representações sociais identificamos algumas investigações nas quais buscamos compreender a função das representações sociais e seu potencial em construir e modificar sentidos e conhecimento na esfera

pública, por meio da circulação e reconstrução dessas representações nas mídias tradicionais e das mídias digitais. Na dissertação “Boca de rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, Alles (2010) aborda as representações sociais sobre a população de rua, produzidas e que circulam no jornal Boca de Rua, veículo de comunicação comunitária produzido por moradores de rua da cidade de Porto Alegre. A autora fundamentou a análise em matérias principais do jornal (entre 2000 e 2009) e entrevista com cinco integrantes o projeto do jornal. O conceito teórico utilizado baseou-se na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. O estudo conclui que ao obter espaço na produção do jornal Boca de Rua os moradores de rua buscam apresentar suas opiniões e reivindicações, enfatizando a noção de que a vida nas ruas consiste em dificuldades de sobrevivência física e de relacionamento com o restante da população, da mesma forma em que buscam reafirma a condição de seres humanos e cidadãos com capacidade de organização e convivência com os outros grupos sociais.

O estudo “Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995-2000)” de Schwengber (2005), defendido no programa de pós-graduação em História na UFMS, traz um estudo sobre as representações sociais do MST presentes nos textos e imagens publicados nos jornais do Estado, “O Progresso” e “Correio do Estado”, entre o período de 1995 a 2000. Conforme a autora, a análise parte da concepção de que a sociedade produz representações de acordo com seus valores e visualiza a imprensa como uma instituição que põe em circulação essas representações, reforçando determinados valores. O trabalho conclui que os dois jornais construíram representações que deslegitimavam a luta dos movimentos sociais rurais e limitavam o seu crescimento político.

Costa (2008) elabora a dissertação “As representações da homossexualidade feminina na esfera pública virtual: Um estudo sobre os sites lésbicos”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. O objetivo do estudo consiste em examinar como as lésbicas utilizam a comunicação mediada por computador, mediante a observação da atuação individual de lésbicas e do movimento lésbico na luta por mudanças nos direitos de cidadania na esfera pública virtual. A análise que usa a metodologia das narrativas objetivou avaliar a interação comunicacional, as redes de sociabilidade e solidariedade e a afirmação identitária. A

base teórica da investigação é ancorada na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici.

Mediante a pesquisa percebemos a existência de poucos estudos relacionadas à temática do nosso trabalho, sendo que maioria concentra a análise no *corpus* da página virtual do MST com enfoque no ciberativismo, contra-hegemonia, presença na esfera pública virtual e deficiência na atuação da ciberdemocracia, porém os estudos não apresentam um esforço de articulação entre a presença do MST na esfera pública virtual, ocupação do ciberespaço e a construção e circulação de representações sociais nesse contexto, bem como o impacto disso na produção de sentidos e no imaginário social. É nessa lacuna que nossa proposta de tese se justifica contribuindo na temática das representações sociais acerca do projeto de Reforma Agrária do MST nas mídias digitais desse Movimento e no esforço de análise em relação à produção de sentidos mediante a presença na esfera pública virtual, articulada a uma prática comunicativa contra-hegemônica e busca por cidadania. Entre as investigações que abordam a relação dos meios de comunicação tradicionais e as mídias digitais com o MST ou vice-versa, poucas exploram a produção de sentidos em relação à proposta de Reforma Agrária no imaginário social e reflexões acerca de processos de representações sociais, mediante a ocupação da esfera pública em contextos de disputa por cidadania e aperfeiçoamento da democracia e/ou da ciberdemocracia.

2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, COMUNICAÇÃO E ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

Nesse capítulo iniciamos a revisão de literatura, com o objetivo de analisar as representações sociais sobre a reforma agrária nas mídias digitais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desenvolvendo debates teóricos com elementos que nos possibilitem compreender como as representações sociais acerca do projeto de Reforma Agrária Popular deste Movimento são constituídas e (re)construídas no ciberespaço, a partir da luta por cidadania e na disputa de hegemonia em torno da pauta da reforma agrária na esfera pública. Para tanto, partimos da discussão da Teoria das Representações Sociais (TRS), procurando demonstrar o papel das representações na construção e circulação de sentidos e significados para a formação de um senso comum⁴ nas sociedades, a partir de debates argumentativos relativos a assuntos de interesse comum, os quais estão em circulação na esfera e no espaço público, mediante a atuação dos meios de comunicação. A seguir apresentamos um debate sobre a construção de uma nova cidadania no Brasil, por intermédio da luta política dos movimentos sociais populares e acerca da importância da cidadania comunicativa e da comunicação popular. Por fim, refletimos sobre a contribuição das mídias digitais na ampliação da visibilidade de pautas dos movimentos sociais e na gestação de uma esfera pública virtual.

2.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A TRS se encontra diretamente relacionada à comunicação, pois as representações sociais são responsáveis pelo estabelecimento de sentidos e saberes, se constituindo como uma modalidade específica de compreender e de se comunicar na sociedade, bem como construindo e reconstruindo conhecimentos e sentidos de mundo na esfera pública. Para Moscovici (2003), no terreno da Psicologia Social, as representações sociais adquirem a função de um fenômeno, com estruturas dinâmicas que operam em um conjunto de relações e comportamentos que se encontram em constantes mudanças. São fenômenos que se relacionam a um modo particular de

⁴ O conhecimento do senso comum é aquele que se partilha com os outros ao longo das rotinas normais da vida cotidiana. Ou seja, trata-se de um conhecimento que “se refere a um mundo que é comum a muitos homens” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 40).

compreender e de se comunicar no mundo, sendo responsável pela criação da realidade e do senso comum. Nesse sentido, o que interessa no campo da Psicologia Social e ao autor são as representações da sociedade atual, presentes no âmbito da política, da ciência e do ser humano, que geralmente não adquirem tempo suficiente para se sedimentarem e tornarem-se imutáveis.

O objetivo das representações é “[...] abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa” (MOSCOVICI, 2003, p. 46). Desse modo, as representações são compostas por uma face icônica e outra simbólica, interdependentes. Assim compreende-se que, “[...] representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda a imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem” (p. 46). Neste sentido, a comunicação é estabelecida através de ligações entre os indivíduos, comunidades e grupos sociais, culminando na criação de representações de si, dos outros e de realidades diferentes frente a instrumentos concretos e abstratos que circulam na sociedade em épocas distintas. Diante disso, as representações produzem perspectivas e saberes sociais de modo constante, sendo, portanto, consideradas de caráter epistemológico e fenomenológico.

As representações sociais adquirem a função de sintetizar ideias que se desenvolvem com base em uma vivência comum, a partir de experiências coletivas e interações de comportamentos de uma sociedade, sistematizando um conjunto de ideias e de pensamentos coletivos acerca da vida em determinada sociedade, os quais circulam por meio da linguagem e da comunicação e se tornam senso comum. Nesse cenário, o surgimento dos meios de comunicação de massa auxiliam na circulação e na inserção das representações na vida cotidiana, bem como aceleram a tendência de multiplicação, de mudanças e de reconstituição das representações sociais junto ao senso comum para a interação de uma coletividade.

De acordo com Moscovici (2003), a função das representações sociais é tornar familiar algo não-familiar. Ou seja, promover a familiarização mediante paradigmas prévios, de objetos, de acontecimentos e de pessoas desconhecidas, que não se enquadram em padrões pré-estabelecidos. Mediante a esse processo, o não-familiar é assimilado passando a integrar as representações sociais, ao mesmo tempo em que as complementa e modifica.

As representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante

de tornar comum e real algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade. E através dela nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado (MOSCOVICI, 2003, p. 58).

Dessa maneira, o autor aponta que a falta de “exatidão relativa” de um objeto o torna não-familiar. O elemento do desconhecido gera desconforto, ameaça, ao mesmo tempo em que intriga e alarma, pois a possibilidade na perda dos marcos referenciais de sentidos, em relação à continuidade e ao entendimento mútuo de uma sociedade, representa algo insuportável aos indivíduos. O resultado disso é que “a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a ‘realidade’” (MOSCOVICI, 2003, p. 55). Portanto, no contato e/ou aproximação de algo estranho existe uma tendência de que os pré-julgamentos ocorram baseado no familiar, prevalecendo inicialmente às noções tradicionais das representações.

Entretanto, percebe-se com base na discussão de Moscovici, que as representações sociais operam no sentido de estabelecer e de integrar elementos não-familiarizados ao um conjunto de regras sociais reconhecidas na sociedade. Dissipando, assim, as tensões e ameaças em relação ao novo, na medida em que este é deslocado do exterior para o interior das representações e associado a uma categoria conhecida, adquirindo sentido comum e tornando-se familiar. Dessa maneira o estudo da TRS precisa focar no entendimento das características não-familiares das quais as representações emergem.

Avançando nessa discussão, conforme Moscovici (2003), as representações sociais são construídas por meio das interações sociais, de modo que para tornar o não-familiar em familiar é necessário valer-se de dois mecanismos do pensamento, os processos de ancoragem e os de objetivação (ou objetificação⁵). A ancoragem é o processo responsável por recriar permanentemente interpretações e juízos de valor ao classificar (comparar) e nominar (rotular, agregar identidade) os objetos e, desse modo, contribui para a objetivação dos mesmos. Ou seja, trata-se do mecanismo de categorizar o desconhecido, tornando-o comum e compreensível.

O processo da ancoragem se realiza a partir da classificação e nomeação de algo desconhecido, conferindo ao mesmo a condição de ser comunicável, tornando-se passível de imaginação e de representação. Assim, a representação se desenvolve com

⁵ A objetivação (MOSCOVICI, 2003) e a objetificação (JOVCHELOVITCH, 2011) são termos utilizados pelos autores, que se referem ao mesmo fenômeno e possuem o mesmo sentido.

base em um sistema de rotulagem e denotação, mediante a alocação de categorias e nomeação de algo estranho, que passa a integrar o sistema de comportamentos e normas sociais. O exercício da classificação e nomeação é uma forma de categorizar o não-familiar – que se realiza com a associação de algo desconhecido a um paradigma presente na nossa memória, criando uma relação positiva ou negativa com o mesmo. A nomeação é fundamental no processo de ancoragem, por ser uma forma de representar a realidade, já que o anônimo não pode ser comunicado e, conseqüentemente, é interdito de representação. Portanto, ancorar trata-se de um instrumento fundamental para tornar representável algo não-familiar que se torna familiar, adquire uma identidade social e que passa a integrar as representações (MOSCOVICI, 2003).

O autor ainda defende que a TRS exclui o pensamento ou a concepção que não possui ancoragem e que não esteja firmado no consenso social, ao mesmo tempo em que a finalidade da classificação e da nomeação é auxiliar na interpretação acerca da realidade e na formação de opinião. Desse modo, possibilita-se a modificação de representações pré-definidas e a criação de novas representações.

A formação das representações sociais também depende do processo de objetivação. Objetivar é conferir realidade a uma representação, tornar concreto algo abstrato. Assim, “[...] objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2003, p. 71-72). Logo, o autor alerta que a construção da ilusão e da realidade é processada da mesma forma, pois, inicialmente as pessoas apreendem a imagem e, somente depois, o conceito como realidade.

A objetivação ocorre quando a imagem mental de algo desconhecido é associada a algo com existência concreta, e a imagem deixa de ser um signo para se tornar uma réplica da realidade, ou seja, transforma-se em elemento da realidade. Assim, a linguagem possibilita a personificação da cultura, passando não apenas a representar coisas, mas a criá-las e muni-las de características. Assim, Moscovici (2003) aponta que para compreender a tendência da sociedade em objetivar, pode-se analisar fenômenos sociais como a adoração de um herói, a personificação de nações, raças etc., por se tratar de representações sociais que conferem um sentido concreto às palavras e às ideias.

Entretanto, compreende-se que a ancoragem e a objetivação são maneiras de lidar com a dinâmica de imortalidade da memória, mantendo-a em movimento, substituindo, classificando, rotulando, reproduzindo e agregando sentido a conceitos e

imagens; conferindo assim, familiaridade a algo não-familiar, e reproduzindo-o entre fenômenos que podem ser vistos e tocados, bem como controlados. Porém, neste processo, muitas variáveis estão implícitas: a cultura, as crenças, a lógica (enquanto forma de assimilação), o uso da linguagem e a memória (como fenômeno sócio-histórico) tornam-se fatores indispensáveis na constituição das representações sociais.

Portanto, as representações sociais constituem para os indivíduos uma forma de realidade, interligada ao passado e que age sobre o presente, a partir da memória e linguagem, transmitida no decorrer do tempo pelas gerações, por meio da linguagem e da comunicação. Assim, as escolhas e as nossas reações em uma sociedade se encontram ancoradas em paradigmas e imagens pré-definidas. Nesse sentido, as representações sociais apresentam um caráter simbólico e cognitivo, pois são comportamentos e valores comuns compartilhados, que se efetivam e se modificam com base na interação social. Além das características históricas, que influenciam os comportamentos dos indivíduos desde a infância no processo de socialização (MOSCOVICI, 2003).

Nesse contexto, Marková (2006) apresenta a construção de uma teoria do conhecimento social baseada na dialogicidade e na TRS, em que aponta o uso de diferenciações e distinções como parte do pensamento humano. E indica que o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, na percepção das coisas em sociedade, ocorre por meio do uso de distinções – aspecto importante da inteligência, na aquisição de conhecimento e na comunicação. Segundo a autora, as polaridades e o pensamento em antinomias estão presentes em várias culturas desde os primórdios, a exemplo da China e da Grécia antiga. Enquanto nas teorias gregas o mundo era pensado em pares de opostos que se excluíam, as teorias chinesas concebiam o conhecimento em opostos complementares entre si, que se desenvolvem por meio de círculos ou ciclos cíclicos de mudanças constantes.

Na Grécia, Platão estudou o pensamento em antinomias para desenvolver as teorias da retórica e da dialética. Para o filósofo grego, enquanto a retórica produz crença, devido a sua estratégia pretensiosa de mascarar um discurso, a dialética se constrói como a ciência do conhecimento verdadeiro, pois se fundamenta pela “habilidade de discernir semelhanças e diferenças entre as coisas, através do pensamento crítico e rigoroso” (MARKOVÁ, 2006, p. 65). Aristóteles, por meio do pensamento antinômico, fundamentou *a lei da não contradição*, em que a ênfase era de apresentar os opostos negando sua coexistência (ser e não ser) simultânea. Conforme

Marková (2006), essa lei aristotélica da não contradição, forneceu a base para “o conceito de racionalidade, da lógica, da ciência e filosofia na Grécia Antiga”, bem como passou a orientar “todos os sistemas de conhecimento” (MARKOVÁ, 2006, p. 66). A partir disso a ciência grega tornou-se exata, um sistema fechado e dedutivo que influenciou diversos pensadores e o pensamento positivista, que ainda se encontra presente em algumas formas de desenvolver conhecimento.

Por outro lado, a autora descreve que o pensamento antigo chinês também era concebido mediante oposições, porém, ao contrário da concepção grega, a filosofia chinesa fundamentava-se em forças opostas de *yin* e *yang*, consideradas complementares e interdependentes. Ainda que em patamares assimétricos, de superioridade e inferioridade, estas forças eram vistas como partes de uma mesma unidade e atuavam de forma recíproca em busca de um equilíbrio.

As antinomias também influenciaram Hegel ao desenvolver a *lógica da mudança*, em que buscava entender as forças interdependentes contidas em um sistema e como os componentes opostos encontravam-se simultaneamente estabelecidos para formar as partes de um todo. Hegel apresenta ainda dois tipos de dialéticas distintas em suas obras *Fenomenologia do espírito* e *Lógica*. Marková (2006) salienta que as dialéticas de Hegel são sistemas bem desenvolvidos da racionalidade, da realidade, da história e do pensamento. O filósofo alemão concebia a dialética como parte do pensamento humano racional, que diante dos fenômenos sociais permeados por tensões e contradições movimenta-se para tentar resolvê-los.

Após Hegel, o pensamento em oposições cresceu em várias áreas do conhecimento. Freud, Jung, Tarde e outros pensadores também contribuíram com teorias embasadas nas antinomias como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento da teoria de conhecimento social. Segundo Marková (2006), existem diferentes maneiras e caminhos para analisar o desenvolvimento do pensamento, pois cada problema necessita de tipos diferentes de abordagens. Assim, entender a função das antinomias é indispensável para compreender o fenômeno das representações sociais.

Observa-se, portanto, que o conteúdo e o significado do pensamento são construídos nas representações sociais. Com base em uma abordagem estruturalista e dialógica da TRS, na qual cada uma é capaz de resolver diferentes problemas e questões. Na visão estrutural, o núcleo de uma representação estrutura-se através de antinomias compostas por elementos periféricos organizados, que servem de interface

para os elementos constitutivos de uma situação concreta. “O núcleo central [...] dá à representação social o seu significado [...]. Os elementos periféricos mantêm a representação dinâmica e, ao mesmo tempo, servem como um sistema regulador, resistindo grandes mudanças nas representações” (MARKOVÁ, 2006, p. 246). Enquanto o núcleo central é mais resistente às mudanças, os elementos periféricos são mais flexíveis, sendo entorno destes que as representações sociais se concretizam, em que são transmitidas e incorporam informações, por meio do discurso. Além de desempenharem papel importante na adaptação ao contexto e na sua evolução histórica.

Para Marková (2006), as antinomias de oposição, essenciais para o pensamento humano, a linguagem e para a comunicação também são fundamentais para compreender o fenômeno das representações sociais. Essas antinomias dispostas em conjunto denominam-se *Themata*. A *themata* e a *thematização* integram a abordagem dialógica proposta por Moscovici na TRS e Comunicação, a partir dos anos 1990. “Themata são conceitos dialógicos que contribuem significativamente com o desenvolvimento teórico da Teoria das Representações Sociais, como uma teoria do conhecimento social” (MARKOVÁ, 2006, p. 248). Nesse sentido, as antinomias dialógicas passam a ser vistas mediante novas perspectivas, voltadas para a compreensão do seu papel no pensamento e na comunicação, bem como nas representações sociais de forma mais específica.

Portanto, a *themata* é composta por pressupostos teóricos que orientam o pensamento científico, e as antinomias de pensamentos que integram o senso comum. As antinomias somente se tornam *themata* na medida em que passam a integrar o debate público e a gerar conflitos sociais.

As antinomias do pensamento se tornam *themata* se [...] elas se transformarem em problemas e se tornam o foco da atenção social e a fonte de tensão e conflito. É durante tais eventos que as antinomias do pensamento são transformadas em *thematas*: elas entram no discurso público, se tornam problematizadas e ainda mais *thematizadas*. Depois então, começam a gerar representações sociais em relação ao fenômeno em questão (MARKOVÁ, 2006, p. 252-253).

Muitas antinomias presentes no senso comum podem passar despercebidas por várias gerações, não sendo problematizadas ou *thematizadas*. Sendo este fator desencadeado somente quando as antinomias atingem o discurso público – momento em que são problematizadas e promovem tensões e, conseqüentemente, geram representações sociais e/ou modificam representações ultrapassadas. Diante de sua natureza simbólica comunicativa, as antinomias dialógicas podem facilitar o surgimento

de disputas e debates públicos, transformando-se em *themata* e gerando representações sociais. “As representações sociais na sociedade são, talvez, melhor exploradas no discurso público; os fenômenos que são problemáticos aumentam a tensão e se tornam, portanto, assuntos de debates” (MARKOVÁ, 2006, p. 280).

Com base em Marková (2006), compreende-se que a construção das representações sociais ocorre mediante o elemento de distinção como parte do pensamento humano na constituição do conhecimento e expressão através da linguagem e da comunicação em sociedade. Desse modo, as culturas são perpassadas por vários tipos de antinomias e polarizações, que mediante a ação comunicativa dos cidadãos e da mídia na esfera pública geram um conjunto de tensões, que auxiliam na constituição, reconfiguração e propagação das representações sociais e do conhecimento social.

Ao atuar como espaço da esfera pública, a mídia se transforma em agente de produção simbólica que perpetua representações sociais presentes na sociedade, ao mesmo tempo em que constrói, reconstitui e coloca em circulação novas formas de representações. Os meios de comunicação também tornam visíveis as representações, permitindo seu conhecimento, questionamento e modificação; tornando-se um elemento importante na circulação e nas modificações das representações sociais, bem como na geração de mudanças no contexto social vivenciado pelos cidadãos.

2.1.1 Representações sociais na esfera pública

As representações sociais se desenvolvem como um conjunto de mediações simbólicas, compostas por saberes e conhecimentos que conferem sentido à vida pública em sociedade. São construídas, transformadas e circulam na esfera pública, principalmente através dos meios de comunicação, gerando um conjunto de sentidos e de significações acerca da realidade intersubjetiva e da cognição dos sujeitos sociais.

Na concepção de Jovchelovitch (2000, p. 175), “as representações sociais são formas de mediação simbólica firmemente radicadas na esfera pública”. O que torna a esfera pública um espaço da realidade intersubjetiva. É neste espaço em que as representações “são geradas, se cristalizam e se transformam” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 175), crescem e tomam forma. Nesse sentido, as representações sociais fazem parte das mediações da vida pública, pois se localizam no espaço público em que os sujeitos sociais se encontram para conversar e debater ideias, na tentativa de dar sentido à vida cotidiana em que as representações sociais se formam.

Todavia, ao mesmo tempo em que o fenômeno das representações sociais carrega em si certa resistência à mudança, também contém em si o próprio elemento de transformação, gerado mediante a conversação na esfera pública, operacionalizada por meio da linguagem e da comunicação. Por outro lado, o receio da mudança apresenta-se através da memória histórica e da tradição. Nesses termos, as representações sociais tratam-se de fenômenos que estão sempre sendo construídos e reapresentados por meio de algo novo e desconhecido, buscando reconstruir a realidade de modo autônomo e criativo. “[...] Elas representam, por excelência, o espaço do sujeito social, lutando para dar sentido, interpretar e construir o mundo que ele se encontra” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 41).

Desse modo, se “de um lado, as representações sociais desenvolvem-se através da mídia, conversações e narrativas. De outro lado, estas são práticas comunicativas que caracterizam e constituem os espaços públicos” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 178). Assim, como nas sociedades mediatizadas da atualidade os meios de comunicação passam a obter destaque central no espaço público, como aponta Mata (2006), as informações da mídia se tornam instrumentos de regulações de discursos, criando e reproduzindo regulações sociais no espaço público. Demonstra-se, assim, que as narrativas não são neutras, mas estão sempre permeadas por relações de poder, aflorando como produtos de lutas simbólicas.

Entretanto, torna-se necessário considerar que as relações entre os grupos sociais se dão de modo assimétrico, “pois grupos diferentes possuem recursos desiguais no processo de propor e sustentar suas representações” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 179). A análise de Jovchelovitch procura evidenciar que as representações sociais se desenvolvem no espaço da vida pública e se integram a totalidade do social, na produção de sentidos e de experiências simbólicas. O social é um espaço subjetivo e objetivo que transcende e institui novas fronteiras.

Percebe-se contudo, que os meios de comunicação se integram ao funcionamento da vida social e na mediação das representações sociais, que conferem sentido à vivência em sociedade, ou seja, integram as instituições que influenciam a constituição das representações na sociedade. Com isso, apresentam condições de interferir nas formas de interação, acesso e consumo de bens simbólicos, além de mediar a estrutura da política institucional, pois, a mídia altera as fronteiras entre a esfera pública e a privada.

Nesse contexto, o surgimento da imprensa, a partir da Revolução Industrial no século XIX, interfere na criação de uma esfera pública e no estabelecimento de novas formas de controle às práticas políticas, pois a publicidade da política torna mais visível ao público o exercício do poder e aumenta a exposição sobre as condutas e ações dos líderes políticos. Desta forma, na visão de Jovchelovitch (2000), a imprensa produz significados e valores hegemônicos, adquirindo o papel-chave de “ator” do poder, principalmente em sociedades em que os meios de comunicação se encontram dominados por grupos que também controlam a indústria e o governo, e se observa a ausência de uma esfera pública forte, com poucas condições em questionar os interesses dos grupos privados que monopolizam a mídia e o discurso da esfera pública.

2.1.2 A esfera pública e os meios de comunicação

A constituição da esfera pública torna o público no lugar do visível nas sociedades democráticas e confere sentido de realidade às coisas e aos fatos com visibilidade pública. Ao mesmo tempo, o público abrange o significado do próprio mundo e passa a intermediar a relação entre os indivíduos em sociedade. Nessa perspectiva, uma esfera pública que englobe a realidade da vida comum necessita de um espaço público plural, com capacidade de abranger a diversidade dos indivíduos, com distintas visões e posturas presentes na sociedade.

Desse modo, ao promover a circulação e a difusão de informações na esfera pública, os meios de comunicação atuam como plataforma central na sociedade. Porém, ao interpretar os acontecimentos, a mídia o faz atravessado pela linguagem, pela ideologia a qual se filia e pela história, a depender da abordagem em que se situa, apresentando condições de subverter a ordem dos fatos e de interferir na construção da memória coletiva.

Assim, ao pensar a esfera pública a partir do quadro conceitual de Habermas, Gomes (1999), ressalta que o conceito desse autor situa-se no contexto de uma esfera pública burguesa, e se refere ao local de debate e/ou discussão criado pelos sujeitos privados em um espaço público. Trata-se de uma formulação ampla, porém, aponta para aspectos fundamentais que demarcam a história do conceito. Nesse sentido, a esfera pública é vista como o espaço que abarca o que se refere ao público no campo do debate, sendo, portanto, concebida como a própria arena pública. Ou seja, trata-se do

espaço em que se possibilita a realização de uma discussão ampla, acerca dos assuntos de interesse comum entre os sujeitos sociais, formando o espaço público.

Nesse sentido, a noção de esfera pública é composta por três elementos básicos como (GOMES, 1999): “*a) discursividade e argumentação*” (GOMES, 1999, p. 205, grifo do autor) - possibilitando que o debate público ofereça diferentes posições e concepções de mundo aos cidadãos nos debates, socializados por meio do mecanismo do discurso, na interação com argumentos diversos, demonstrações e inclusive objeções distintas e contrárias. A argumentação se diferencia da conversação, pois se desenvolve a partir do uso da razão centrada na demonstração, ou seja, vale-se de uma racionalidade argumentativa; e volta-se para o estabelecimento de um consenso por meio do convencimento racional baseado no debate de posições distintas; “*b) publicidade*” (GOMES, 1999, p. 205, grifo do autor) - demonstra que o debate nesse espaço deve ser público, em relação ao assunto e os argumentos apresentados, pois o raciocínio que fundamenta as discussões precisa ser exposto e se tornar visível, bem como estar acessível aos cidadãos; E por fim, a “*c) privacidade*” (GOMES, 1999, p. 205, grifo do autor) - isso indica que o debate é direcionado por sujeitos privados, que não são, necessariamente, integrantes de poderes políticos, institucionais, como o do Estado, da Igreja, entre outros. Nesses termos, o argumento de cada indivíduo teria peso igual, sendo cada cidadão qualificado somente pela sua capacidade de apresentar e de defender os argumentos de sua ideia.

Porém, é importante salientar que se trata de uma concepção formal e ideal de esfera pública, que em geral, se depara com problemas, limites e contradições, principalmente com a organização da política contemporânea, bem como na relação com os meios de comunicação, que possuem sua própria dinâmica de funcionamento, adotando políticas editoriais classificatórias e excludentes, assim como interesses econômicos e políticos ligados geralmente a grupos no poder e à hegemonia do capital na sociedade contemporânea.

Em suma, verifica-se que a esfera pública representa essencialmente a esfera do debate público, já que

[...] o seu efeito não é mera visibilidade social mas a disponibilidade das posições expostas ao juízo público, o seu propósito não é simplesmente a criação de sociabilidade mas o convencimento demonstrativo através da disputa argumentativa conduzida com razoabilidade (GOMES, 1999, p. 211).

Nesse sentido, o aspecto da comunicação, baseado em uma argumentação racional, e a busca de visibilidade para a criação de convencimento mediante um debate demonstrativo de ideias em torno de interesses comuns no espaço público, assumem papel central para garantir os dispositivos democráticos na constituição da opinião e na produção de decisões que contemplem o bem comum nas sociedades.

De modo geral, a partir da perspectiva de Habermas, fica evidente que a esfera pública é um espaço construído fundamentalmente por meio da prática comunicacional, que se estabelece na medida em que um conjunto de públicos distintos se mobiliza em torno de redes de comunicação, a fim de promover debates demonstrativos que se tornem visível e adquiram legitimidade no espaço público, acerca de problemas de interesse comum na sociedade. A partir da interação dos cidadãos por meio de uma atividade comunicacional, estes assumem posicionamentos e passam a expressar pontos de vistas diversos (MARQUES, 2008). Desse modo, percebe-se que o terreno da esfera pública se torna fundamental para a atuação da sociedade civil, que mediante uma rede comunicativa de fluxo discursivo passa a ser a base social na formação de esferas públicas autônomas.

Nesse contexto, a comunicação se torna um campo de disputa importante nas sociedades democráticas na mediação da sociedade civil com as demais instituições sociais, mas, também na interação do Estado com os cidadãos. Conforme Weber, a comunicação, de forma geral, em relação aos Estados, passa a atuar como um instrumento essencial para assegurar as formas de “governar, legislar e julgar” (WEBER, 2011, p. 102). Desse modo, as formas de comunicação das instituições e os poderes do Estado ancoram-se em estratégias políticas de busca de visibilidade, que oferecem aos cidadãos informações sobre prestações de contas de ações públicas, bem como disputam as opiniões dos indivíduos para adquirir apoio e votos em períodos eleitorais.

Assim, percebe-se que, além de procurar oferecer resposta em relação às temáticas de interesse público, os Estados democráticos também ampliam suas capacidades para desenvolver ações através dos seus meios e das suas redes comunicativas. Como as instituições públicas necessitam da visibilidade de suas políticas para aprovação da sociedade, estas se tornam dependentes das condições comunicativas do Estado e da forma como os meios de comunicação retratam os assuntos relacionados ao Estado. Diante disso, para as instituições democráticas na atualidade, o elemento da visibilidade cumpre um papel significativo em relação à

divulgação de informações sobre as ações do poder público, na interação entre o Estado e a sociedade e na construção de credibilidade em torno da defesa de um projeto político (WEBER, 2011).

Portanto, os debates nas redes de comunicação pública e de comunicação dos Estados são permeados basicamente por assuntos de interesse público. Em relação a isso, Weber (2011, p. 104, grifo da autora), salienta que a construção dos debates e discussões na democracia fundamenta-se “na defesa do *bem público, do interesse geral, do interesse público*”, que, de forma geral, integram os princípios base das instituições públicas e de um Estado republicano. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de considerar a concepção da comunicação pública como categoria de análise essencial para analisar as ações de comunicação do Estado democrático, definidas pelo interesse público.

[...] a comunicação pública se constitui a partir do momento em que o interesse público está em jogo e temas relacionados [...] circulam em redes instadas a se manifestar e chegando à mobilização social, especialmente quando os temas privilegiam seus saberes e sua práxis [...]. É da comunicação de Estado, desta rede que determina a comunicação pública, que emergem indicadores para aferir um poder específico capaz de, simultaneamente: efetuar processos de *accountability*; promover projetos políticos; propor uma adequada imagem pública; fazer propaganda; e ampliar a sua capacidade de competir com a informação gerada pelas mídias de massa (WEBER, 2011, p. 105).

Em suma, compreende-se que a função da comunicação pública é disponibilizar aos cidadãos um conjunto de informações de interesse público, bem como garantir espaços de participação para que estes sejam ouvidos e tenham condições de opinar na criação de políticas públicas, auxiliando na efetivação da cidadania. Por outro, lado a comunicação do Estado busca oferecer aos cidadãos maior visibilidade em relação ao funcionamento dos princípios da representação democrática, ao mesmo tempo em que difunde uma comunicação de caráter estratégico, que possui a função de legitimar interesses políticos das instituições que fazem parte do Estado.

Contudo, nas sociedades democráticas a criação de uma comunicação pública dialógica e democrática deve valorizar a diversidade de opiniões dos grupos sociais e oferecer condições igualitárias para garantir a liberdade de participação na esfera pública. Em vista disso, um modelo democrático deliberativo teria que prever

[...] um processo político em que os cidadãos estão disponíveis para se escutar mutuamente, justificam de forma racional as suas posições, demonstrando respeito mútuo, e se mostram abertos a reavaliar, e

eventualmente mesmo a alterar, as suas preferências iniciais (ESTEVEZ, 2011, p. 33).

A comunicação pública é importante, pois fornece um quadro de referência simbólico, essencial para o entendimento da comunicação, a partir da linguagem. Desse modo, os meios de comunicação assumem posição simbólica na atualidade, devido à função central que adquirem, em relação ao papel da comunicação na organização da sociedade e nos instrumentos tecnológicos de mediação social, conferindo sentido às ações dos indivíduos e à vida em sociedade. Porém, na sociedade moderna, ganha espaço uma comunicação pública baseada na relação cidadão-Estado, que atribui aos indivíduos uma participação formal, programada e controlada pelo Estado. Essas transformações sociais e políticas tornam a opinião pública volúvel e passível de controle, sendo instrumentalizada por vários poderes, principalmente com o apoio dos meios de comunicação modernos.

Nesses termos, compreendemos que a consolidação de uma comunicação pública crítica necessita de incentivos a uma conversação democrática e de uma performática intelectual dos públicos, em um debate dialógico e racional na esfera pública, transformando o público em ator social coletivo. Porém, esse tipo de comunicação somente é possível com a democratização dos Estados, das instituições sociais e das relações de poder nas democracias deliberativas. Compreende-se contudo, que a comunicação pública é constituída por um conjunto de tensões no debate público, constantemente evidenciadas por grupos da sociedade civil, como organizações populares, Ongs, movimentos sociais, a exemplo do MST. Assim, na medida em que os Sem Terra do MST vão à rua realizar mobilizações massivas, reivindicam políticas públicas e se inserem em lutas que visam questionar à necessidade de uma comunicação pública mais ampla e diversa, esses grupos passam a tensionar o papel da comunicação pública na sociedade brasileira, apontando para a importância em contemplar uma diversidade de opiniões, pautas e projetos de sociedade, dos grupos populares. Visa-se assim, uma consequente ampliação acerca da visibilidade das demandas desses segmentos, a fim de melhorar o acesso à participação popular nos espaços públicos e dos governos para avançar na democracia.

Dessa forma, nas democracias modernas os meios de comunicação se tornam mecanismos centrais na circulação de fluxos discursivos e no debate argumentativo de opiniões para a tomada de posições na esfera pública.

Em seus textos mais recentes, Habermas (2005, 2006) reafirma a centralidade dos meios de comunicação na esfera pública ressaltando o fato de que eles alimentam os fluxos comunicativos e deliberativos que a sustentam, elaborando, via mecanismos e estratégias próprios, articulações entre diferentes falas e construindo o que Habermas chama de *opiniones publicadas* (MARQUES, 2008, p. 29, grifo da autora).

Porém, mesmo com condições de estimular debates e conversações públicas em distintas arenas de discussões na sociedade civil, torna-se necessário certo grau de cautela em relação à mídia. Já que os meios de comunicação não são espaços de visibilidade neutros, pois se tornaram conglomerados midiáticos com dinâmicas editoriais próprias e sofrem pressões na sociedade, principalmente no campo político e econômico. Percebe-se ainda uma série de outras pressões à imprensa que surgem, por exemplo, de outros setores da sociedade tais como organizações civis e setores privados. Em suma, mesmo com todas as contradições da mídia na formação da esfera pública, conforme Marques (2008, p. 25), Habermas considera o sistema dos *media* importante para fortalecer e garantir a manutenção “das estruturas deliberativas que fazem parte da dinâmica democrática das sociedades contemporâneas”.

Partindo de uma concepção habermasiana sobre a evolução do espaço público, Dahlgren (1997, p. 246) aponta que o conceito de espaço público é visto como “un sinónimo de los procesos de la opinión pública o de los propios medios de información⁶”. Trata-se de um ambiente público de carácter simbólico na sociedade, que também pode ser concebido como uma representação da própria opinião pública ou dos meios de informação. Isto posto, a ideia de espaço público deve ser compreendida como uma categoria de análise que permite não somente classificar um fenômeno social específico, mas também possibilita analisá-lo e compreendê-lo.

Tendo em conta o avanço dos sistemas democráticos, Dahlgren (1997) elabora um panorama sobre a nova era midiática. Para o autor, a concepção de espaço público pode colaborar na compreensão das configurações institucionais da ordem social dominante e de seus meios, por intermédio da análise do critério de acesso ao processo político do cidadão e a participação no mesmo. Porém, em relação aos meios de comunicação tradicionais na sociedade contemporânea, o autor alerta para a evolução na economia política, que gera mudanças nesses meios quanto à questão da propriedade, do controle social e do poder político. Nesse sentido, o avanço das privatizações e concentração dos capitais, bem como a desregulamentação das empresas de

⁶ “Um sinônimo dos processos da opinião pública ou dos próprios meios de informação”. Tradução livre.

comunicação pelos Estados, ampliam a mercantilização dos processos midiáticos e a monopolização de grupos de mídia.

Ramonet (2013) considera que uma das dificuldades enfrentadas pelos cidadãos em relação à credibilidade dos meios de comunicação atualmente, refere-se ao fato desses meios se tornarem cada vez mais dependentes do poder político e, principalmente, do poder econômico. Como a perda de rentabilidade e a crise, devido ao avanço da globalização e concentração do capital, os meios de comunicação se aliam a grupos econômicos maiores, por meio de fusões se tornando corporações midiáticas gigantes, a exemplo da “News Corporation, o maior conglomerado midiático do mundo, pertencente a Rupert Murdoch. O grupo possui todo tipo de empresas de imprensa escrita [...], rádio, televisão, edição, internet e, agora até um jornal para iPad” (p. 61)⁷.

Inseridos em uma lógica de mercantilização da informação e da comunicação na sociedade contemporânea, os conglomerados midiáticos se convertem em importantes atores econômicos do mercado, passando a difundir a ideologia hegemônica dos poderes econômicos e de grupos políticos dominantes, já que se transformam em instrumentos centrais de propagação desses sistemas, atuando em um campo simbólico e ideológico na difusão do neoliberalismo e do capital.

Diante de tais elementos, percebe-se que o papel da mídia na formação de uma esfera pública reforça a tese de Habermas em relação aos meios modernos e à decadência desse espaço, com o avanço tecnológico. Pois, tais fatores não garantem as condições para que os meios de comunicação tradicionais tenham papel significativo na constituição de uma esfera pública crítica, voltado para o debate argumentativo e a tomada de posições sobre assuntos de interesses comuns.

Nesse sentido, torna-se importante considerar outras tensões e contradições que se manifestam sobre os meios de comunicação, para evitar a formação de concepções distorcidas sobre a questão, e ultrapassar a crítica relativa ao vínculo das empresas de comunicação com o mercado, o domínio do poder político ou dos poderes do Estado. Nessa perspectiva, Dahlgren (1997) cita quatro fenômenos que também interferem na reconfiguração do espaço público: a) a crise do Estado-Nação; b) a configuração dos públicos, c) o surgimento de novos movimentos políticos e sociais e d) o aumento na

⁷ Moraes (2013) também alerta que o sistema midiático atual se associa a uma lógica de concentração e expansão reprodutiva do mercado e da cultura tecnológica, ancorada em aspectos da convergência midiática, como a digitalização, virtualização, mercantilizando o simbólico e internacionalizando os negócios. Nesse sentido, os meios de comunicação se integram a megagrupos midiáticos que passam a controlar todo o processo de produção material e imaterial, e os insumos tecnológicos necessários para o processamento e a difusão da informação em grande parte da sociedade.

liberdade de acesso dos consumidores às mídias digitais. Quanto ao primeiro, com o desenvolvimento da democracia moderna e a globalização, a entidade política dos Estados-Nação enfrenta uma profunda crise de gestão e legitimidade, acompanhada pelo processo de dispersão da produção e internacionalização dos capitais, que passam a depender do contexto econômico mundial.

Em relação ao segundo fator, devido à adoção de uma lógica comercial, os meios de comunicação enfrentam a fragmentação de públicos. O jornalismo precisa criar distintas formas de difusão da informação para atingir vários públicos e se adequar às estratégias do mercado, gerando um retrocesso na qualidade da informação. Já o terceiro fenômeno trata do surgimento de novos movimentos políticos e sociais, que defendem pautas específicas, como os direitos das mulheres, a questão ambiental, direitos étnicos, entre outros. Um dos principais desafios desses movimentos concerne à capacidade de criar vínculos entre a vida cotidiana e as ações de intervenção políticas. Assim, a quarta questão defende a importância do avanço tecnológico na comunicação e informação para os movimentos populares, que passam a ter acesso às mídias digitais a custos mais acessíveis para a difusão de suas demandas (DAHLGREN, 1997).

Diante desses fenômenos percebe-se o surgimento de espaços públicos alternativos que ocorrem de forma inversa e, ao mesmo tempo, de modo complementar ao contexto de fragmentação dos públicos dos meios de comunicação dominantes. Considerando esses fenômenos, Dahlgren (1997) defende ser possível visualizar o desenvolvimento de novas condições históricas de funcionamento do espaço público, com tensões e conflitos importantes que podem culminar em processos de mudanças. O autor também aponta para o surgimento de uma divisão do espaço público, quando os meios de comunicação dos movimentos alternativos conseguem colocar com maior frequência suas versões e concepções sobre o contexto político nos meios dominantes. Difundindo e conferindo legitimidade a visões mais amplas e diversas acerca do mundo e da informação.

Porém, entende-se que este é um embate desigual e precário, já que a disputa se realiza com meios midiáticos economicamente superiores e que possuem um discurso hegemônico consolidado na sociedade. O poder econômico e ideológico desses meios representa uma barreira quase intransponível a ser debilitada e/ou ultrapassada pelos movimentos populares. No entanto, compreende-se que não há como negar a possibilidade de difundir visões alternativas, mediante algumas lacunas nessas mídias. Em suma, analisa-se que o avanço dos sistemas democráticos são acompanhados por

mudanças significativas no campo dos meios de comunicação, exigindo a construção de novas relações entre os meios alternativos e dominantes, com o estabelecimento de lutas em torno da disputa do espaço da esfera pública.

Desse modo, a compreensão sobre as dinâmicas do espaço público passa pela necessidade de entendimento dos processos e as condições de produção de sentido, pois de modo geral, os indivíduos relacionam sua experiência com a reflexão para chegar a produção de sentido, entre os mais diversos campos. Em relação aos públicos, conforme Dahlgren (1997), em geral, observa-se que os meios de comunicação, por si só, não promovem uma interação entre os sujeitos da esfera pública para a realização de um ideal de participação política. Porém, ao mesmo tempo, não há como negar que a mídia possui um papel importante na elaboração de percepções culturais comuns, bem como sociais e políticas. Desse modo, é incontestável admitir que a criação de comunidades interpretativas baseadas nos meios de comunicação acabam por influenciar de alguma forma a produção de sentido no espaço público moderno, não havendo a possibilidade de criar públicos que não sejam condicionados pela cultura dos meios.

Compreende-se ainda que a vivência da esfera pública não necessariamente será influência e condiciona pelos meios de comunicação para todos os cidadãos na sociedade. Porém, por outro lado, conforme Gomes (1999), não podemos ignorar que o espaço de expressão e visibilidade dos meios de comunicação pode ser utilizado como esfera pública pelos grupos sociais e cidadãos com condições de acessar esse espaço, ainda que de formas distintas e assimétricas. No entanto, esses públicos têm condições materiais e comunicacionais distintas e procuram apresentar seus debates na esfera pública com base em visões que os beneficiem.

Entretanto, pode-se argumentar que os meios de comunicação possuem função importante na sociedade contemporânea em relação à constituição de uma esfera pública mais democrática, pois asseguram visibilidade a um conjunto de demandas, discussões e atores sociais, se tornando instrumento de mediação entre os mesmos. Para Marques (2008), essa é uma questão relevante, pois a visibilidade a partir da mídia passa a ser fundamental não somente para as elites e os grupos políticos dominantes, mas, principalmente, para os grupos populares e cidadãos que se encontram nas arenas periféricas da sociedade e possuem dificuldades para inserir suas pautas na agenda pública – a exemplo de grupos coletivos e organizados, com movimentos sociais populares, sindicais e organizações civis, que por meio dos espaço de visibilidade da

mídia passam a buscar formas de difundir suas demandas e inseri-las nos espaços de discussão e de tomada de posições na esfera pública.

Em vista disso, Marques (2008) atenta que a inclusão de debates de menor visibilidade em espaços de ampla publicidade – como nos meios de comunicação e no contexto geral da esfera pública –, somente se torna possível diante da capacidade de condições políticas dos grupos sociais que se encontram nos espaços periféricos. Nesse sentido, grupos coletivos organizados, como os movimentos sociais e redes de associações, têm mais condições de criar agendas públicas de debate em torno das suas demandas, necessidades e de direitos que entendem como essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, mesmo considerando as contradições e os limites dos meios de comunicação, quanto à possibilidade da sociedade civil em incluir pautas de interesse comum na esfera pública, compreende-se que os canais midiáticos podem ser considerados espaços privilegiados de visibilidade no espaço público, pois apresentam condições de produzir, colocar em circulação e reconstruir um conjunto de representações sociais, em relação a um apanhado de temas de interesse público que circulam em várias esferas de deliberação da agenda política.

Desse modo, com base em Marková (2006), percebe-se que as antinomias de oposição do pensamento, denominadas de *themathas*, na medida em que logram adquirir o foco de atenção social em relação a alguns problemas sociais comuns – e estes se transformam em elementos de geração de conflitos na sociedade, sendo problematizados mediante o debate argumentativo de ideias –, se tornam fundamentais na formação e na reconstituição das representações sociais, em relação aos fenômenos em discussão. Assim, observa-se que, geralmente, os assuntos públicos comuns que geram conflitos e tensões, acabam por promover um incentivo à discussão pública e quanto à tomada de posições distintas por parte dos grupos sociais presentes na sociedade, colaborando para a inserção desses assuntos no discurso público da esfera pública. Portanto, ao obter visibilidade no discurso público percebe-se que algumas antinomias presentes no senso comum passam a ser *thematizadas* e problematizadas, gerando tensões e possibilitando modificações, reconstrução e/ou a constituição de novas representações sociais na esfera pública.

Porém, é importante salientar que a atuação da sociedade civil na esfera pública não se resume à interação dos segmentos sociais com os meios de comunicação, sendo

necessário ocupar e disputar outros espaços na sociedade, para garantir a inclusão de assuntos de interesse comum no espaço público e na agenda política da sociedade.

2.2 A NOVA CIDADANIA BRASILEIRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A cidadania define quem são os membros de uma sociedade comum e quem não faz parte da mesma. Ou seja, contempla um conjunto de direitos e deveres fundamentais que prevê o pertencimento de um indivíduo a um Estado-Nação, centrado na criação de um nível de igualdade entre os sujeitos em sociedade, ainda que seja formal.

Na concepção de Barbalet (1989), a cidadania representa uma questão política com dois problemas gerais: quem pode exercer a cidadania e em que termos políticos. Suas características não abrangem apenas a questão legal e formal de exercício da cidadania, mas os recursos sociais aos quais os cidadãos têm acesso. “Um sistema político com igualdade de cidadania é na verdade menos do que igualitário se faz parte de uma sociedade dividida por condições de desigualdade” (BARBALET, 1989, p. 11). Assim, para obter igualdade de cidadania um sistema político também precisa prever os mecanismos de igualdade de cada sociedade. O segundo problema está nas consequências do progresso desses direitos, principalmente na relação entre os cidadãos e os indivíduos não-cidadãos. Pois, “[...] alguns grupos desfavorecidos poderão lutar pelos direitos de cidadania a fim de melhorarem as suas condições de vidas” (BARBALET, 1989, p. 12). A questão que se coloca nesse sentido é como o alargamento da participação cidadã pode influenciar na redução das desigualdades de classes ou nas relações entre os sujeitos sociais.

A cidadania pode ser pensada como a participação em uma comunidade ou em relação à qualidade de atuação de seus integrantes nesses espaços. Porém, no Estado democrático moderno a cidadania viabiliza a participação dos membros de uma sociedade no exercício do poder político, por meio do processo eleitoral. Assim, a participação cidadã em um Estado-Nação se realiza com base nas condições dos indivíduos em se tornarem membros de uma comunidade política e civil, nos termos formais da lei.

Sobre a construção da cidadania no Brasil, Dagnino (1994) apresenta uma caracterização acerca da nova cidadania, que se desenvolve com a experiência dos novos movimentos sociais e permeia o espaço político a partir dos anos de 1990. Para a autora a nova cidadania se constitui com caráter de estratégia política, devido a sua

formação histórica, pois surge baseada nas práticas de luta dos movimentos sociais e de suas transformações, passando a representar interesses e aspirações de uma parte importante da sociedade, mas não de todos os grupos sociais. Assim, o conceito de cidadania não pode ser visto como universal e imutável, já que seus processos de formação “respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política” (DAGNINO, 1994, p. 107). Desse modo, a busca pela apropriação e, por outro lado, a banalização desse conceito atendem a interesses e projetos distintos de sociedade.

Nesse sentido, Dagnino (1994) apresenta duas dimensões que teriam colaborado para o surgimento da nova cidadania: a primeira delas é que a mesma se desenvolve interligada às lutas dos movimentos sociais de dimensão urbana, os quais cobram o acesso a direitos básicos nas cidades, bem como de movimentos que exigem direitos específicos, como o das mulheres, negros, homossexuais, ecológico, entre outros. Assim, a luta por direitos, tanto de acesso à igualdade quanto do despeito à diferença integram as demandas desses movimentos sociais e se tornam a base elementar para a construção de uma nova cidadania.

Em segundo lugar, a experiência de formação da nova cidadania se soma a uma luta mais ampla de construção e aprofundamento do processo democrático. Integrada a essas dimensões, Dagnino (1994) indica um terceiro aspecto, que pressupõe a organização para uma construção democrática e uma mudança social relacionada à dimensão da cultura e da política. Com base nisso, a cidadania passa a contemplar novas características da sociedade, como a questão da subjetividade, o surgimento de novos sujeitos sociais e outros direitos, o que promove a ampliação do espaço político e o reconhecimento do caráter cultural na consolidação da democracia.

Portanto, o firmamento da nova cidadania relaciona-se com a demanda de avanço de uma cultura democrática no Brasil e nos países latino-americanos, para enfrentar a problemática das desigualdades e do autoritarismo de uma ordem social excludente. Nessa perspectiva, a nova cidadania tem a função de estabelecer dimensões políticas capazes de modificar as relações de poder e ampliar a concepção de democracia, possibilitando a inserção de outras práticas sociais e culturais, além de ultrapassar o aspecto institucional e formal dos direitos.

Nesse contexto, mediante a luta das classes trabalhadoras pela conquista de direitos e construção de uma cidadania na sociedade capitalista, os segmentos sociais se

organizam de várias formas na sociedade – em partidos, Organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, etc. Nesse cenário surgem vários movimentos sociais que reivindicam direitos fundamentais (emprego, moradia, terra, saúde, educação, etc.) ou promovem lutas de caráter revolucionário questionando a estrutura social.

Isto posto, a seguir realizamos discussão sobre a teoria dos movimentos sociais procurando compreender como estes se inserem na luta pela cidadania em um contexto de luta de classes, buscando tornar suas demandas visíveis na esfera pública e, conseqüentemente, inseri-las na agenda política da sociedade.

Gohn (1997) estabelece um conceito teórico dos movimentos sociais, mas sua análise converge para uma descrição conceitual, construindo, no entanto, uma caracterização geral. Na visão da autora, os movimentos sociais se constituem como processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, a partir de forças sociais em conflitos. Estas criadas mediante a ação e a práxis humana, bem como devido às lutas sociais na história, que se desenvolvem de forma cíclica, por causa da dinâmica do conflito social e das demandas, com condições de aglutinar interesses comuns de um grupo social.

Os movimentos sociais populares, possuem, ao mesmo tempo, um caráter social, cultural e político, pois reivindicam um conjunto de direitos por meio de ações políticas questionadoras e que geram conflitos na sociedade e pressão aos governos. Porém, as lutas desses movimentos passam por períodos de mobilizações massivas e de refluxo de massa, dependendo da conjuntura política de cada período histórico. Nem todas as demandas dos movimentos sociais ao longo da história se voltam para a luta de classe, mas para conflitos entre atores sociais. Assim, nem todos os movimentos sociais podem ser considerados revolucionários, enquanto também surgem movimentos conservadores⁸ na sociedade.

Nesse contexto, a categoria fundamental determinante se concentra na força social, que precisa transformar as demandas em reivindicações comuns para desencadear uma ação coletiva. Com isso, a capacidade de representatividade de um

⁸ A exemplo do MBL (Movimento Brasil Livre), Vem Pra Rua, Revoltados *On-line*, que surgem a partir das primeiras mobilizações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no país, em novembro de 2014, e possui como pauta central a realização do *impeachment*, expressando basicamente anseios da classe média e alta, bem como dos grandes oligopólios midiáticos, como a Rede Globo, e de partidos de direita e centro-direita de oposição à presidente. Assim, difundindo a pauta da corrupção como fator moral e outras pautas conservadoras, como o retrocesso de direitos trabalhistas, escola sem partido, gênero e dos LGBTs, entre outros, conquistados em anos de processos de luta no país.

movimento social depende do lugar em que este se encontra inserido no conflito social ou no espaço da luta social. A análise de Gohn (1997) se concentra no campo da política. Na sua visão, os movimentos sociais funcionam como expressão de poder na sociedade civil, agindo num cenário de relação e disputa de forças, e se concretizando como processos político-sociais. Diante disso, estabelece uma conceituação descritiva, em torno da natureza dos movimentos sociais.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizado. [...] Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 1997, p. 251-252).

Os movimentos sociais são percebidos como sujeitos coletivos com atuação política e força social na sociedade civil, estabelecendo demandas comuns a partir de um conjunto de conflitos e carências na sociedade. O que determina o seu desenvolvimento no espaço público e seu poder de pressão perante o controle do Estado, no questionamento à ordem vigente. Se formam, portanto, no processo de atuação sócio-política, criando uma identidade de representação e reconhecimento para seus sujeitos sociais, que passam a atuar como expressão da ideologia e visão de mundo do movimento social ao qual se integram.

A atuação dos movimentos se concretiza em espaços da esfera pública não institucionalizados e não-estatais, possibilitando maior visibilidade às suas ações. Mas, para negociação das reivindicações os movimentos sociais buscam o suporte de organizações da sociedade civil e política. Nesse sentido, compreende-se que, os movimentos sociais, se caracterizam como movimentos sócio-políticos e culturais, com poder de expressão e força social na sociedade civil, passando a exercer influência nas transformações sociais do país, a partir dessa mesma sociedade, a depender da conjuntura e da dinâmica do conflito social em cada momento histórico.

Na nossa concepção, Gohn (1997) não considera o conceito das classes sociais para analisar os movimentos sociais na sociedade capitalista. Para complementar a discussão acerca da relação entre os movimentos sociais e a luta de classes, recorreremos à conceituação de Galvão (2011 e 2008). Nesse sentido, Galvão (2011) apresenta duas proposições em que procura construir uma definição marxista dos movimentos sociais. Quanto à primeira, considera que

[...] é possível relacionar a eclosão desses movimentos à posição de classe de seus participantes. A relação entre classes e movimentos sociais pode ser apontada pelo analista, ainda que esse elemento não apareça claramente no discurso dos movimentos (que podem não se ver como um movimento de classe, nem considerar suas demandas como demandas de classe – e sim culturais, identitárias, como afirmam as teorias dos novos movimentos sociais e do reconhecimento) [...] (GALVÃO, 2011, p. 113).

Em relação à segunda proposição, os movimentos sociais são concebidos com características “pluriclassistas (ou policlassistas)”, pois a autora considera classes no sentido amplo do termo, “incluindo classes médias e camponeses no âmbito das lutas dos trabalhadores” (GALVÃO, 2011, p. 113). Nesses termos, como as classes não são homogêneas na sociedade os movimentos sociais populares também não podem sê-lo.

A tese de Galvão (2011), acerca da luta de classes compreende a relação entre a luta política reformista, de caráter reivindicatório por parte dos grupos populares, centrada na conservação e na ampliação de direitos, ao mesmo tempo em que se encontra aliada à luta política revolucionária, com objetivo final de tomada de poder pelas classes dominadas e a transição para um modelo socialista de sociedade. Observa-se que as lutas corporativas em torno de reivindicações imediatas não impede que essas ações estejam articuladas a propostas mais amplas relativas às mudanças sociais e de superação da exploração de classe. Compreende-se, assim, a importância da luta por direitos sociais e políticos como instrumentos significativos na luta de classes.

A análise marxista possibilita investigar de modo dialético a relação entre o Estado e a sociedade civil, a partir das ações dos movimentos sociais e seus impactos sobre a ordem do capital. Para tanto, é necessário considerar a função do projeto político e das ideologias dos movimentos na luta social. Contudo, os movimentos sociais das classes trabalhadoras, mesmo aqueles que não se colocam como anticapitalistas, de modo geral, se contrapõem aos aspectos da ideologia dominante e do direito burguês. (GALVÃO, 2011). Diante disso, geralmente, os movimentos sociais contestam o direito de propriedade, com ocupações de espaços privados e públicos; questionam a igualdade

formal que oculta a desigualdade real de várias formas e impede a prática da cidadania, a exemplo da questão sexual, de gênero, racial, bem como o direito de ir e vir, o avanço de concentração e expansão do capital e da degradação ambiental.

Para elucidar essa questão, Galvão (2008) analisa a atuação dos movimentos sociais na América Latina, que eclodem ou se tornam conhecidos a partir da década de 1990. Na visão da autora, ainda que as políticas neoliberais na América Latina tenham sido desenvolvidas e aplicadas pelos governos de diferentes maneiras nos países, o que, conseqüentemente, demanda reações distintas dos movimentos sociais, de modo geral, as causas dos vários movimentos sociais possuem um elemento central comum que os unifica, pois estes se organizam e direcionam sua ação como forma de reação às políticas neoliberais.

Ela cita alguns exemplos de movimentos sociais que surgem nesse contexto. Como foi o caso da Argentina, que enfrentou conseqüências devastadoras quanto ao impacto da política neoliberal, a qual desembocou em uma crise financeira em 2001, gerando o aumento do desemprego e da pobreza, além de provocar o surgimento de diversos movimentos que se opunham a essas políticas neoliberais (GALVÃO, 2008). Os demais exemplos concentram-se no México, Bolívia⁹ e Brasil.

Na concepção de Galvão (2008), para além de um conjunto de crítica ao neoliberalismo, o que obriga esse modelo a realizar algumas mudanças e readaptações, por meio de estratégias dos governos e do mercado, a atuação dos movimentos sociais na América Latina esvazia a legitimidade política e ideológica dessa estratégia de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que gera mudanças importantes no contexto político desses países, elegendo políticos de partidos de “centro-esquerda”.

Desse modo, os movimentos sociais latino-americanos com grande protagonismo na década de 1990 adquirem abrangência social e, de modo geral, agregam uma multiplicidade de condições dos atores mobilizados. Como os movimentos mexicanos e bolivianos nos quais se observa uma intersecção entre demandas étnicas, de gênero, geracional e de trabalhadores urbanos e camponeses,

⁹ No caso mexicano, Galvão (2008) cita os zapatistas, que se insurgiram em Chiapas, em 1994, contra o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e os manifestantes de Oaxaca, conhecidos em 2006, a partir de uma greve de professores por aumento de salários e melhorias no sistema de educação. Na Bolívia, em reação às políticas de ajustes estruturais que apresentavam riscos contra as autonomias dos departamentos e dos indígenas, surge em 1990 a “Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade”. Os protestos reuniram organizações sindicais indígenas e dos bairros, derrubando dois presidentes, tendo como pauta central o questionamento de medidas neoliberais. Os movimentos de maior expressão na sociedade boliviana, nesse sentido, foram a “guerra da água”, de Cochabamba em 2000, “os bloqueios aymaras”, em La Paz, entre 2000 e 2001 e as “guerras do gás”, nos anos de 2003 e 2005.

tornando presente, contudo, o caráter de classe. No caso do Brasil, Galvão (2008) aponta o surgimento do MST, que também reúne uma base social ampla: são “desempregados urbanos e trabalhadores informais” e “camponeses expulsos de suas terras” (p. 14). O que demonstra as consequências negativas das políticas neoliberais que não criam oportunidades às populações rurais, as quais migram para as cidades, empurrando-as para a pobreza. Assim sendo, a opção dos governos brasileiros pela implantação de um projeto neoliberal no país gera as condições ideais para a expansão da base social e a força política do MST no Brasil.

Portanto, percebe-se que os movimentos sociais populares na América Latina surgem e se ampliam em um cenário de crise, limitações da democracia representativa e diante da falta de inclusão participativa de grande parte da população – que ocorre devido à perda de referência de algumas instituições políticas tradicionais (partidos, sindicatos, etc.) e a ausência de condições em garantir a representatividade das demandas sociais que surgem em um novo contexto histórico. Na busca por novas formas participativas esses movimentos procuram enfrentar a crise de representatividade, criando novos mecanismos políticos de participação e exercício de cidadania, que não excluem a relação com outras organizações tradicionais dos trabalhadores. Em muitos casos o objetivo final é, justamente, assegurar uma participação nos espaços institucionais, porém, por fora das organizações políticas tradicionais (GALVÃO, 2008).

Compreende-se, em relação aos movimentos sociais do campo, que a luta pela terra e pela reforma agrária surge como uma pauta reformista, não tendo um caráter revolucionário intrínseco à luta de classes. Ainda assim apresenta forte teor contestatório sobre a sociedade capitalista, pois os meios de produção, entre eles a terra, são fundamentais para a exploração do trabalho e a dominação da classe trabalhadora. Diante disso, entende-se que a luta desses movimentos sociais pela desconcentração da terra e a implantação de um programa de reforma agrária no Brasil para a democratização da terra e o desenvolvimento do campo, atualmente apresenta um caráter de luta de classes.

Desse modo, percebe-se que os movimentos sociais populares cumprem um papel fundamental na politização da sociedade civil, pois passam a exercer a prática da política e do questionamento de problemas sociais coletivos desde as bases da sociedade, rompendo com os obstáculos tradicionais entre a política e a sociedade, e expandindo o alcance da cidadania. Os movimentos sociais populares criam novos

instrumentos sócio-políticos para o questionamento da democracia e a luta por direitos na esfera pública, procurando influenciar no desenvolvimento dos Estados e no contexto político, para a adoção de uma política antineoliberal e promover mudanças estruturais nas sociedades contemporâneas.

Isto posto, ao passo que possuem caráter simbólico e cognitivo, que na mediação social conferem sentido à vivência em sociedade entre os cidadãos, as representações sociais, ao se fundamentarem na linguagem e no elemento da comunicação, passam a desempenhar função significativa na formação e construção de sentidos e significados comuns em torno das demandas e dos projetos políticos dos movimentos sociais populares na sociedade brasileira, por exemplo. A construção e circulação dessas representações sociais na esfera pública, contudo, depende da capacidade e da força social dessas organizações em pautar e obter visibilidade em torno das suas demandas nos meios de comunicação, que atualmente têm se transformado em grandes oligopólios midiáticos.

Desse modo, a *thematização* e a problematização de algumas antinomias, relativas a problemas públicos importantes para os movimentos sociais na sociedade, que geram conflitos e tensões no espaço público, contribuem por meio da visibilidade na mídia, na inserção de alguns assuntos de suas demandas na agenda política da esfera pública. Ao mesmo tempo, esse processo de mediação no espaço público também possibilitam a construção de novos sentidos e conhecimentos, que passam a reconstituir representações sociais ultrapassadas em torno das ações e da atuação dos movimentos sociais populares na sociedade.

2.2.1 A construção da cidadania comunicativa e a comunicação popular

A questão da comunicação nas democracias contemporâneas se encontra interligada à luta dos grupos populares, especialmente de movimentos sociais populares na reivindicação de direitos e cidadania, bem como na conquista de uma cidadania comunicativa e na garantia do direito à comunicação. Nos últimos anos o direito à comunicação ultrapassa uma abordagem teórica tradicional limitada, como o “direito ao acesso à informação ou como direito à liberdade de informação e de expressão” (PERUZZO, 2007, p. 11), sendo essa visão renovada:

As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor,

ao acesso à informação de qualidade irrefutável, nem apenas no direito de expressar-se por ‘quaisquer meios’ – o que soa vago, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores produtores e difusores – de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar (PERUZZO, 2007, p. 11-12).

A inclusão de uma concepção mais ampla na atualidade passa a contemplar a necessidade na garantia de acesso ao poder de comunicar dos cidadãos e dos grupos sociais. Desse modo, a garantia ao direito à comunicação se amplia e abarca o direito dos cidadãos e grupos coletivos em usufruir do acesso aos canais de comunicação, também para produção e difusão de informações de seus interesses.

O acesso à informação e aos meios de expressão na sociedade faz parte dos direitos do indivíduo e compõem os direitos civis. Conforme Peruzzo (2007), esse é um direito de primeira geração, relacionado à dimensão civil, porém, engloba também o direito de segunda geração na medida em que prevê o acesso a bens, ou seja, aos direitos sociais. Por outro lado, também representa um direito de terceira geração, ao ampliar o direito dos indivíduos para os direitos coletivos, de “grupos humanos, dos movimentos coletivos, e em suas diferenças” (PERUZZO, 2007, p. 16).

Os direitos de terceira geração são conquistados na segunda metade do século XX e se relacionam aos direitos coletivos de grupos humanos, de uma nação, comunidade e de minorias discriminadas (PERUZZO, 2007) e excluídas, que se organizam para lutar por direitos e cidadania – a exemplo dos movimentos de mulheres, grupos étnicos, negros, sem-teto, sem-terra, etc. A evolução e conquista dos direitos de segunda e de terceira geração representa um novo contexto na história dos direitos humanos e tem papel fundamental no avanço da cidadania e das democracias, pois são direitos que possibilitam o desenvolvimento da consciência dos cidadãos quanto à garantia do direito de ter direitos. A partir disso os cidadãos e grupos coletivos reivindicam o acesso a direitos previstos de forma genérica e normativa na sociedade. Utiliza-se como justificativa o acesso a bens devido ao fato de ser um direito e não apenas como uma necessidade de um grupo.

Nesse sentido, o movimento histórico relativo aos direitos sociais e em respeito às diferenças de grupos coletivos e segmentos sociais na sociedade brasileira representa um avanço, que resulta, principalmente, da apropriação dos movimentos sociais e organizações do terceiro setor em relação aos meios de comunicação, na luta pelo atendimento de suas demandas e necessidades (PERUZZO, 2007). Trata-se de uma luta por direitos que reivindica o acesso à liberdade de expressão e de se comunicar em um

âmbito coletivo. Nesse contexto, observa-se que além de desempenhar lutas específicas por demandas de sua base social, alguns movimentos sociais também agregam à plataforma de reivindicações o acesso aos meios de comunicação como movimento coletivo, procurando usufruir desse direito a fim de garantir visibilidade, reconhecimento e mediação junto à sociedade.

Ao pensar a comunicação como um bem público na sociedade, o que a tornaria um direito de acesso livre e igualitário a todos e todas os cidadãos, Momesso (2007) aponta como limite desse processo na sociedade capitalista, que os instrumentos e equipamentos para a prática da comunicação e expressão do conhecimento são, em sua maioria, apropriados por empresas privadas capitalistas, o que limita a participação da sociedade, devido a concentração e centralização de capital e difusão da lógica do lucro e ideologia burguesa, como discutido anteriormente. De modo geral, a concentração de máquinas e equipamentos que viabilizam o processo de comunicação prejudicam a comunicação humana, devido à interdição do acesso de todos os cidadãos a essas tecnologias.

Mesmo diante dos limites e dificuldades, os meios de comunicação seguem atuando como “um campo de disputa para a contra-hegemonia” (MOMESSO, p. 14, 2007), por isso precisam ser disputados pelos cidadãos e pelas organizações coletivas. Assim, o direito à comunicação e a busca pela cidadania comunicativa é ampliado, passando a englobar outras dimensões importantes para a conquista do acesso ao poder de comunicar, e quanto às possibilidades dos cidadãos e de grupos coletivos em se tornarem protagonistas e produtores de processos comunicativos. “[...] Pressupõe que o cidadão e suas organizações coletivas possam ascender aos canais de informação e comunicação [...] enquanto emissores de conteúdos, com liberdade e poder de decisão sobre o que é veiculado” (PERUZZO, 2007, p. 27).

Contudo, ainda que represente uma utopia na sociedade contemporânea, Peruzzo (2007) salienta que a democratização em relação ao poder de comunicação aos sujeitos sociais é essencial para o alargamento da democracia e o exercício da cidadania, além de contribuir no avanço de outras dimensões cidadãs, como cultural, econômica e política. Compreende-se, portanto, que a garantia no acesso ao direito à comunicação, com estímulo à participação dos cidadãos, também depende de mudanças na propriedade e concentração dos meios de comunicação, com o deslocamento do modelo comercial atual para um sistema público de comunicação a ser gerido por mecanismos

de controles públicos, com conselhos consultivos da sociedade civil (MOMESSO, 2007), como associações de direitos, entre outros.

Todavia, a construção da cidadania comunicativa depende da capacidade de pressão e luta dos segmentos populares por direitos e dos cidadãos por uma autoemancipação comunicativa. Desse modo, partimos da concepção da comunicação como um direito humano, de Peruzzo (2007), para discutir a problemática da cidadania comunicativa na sociedade contemporânea. Ao conceber a cidadania comunicativa como um elemento específico de investigação, Mata (2006) aponta para a articulação política e analítica entre comunicação e cidadania como fundamental, pois, para a autora, a cidadania extrapola o exercício dos deveres e direitos individuais dos sujeitos sociais em relação ao Estado e refere-se à condição desses sujeitos no desenvolvimento de intervenções no espaço público, a fim de reverter a apropriação desses direitos pelos meios de comunicação de massa. Trata-se de uma ampliação da noção da cidadania e do seu escopo de luta.

Percebe-se a importância no alargamento dessa demanda de cidadania, articulada à nova característica do espaço público, pois o avanço tecnológico amplia a midiaticização das sociedades contemporâneas, de modo que a mídia e as redes de informações se tornam central na ocupação do espaço público, alcançando níveis privilegiados de intercâmbio entre a sociedade, bem como criam uma representação de si como espaços de saber e coletivização desse conhecimento, necessário para a vivência em comum à condição de cidadania e à luta política (MATA, 2006).

A noção de cidadania comunicativa localiza-se no âmbito dos direitos civis, juridicamente constituído através das leis e formação dos Estados, e exige o desenvolvimento de práticas para garantir direitos específicos no campo da comunicação. Os direitos civis englobam “[...] La libertad de expresión, el derecho a la información, la posibilidad de exigir la publicidad de los asuntos públicos, etc. [...], juridicamente consagrados por diversos instrumentos tales como la constitución de los Estados, leyes, decretos, disposiciones reglamentarias (MATA, 2006, p. 13)¹⁰. Nesses termos, o conceito de cidadania comunicativa excede a dimensão jurídica, pois necessita de uma consciência prática de ação dos sujeitos sociais e se vincula às dimensões sociais e culturais, se entrelaçando com as referências identitárias e lutas gerais por

¹⁰ “[...] A liberdade de expressão, o direito à informação, à possibilidade de exigir a publicidade dos assuntos públicos, etc. [...], juridicamente consagrados por diversos instrumentos tais como a constituição dos Estados, leis, decretos, disposições regulamentares”. Tradução livre.

igualdade. Porém, suas demandas de luta extrapolam a relação com o Estado, já que necessitam também focar na exigência de ações por parte do mercado para combater os mecanismos responsáveis por estimular o conjunto de desigualdades.

Por outro lado, Mata e Córdoba (2009) apontam que em um mundo em que o acesso à informação e o fato de ‘estar informado’ se torna um instrumento importante de acesso ao *status* de poder ser e desenvolver ações, a circulação da informação demonstra as diferenças entre os indivíduos receptores e usuários. Nesse sentido, é inegável a capacidade dos meios massivos e das tecnologias informativas em influenciar ideias e concepções de mundo acerca da própria noção de informação e em produzir uma agenda informativa com temas de interesse dos mesmos. De modo geral, os temas que não adquirem visibilidade na agenda dos meios de comunicação perdem importância, ou sua existência é esvaziada na sociedade. Em suma, os meios massivos orientam os indivíduos sobre quais assuntos se informar e como são enquanto indivíduos e coletivos sociais.

Assim, percebendo que a ordem social é permeada por um conjunto de desigualdades, tensões e conflitos entre os setores que dominam o poder e as populações excluídas, Mata (2006), apresenta uma tipologia para classificar a cidadania comunicativa e o exercício dessa prática, composta por níveis distintos. Inicialmente, trata-se do nível da *cidadania formal*: que abarca o conjunto de indivíduos com direitos previstos em lei no campo da comunicação. O segundo nível se refere à *cidadania reconhecida*: que representa a condição dos cidadãos que reconhecem esses direitos como parte da sua condição de membro de uma determinada comunidade, nesse caso, de um Estado-Nação. Já o terceiro nível contempla a *cidadania comunicativa exercida*: reconhecida pelos cidadãos que passam a desenvolver práticas sociais de reivindicação desses direitos, buscando a sua viabilidade e ampliação.

Desse modo, a questão da cidadania nos estudos da comunicação adquire um sentido político, pois possibilita uma percepção mais ampliada em relação à forma de apropriação dos recursos de expressão de caráter público, por parte do Estado e do mercado, revelando de que forma estes são vistos como limite significativo em relação ao exercício de direitos que garantem o funcionamento da democracia em uma sociedade (MATA, 2006). Isto posto, o acesso ao exercício da cidadania comunicativa, a partir do terceiro nível, indicado por Mata (2006), depende da capacidade dos movimentos sociais, por exemplo, em desenvolver processos de luta de pressão junto ao Estado e ao mercado, buscando conquistar o direito à comunicação, como uma prática

social no espaço público. Bem como assegurar o acesso aos meios de comunicação tradicionais e às mídias digitais, aliado à criação de meios midiáticos populares e comunitários para difusão de informações e demandas de seu interesse, buscando a ampliação de visibilidade na esfera pública.

Assim, mediante o reconhecimento e da consciência dos cidadãos e de grupos coletivos quanto a uma cidadania comunicativa exercida, percebe-se que os movimentos sociais populares organizam processos de comunicação populares e comunitários, aliados aos seus processos de luta, buscando exercer o direito à comunicação e procurando tornar visível suas demandas de direitos e cidadania na esfera pública, além de difundir uma comunicação contra-hegemônica em relação aos seus projetos políticos e ampliar a mediação com a sociedade.

Como indica Peruzzo (2006a), a comunicação popular surge com o desenvolvimento dos movimentos populares do Brasil e da América Latina das décadas de 1970 e 1980, como forma alternativa de comunicação e se constituindo a partir de processos de participação democrática na luta dos movimentos e organizações populares, por melhores condições de vida. A comunicação popular também é chamada de comunicação alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica. Todas possuem o mesmo sentido político, pois são expressões de segmentos populares excluídos, que lutam por direitos sociais e políticos.

Embora o termo “popular” tenha, para alguns autores, o mesmo significado que “comunicação do povo” (mesmo que ambíguo e elástico), sublinha-se a comunicação popular produzida pelo povo e destinada a ele, por meio de suas organizações e movimentos populares, em luta pela sobrevivência desses grupos e por transformações sociais (PERUZZO, 2006a). Nessa perspectiva, a comunicação popular emerge da luta dos movimentos sociais populares, mediante a criação de canais autônomos de comunicação para a expressão desses grupos e a mobilização com o intuito de conquistar direitos sociais e políticos. “[...] Se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para a participação democrática do ‘povo’. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo [...]” (PERUZZO, 2006a, p. 4).

A comunicação popular e alternativa se desenvolve a partir de um caráter educativo e de emancipação, em que o “povo” tem o papel de protagonista desse processo, constituindo-se em instrumento político utilizado pelas classes subalternas (classes dominadas) para a expressão de sua visão de mundo e construção de uma

sociedade igualitária. Assim, no contexto da América Latina vários movimentos populares que lutam por direitos sociais, políticos, culturais, econômicos, entre outros, organizam processos de comunicação populares, baseados nas necessidades e concepção de vida dos seus integrantes, a fim de auxiliar na organização política e na visibilidade de suas pautas na agenda dos governos e na esfera pública.

Nesse campo há outra área importante de pesquisa pouco desenvolvida na comunicação, que aborda a relação da comunicação popular e comunitária dos movimentos sociais com a mídia comercial. Em estudo sobre um *site* popular organizado pelos moradores do Bairro Ellery (<http://www.bairroellery.com.br>), na cidade de Fortaleza, no Ceará, Oliveira (2011) constata que além do *site* ter se tornado um espaço de expressão de comunicação popular dos moradores do bairro, o portal também é visto pelos entrevistados que participaram no estudo da autora, como um ambiente importante para conferir visibilidade aos acontecimentos, personagens e sujeitos atingidos pela inviabilidade da mídia comercial. Desse modo, mesmo com as críticas em relação aos oligopólios midiáticos e a consciência de que grande parte das ações dos moradores do bairro não conseguem obter visibilidade nesses meios, os sujeitos dos movimentos populares mantêm a prática de tentar pautar a mídia comercial.

A partir da discussão de Oliveira (2011), compreende-se que para além da análise do poder hegemônico dos meios de comunicação e do aprendizado dos movimentos sociais em ter seus próprios meios de comunicação populares, é relevante realizar reflexões acerca da compreensão desses sujeitos em disputar o espaço de visibilidade da mídia comercial, mesmo com os limites e filtros editoriais que buscam barrar o poder de alcance das pautas populares. Como este não é o foco do nosso estudo, não vamos nos ater a esse debate, mas concordamos com a autora quanto à necessidade de ampliar o campo de pesquisa em relação à comunicação popular e comunitária, procurando analisar como essas práticas de comunicação se relacionam com a mídia comercial e como surgem as contraposições de discursos entre esses meios.

Assim, no caso do Brasil, percebe-se que além de movimentos populares e entidades que têm como pauta central a democratização dos meios de comunicação, outros movimentos sociais populares com pautas mais amplas, compreendem a necessidade do acesso ao exercício da cidadania comunicativa para a visibilidade de suas demandas e difusão da visão de mundo de seus membros na esfera pública, mediante a circulação de ações e informações em canais massivos de comunicação, além do direito à criação de canais populares e alternativos de comunicação para se

comunicar entre os grupos e com a população em geral. Nessa perspectiva, o exercício da cidadania comunicativa como um direito dos cidadãos – mesmo chegando ao nível da prática reivindicativa exercida –, não garante a conquista desse direito, que depende de um nível avançado de democracia, em que todos os indivíduos sociais, independente de classe ou de condição social, tenham o direito à livre expressão e à comunicação garantidos na sociedade.

Nesse sentido, diante da importância da constituição e da reconstituição de representações sociais em torno das demandas, ações e dos projetos políticos dos movimentos sociais populares – tais como o MST –, a partir da circulação de informações e sentidos nos meios de comunicação, percebe-se que isso somente é possível mediante a articulação do projeto político dessa organização com a construção da cidadania comunicativa, buscando garantir a reelaboração das representações acerca das ações e demandas na esfera pública.

Observa-se que a cidadania comunicativa faz parte do projeto político do MST, pela reforma agrária e mudança da sociedade, ao mesmo tempo em que opera como elemento fundamental para auxiliar na elaboração de novas representações sobre esse projeto político e na conquista do mesmo na sociedade atual. Isso ocorre devido à função central que a comunicação e os meios de comunicação assumem na apropriação do espaço público e da agenda política na sociedade contemporânea, em relação às demandas por direitos e cidadania, por exemplo. No entanto, é fundamental esclarecer ao leitor que o nosso foco de investigação e problematização nesse estudo em relação à questão do espaço público e da cidadania, correspondem às observações de práticas comunicativas de porta-vozes e comunicadores do MST, que atuam como produtores e disseminadores de conteúdos, na busca da prática cidadã e visibilidade das demandas dessa organização na esfera pública. Pois, de modo geral, a cidadania e o espaço público se encontram, teoricamente, localizados a observação da esfera da produção e de gestão de conteúdos digitais.

2.3 MÍDIAS DIGITAIS E A ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

A sociedade capitalista contemporânea passa por um processo de globalização que modifica sua base material e promove uma revolução tecnológica da informação, ocasionando mudanças profundas nas relações sociais, nos sistemas políticos e de valores na sociedade. Ao final do XX e início do século XXI, o desenvolvimento

tecnológico cria à sociedade em rede e as mídias digitais, gerando novas plataformas de comunicação e informação que promovem mudanças políticas, sociais e econômicas, além de colocar em crise a centralidade e o controle de informação dos meios de massa tradicionais – tais como rádio, jornais, revistas e televisão.

Castells (2006) aponta que o modelo capitalista de produção e a revolução da tecnologia da informação promovem o desenvolvimento do informalismo. “Essencial para a implantação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980” (p. 50), que se estrutura como uma forma específica de organização social na qual a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se a principal fonte de produtividade e poder, em consequência dos novos desenvolvimentos tecnológicos criados nesse período histórico.

Assim, a sociedade contemporânea globalizada centraliza-se na informação e no conhecimento, que modificam sua base material e estabelecem um novo paradigma tecnológico. Diante disso, a sociedade em rede altera os processos produtivos do capitalismo industrial e os de experiência, poder e cultura, além de influenciar os processos de dominação e de transformação da sociedade, reorganizando as relações de poder. No informalismo “a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos” (CASTELLS, 2006, p. 53).

Nesse contexto, são criados novos canais de comunicação e informação como a rede mundial de computadores - WWW (*world wide web*), idealizada nos EUA nos anos 1960, como instrumento de comunicação militar que se populariza na década de 1980 (CASTELLS, 2006). Desse modo, a *internet* adquire abrangência global – com capacidade de envio de dados, imagens e sons – não sendo possível estabelecer um controle por algum centro específico, o que ultrapassaria, por sua vez, as barreiras anteriores do controle da informação. Assim, o avanço da globalização e o desenvolvimento dessa tecnologia supostamente representaria uma “fuga do controle” de informações e dos processos comunicativos.

A sociedade em rede articula-se por meio de fluxos globais de informações que influenciam as relações sociais e afetam o caráter da esfera pública, pois, o ciberespaço converte-se em ambiente de trocas, compartilhamentos e debates de interesse coletivo. Segundo Castells (2006), os cidadãos assumem a posição de produtores de conteúdo, mesmo que não sejam profissionais da área da comunicação, atuando como sujeitos ativos no processo de produção de comunicação e informação. O que reconfigura o

padrão clássico dos meios de comunicação massivos tradicionais em que prevalecia uma relação assimétrica entre emissor e receptor¹¹.

Porém, como as Mídias digitais e as mídias digitais são instrumentos tecnológicos da sociedade capitalista, acabam reproduzindo as desigualdades sociais, principalmente no acesso dos usuários a essa tecnologia. A *internet* surge com produto da última fase do capitalismo – denominado de “globalização” (CASTELLS, 2006) – inserida à lógica de funcionamento do capital, como mercadoria, na acumulação capitalista com tendências à concentração. Diante do funcionamento da economia capitalista nada democrática, por sua vez, a informação veiculada nas mídias digitais tampouco pode ser denominada democrática. Esse seria o caso das grandes redes que monopolizam a informação: *Google, Yahoo, MSN*, entre outras; interligadas às empresas monopolistas que controlam as agências internacionais de informações – como *Reuters, BBC*, etc. –, também articuladas aos oligopólios de televisão e de jornais estadunidenses (*CNN, Fox, New York Times, Washington Post*, etc.).

Esteves (2011, p. 41) chama atenção para a manutenção de desigualdades tecnológicas que estabelecem uma nova versão do “*digital divide*”¹², ao evidenciar como as diferenças no acesso às tecnologias refletem as reais desigualdades sociais, políticas e econômicas entre as populações ricas e pobres, assim como entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Como já apontado, as desigualdades tecnológicas não são determinadas pelo surgimento das Mídias digitais, mas pelas relações sociais que se estabelecem por meio das democracias de massa. Os limites à democracia não são impostos pelas tecnologias, mas pela política, portanto, “[...] não é a Internet a grande ameaça à nossa democracia, mas muito mais uma dada ordem social e política – a nossa – que cria, por vezes, grandes limitações à Internet [...] quanto às suas potencialidades e capacidades democráticas” (ESTEVES, 2011, p. 36).

Portanto, uma ordem digital mais democrática necessita da criação de sistemas sociais e políticos que eliminem as limitações impostas à *internet* pela ordem atual vigente e que desenvolvam mecanismos para a formação de uma esfera pública mais crítica, a fim de estimular uma postura mais participativa por parte dos cidadãos e

¹¹ Historicamente a organização da comunicação de massa resulta de uma assimetria que prevê posturas diferentes no processo de comunicação entre emissores e receptores (saber-fazer *versus* saber-reconhecer) e uma articulação diferenciada (entre emissores e receptores) em relação aos critérios de atribuição e significados dos textos dos *mass media* (WOLF, 1987).

¹² Divisão digital. Tradução livre.

debates racionais sobre temas públicos indispensáveis, gerando mudanças positivas na democracia.

Percebe-se, contudo, a manutenção de desigualdades no acesso dos usuários à rede. Os países mais desenvolvidos concentram a maior parte dos usuários com acesso à *internet*. “[...] Por volta de 1998-2000, os países industrializados, com cerca de 15% da população do planeta, representavam 88% dos usuários da Internet” (CASTELLS, 2006, p. 433). No caso do Brasil, o número de usuários avançou no último período, mas grande parte da população ainda não possui acesso à *internet*. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) aponta que, em 2014, cerca de 95,4 milhões de brasileiros (54,4%) tinham acesso à *internet*, atingindo 36,8 milhões dos domicílios.

Nesse sentido, procurando assegurar um conjunto de princípios, direitos, garantias e deveres quanto ao uso da *internet* no país, o Brasil aprovou a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, referente ao Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014). A Lei gerou alguns avanços importantes para o país, ao romper com a ideia imposta pelos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro de 2001, de que a *internet* representava um risco para os países. O processo de elaboração do projeto de Lei também promoveu inovações por incentivar uma participação ativa da sociedade civil, entidades públicas e privadas envolvidas nessa temática, por meio das próprias plataformas da rede.

Conforme Del Bianco e Barbosa (2015), o projeto enfrentou uma tramitação lenta e um conjunto de disputas entre os vários grupos sociais envolvidos: governo, empresas, Congresso Nacional e a sociedade civil organizada, com o impasse de pontos considerados polêmicos, como a questão da neutralidade da rede. Tudo isso mesmo com uma forte pressão da sociedade civil. A questão da neutralidade da rede foi um dos pontos em que não houve acordo, sendo indicado somente a necessidade de discutir essa questão em momentos posteriores, a partir de um decreto presidencial para regulamentar o assunto. Porém, o tema foi colocado de “forma implícita” na declaração final do evento mundial sobre a *internet* “NETmundial”¹³ (p. 13), realizado no Brasil para debater a questão da governança na *internet*.

¹³ A Lei do Marco Civil da Internet foi sancionada pela presidente na cerimônia de abertura do NETmundial, com a presença de representantes de mais de 90 países.

O Marco Civil detalhou a necessidade de preservação da rede, indicando não ser permitido a quebra de neutralidade na transmissão, nem a substituição de pacotes de dados e vedando práticas de bloqueio.

O termo neutralidade de rede [...] designa um princípio de desenho de rede que, ao visar à maximização da utilidade pública da informação, traz consigo a ideia que todos os conteúdos, independentemente de origem, destino e plataformas envolvidas, devem ser tratados de forma equitativa, sem controles discriminatórios de tráfego entre as pontas da rede (origem e destino) por onde os dados devem passar (princípio *end-to-end*). Isso permitiria a essa rede compartilhar todo tipo de informação e suportar todo tipo de aplicação. O princípio sugere que a rede é mais valiosa quando permite a integração de diversos usuários e a agregação de conteúdo, pois isso incentivaria a adesão de novos usuários e a inserção de mais conteúdos (DEL BIANCO; BARBOSA, 2015, p. 08).

Em suma, a neutralidade de rede defende um avanço democrático na internet, de modo que todos os conteúdos devem ser tratados igualmente. Nesse sentido, é fundamental garantir que os conteúdos, pacotes, bem como dados, circulem livremente na rede independente de origem, destino e características, assegurando, assim, um tráfego e acesso mais equitativo entre tudo que circula e é compartilhado na rede. Também busca-se impedir mecanismos de discriminação ou seleção de conteúdos pelas empresas de telecomunicações que oferecem esse tipo serviço aos usuários e barrar políticas competitivas desiguais nesse sentido. Assim, na visão de Del Bianco e Barbosa (2015, p. 08), desenvolvem-se meios para tentar assegurar a “liberdade de comunicação e produção de conteúdo dos usuários”, bem como garantir um tratamento democrático e a criação de espaços para a circulação de maior diversidade e inovação, impedindo a discriminação aos diversos tipos de conteúdo e pacotes de dados presentes na rede.

Mediante a pressão de grupos contrários ao projeto do Marco Civil da Internet incorpora-se à Lei algumas medidas que prejudicam a privacidade dos cidadãos na rede. Um dos principais dispositivos utilizados nesse sentido trata-se da “guarda de *logs* de aplicação”¹⁴ (SILVEIRA, 2014, p. 01-02), previsto pelo Artigo 15, que obriga as empresas de telecomunicação a guardar os *logs* de aplicação na *internet* por até seis meses (BRASIL, 2014). Assim, ao invés de inibir, o Artigo incentiva o avanço do

¹⁴ Conforme Silveira (2014), *log* é um termo técnico usado para identificar o registro de um evento em um sistema de computadores e que existem vários registros de ações realizados nos computadores e na *internet*. “Para navegar na internet, nosso computador ou dispositivo recebe um número de IP (*Internet Protocol*). Esse número permite que nossa máquina obtenha uma posição única e inequívoca na rede [...]” (p. 01-02). O registro de conexão de um computador na *internet* reúne várias informações referentes à data, horário, tempo e duração e o IP utilizado para receber as informações na rede.

mercado de vigilância, que restringe cada vez mais a privacidade e a intimidade dos cidadãos com acesso à *internet*.

Nesse sentido, ao Marco Civil tornar obrigatório o armazenamento dos registros de conexão e navegação dos usuários brasileiros na rede, parte do princípio de que todos os cidadãos com acesso à *internet* são potenciais criminosos. Isso possibilita que governos, empresas privadas, bem como forças policiais e repressivas com interesse no armazenamento desses dados passem a utilizá-la como forma de controle, objetivo de lucro e, conseqüentemente, no monitoramento de cidadãos para investigações de crimes. Para resolver essa questão, Silveira (2014) defende a regulamentação do Artigo 15 da Lei de forma transparente pelo governo, conforme a redação original, juntamente com a realização de consulta pública em plataformas da *internet* antes de ser sancionado como decreto presidencial.

Por outro lado, o Artigo 14 do Marco Civil proíbe o armazenamento dos registros de acesso de *internet* pelos provedores de conexão, ou que empresas de telefonia armazenem as informações dos seus usuários (BRASIL, 2014). Buscando assegurar a privacidade dos usuários na rede e impor obstáculos ao crescimento da economia da vigilância na *internet*. Desse modo, percebe-se que o Marco Civil é contraditório e problemático ao prever artigos que se contradizem quanto à questão da privacidade e da expansão da economia da vigilância na rede. Isto posto, compreende-se a necessidade em reformular os artigos de guarda *logs*, tendo em conta que o direito à privacidade dos usuários na rede trata-se de um direito fundamental para o avanço dos sistemas democráticos.

Na concepção de Silveira (2014), mesmo com medidas prejudiciais à defesa da privacidade dos usuários, o Marco Civil da Internet figura como uma Lei avançada entre os países na garantia dos direitos individuais na rede, por prever a neutralidade como um elemento essencial para uma *internet* livre e ter sido elaborada de forma colaborativa com a participação da sociedade civil organizada, a partir de instrumentos da própria *internet*. A Lei também coloca o Brasil em destaque no cenário internacional quanto ao enfrentamento de interesses econômicos dos oligopólios empresariais e na criação de políticas públicas para incentivar uma *internet* aberta e mais democrática, centrada no domínio público e na garantia de maiores liberdades aos usuários (DEL BIANCO; BARBOSA, 2015).

Mediante a pressão da sociedade civil organizada e o tempo de debate e tramitação do projeto no Congresso Nacional observa-se, portanto, que após a

aprovação do Marco Civil da Internet permaneceu um sentimento, por parte dos grupos defensores da Lei, de que pelo momento político favorável que o país atravessava teria sido possível a adoção de políticas mais robustas para o avanço democrático na *internet* no Brasil. Porém, mesmo com tais limites, compreende-se que o Marco Civil contribuiu para resolver a questão da criminalização da *internet*, oferece uma segurança jurídica para as questões relacionadas ao ciberespaço e estabelece princípios para nortear a governança na *internet*.

No entanto, mesmo inserida em contradições e limites inerentes ao modelo capitalista, a partir do avanço das Mídias digitais, percebe-se a diminuição nos custos dos processos comunicativos e na difusão informacional, que pode vir a contribuir no desenvolvimento de processos comunicativos populares, alternativos e de contra-hegemonia no ciberespaço – na medida em que as mídias digitais surgem como canais de informação alternativos aos monopólios midiáticos tradicionais, possibilitando aos segmentos populares organizarem práticas de comunicação populares no ciberespaço.

Nessa perspectiva, Di Felice (2014) argumenta que a sociedade em rede possibilita o desenvolvimento de uma nova cultura tecnológica e comunicativa, com a promessa de mudanças na política, democracia e na forma de pensamento, alterando os contextos sociais. Pois, transforma o processo de comunicação e a relação entre o emissor e a audiência.

A passagem de um modelo comunicativo com base na separação identitária entre emissor e receptor, e em um fluxo comunicativo bidirecional, para um modelo de circulação das informações em rede no qual todos os atores são, ao mesmo tempo, emissores e receptores – portanto, tecnologicamente ativos –, altera a prática e o significado do ato de comunicar (DI FELICE, 2014, p. 92).

Assim, ao superar o modelo de comunicação bidirecional analógico da mídia tradicional e possibilitar a ruptura da postura passiva na recepção da informação, a transformação tecnológica da comunicação em rede redimensiona a forma de participação e interação dos cidadãos, que obtêm função ativa na produção de novos conteúdos comunicativos e no compartilhamento de informações.

Di Felice (2014, p. 95) defende que as tecnologias midiáticas apresentam uma “vocação democrática” no seu processo de evolução comunicativo, pois o desenvolvimento desses meios tecnológicos ocasiona outras práticas comunicativas, que amplificam a eficiência, a velocidade e o acesso às informações. Desencadeia-se assim mudanças relacionadas ao significado no ato comunicativo, pois quando as tecnologias

mediáticas interligam os usuários à rede, estes necessitam de alguma forma interagir com os novos aparatos tecnológicos e o espaço digital, no qual a passividade e a divisão entre emissor e receptor desapareceriam, estimulando uma ação comunicativa autônoma e mais democrática.

Diante disso, as mídias digitais possibilitam o desenvolvimento de processos comunicativos horizontais, com poder de acesso e de comunicação mais equilibrado entre os usuários da rede, que se tornariam sujeitos “tecnatores”. O novo processo comunicativo em rede gera mudanças na prática da ação política e na influência tecnológica dos processos de decisão e cria outra dinâmica de relação entre os indivíduos, que interfere nas relações sociais e no espaço territorial. Trata-se de uma rede transorgânica em que “[...] a cidade, o coletivo, o planeta passam a assumir as formas de dados informativos, criando, [...] uma interação dinâmica com o indivíduo, que é chamado a recriar, a significar, por meio de interfaces, o próprio social e o seu mesmo território” (DI FELICE, 2014, p. 101).

Portanto, a partir da mediação com a rede as interações entre os sujeitos e o território adquirem novos contextos sociais, não sendo mais possível a manutenção de um controle central do processo decisório de informações, por parte da mídia, devido à autonomia tecnológica proporcionada aos cidadãos. Assim, por meio do acesso à tecnologia digital, o cidadão e os grupos populares adquirem o poder de escolha no acesso às informações, compartilhamento, reconfiguração e, principalmente, se tornam produtores autônomos em processos comunicativos.

O desenvolvimento das redes digitais gera questionamentos, principalmente, nas formas de comunicação, na participação pública e em relação à questão da democracia. Di Felice (2014) chama atenção para a necessidade de repensar o conceito de público, pois na cultura da interação digital adquire um sentido mais extenso, já que o acesso às informações, geralmente vem acompanhado pelo compartilhamento e as intervenções dos cidadãos, que buscam propor mudanças a partir de ações “tecnologicamente colaborativas”. Ou seja, o cidadão passa a interagir de forma colaborativa nos processos comunicativos e na produção das informações, por meio das mídias digitais.

Observa-se que, a concepção do autor possui caráter utópico, pois o acesso à tecnologia não elimina as desigualdades e explorações presentes na sociedade, estando inserida no conjunto das contradições sociais. Porém, não há como negar que a autonomia dos cidadãos na produção e reconfiguração de informações na rede representa um passo importante na reestruturação da esfera pública, mediante o

alargamento do espaço público para o ambiente virtual, a partir de uma mudança na relação dos cidadãos com as instituições sociais.

Com a disseminação das Mídias digitais identifica-se que alguns grupos populares se apropriam da mesma para questionar as contradições do capitalismo e difundir lutas por direitos sociais e políticos, entre outros, e legitimar suas pautas na sociedade¹⁵. Diante disso, o desenvolvimento tecnológico pode ocasionar importantes estímulos para a transformação das relações sociais e a luta pela cidadania, aliada a conquista da cidadania comunicativa, à medida que os cidadãos e grupos populares adquirem condições sociais, políticas e, principalmente, econômicas para se apropriarem dessas tecnologias e a redefinirem, para obter visibilidade as suas demandas e as informações de suas necessidades.

Na concepção de Esteves (2011), a *internet* adquire importância significativa para o desenvolvimento de uma democracia deliberativa mais participativa, devido ao seu “potencial comunicacional, que resulta das extraordinárias capacidades informacionais da Rede: a grande facilidade de armazenamento, processamento, acesso e difusão de informações [...]” (p. 37). Como se verifica a partir da Web 2.0, com maior capacidade de processamento e circulação de informações, ao ampliar os acessos, a participação e a colaboração dos cidadãos em rede.

O crescimento da interatividade virtual, através das mídias digitais, pode melhorar a interação entre os cidadãos nas democracias deliberativas, porém, não garante uma qualificação política real nas interações sociais, pois atualmente verifica-se a circulação de um grande fluxo de informações superficiais na rede, que em geral promovem uma fragmentação da comunicação pública e do espaço público, além de algumas fofocas e temas privados que são tratados de forma equivocada como de interesse público. Portanto, não se deve confundir o aumento do acesso à rede e o consumo à informação com uma qualificação crítica da esfera pública ou uma comunicação pública mais democrática.

Como solução nesse sentido, Esteves (2011) indica a necessidade de criação de um serviço público para a internet, com políticas públicas que estabeleçam garantias e

¹⁵ Uma das primeiras organizações populares na América Latina, que passou a fazer uso da *internet*, foi o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1994. Ao assumir o controle militar das principais cidades no estado de Chiapas, região sul do México, o grupo usou a rede virtual para comunicar ao mundo os motivos da insurgência zapatista e suas demandas (MORAES, 2000). O EZLN rompe com o silêncio da mídia e se transforma em um sujeito coletivo produtor de informação, tornando a realidade dos indígenas na região e as reivindicações dos insurgentes conhecidas no mundo, além de criar uma rede de apoio internacional.

incentivos, para um acesso mais equilibrado entre os grupos sociais presentes na sociedade, bem como na diminuição da apropriação individual por alguns segmentos sociais e a criação de uma rede de comunicação e colaboração de caráter público e não governamental. Defende-se com isso, o uso do potencial tecnológico da sociedade em rede no aperfeiçoamento de uma comunicação pública e na formação de uma esfera pública mais crítica e robusta, para auxiliar na qualificação do processo reflexivo e decisório e influenciar o desenvolvimento de novos comportamentos democráticos. Porém, atualmente se mantém algumas debilidades em relação às mídias digitais, no âmbito da democracia deliberativa, pois a maioria dos Estados tem adotado uma postura defensiva em relação a essas tecnologias e quanto à garantia do seu acesso para todos os segmentos sociais. Busca-se uma auto regulação da *internet*, em detrimento de políticas de incentivo ao avanço da cidadania e de uma comunicação de interesse público (ESTEVEVES, 2011).

Desse modo, as mídias digitais também estimulam um conjunto de práticas e instrumentos de comunicação e informação, bem como ampliam as condições para aumentar a participação cidadã por partes de grupos sociais e populares com uma inserção anterior mais tímida no debate de ideias da esfera pública. Ela ainda expande a expressão de minorias – como as mulheres, gays, negros, movimentos sociais de luta por direitos sociais básicos (moradia, terra, etc.), imigrantes, entre outros. Nesse sentido, devido ao grande potencial de acesso e armazenamento de informações, compreendemos que as Mídias digitais podem contribuir no avanço da democracia deliberativa, auxiliando na formação de uma esfera pública mais democrática e no estabelecimento de uma comunicação pública mais crítica, bem como uma maior participação cidadã.

Assim, a rede virtual pode ser vista como uma plataforma de informação e comunicação com um possível potencial “democratizador”, como defendido por Castells (2006). Porém, essa concepção possui um caráter romantizado e utópico, pois não é possível pensar as mídias digitais como canais totalmente democráticos e isentos das contradições capitalistas, na luta por direitos e no acesso à cidadania¹⁶. Por isso, é

¹⁶ É importante lembrar que os acontecimentos da atualidade relativos à possível tese de democratização e ausência de controle da *internet*, a exemplo das denúncias de grupos como o *Wikileaks* de que *internet* é controlada pelos Estados Unidos e países aliados, podendo auxiliar na espionagem e repressão de países ou grupos sociais contrários. Organização que se dedica a divulgar na *internet* informações sigilosas, geralmente relacionadas à diplomacia dos países.

preciso cautela com a forma que adquire (e adquiriu) essa tecnologia específica, no atual estágio do capitalismo globalizado.

Nesse cenário, no caso do Brasil, durante as jornadas de junho de 2013, que se estenderam até 2014, devido à realização da Copa do Mundo, ainda que no geral, os interesses das massas populares apareceram um tanto difusas. O estopim eclodiu com o Movimento Passe Livre em São Paulo, que estendeu-se por todo o país e se utilizou da *internet* e das redes sociais para encorajar os protestos e as manifestações de rua. Em seguida surge um movimento conservador e com práticas antidemocráticas, denominado Vem Pra Rua, que também fez uso da *internet* e das redes sociais, e se aproveitou da onda do Movimento Passe Livre e de outros movimentos sociais, se infiltrando nas mobilizações e buscando aglutinar as massas populares despolitizadas, convocando a massa da classe média para encorajar protestos contra o governo de Dilma Rousseff, Partido dos Trabalhadores (PT), exigindo seu *impeachment*, que se concretizou em agosto de 2016.

Com o afastamento da presidente de Dilma, sem crime de responsabilidade, o Brasil sofre um golpe contra a democracia, orquestrado pelo Congresso Nacional, o judiciário e com apoio da imprensa brasileira, que fez campanha e convocou protestos em defesa do afastamento da presidenta. Diante disso, de acordo com Ruffato (2016), Singer, *et. al* (2016), Albuquerque e Meneses (2017), compreendemos que o processo de *impeachment* da presidenta se trata de um golpe contra a democracia brasileira, pois um conjunto de rupturas que visam retirar direitos conquistados foram efetuadas no processo democrático, a fim de barrar as políticas sociais e aprofundar o projeto neoliberal de exploração do capital no país¹⁷.

¹⁷ Para Ruffato (2016) o *impeachment* de Dilma se configura em um golpe de Estado, pois não houve base jurídica para o mesmo, com a ausência de provas de crime de responsabilidade para seu afastamento, como determina a lei para o afastamento de presidente da República. Para ele, a presidenta foi deposta devido à perda de popularidade no Congresso, por promover “faxinas” em órgãos públicos, afastando políticos envolvidos em corrupção e por não impedir investigações da operação Lava-Jato contra políticos, a exemplo de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara dos Deputados em 2015, responsável pela abertura e condução do processo de *impeachment*.

Conforme o artigo 9, da Lei nº 1.079, que estabelece as condições e procedimentos para o afastamento de um presidente da República, aponta que são crimes de responsabilidade contra a probidade na administração: “1 - omitir ou retardar dolosamente a publicação das leis e resoluções do Poder Legislativo ou dos atos do Poder Executivo; 2 - não prestar ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior; 3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição; 4 - expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição; 5 - infringir no provimento dos cargos públicos, as normas legais; 6 - Usar de violência ou ameaça contra funcionário público para coagi-lo a proceder ilegalmente, bem como utilizar-se de suborno ou de qualquer outra forma de corrupção para o mesmo fim; 7 - proceder de modo

Retomando ao debate das mídias digitais e dos movimentos sociais, observa-se, que essa nova dinâmica comunicacional do ciberespaço facilita o acesso à informação e potencializa a criação de processos de comunicação populares e alternativos, na mediação de grupos populares, antes marginalizados e/ou silenciados pelos monopólios de comunicação tradicionais. Dessa maneira, ainda que limitado, visualiza-se um potencial importante aos movimentos populares no uso das mídias digitais para visibilidade de suas demandas, luta por direitos sociais e busca de cidadania. Bem como fortalecer a organização política autônoma popular e os processos de comunicação contra-hegemônicos, auxiliando na construção de mudanças sociais para sociedades mais democráticas e igualitárias.

Mediante o nosso objetivo neste estudo em compreender quais as representações sobre o projeto de Reforma Agrária Popular do MST que circulam nas mídias digitais deste Movimento, percebe-se que com o avanço das Mídias digitais o ciberespaço passa a fornecer elementos que se integram ao debate público, auxiliando na produção e circulação de novos sentidos e conhecimentos acerca da sociedade contemporânea. Dito isso, a seguir refletimos acerca da função das mídias digitais na formação de uma esfera pública virtual, procurando compreender como estas novas plataformas comunicativas contribuem para ampliar a visibilidade das demandas e ações dos movimentos sociais populares e na construção de novas representações referentes aos projetos políticos dessas organizações na esfera pública.

Nesse contexto, partindo do debate sobre o fim da televisão como meio, com as características de funcionamento e programação na atualidade, não como plataforma e linguagem, Carlón (2009) argumenta que os meios de massa passam por um momento de transição e esgotamento. A concepção em relação ao fim dos meios de massa, defendida pelo autor, refere-se à articulação entre um suporte tecnológico que, aliado a uma prática social específica de uso e acesso público dessa tecnologia, tem tornado a televisão um meio de comunicação de massa com papel central e preponderante por muito tempo. Nessa visão, o fim da televisão como meio ocorre em consequência de um conjunto de fatores, que em relação a este suporte ocorrem a partir de uma importante mudança tecnológica, a qual modifica a oferta e o acesso aos discursos televisivos. Por outro lado, em detrimento das práticas sociais promovem-se mudanças na figura do

incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo” (BRASIL, 1950). Porém, segundo parecer do Tribunal de Contas da União, a presidenta Dilma não cometeu nenhum desses crimes (MACIEL, 2015).

destinatário e da postura como espectador que vem se tornando cada vez mais interativa no acesso a esses meios.

Trata-se de um conjunto de mudanças geradas a partir do desenvolvimento tecnológico da informática, da *internet* e de avanços na área da comunicação, que modificam a experiência do consumo e da recepção dos cidadãos frente aos meios massivos – entre eles a televisão, que passa a ser vista em outros suportes: computador, celular, etc. Essa transformação pode colocar em crise os canais tradicionais, pois reforça a perspectiva de que a televisão pode ser superada como um meio massivo, mas mantém o instrumento de linguagem televisiva direta, o seu dispositivo e o telespectador como sujeito.

Essas novas plataformas possibilitam aos sujeitos produzir seus próprios conteúdos e se apropriar com maior facilidade dos conteúdos informativos e dos processos comunicativos em circulação na vida social. Com base nesse debate, Carlón (2009) sustenta a tese do fim dos meios massivos, devido ao esgotamento dos meios de comunicação tradicionais como espaços de centralização da informação e de uma esfera pública na sociedade, bem como aponta a emergência de novas formas de diálogo e práticas sociais comunicativas na sociedade contemporânea.

Na mesma perspectiva, conforme Floriani e Morigi (2006), na sociedade contemporânea as tecnologias digitais se tornam canais de mediação e troca de informações entre os indivíduos gerando “uma trama de sentidos sobre si, sobre os outros e sobre o mundo” (p. 06). Elas possibilitam novas formas de interação em torno de valores próprios que passam a constituir uma rede de afinidades em relação aos territórios, as ideologias e as tribos dos grupos sociais.

Percebe-se nos termos de Carlón que os meios massivos seriam superados no futuro devido à criação de novas práticas comunicativas de rede e de um alargamento da esfera pública para o ciberespaço, em que o acesso e a apropriação das mídias digitais se tornam fundamentais para o desenvolvimento de práticas comunicativas mais democráticas, por grupos sociais da sociedade civil, como os movimentos sociais populares.

Mediante visão distinta, como base na concepção de Habermas sobre a esfera pública, enquanto um “*locus* da discussão”, Maia (2000, p. 04) argumenta que a *internet* se transforma em espaço importante para as arenas comunicativas, essencialmente no desdobramento de novas conversas e debates políticos no espaço da esfera pública. “As redes eletrônicas permitem que as pessoas interajam localmente ou transcendam as

fronteiras do Estado Nação, para trocar informação e compartilhar interesses comuns em fóruns virtuais, em escala global” (p. 05).

Porém, o avanço das tecnologias e da comunicação digital fornece poucos indícios de que a ampliação do acesso aos novos instrumentos tecnológicos teria condições de ampliar os interesses dos cidadãos em torno de questões políticas, somente devido à criação de maiores oportunidades de participação pública. Mesmo com os avanços na circulação de informações e conhecimentos na sociedade, as mídias digitais não definem o funcionamento das interações de comunicação e não garantem a existência de uma reflexão crítico-racional nas arenas comunicativas, relativo às questões políticas, e de outros assuntos de interesse comum na sociedade (MAIA, 2000). Em suma, o uso das mídias digitais pode ser destinado para qualquer fim na sociedade civil, não havendo possibilidades de controle das motivações dos cidadãos. Assim, o ciberespaço também pode ser usado por grupos conservadores e antidemocráticos, reforçando preconceitos, sistemas repressivos de Estado e mecanismos autoritários de comunicação, os quais mantêm um conjunto de exclusões na sociedade capitalista.

Como medidas para diminuir as desigualdades virtuais que, em geral, também contribuem para ampliar as desigualdades sociais e fortalecer o domínio dos grupos sociais que detêm privilégios no sistema político, o poder público, juntamente com o poder privado, precisa desenvolver políticas robustas para “garantir o *acesso comunitário* às novas tecnologias, através da implementação de equipamentos na rede escolar, em bibliotecas e pontos públicos” (MAIA, 2000, p. 06) e construir “projetos de democratização do acesso às tecnologias” (p. 06). Sendo assim, torna-se urgente a criação de políticas educacionais de capacitação técnica para a formação dos cidadãos e que tornem real a ampliação da participação dos sujeitos sociais, em relação ao acesso e uso das ferramentas das mídias digitais.

Contudo, Maia (2011) pontua que as associações voluntárias e os movimentos sociais têm se beneficiado da comunicação digital para seus usos e o desenvolvimento de práticas coletivas em vários sentidos. Isso ocorre porque essas organizações, entidades e associações civis são antigas e possuem um alto grau de atuação off-line, com várias formas de ações políticas desenvolvidas antes do surgimento da *internet*. Com o advento das mídias digitais esses grupos coletivos consolidados, como grupos de interesses comuns, partidos, movimentos sociais, etc., se apropriam da comunicação digital para ampliar suas ações, a mediação com a sociedade e diminuir custos.

Contudo, compreende-se que as mídias digitais não criam processos de participação política e arenas de discussões crítico-racional na esfera pública, bem como sustentam os processos democráticos, já que não existem instrumentos que automaticamente promovam a democratização da vida pública. Os avanços democráticos dependem dos processos políticos e dos sistemas de governos em utilizar instrumentos tecnológicos, aliados à comunicação, para a criação de mecanismos com foco na ampliação da participação política dos cidadãos e no aprofundamento das sociedades democráticas. Por outro lado, a autora chama atenção que o potencial e os limites das redes digitais, ao mesmo tempo, também criam novas possibilidades criativas para a prática da ação política de “um novo público global” (MAIA, 2011, p. 76). Desse modo, as mídias digitais se tornam uma inovação social e política, se comparadas aos sistemas tradicionais de participação política e de representações existentes no contexto democrático atual.

Direcionando o debate para a questão da participação política nas redes digitais, Gomes (2011) indica que o principal problema das democracias liberais na atualidade não se resume, de forma essencial, à questão da participação, mas decorre da fraca capacidade de concorrência da cidadania, quanto aos outros agentes e de outras agências com interesse público. Assim, mesmo que a participação política seja vista como fundamental nas democracias, o crescimento na participação dos cidadãos na esfera pública não resolveria o problema do enfraquecimento político da cidadania, pois para isso é preciso levar em conta qual o propósito da participação dos sujeitos sociais e qual seu efeito na prática desses cidadãos. Podendo a mesma não ter o fim desejado em alguns momentos ou ocorrer de forma equivocada.

Assim, o problema da participação não representa somente um fenômeno político, mas um fator cultural, não envolvendo somente as diferenças dos meios e a intensidade da participação civil na esfera pública e os negócios públicos entre as várias sociedades. Atualmente os cidadãos se encontram menos dispostos em participar de projetos coletivos, se engajar em temas da agenda política ou em questões públicas na sociedade civil. Portanto, as iniciativas democráticas digitais devem levar em conta as características desse novo público, que em geral é mais individualista e tem menos interesse na participação de temas políticos. Com isso, a “participação *on-line*”, engloba questões relacionadas ao “*desejo*” (GOMES, 2011, p. 39, grifo do autor) dos cidadãos no engajamento ou não da vida pública, bem como aos meios, as motivações e oportunidades de participação Assim, quando o cidadão desejar se engajar em

iniciativas da sociedade civil na esfera pública; se conseguir criar e ter acesso a alguns canais de participação, se estabelece o princípio no qual uma sociedade democrática tem condições de assegurar que todos os cidadãos detenham o poder de participar, ainda que nem todos sintam o desejo em participar ou participam de forma efetiva.

Contudo, Gomes (2005) defende que o surgimento da *internet* e o uso das mídias digitais a fim de ampliar a participação política da sociedade civil na esfera pública não têm conseguido alterar, substancialmente o controle dos meios de massa tradicionais (como TV, revistas, jornais, rádios, etc.), no contexto da comunicação política, na dificuldade da democratização e no controle da esfera de visibilidade pública.

[...] até agora não há qualquer evidência sustentável de que os meios de massa possam perder o seu lugar de controle da esfera de visibilidade pública. A *internet*, nesse caso, não lhes representou uma ameaça, mas uma oportunidade, pois crescentemente a indústria da informação simplesmente se concede uma espécie de sócia digital (GOMES, 2005, p. 72).

Nessa concepção, até o momento os meios tradicionais seguem concentrando o suporte e a circulação de informações políticas essenciais, pois as mídias digitais não teriam apresentado condições de oferecer instrumentos relevantes que ameaçam o controle de visibilidade pública exercido há décadas por esse tipo de mídia na sociedade contemporânea em relação ao debate político. Por outro lado, as plataformas digitais têm sido importantes para reforçar e ampliar o controle político sobre a esfera pública.

Todavia, o desenvolvimento das mídias digitais e da *internet*, até o momento, não tem sido capaz de diminuir o impacto dos meios de comunicação tradicionais na esfera pública, porém, agrega a esse espaço consolidado um novo público consumidor e outros espaços de influência, com características do acesso virtual, do ambiente da rede e do contexto da interatividade. De forma inversa, as publicações *on-line* derivadas da mídia tradicional acabam transpondo ao espaço das mídias digitais a lógica de um fluxo comunicativo unidirecional, hierárquico e antidemocrático (GOMES, 2005). Assim, devido aos antagonismos que afetam as mídias digitais e a *internet* pública, integradas à indústria de informação e entretenimento monopolizadas, que respondem por interesses comerciais, e concentram um conjunto de deficiências no fornecimento de informação política virtual relevante por parte do Estado; conforme Gomes (2005), a *internet* quase não avançou na sua influência alternativa sobre grandes públicos, como em relação ao protagonismo da sociedade civil na esfera pública. Atuando de forma pouco significativa na contribuição da revitalização do processo democrático e com um potencial limitado para modificar o contexto político das sociedades contemporâneas.

Diante disso, identificam-se percepções distintas por parte dos autores frente ao papel das mídias digitais na esfera pública: enquanto Carlón defende que o surgimento das mídias digitais favorecem o desenvolvimento de uma nova esfera pública virtual e possibilita a criação de processos comunicativos mais democráticos contribuindo para o exercício da cidadania e ampliação da democracia, em campo contrário, para Gomes (2005), as mídias digitais não têm se afirmado como espaço alternativo importante para auxiliar de forma relevante no avanço democrático da sociedade e/ou se constituindo como novo espaço de visibilidade pública. Ainda nessa linha, Maia (2000, 2011) também defende que a maior oportunidade de participação na esfera pública proporcionada pela comunicação digital não garante a ampliação dos interesses dos cidadãos referente à participação política, porém, ao mesmo tempo, chama atenção que as mídias digitais representam uma inovação na participação e representação política, se comparadas aos sistemas de comunicação tradicionais, fornecendo alternativas criativas em relação à ação política e à formação de um público mais amplo.

Contudo, compreende-se que mesmo com as limitações das mídias digitais quanto a um possível potencial democrático, igualmente diante dos desafios relativos à participação social e política da sociedade civil na esfera pública, de modo geral, é possível perceber que o ciberespaço adquire função significativa na visibilidade pública no que diz respeito às ações da sociedade civil, que demandam maior protagonismo social e participação política, a exemplo de processos de luta por direitos e no exercício da cidadania. Assim, ainda que o debate majoritário dos autores defenda não ser prudente legitimar a existência de um deslocamento da esfera pública tradicional para o espaço virtual, consideramos importante ter em conta que essas novas plataformas podem ser vistas mediante um papel alternativo na visibilidade pública, principalmente quanto às demandas e ações sociais de grupos populares, como dos movimentos sociais populares, estando em processo de gestação uma possível ampliação da esfera pública para o espaço virtual.

Com a ampliação de visibilidade de algumas pautas sociais que passam a ser difundidas e circulam na rede virtual, observa-se que vários movimentos sociais populares brasileiros, como o MST, anteriormente atingidos pela invisibilidade e marginalização por parte da imprensa tradicional, se apropriam e procuram ressignificar os instrumentos das mídias digitais com a organização de processos de comunicação populares e contra-hegemônicos, agregando ao seu projeto político de mudança social a

necessidade da conquista da cidadania comunicativa, a fim de auxiliar na ampliação da difusão de suas reivindicações e luta.

Nesse sentido, com base em Marková (2006), percebe-se que as mudanças das representações sociais em torno de problemas sociais permeados por conflitos, sistematizados como demandas pelos movimentos sociais, dependem de um conjunto de ações voltadas à modificação de elementos periféricos em relação a esses assuntos, que estimule a dinâmica de mudanças e a inserção de novos sentidos no núcleo central das representações, por meio dos discursos em circulação na esfera pública, que potencializa seu alcance através das mídias digitais. Com a expansão na visibilidade das suas demandas nas mídias digitais, observa-se que os movimentos sociais populares buscam gerar novos sentidos e saberes para a constituição e renovação das representações sociais na esfera pública acerca de suas ações e do seu projeto de sociedade, a fim de inserir suas pautas na agenda política e pública, auxiliando na obtenção de conquistas de seus interesses.

3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Para compreendermos o papel dos movimentos sociais populares na luta pela terra no Brasil, neste capítulo, elaboramos uma análise contextual sobre a problemática da estrutura agrária brasileira e a conseqüente concentração da terra. Imbricado a isso, debatemos a importância da reforma agrária na mudança da estrutura fundiária e do modelo de agricultura do país.

Um dos questionamentos centrais que se coloca no debate atual sobre a questão agrária é: qual a importância de um programa de reforma agrária para o país, diante do modelo capitalista de desenvolvimento e do avanço do capital no campo brasileiro? Nesse sentido, como enfrentar a concentração fundiária e desenvolver um modelo de agricultura ambientalmente equilibrado e voltado para o abastecimento do mercado interno, que contribua para a melhoria das condições de vida dos camponeses e trabalhadores rurais? Buscando responder essas questões, direcionamos o debate para o contexto histórico da questão agrária no Brasil e o papel da reforma agrária como uma política estrutural importante para o desenvolvimento do país, envolvendo prioritariamente o camponês e o trabalhador rural na redistribuição fundiária. Compreendemos que a formação histórica de uma estrutura fundiária desigual gera impactos no desenvolvimento do campo e do país de forma geral, bem como nas relações sociais, reproduzindo na atualidade ações, posturas e sentidos comuns na sociedade brasileira.

O problema relativo à concentração da estrutura fundiária da terra no Brasil é histórico e tem suas origens no modelo arcaico de colonização, não estando resolvido até a atualidade. Dados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE (2009), apontam que nos últimos vinte anos a distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada no Brasil. O índice Gini¹⁸, que mede o grau de desigualdade social no campo, evidencia que, enquanto em 1985 a concentração de terras era de 0,857, em 2006 o índice caiu somente para 0,854.

Os Censos de 1985, 1995 e 2006 (IBGE, 2009), também revelam a permanência histórica relativa à concentração fundiária brasileira. Enquanto as pequenas

¹⁸ O índice é um instrumento criado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, indicando a desigualdade entre os rendimentos das populações mais pobres e ricas. De forma numérica, varia de zero a um, enquanto o valor zero identifica a situação de igualdade, na outra ponta o valor um aponta que somente uma pessoa concentra toda a riqueza. No caso da questão fundiária, quanto mais o coeficiente se aproxima de um, maior é o grau de concentração de terra (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam apenas 2,7% da área total de estabelecimentos rurais, as grandes fazendas, com mais de um mil hectares concentram 43% da área total. Esses dados revelam que, mesmo com o avanço do capitalismo no campo e algumas políticas de assentamento a estrutura da terra no Brasil segue concentrada, sendo uma das mais desiguais do mundo (CARTER, 2010). Grande parte dessa estrutura é apropriada pela classe dominante agrária, que ao longo da história tem se aliado a vários grupos hegemônicos, para impedir qualquer política de democratização fundiária, como a implantação de projetos de reforma agrária no País.

Historicamente os movimentos sociais brasileiros têm travado constantes lutas pela reforma agrária, mas um dos principais problemas se trata da ausência de uma política governamental estratégica, por parte dos governos, na implantação de um programa nacional de reforma agrária com condições de modificar a estrutura da terra e desenvolver o campo.

Além da concentração fundiária, segundo Oliveira (2009), em relação à área total do Brasil, que abrange 850 milhões de hectares, desse território 170 milhões das terras não possuem registros, pois foram invadidas e/ou griladas por grandes proprietários. Isso aponta que “mais de 30% do território brasileiro ainda são de terras devolutas, [...] que fazem parte [...] das terras públicas não discriminadas” (p. 30). O autor explica que nos cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se verifica a existência de uma média de 120 milhões de terras improdutivas no país.

Na concepção de Oliveira, a extensão de terras devolutas seria suficiente para o assentamento das famílias Sem Terra, que atualmente permanecem acampadas no País. Quanto à essa questão, o Artigo 184, da *Constituição Federal do Brasil de 1988*¹⁹, que trata da política agrícola, fundiária e da reforma agrária, determina a destinação para fins de reforma agrária, por meio de desapropriação os grandes latifúndios improdutivos que não cumprem a função social da terra.

Oliveira (2009) considera que a questão fundiária no Brasil chega a esse ponto porque a concentração da propriedade privada possui um caráter rentista, de monopolização e centralização de riqueza e capital por uma elite urbana e rural. Assim, uma parte das grandes fazendas, em vez de ser utilizada para a produção de alimentos e abastecimento do mercado interno, é adquirida com o objetivo de acumulação e

¹⁹ Brasil (1988).

especulação de capital, ampliando o poder de concentração dos capitalistas, que se apropriam também da propriedade da terra. Dessa maneira, a modernização da agricultura não permite que os latifundiários se tornem empresários capitalistas de produção de alimentos, mas, de forma inversa, torna os capitalistas industriais e urbanos, principalmente no Centro-Sul do país, em latifundiários.

Os dados acerca das terras devolutas existentes no país, evidenciam que há áreas suficientes em todos os estados para a implantação de um amplo projeto de reforma agrária, por parte dos governos federais, promovendo uma redistribuição da terra e o assentamento de inúmeras famílias Sem Terra, que vivem em acampamentos provisórios e precários em áreas ocupadas ou em beiras de estradas brasileiras (OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, percebe-se que a reforma agrária continua sendo uma política estrutural necessária a fim de diminuir as desigualdades sociais na sociedade brasileira, principalmente no campo, e para solucionar o problema da concentração fundiária e da improdutividade dos latifúndios rentistas. Concepção que se contrapõe a outros setores da sociedade como o agronegócio e, também, para alguns pensadores, intelectuais, gestores do capital e alguns integrantes de partidos de esquerda, como PT.

Com base em uma visão marxista, Caio Prado Jr. (1981) analisa a questão agrária como um problema social e de classe, com origens no conflito de classes entre burguesia/capitalista e empregados/assalariados. Na sua concepção, o Brasil não atravessou a fase do feudalismo, mas se integrou diretamente ao desenvolvimento capitalista, tornando-se dependente do capital internacional. Com isso, as relações de produção capitalistas dominam a agricultura brasileira desde a colonização, não tendo o país vivenciado um processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

Neste caso, a questão agrária representa um problema social, tendo como característica principal a concentração fundiária de grandes fazendas e a mão de obra rural precarizada: “[...] A questão agrária, [...] vêm a ser, em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do país, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (PRADO JR., 1981, p. 18). Nessa perspectiva, a concentração fundiária seria a causa geradora das precárias condições de trabalho no campo. A problemática da concentração de terras no Brasil é apresentada como um entrave para o desenvolvimento do campo, mas a solução dessa questão não é vista como central para a efetivação da reforma agrária:

A Reforma Agrária [...] nas circunstâncias atuais, precisa se desenvolver simultaneamente na base das duas ordens de medidas que visam respectivamente, de um lado, à regulamentação legal das relações de trabalho no campo; e doutro, à facilitação do acesso à propriedade e uso da terra, por parte da população trabalhadora rural (PRADO JR., 1981, p. 92).

Contudo, a problemática da questão agrária é situada nos trabalhadores assalariados, não nos camponeses, já que para o autor, a maior parte da população rural seria composta por assalariados, tendo o camponês surgido tardiamente e de modo localizado no país. Ainda que aponte a concentração fundiária brasileira como a principal causadora da miséria da população rural, o foco central da reforma agrária proposta por Prado Jr. (1981) está na criação de melhores condições de trabalho para a população rural.

Logo, a questão agrária é tratada como um problema econômico e jurídico a ser resolvido com o fortalecimento e a regulamentação das leis trabalhistas no campo, com vistas à melhoria das condições de vida e o consumo do trabalhador rural, inserindo-o no mercado. Dessa forma, o desenvolvimento do campo fica dependente de um processo de industrialização urbana para sua modernização, o que traria, por consequência, melhoria nas condições de vida do trabalhador rural, possibilitando sua aproximação do assalariado urbano. Na perspectiva do autor, percebe-se que a problemática da questão agrária no Brasil é vista como causa das mudanças na organização do trabalho e produção dos trabalhadores rurais, não como uma problemática histórica que se origina no modelo desigual e concentrado da estrutura fundiária brasileira.

Porém, ao contrário de outros países capitalistas em que a agricultura atuou como suporte no abastecimento da industrialização, no Brasil, o desenvolvimento capitalista no meio rural ocorreu de modo distinto frente ao meio urbano. Celso Furtado (1970) defende que isso ocorreu porque as estruturas agrárias na América Latina do século XIX, incluindo a brasileira, tiveram como ponto de partida a produção de matérias-primas para a exportação e se desenvolveram com a exploração de grandes extensões de latifúndios e uma ampla massa de mão de obra, num contexto em que os países da região buscavam se inserir no mercado mundial de exportação:

[...] o desenvolvimento econômico constituiu, [na região latino-americana] até começos do século atual, em utilizar extensivamente recursos disponíveis de terras e mão-de-obra para inserir-se nos mercados mundiais de produtos primários. Essa inserção requereu, muitas vezes, importantes investimentos

infraestruturais que, via de regra, foram financiadas do estrangeiro (FURTADO, 1970, p. 353).

Esse modelo de desenvolvimento exauriu os recursos naturais e produziu uma mão de obra empobrecida, tornando a região dependente de investimentos externos, principalmente, em relação à infraestrutura para o desenvolvimento da indústria. Entretanto, na contramão de um modelo capitalista de industrialização clássica (com a inovação dos processos produtivos e a formação de um mercado interno), optou-se por implantar um processo inicial de industrialização voltado à *substituição das importações*, porém baseado na exportação de matérias-primas:

Enquanto na experiência clássica a industrialização resultou da introdução de inovações nos processos produtivos, as quais, através da redução dos preços, permitiu a substituição dos produtos artesanais e a formação do próprio mercado, no caso latino-americano o mercado formou-se como decorrência da elevação de produtividade causada pela especialização externa, sendo inicialmente abastecido mediante importações (FURTADO, 1970, p. 124).

Na visão de Maria Tavares (1976), as variáveis internas e externas do desenvolvimento com objetivo em substituir as importações foram importantes para o avanço da industrialização e o crescimento da economia brasileira. Porém, esse crescimento econômico gerou relações assimétricas de dependência dos países agroexportadores de matérias-primas para com os grandes centros industrializados. Assim, o processo de industrialização dos países latino-americanos, localizados na periferia do capitalismo, se torna dependente das importações de tecnologias dos países desenvolvidos, que haviam criado grandes parques industriais. Um exemplo dessa dependência é o caso brasileiro, que desenvolveu uma economia capitalista dependente de investimentos e financiamentos dos capitais estrangeiros. Como explica Marini (1973), no Brasil a burguesia nacional optou pela estratégia do capitalismo dependente, ao promover o desenvolvimento de um modelo de industrialização capitalista, voltado à integração da exportação de matérias-primas e importação de tecnologias dos grandes centros capitalistas desenvolvidos, como, por exemplo, a Europa.

Furtado (1974) aponta que a escolha por um modelo de agricultura baseado na monocultura representa um entrave para a industrialização, pois impossibilita a criação de formas diversificadas na organização da produção e no abastecimento da indústria: “[...] a industrialização vem sempre acompanhada de rápida urbanização, que só pode efetivar-se se o setor agrícola responde com uma oferta adequada de alimentos” (p. 241). Portanto, o avanço da industrialização depende de uma agricultura forte para o

abastecimento das demandas industriais e o mercado interno. Porém, no caso do Brasil opta-se por um modelo industrial com foco nas exportações e na satisfação do setor urbano, o que colabora diretamente para a ausência de profundas modificações no setor agrícola e na estrutura agrária.

Tavares (1976) defende que o modelo desigual e dependente que caracteriza o desenvolvimento econômico capitalista praticado no Brasil coloca em risco a própria organização do sistema capitalista clássico, pois o crescimento do mercado interno não teria sido suficiente para garantir a sustentação da indústria. Como alternativa a esse modelo desequilibrado, a autora defende a implantação de um projeto de reforma agrária “reformista”, para estimular o desenvolvimento econômico e incorporar uma parcela da população do setor primário no mercado consumidor. Essa é uma das características básicas de uma sociedade capitalista desenvolvida.

Porém, historicamente, no Brasil a burguesia brasileira vem optando por modelos de desenvolvimentos para o campo que não tocam na concentração fundiária, enquanto, também busca impedir movimentações em torno dessa proposta, com mecanismos de repressão aos movimentos sociais, principalmente dos camponeses, que reivindicam a redistribuição da terra e a reforma agrária, como aconteceu no golpe militar de 1964. De acordo com Saes (2001), na década de 1960, com a transição capitalista no Brasil surgiu a possibilidade do setor agrícola se inserir nesse processo como mercado consumidor. Nesse meio a industrialização se encontrava diante de um dilema, sendo necessário optar entre dois modelos de desenvolvimento: abandonar o compromisso histórico do Estado com o latifúndio e implantar uma reforma agrária distributiva, para o desenvolvimento da pequena agricultura e consolidação de um mercado interno forte; ou continuar com o processo de industrialização sem a ruptura do compromisso histórico com os grandes fazendeiros, incentivando a monocultura e a concentração da terra como capital especulativo. Nesse período, a fração da burguesia brasileira que detinha a hegemonia política estava aliada à oligarquia agrária e aos militares, que derrotaram o projeto de desenvolvimento baseado na reforma agrária, instalando o golpe de Estado de 1964.

Interagindo com tal contexto, o grupo militar e a burocracia estatal solucionariam, mediante uma nova política econômica e social, a “crise de hegemonia”, instaurando no seio do bloco das classes dominantes a hegemonia política de um subsistema de interesses econômicos capitalistas. Tal subsistema correspondia a uma rede de interesses monopolistas, que articulava o capital monopolista estrangeiro, o capital monopolista interno e o

capital monopolista estatal, com a preponderância dos interesses do grande capital bancário nacional (SAES, 2001, p. 402).

Portanto, com o golpe militar a burguesia que detinha a hegemonia optou pela inclusão do Brasil em um modelo de desenvolvimento capitalista dependente do capital estrangeiro e dos interesses do grande capital bancário nacional. Em vez de adotar um projeto de industrialização nacional para o desenvolvimento do espaço urbano e rural de forma integrada, com uma reforma agrária distributiva. Esse modelo se mantém até hoje – com algumas mudanças nos interesses hegemônicos que na atualidade são compostos pelo capital financeiro internacional, pelo capital monopolista estrangeiro (principalmente industrial) e pelo capital bancário nacional²⁰ – garantindo a concentração da terra como um bem especulativo comercial, ao passo que a pequena agricultura se desenvolve de forma precária nas terras mais empobrecidas e distantes das fronteiras agrícolas e dos centros urbanos.

3.1 O ESTATUTO DA TERRA

Por outro lado, o período da ditadura militar no Brasil também apresenta uma “aparente” contradição em relação à questão agrária, com a aprovação do Estatuto da Terra em 1964. Mesmo com limites e criado em um momento de repressão este foi um instrumento importante que inspirou o surgimento de vários movimentos de luta pela terra e reforma agrária, pois o Estatuto da Terra cria a primeira lei de reforma agrária no País. Esta Lei apresentava a necessidade da implantação de um programa de reforma agrária no Brasil para a modernização da agricultura e solução dos problemas políticos no campo. Conforme Bruno (1995), a conceituação da reforma agrária prevista no Estatuto tinha um caráter *reformista* voltada à reforma fundiária, apresentando como ponto chave a modificação no regime de posse e uso da terra. “Art. 1º Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964).

O ex-presidente Castelo Branco (1964-1967) defendia a realização do que denominou de reforma agrária de caráter “democrática e cristã”, em contraposição à proposta socialista de reforma agrária, defendida pelos movimentos sociais de luta pela

²⁰ Sobre as mudanças do sistema hegemônico de interesses no período após 1988 no Brasil, embora não exatamente conforme a hipótese provisória indicada acima, ver Saes (2001a), “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas”, no livro *A república do Capital*.

terra da época. Porém, além de instituir uma política agrícola com novos conceitos em torno dos diferentes tipos de propriedades no Brasil, o principal avanço foi a definição da *função social* da terra:

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, 1964).

Com o estabelecimento em lei da obrigação do uso racional da terra buscava-se combater a improdutividade e a especulação ociosa das grandes propriedades, ou seja, do latifúndio improdutivo. A partir disso, a grande propriedade que não respeitasse a função social da terra poderia ser destinada para fins de reforma agrária. A partir da Lei também se cria o conceito de empresa rural com o qual se procura amenizar a problemática do latifúndio, que passa a ser utilizado pela elite agrária como base de sustentação da modernização agrícola e do desenvolvimento nacional, como explica Bruno (1995, p. 26):

[...] Em torno da noção de empresa agrícola, começa a se ordenar todo um conjunto de pressupostos econômicos, políticos e sociais acerca da redefinição das relações entre agricultura e indústria, da reconfiguração das relações sociais no campo e do padrão tecnológico a ser desenvolvido.

Os latifundiários e empresários encontraram na defesa da empresa rural uma forma de garantir a continuidade da concentração do latifúndio improdutivo, justificando-o como um elemento fundamental para expansão da grande empresa capitalista rural: “a propriedade que não excedesse o equivalente a 600 vezes o módulo da região e fosse explorada racionalmente, ocupando mais de 50% da área total agricultável, seria classificada, para efeito legal, como empresa rural” (MORISSAWA, 2001, p. 99). Essa forma de “modernização” da agricultura possibilitou a criação de uma nova identidade para o latifúndio, mascarando seu caráter violento e improdutivo e transformando-o no “moderno empresariado rural”.

Na visão de Mendonça e Stedile (2010), o Estatuto da Terra estabeleceu somente um modelo de agricultura que estimulou a manutenção da grande propriedade e sua modernização no Brasil, o que não representou ameaça ao latifúndio: “[...] a lei de reforma agrária era, simplesmente, uma lei de desenvolvimento agrícola, o que, além de abrandar sua intencionalidade política, tornava-se um texto passível de ambiguidades flagrantes [...]” (sic) (MENDONÇA; STEDILE, 2010, p. 42). Assim, a aprovação do

Estatuto da Terra não assegura a implantação de um programa de reforma agrária ou mudança na concentração de terra no Brasil, mas torna-se um elemento fundamental na institucionalização de um projeto político reformista de desenvolvimento, nos moldes da ditadura militar; uma vez que, ao mesmo tempo em que a lei foi aprovada, o governo reprimiu e perseguiu os movimentos sociais populares de orientação populista e socialista, que lutam por terra e reforma agrária, torturando e assassinando suas lideranças.

Antes do golpe militar a proposta do Estatuto da Terra, apresentada pelo governo João Goulart (1961-1964), representava uma bandeira de luta dos movimentos sociais, ao propor a criação de um projeto nacional de desenvolvimento para a agricultura. Porém, em uma conjuntura pós-golpe de Estado e instauração da ditadura militar, a aprovação do Estatuto foi utilizada a fim de amenizar as tensões da luta pela terra e desenvolver o latifúndio, considerado um dos principais entraves para a modernização da agricultura e para o processo de industrialização urbana.

Dessa forma, observa-se que ainda que a criação do Estatuto tenha sido o resultado da pressão dos movimentos sociais e possuía um caráter progressista para a época, este permaneceu somente no papel, uma vez que os governos militares priorizaram o desenvolvimento da agricultura capitalista, centrada em grandes áreas de monocultivos agrícolas, para a exportação e o abastecimento da industrialização, que foi sustentado com recursos públicos criando o que depois se chamou de agronegócio.

3.2 A REFORMA AGRÁRIA COMO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

Mediante esse debate coloca-se que a necessidade em analisarmos qual o sentido de realização de um projeto de reforma agrária para o desenvolvimento do país, voltado para o abastecimento da industrialização e criação de um mercado interno, com a democratização do acesso à terra? Nesse contexto, a reforma agrária foi adotada em vários países capitalistas ao redor do mundo, nos quais se instituiu um conjunto de mudanças na estrutura fundiária, que possibilitou o acesso dos camponeses e trabalhadores rurais a mesma. A exemplo do que ocorreu no México, em que se implantou um programa de reforma agrária para desenvolver uma infraestrutura agrícola e um conjunto de políticas voltadas ao estímulo do desenvolvimento capitalista na agricultura.

Desde a antiguidade a reforma agrária tem sido um instrumento importante de distribuição da riqueza. Nesse sentido, Carter (2010, p. 49) indica que o século XX foi o período de maior atenção à luta política em torno da questão agrária, durante o qual foram adotadas várias políticas de redistribuição de terras em inúmeros países pelo mundo. Evidencia-se, assim, que a reforma agrária pode ser realizada em sistemas democráticos e autoritários, pois historicamente as mudanças mais radicais se deram em regimes não democráticos, geralmente “após uma revolução social ou uma ocupação militar estrangeira”.

Na América Latina, quatro das mais significativas reformas agrárias foram implementadas após revoluções sociais, no México (1910), na Bolívia (1952), em Cuba (1959) e na Nicarágua (1979). Só três das dez mais importantes reformas foram conduzidas por líderes democraticamente eleitos. Elas ocorreram na Guatemala (1952-1954), no Chile (1967-1973) e na Venezuela (1960-1973). As reformas na Guatemala e no Chile, contudo, terminaram com golpes militares de direita apoiados pelo governo dos Estados Unidos. A distribuição fundiária foi revertida nos dois países. A reforma venezuelana foi menos controversa, já que foi instaurada em sua maior parte em terras públicas (CARTER, 2010, p. 49).

Contudo, mesmo sendo implantada em um sistema capitalista, a realização da reforma agrária necessita da instituição de mudanças estruturais profundas na estrutura fundiária vigente de um país, mediante a criação de programas governamentais que assegurem um conjunto de regras para o acesso dos camponeses e trabalhadores rurais à democratização da terra e às políticas públicas para a melhoria das condições de vida dessa população e o desenvolvimento do campo.

Ela [reforma agrária] é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal... (OLIVEIRA, 2006, p. 5).

Contudo, a viabilidade dessa reforma depende de duas políticas fundamentais: a fundiária e a agrícola:

A política fundiária refere-se ao conjunto de princípios que as diferentes sociedades definiram como aceitável ou justo para o processo de apropriação privada da terra [...]. Na política fundiária, está incluído também, o conjunto de legislações que estipulam os tributos incidentes sobre a propriedade privada da terra; as legislações especiais que regulam seus usos e jurisdições de exercício de poder; e programas de financiamentos para a aquisição da terra. A política agrícola por sua vez, refere-se ao conjunto de ações de governo que visam implantar nos assentamentos de reforma agrária a assistência social, técnica, de fomento e de estímulo à produção,

comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários [...] (OLIVEIRA, 2006, p. 7).

Enquanto, por um lado, a política fundiária necessita da criação e defesa de uma legislação para regulamentação da terra, a política agrícola constitui-se na implementação de um programa governamental com a criação de assentamentos e políticas sociais, complementares para o avanço tecnológico do campo.

Os estudos de Carter (2010) demonstram que o histórico de realização da reforma agrária pelo mundo indica não ser viável implantar um programa de reforma agrária moderna, sem a participação e responsabilidade por parte do Estado:

Por definição, reformas agrárias implicam o envolvimento do Estado na reestruturação de relações de direito de propriedade ou, no mínimo, na regulamentação dos termos de posse no campo, em favor dos trabalhadores rurais. Na ausência do Estado, alterações como essas só podem ocorrer por meio de guerras, apropriações de terra e outras expressões de força bruta (CARTER, 2010, p. 48).

Independentemente se a reforma agrária seja implantada em sistemas autoritários ou democráticos, ou através de revoluções, se possua caráter reformista ou socialista, o Estado tem a função de normatizar e garantir os resultados desses processos de luta. Exige-se assim, a sanção do Estado na realização de qualquer tipo de reforma agrária pelo mundo (CARTER, 2010). Ao mesmo tempo, a luta de grupos sociais pela reforma agrária somente avança em sociedades que apresentam demandas para isso, como é o caso do Brasil, em que a concentração fundiária produz impacto significativo nos índices de desigualdade social e representa um entrave para o desenvolvimento do país. Portanto, a implantação de um programa de reforma agrária somente é viável com a combinação das demandas sociais e a presença do Estado nesse processo.

Nesse contexto, Stédile (1997) defende que um programa de reforma agrária no Brasil precisa romper com o compromisso histórico dos governos com os grandes proprietários de terras, promover mudanças na estrutura fundiária e diminuir o custo para a geração de empregos. Fornecendo, assim, um conjunto de benefícios, inclusive, indiretos para os centros urbanos e o desenvolvimento do País:

[...] costuma-se lembrar apenas os benefícios diretos da reforma agrária, que são as famílias de trabalhadores que irão receber as terras desapropriadas. [Mas] [...] de forma indireta, são inúmeros os setores e grupos sociais beneficiados, especialmente no meio urbano, pelas transformações no sistema econômico que o desenvolvimento da agricultura traz, ampliando o mercado interno consumidor de bens produzidos na indústria, e, portanto, criando mais empregos na cidade (STÉDILE, 1997, p. 28).

A reforma agrária é apresentada como um elemento fundamental para o desenvolvimento rural e urbano, principalmente no que se refere a bens e serviços para a industrialização. Em tal contexto, a reforma agrária pode ser considerada como um processo de ação política fundamental para eliminar a miséria na sociedade, principalmente no campo. Mas, na concepção de Oliveira (2009), este tipo de reforma não pode ser implantado somente em terras devolutas, e deve atingir principalmente o latifúndio improdutivo e democratizar a estrutura fundiária do país, gerando modificações estruturais na mesma. Do contrário, não trata de uma reforma agrária distributiva e democratizante, ao mesmo tempo em que, não representa nenhuma ameaça ao “*pujante agronegócio gerador de divisas para o país*” (p. 32, grifo do autor). Percebe-se, assim, que a modificação da estrutura fundiária só se realizará de fato, ao tocar no aspecto central do problema: a concentração da terra e o latifúndio. Ou seja, para gerar desenvolvimento no país a reforma agrária deve democratizar a estrutura da terra e possibilitar a garantia jurídica de acesso dos camponeses e trabalhadores rurais a essas áreas.

Diante de uma análise global acerca dos problemas de desenvolvimento das nações, Carter (2010) destaca que o Brasil não figura como um dos países mais pobres, tendo em vista que seus indicadores de riqueza e desenvolvimento humano possuem uma classificação de média alta na comparação com outros grandes países em desenvolvimento. Segundo o autor, o problema central do Brasil não está na pobreza, porém nos altos índices de desigualdade social. Os dados do Banco Mundial de 2005 mostram que o país ocupa a sexta posição em desenvolvimento humano e a sétima no Produto Interno Bruto (PIB), em renda *per capita* –, porém, os mesmos dados indicam que o país figura em primeiro lugar em concentração de terra, se comparado aos outros países (CARTER, 2010). Ao mesmo tempo, o Brasil está entre os piores no índice de desigualdade na comparação com os outros países, ocupa o penúltimo lugar com um “percentual de 16,25”, perdendo somente para a África do Sul. Não há como comparar os dois países em relação à realidade de renda, pois a África do Sul enfrentou um sistema de *apartheid* racial durante grande parte do século XX. Nesse sentido, “[...] a desigualdade excessiva reduz a produção econômica e sustenta níveis significativos de miséria social” (CARTER, 2010, p. 54-55).

Um dos principais desafios do Brasil, portanto, no século XXI estaria em superar os históricos padrões de exclusão social e melhorar as condições de acesso à riqueza e a outros mecanismos de vida. Nesse contexto, os níveis de concentração de

terra e os altos níveis de desigualdade social, podem ser vistos de modo interligado, pois historicamente entre as nações percebe-se a eminência de uma relação direta entre as reformas da estrutura agrária e os níveis de igualdade social: “As nações em desenvolvimento mais desiguais [...] são aquelas que implementaram pouca ou nenhuma reforma agrária durante o século XX [...]. Quase todas as sociedades mais igualitárias [...] passaram por um processo substancial de redistribuição da terra” (CARTER, 2010, p. 57).

Observa-se que na história de desenvolvimento dos países durante o século XX, as nações que adotaram programas de reforma agrária estabeleceram condições de maior igualdade social entre seus integrantes, ao contrário dos países que não implantaram nenhum processo de democratização da estrutura fundiária. Desse modo, com base no autor, percebemos que a realização de um programa nacional de reforma agrária pode se tornar uma política decisiva para reduzir as desigualdades sociais, principalmente em países em desenvolvimento com altos índices de concentração de terra e disparidade social, como vimos acima, que se trata do caso do Brasil.

Porém, ao contrário de vários países capitalistas que implantaram programas nacionais de reforma agrária para modificar a estrutura fundiária, desenvolver a agricultura e promover o acesso de camponeses e trabalhadores rurais à terra, os governos brasileiros historicamente não optaram por modelo similar para o desenvolvimento do capitalismo no campo. A escolha se deu no desenvolvimento de um capitalismo dependente, com um sistema de agricultura centrado, essencialmente, em grandes e médias áreas, voltados à produção de matéria prima para exportação. Entretanto, é importante lembrar que esse sistema agrícola do grande latifúndio, gera desigualdade, exploração dos camponeses e do meio ambiente, exaure os recursos naturais do Brasil há décadas, sendo sustentado por volumosos recursos públicos por parte do Estado brasileiro. Paralelo a isso, a reforma agrária tem sido desconsiderada pelos governos como um programa de desenvolvimento para o país, o que possibilitaria a criação de um mercado interno forte e o abastecimento da população, bem como o crescimento do campo e das condições de vida dos camponeses e trabalhadores rurais.

Percebendo a necessidade em aprofundar a discussão sobre a questão agrária e o modelo de agricultura do Brasil, a seguir apresentamos o debate histórico da questão agrária no país de 1950 aos anos 2000, a fim evidenciar como essa problemática tem sido tratada pelos governos brasileiros ao longo das décadas, gerando impactos diretos no modelo de desenvolvimento da agricultura e na história brasileira. Bem como,

procuramos analisar o surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil e seu protagonismo em torno da pauta da reforma agrária na sociedade, a partir da década de 1990.

O debate acerca da questão agrária no Brasil surge com mais evidência, nos espaços acadêmico e político, no final da década de 1950. A problemática ganha destaque, principalmente mediante as lutas das Ligas Camponesas no Nordeste, que a partir de 1955 passam a reivindicar pela primeira vez a realização de um projeto de reforma agrária no Brasil. Conforme Sampaio (2010), nesse período, o conflito social do campo, em torno da problemática da questão agrária se torna uma questão nacional que exige uma resolução por parte do Estado brasileiro, voltada para o estímulo ao desenvolvimento econômico, social e político do país.

A década de 1960 se caracteriza pela adoção de uma política econômica de recessão, combate à inflação e instabilidade política dos governos populistas e militares, iniciado com o golpe militar em 1964. A pressão popular anterior ao golpe militar culminou em uma proposta de reforma agrária apresentada pelo governo populista de João Goulart (1961-1964), que não foi adotada como alternativa para o desenvolvimento capitalista da agricultura e da industrialização, pois, em seguida, o governo Goulart foi deposto pelo golpe militar de 1964, que engavetou a proposta e passou a perseguir, prender e assassinar os líderes dos movimentos de luta pela terra, como das Ligas Camponesas. Portanto, a política dos governos militares sufoca os movimentos de luta pela terra no campo e não toca na desconcentração fundiária. O modelo econômico desse período concentrou-se no desenvolvimento de um projeto de industrialização, voltado a substituir as importações e enfrentar a crise do mercado internacional, destinando à agricultura brasileira a função de produtor de matéria-prima para o abastecimento da indústria e para a exportação. Esse modelo fortaleceu o poder da oligarquia agrária e do latifúndio, avançando na concentração fundiária e nas grandes áreas de monoculturas de *commodities* agrícolas (soja, açúcar, café, celulose, laranja, carne bovina, etc.) para exportação, não sobrando espaço para o debate da reforma agrária na agenda política do país (ENGELMANN, 2013).

Ao fim da década de 1980, com a derrocada do regime militar e o processo de democratização, a industrialização e modernização da agricultura brasileira, o debate da reforma agrária é retomado na agenda política com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) por José Sarney, em 1985. O governo anunciou como meta o assentamento de 1,4 milhão de famílias em terras que seriam desapropriadas, porém,

mediante a pressão dos latifundiários, Sarney suspendeu o Plano logo em seguida (SAMPAIO, 2010).

Nesse cenário, a pauta da questão agrária na sociedade brasileira somente retorna à agenda política a partir de 1995, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002). Branford (2010, p. 410) salienta que durante a campanha eleitoral Fernando Henrique prometeu “assentar 280 mil famílias de sem-terra” em seu governo, porém, nos dois primeiros anos de mandato não cumpriu a promessa, direcionando sua política para a implementação de um projeto neoliberal no país. O foco central foi à redução das barreiras comerciais para o aumento da concorrência no setor agrícola, com o crescimento nas importações de alimentos. O projeto buscava estimular o aprofundamento da modernização agrícola, a partir da lógica do mercado, sem adoção de políticas para reduzir as desigualdades no campo, pois o principal objetivo era esvaziá-lo e deslocar a população rural para as áreas urbanas, seguindo a lógica de exploração do neoliberalismo a partir do mercado.

Com a repercussão internacional do Massacre de Corumbiara, em 1995, no estado de Rondônia, em que nove Sem Terras e dois policiais foram mortos, e de Eldorados dos Carajás, em 1996, no estado do Pará, onde 21 Sem Terras ligados ao MST foram assassinados pela Polícia Militar do estado, o movimento consegue um grande apoio na sociedade em torno da causa da reforma agrária, o que obriga o Governo de FHC a dar atenção a essa questão agrária, como um gesto de prestação de contas à opinião pública internacional e nacional sobre o aumento da violência no campo. Conforme Sampaio (2010), mediante esse contexto a questão agrária se torna parte e se mantém na agenda política nacional, ainda que com fases de maior e menor destaque, como na Marcha Nacional pela Reforma Agrária, organizada pelo Movimento Sem Terra em 1997, reunindo cem mil pessoas em Brasília.

[...] pode-se afirmar que, ao longo da história brasileira, a questão agrária aflora rapidamente à superfície do debate político para logo mergulhar no plano de conflito direto entre açambarcadores de terra e trabalhadores rurais sem-terra ou sem título legal de posse ou propriedade da terra. De 1995 até hoje, porém, esse padrão foi alterado: a questão agrária passou a fazer parte da agenda política [...] (SAMPAIO, 2010, p.402).

No entanto, o governo de FHC não implantou uma política de reforma agrária para o desenvolvimento do campo, o que realizou foi a criação de assentamentos pelo país, a partir da luta e correlação de força de pressão dos movimentos sociais de luta pela terra. Com os massacres e o avanço dos conflitos por terra no campo, a política

governamental adotada procura amenizar os conflitos no campo e acalmar os movimentos sociais, assim como os fazendeiros. Para Fernandes (2003), a política agrária do governo Fernando Henrique foi de criminalização das ocupações de terra, dos movimentos sociais do campo e de criação do Banco da Terra, transformando a reforma agrária em uma questão econômica, de mercado, incentivada pelas políticas do Banco Mundial.

Diante dessa concepção política, o Governo Federal acreditava que os problemas relacionados à questão agrária e aos conflitos em torno da terra seriam resolvidos com o desenvolvimento do capitalismo no campo. Assim, FHC pregava a ideia do desenvolvimento de um “*novo mundo rural*”, focando na “noção de desenvolvimento sustentável, mercantilizando a questão agrária, colocando-a no território do capital, onde os camponeses são plenamente subalternos” (FERNANDES, 2003, p. 13, grifo do autor). O propósito dessa política era desmobilizar a luta dos trabalhadores Sem Terra, deslocando a problemática agrária do campo político, para o espaço econômico, sendo tratada como um problema a ser resolvido pelo mercado, mediante o avanço do capital e da modernização no campo. Prega-se a mercantilização das terras e a criminalização das lutas dos movimentos sociais de luta pela terra, procurando convencer a sociedade de que o problema agrário poderia ser resolvido, somente com o desenvolvimento econômico capitalista no espaço rural.

Paralelo ao cenário de não implementação da reforma agrária para alterar a problemática da concentração de terra, a pobreza e a violência no campo durante o governo Fernando Henrique, Carter (2010) aponta a existência de uma grande força política das oligarquias agrárias no Congresso Nacional, que atuam em defesa dos interesses dos latifundiários e grandes proprietários, procurando barrar qualquer política que busque modificar a concentração de terras no país ou ameaçar o poder político desse grupo. Os latifundiários criam a bancada ruralista que conseguiu derrotar várias medidas progressista pela reforma agrária na Assembleia Constituinte de 1987-1988. Após essa fase, Comparato (2001, p.117) indica que em 1996 a bancada ruralista recria a União Democrática Ruralista (UDR), com o argumento de “enfrentar os avanços do MST na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo”. Por meio da UDR os latifundiários voltam a contratar milícias armadas de pistoleiros para realizar desocupações ilegais de áreas ocupadas pelos movimentos de luta pela terra e assassinar lideranças, camponeses e trabalhadores rurais ligados à luta pela reforma agrária, agravando os conflitos no campo.

Além da política neoliberal, com a “reforma agrária” de mercado e criminalização dos movimentos sociais imposta pelo governo FHC, os movimentos populares de luta pela terra enfrentavam a violência do latifúndio com o aumento de assassinatos de trabalhadores rurais, aliado em alguns momentos aos próprios aparelhos de repressão do Estado, como a polícia. Nesse sentido, historicamente a oligarquia agrária exerce grande poder político no país, gerando significativos impactos sobre as políticas de reforma agrária, ao mesmo tempo em que, tem obrigado os governos recentes a conciliar os interesses dos latifundiários a fim de sustentar os governos de coalizção no Congresso (CARTER, 2010). Entretanto, após o fim da ditadura e a democratização no país, as políticas neoliberais seguiram beneficiando os grandes proprietários, já que o país torna a exportação de *commodities* agrícolas em uma das principais receitas para saldar credores no Brasil. Desse modo, destina-se a maior parte dos subsídios agrícolas dos governos para o desenvolvimento do agronegócio, em detrimento de investimentos na pequena agricultura e na camponesa, para uma produção voltada ao mercado interno.

A retomada da pauta da reforma agrária, como um programa político para o desenvolvimento do capitalismo no campo e a diminuição da pobreza, reaparece na campanha de Luís Inácio Lula da Silva, do PT, para a presidência da República, em 2002. No programa de governo do PT a reforma agrária é tratada como um conjunto de políticas governamentais a serem adotadas nos países capitalistas na intenção de realizar modificações na estrutura fundiária e no desenvolvimento econômico da agricultura.

Nesse sentido, a eleição presidencial de Lula em 2002, gerou expectativas “positivas” entre a classe trabalhadora latino-americana em relação à realização de mudanças sociais significativas, bem como esperanças entre os movimentos de luta pela terra no Brasil, de que, enfim, a reforma agrária seria implantada no país. Após o período seguinte às eleições, milhares de famílias se somaram aos acampamentos do MST e de outros movimentos do campo, acampando em fazendas e beiras de estradas, na esperança de obter um lote de terra por meio da implantação de um projeto de reforma agrária prometido pelo governo.

Para compreender melhor a política agrária de Lula comparamos os dois Programas Agrários do PT. O programa de 1989, defende a realização de um projeto de reforma agrária por parte do Estado brasileiro, com foco central no fim da concentração da terra, para o desenvolvimento da agricultura e da economia: “A reforma agrária é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Visa, [...],

romper o monopólio da terra e lançar as bases de um padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira” (Programa Agrário do PT, 1989, *apud* STÉDILE, 2005, p. 181.) Por outro lado, no Programa Agrário de Campanha de 2002, no qual Lula saiu vitorioso, o partido passa a ver a reforma agrária como uma política para o desenvolvimento rural, voltada para a desapropriação de terras improdutivas, aliada à produção de alimentos para combater a pobreza e recuperar os assentamentos, com infraestrutura social, econômica, assistência técnica e créditos agrícolas (Programa Agrário da Campanha Presidencial do PT, 2002, *apud* STÉDILE, 2005).

Assim, o programa agrário do PT de 2002 desloca a questão da reforma agrária do seu programa inicial e passa a pensar essa política como um instrumento para a diminuição da pobreza e do desenvolvimento capitalista do campo, acompanhado de um programa básico de políticas públicas para estruturação de assentamentos, colocando menor intensidade na desapropriação de novas áreas para a criação de novos assentamentos de famílias Sem Terra. “O eixo central da nossa política de segurança alimentar está na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros” (STÉDILE, 2005, p. 217). Nesse contexto, a reforma agrária é vista pelo Governo de Lula como uma das alternativas estruturantes para assegurar o direito à alimentação da população brasileira e diminuir os índices de miséria.

Outro aspecto do programa agrário do PT de 2002 contemplava as políticas compensatórias e emergenciais, que acabaram se tornando a principal meta do governo do PT, como o bolsa família, por exemplo. No entanto, mesmo com as limitações, caso o segundo programa agrário do Governo Lula tivesse sido colocado em prática, a reforma agrária e a agricultura familiar teriam mais condições e se tornariam políticas fundamentais para garantir a soberania alimentar do país, auxiliando na erradicação da pobreza e na geração de empregos.

Ao analisar os dois programas agrários do PT, percebe-se que diferente de 1989, quando o objetivo era enfrentar a concentração fundiária no país, com a desapropriação de latifúndios e implantar uma política estrutural de desenvolvimento capitalista para o campo e a indústria, em 2002, a reforma agrária é defendida pelo partido como um programa de desenvolvimento rural para combater a pobreza, a partir da desapropriação de latifúndios improdutivos ou áreas ilegais (griladas ou com trabalho escravo) e estruturação dos assentamentos existentes para produção de alimentos para o Fome

Zero. A segunda proposta de reforma agrária do PT abandona a proposta de uma democratização fundiária, com o enfrentamento ao poder do latifúndio, substituindo-a por um programa de criação de assentamentos, restrito a áreas improdutivas ou ilegais e à reestruturação de assentamentos antigos (ENGELMANN; DURAN GIL, 2012).

Branford (2010) ressalta que diante da pressão de movimentos sociais, como o MST, em 2003, Lula convida um dos mais importantes especialistas agrários do país e membro do PT, Plínio de Arruda Sampaio, para elaborar um “plano de emergência”. Após ouvir os movimentos sociais, enfrentar resistências dentro dos órgãos governamentais – como no INCRA – e receber negativas do comando da autarquia, de que o governo não teria orçamento para viabilizar seu plano, no mesmo ano Sampaio apresentou ao Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rossetto, um programa de reforma agrária para o país, que previa o assentamento de um milhão de famílias em quatro anos de governo. O governo alegou ser inviável realizar o programa. Conforme a autora, Sampaio deixou claro desde o início que a reforma agrária só representaria uma mudança estrutural se expropriasse o latifúndio. A ideia era democratizar a terra diminuindo o poder do latifúndio para que fosse possível realizar uma ruptura na concentração fundiária e fortalecer o campesinato. Ou seja, seria necessário colocar em prática um plano amplo de democratização da terra, que alterasse os índices de concentração de terra no Brasil, como o coeficiente do índice Gini. Ainda assim, a proposta de Sampaio não atingiria “o sistema econômico neoliberal do Brasil, dependente de exportações das grandes e modernas fazendas nas mãos da elite do agronegócio” (BRANFORD, 2010, p. 420). Ele indicava a criação de dois polos: o campesinato e o agronegócio, e acreditava que com o fortalecimento do campesinato no futuro este poderia vir a contestar o agronegócio.

Com o aumento da pressão dos movimentos do Campo, a partir da criação do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, em novembro de 2003, o governo apresenta o PNRA, em uma versão reduzida, em que Lula afirmava que realizaria uma reforma agrária “cautelosa” e “cuidadosa”. Anuncia-se o assentamento de 400 mil famílias Sem Terra até o final de 2006, juntamente com regularização de título de propriedade para 500 mil posseiros e crédito rural a 130 mil famílias para adquirir terra.

Sampaio havia planejado tomar dos latifúndios terra suficiente para assentar um milhão de famílias em quatro anos, entre 2004 e 2007, o mínimo necessário para atingir a “ruptura” que pretendia – ao passo que o governo

planejava assentar apenas 400 mil dessa forma entre 2004 e 2006 [...]. Ao que se constatou, nem mesmo as metas revistas foram atingidas (BRANFORD, 2010, p. 425).

O impacto do programa ficou muito aquém do que inicialmente havia sido proposto pela equipe de Sampaio. De modo geral, o Governo Lula não teve a capacidade de executar um plano de reforma agrária progressista, que resultou na manutenção da concentração fundiária e no poder das oligarquias latifundiárias, que só têm aumentado no Brasil, especialmente no Congresso Nacional em que o agronegócio tem forte atuação da agora designada: Frente Agropecuária, antiga bancada ruralista, que combate constantemente as iniciativas de políticas voltadas à reforma agrária, em detrimento de manter o poder do latifúndio a qualquer custo no campo, a exemplo do uso da violência mediante a contratação de milícias armadas para desocupar acampamentos e assassinar trabalhadores rurais.

Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (ORTIZ, 2015), no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) foram assentadas 540,7 mil famílias. No Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2010), o número aumentou para 614,08 mil famílias, porém diminuiu drasticamente no Governo de Dilma Rousseff (2011-2016), considerado pelos movimentos de luta pela terra em 2015, como um dos piores dos últimos vinte anos em relação à reforma agrária. No primeiro mandato de Dilma (2011-2014) foram assentadas somente 103,7 mil famílias, sendo que destes apenas 28 mil são de novos assentamentos. E sendo quase paralisado no seu segundo mandato, percebe-se uma estagnação frente a essa política devido ao golpe institucional contra a democracia, o qual interrompeu seu mandato em agosto de 2016.

No entanto, os movimentos sociais do campo contestam a metodologia de sistematização de dados adotada pelo governo Lula, referente à criação de novos assentamentos e acusam seu governo de “inflar” o número real de novas famílias assentadas, na tentativa de convencer os movimentos sociais, sindicais e, principalmente, a sociedade, de que as metas do PNRA haviam sido cumpridas. Segundo Oliveira (2009), os dados não correspondem à desapropriação de novas áreas, tendo em vista que INCRA contabiliza a criação dos novos assentamentos, conjuntamente com as outras metas de ações do PNRA; como, a regularização de posses, o reconhecimento de assentamentos antigos e o reassentamento de agricultores atingidos por barragens. O autor aponta que o número geral dos novos assentamentos criados a cada ano deve ser calculado com base somente na desapropriação de novos

latifúndios ou obtenção de terras públicas. Observa-se, portanto, que “o governo *finge que faz a Reforma Agrária, e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar*” (p. 35, grifo do autor).

Insatisfeito com essa postura, em 2005, o MST divulgou nota denunciando o governo Lula de tentar maquiagem os números de novos assentamentos e de realizar uma política agrária que não foi capaz de promover a desconcentração da terra e ameaçar o poder do latifúndio.

Lamentavelmente, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, comemora hoje uma política que não desconcentra a propriedade da terra e premia o latifúndio, por meio de iniciativas que parecem mais com os projetos de colonização da Amazônia do regime militar (1964-1985) do que qualquer política que pudesse ser chamada de Reforma Agrária (MST, 2005, p. 1).

Na concepção do MST, um projeto de reforma agrária deve desconcentrar a propriedade da terra e resolver o problema da pobreza no campo, o que não ocorreu com a política agrária do governo Lula. Nesse sentido, percebe-se que Lula tentou implementar a conciliação de dois projetos distintos de agricultura no Brasil. Desenvolve uma política de fortalecimento da agricultura familiar e criação de assentamentos para produção de alimentos ao programa Fome Zero, enquanto, por outro lado, aumenta os investimentos financeiros no agronegócio, com a retórica de “gerar divisas para o país”. Porém, observa-se que não foi possível uma conciliação equilibrada entre esses dois projetos de agricultura, visto que a reforma agrária não foi implementada e a agricultura familiar vem perdendo espaço para a grande propriedade, com a produção de monocultivos e *commodities* agrícolas para a exportação. Nesse contexto, mesmo sendo considerado um governo de “esquerda” ou “centro-esquerda”, principalmente no primeiro mandato, o Governo Lula (PT) colocou o Estado a serviço dos grandes proprietários de terra, e não dos trabalhadores rurais e dos camponeses, bem como aliados aos movimentos populares do campo.

Porém, se faz necessário reconhecer, como relata Oliveira (2009), que diferente dos governos anteriores que tratavam a questão agrária como caso de polícia e forte repressão aos movimentos populares, o que ocorre com o presidente Lula é uma aproximação deste com os movimentos sociais. Durante os dois mandatos, seu governo desenvolveu uma política compensatória de criação de assentamentos diante da intensidade dos conflitos no campo e da pressão dos movimentos sociais de luta pela terra. No governo Lula também houve a aplicação de mais recursos públicos na

melhoria das estruturas dos assentamentos existentes. Da mesma forma, percebe-se maior incentivo à agricultura familiar, na comparação com os governos anteriores (CARTER, 2010)

Contudo, de modo geral, nos dois mandatos de Lula seu governo adotou uma política assistencialista de combate à pobreza, centrado no programa Bolsa Família, com distribuição de renda à população mais pobre. Essa política governamental compensatória procurou diminuir a miséria entre a população do campo e da cidade, mas não levou a uma ampla geração de emprego, não logrou acabar com as desigualdades sociais e não eliminou o poder político do latifúndio no campo. Assim, na história do Brasil não é possível afirmar sobre a adoção e implantação de um projeto de reforma agrária por parte do Estado, como programa governamental para a criação de assentamentos, com políticas públicas voltadas para resolver a questão agrária, diminuindo as desigualdades sociais e desenvolvendo o campo.

Dilma Rousseff (PT) dá continuidade ao projeto de Lula, ampliando alguns programas para os assentamentos, porém, diminui os investimentos públicos na criação de novos assentamentos, bem como os incentivos para a agricultura familiar. No primeiro mandato de Dilma (2011-2014) foram assentadas 103.7 mil famílias, das quais somente 27%, ou seja, 28 mil são de novos assentamentos. No segundo mandato, inicialmente, a reforma agrária esteve estagnada. Conforme o portal do MST (2016a), foram assentadas somente cerca de duas mil famílias com decretos de 2013. As informações da Agência Brasil (2016), demonstram que a situação mudou pouco em abril de 2016, quando Dilma assinou 25 decretos de desapropriação de terras para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas. Desse total, 21 decretos são destinados para assentamento de famílias Sem Terra em 35,5 mil hectares de terras, em 14 estados.

Nesse sentido, Carter (2010) indica que, no caso do Brasil, em comparação com outros países na América Latina o processo de reforma agrária promoveu menos impacto no hemisfério sobre a estrutura agrária. Ainda que as políticas de distribuição fundiária tenham sido acompanhadas por um conjunto de táticas de pressão dos camponeses, como as ocupações de terras.

A reforma feita entre 1985 e 2006 situa o Brasil no 15º lugar do Índice de Reforma Agrária [...], apenas duas posições acima do último lugar. No total esse processo de reforma beneficiou 5% de toda a força de trabalho agrícola e distribuiu 11,6% do total das terras agricultáveis (CARTER, 2010, p. 61).

Ainda que reconheça o impacto positivo das políticas adotadas no primeiro governo Lula e seu efeito distributivo de impactos significativos em alguns locais, o autor conclui que, em termos proporcionais, a reforma agrária brasileira aparece como uma das menos significativas entre os países da América Latina. Trata-se de um modelo de reforma agrária conservadora, de caráter reativa e restrita, executado de modo lento, mediante o poder de barganha dos movimentos sociais, frente à correlação de forças de cada momento histórico no país. Isso ocorre, pois como indica Carter (2010), as políticas de reforma agrária adotadas pelos governos brasileiros até o momento não têm como alicerce um programa governamental consistente, que esteja a fim de gerar mudanças estruturais no sistema fundiário e de suas desigualdades nas relações de poder. Ao contrário, são medidas que se voltam para a resolução de exigência imediatas, na busca pela contenção dos conflitos e a tentativa em impedir o confronto com o poder dos latifundiários.

Diante dessa perspectiva, no nosso entendimento, no que diz respeito aos diferentes governos, pode-se observar no país, a prática de uma política agrícola com incentivos voltados prioritariamente ao modelo do agronegócio. Por outro lado, desenvolve-se uma política mínima com escassos recursos para a agricultura familiar e camponesa, além da criação de alguns assentamentos. Assim, o tratamento marginal à agricultura familiar e camponesa vem garantindo o fortalecimento de grandes áreas de extensão rurais, ou seja, a manutenção do latifúndio.

Nesse cenário de ausência de reforma agrária, prioridade de investimentos governamentais e créditos voltados à expansão do agronegócio no Brasil, os camponeses e trabalhadores rurais, que ao longo da história se organizam para resistir no campo e questionar a estrutura agrária brasileira, enfrentam a violência do latifúndio, o descaso do governo e a criminalização dos oligopólios midiáticos, entre outras instituições sociais e privadas:

A questão fundamental é que a história do Brasil da segunda metade do século passado é uma história com duas fases contraditórias: uma hegemônica, aquela a que conta a epopéia da concentração fundiária; a outra refere-se à luta sangrenta travada pelos camponeses pelo acesso à terra em todo o território brasileiro (OLIVEIRA, 2009, p. 31).

A história contemporânea do campo brasileiro, bem como a história do próprio país centra-se no poder hegemônico da concentração do latifúndio e da luta dos camponeses pela democratização da terra e de seu acesso à mesma, em um cenário de disputa e de violência mediante o poder da oligarquia agrária. Nesse contexto, o número

de trabalhadores rurais assassinados, decorrente do envolvimento na luta pela terra nas últimas décadas, é alarmante. Devido ao uso da violência nos conflitos agrários, por parte essencialmente dos proprietários fundiários com a contratação de milícias armadas, esse cenário segue avançando nesse século. Conforme informações CPT, (2017), entre 1985 e 2016, se registrou o assassinato de 1.834 trabalhadoras e trabalhadores rurais no campo. Os dados da CPT (2017a), revelam que o ano de 2016 foi muito violento, com 61 trabalhadores assassinados, 11 a mais que o ano de 2015, em que houve o registro de 50 assassinatos, com um crescimento de cerca de 30% de casos. Porém, os dados preliminares da violência no campo em 2017 mostram que a violência cresceu de forma estarrecidora em relação ao anos anteriores e registrou práticas de crueldade. Ao todo, foram 65 pessoas assassinadas, o que torna o Brasil no país “mais violento para as populações camponesas no mundo” (CPT, 2017, p. 01).

Com o golpe contra a democracia brasileira que afastou definitivamente do cargo a presidenta Dilma, em agosto de 2016, a pauta da reforma agrária passa a sofrer constantes ataques pelo Governo ilegítimo de Michel Temer. Nesse cenário, além do aumento da violência do latifúndio e do agronegócio no campo, após o golpe o Brasil se encontra em um período difícil para os movimentos populares, com o avanço de políticas conservadoras e da criminalização contra os movimentos populares urbanos e rurais, em lutas por direitos ou contra o golpe. A aprovação pelo Congresso de contrarreformas – como a trabalhista e a terceirização – precariza as condições de trabalho. Bem como a contrarreforma da previdência, a ser votada no Congresso, que ameaça a população mais carente de se aposentar. Percebe-se também a instalação de um estado de exceção com forte aparato de repressão policial, a fim de promover prisões nas manifestações de rua, agregado ao crescimento de assassinatos de trabalhadores rurais, índios e quilombolas em conflitos de terras. Esses são somente alguns exemplos de como o Governo ilegítimo Temer, não eleito democraticamente, vem atuado no país.

A grande mídia brasileira tem atuado como protagonista nesse cenário. A imparcialidade parece não figurar mais entre os pressupostos da reportagem jornalística, ao invés de esclarecer aos cidadãos sobre os acontecimentos, a mídia divulga informações descontextualizadas que confundem a população, ao mesmo tempo em que restringem a consolidação da democracia brasileira.

Após assumir, Temer extinguiu o MDA e transferiu suas funções para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que se tornou Ministério do

Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Pouco depois as funções do extinto MDA, juntamente com o INCRA, foram transferidas para a responsabilidade da Casa Civil. Conforme Teixeira (2017), além de rebaixar a importância do programa de reforma agrária e de políticas para a agricultura familiar, a extinção do MDA foi uma retaliação do governo ilegítimo aos movimentos populares do campo que se mobilizaram contra o golpe. Nesse ritmo, em 2016 não houve a criação de novos assentamentos no país.

Outra ameaça de Temer foi a aprovação da Medida Provisória 759 de 2016, que trata da regularização fundiária agrária e rural, sancionada com Lei nº 13.465 (BRASIL, 2017). A justificativa do governo era de que a medida iria facilitar a regularização fundiária de terras urbanas e rurais, porém, representantes dos movimentos populares, servidores do INCRA e alguns parlamentares acusam o governo de usar a “titulação” de terras como justificativa para privatizar os assentamentos, impedir o avanço das políticas de reforma agrária e cercear a participação dos movimentos sociais no processo de democratização da terra no país (MST, 2017a). O Governo Federal já anunciou que até 2018 pretende titular 750 mil famílias assentadas.

Em entrevista ao portal Rede Brasil Atual, o especialista em questão agrária da Universidade de São Paulo, Ariovaldo de Oliveira, alerta que a emissão de títulos de lotes nos assentamentos terá como consequência a reconcentração de terras pelo latifúndio, acabando com a política nacional de reforma agrária (OLIVEIRA, 2017). A Lei nº 13.465 também determina a municipalização da desconcentração fundiária, transferindo para a responsabilidade dos municípios a distribuição de terra e a reforma agrária, o que na visão dos integrantes do MST acaba com a reforma agrária, pois em geral, o território dos municípios é controlado por latifúndios, que também concentram os poderes políticos e institucionais desses locais. Grandes jornais aliados de Temer anunciaram que o governo preparava o “lançamento de um programa de reforma agrária que vai interromper a distribuição de terras no País e esvaziar a atuação de movimentos sociais ligados ao PT na política fundiária” (ARAÚJO; PERON, 2016). Contudo, fica evidente que o objetivo do governo é eliminar as políticas de reforma agrária, sufocar os movimentos populares do campo e ampliar a concentração da terra, inclusive com a venda do território para estrangeiros, através de outra Medida Provisória que vem sendo preparada por Temer. Outro agravante é que a base do governo no Congresso, comanda principalmente pela bancada ruralista tem criado ações legislativas na tentativa de revogar os Decretos de Dilma e criminalizar as lutas dos movimentos populares rurais e urbanos.

Na concepção dos dirigentes do MST (MST, 2017a), com essa política o governo tenta impor um retrocesso de 50 anos à luta pela reforma agrária, que coloca em risco a soberania territorial e alimentar do Brasil, pois trará inúmeros prejuízos para a produção de alimentos e no controle do território nacional, com a venda de terras ao capital estrangeiro. Observa-se por parte do governo ilegítimo uma tentativa de sufocamento dos órgãos governamentais ligados às políticas de reforma agrária, o banimento da desconcentração fundiária e medidas de bloqueio à participação dos movimentos sociais na democratização da terra no país, criminalizando sua atuação. Trata-se da eliminação de qualquer política de democratização da terra no Brasil. Essa situação tende a se agravar, com a criminalização do governo a luta pela terra, articulado pela bancada ruralista no Congresso Nacional e com o apoio dos oligopólios da mídia. Porém, a mudança desse cenário depende da força social e política dos movimentos e organizações do campo, entre eles o MST, na pressão ao Governo Federal e na busca de apoio na sociedade para a retomada da Reforma Agrária. O período também é de unificação das organizações populares e de resistência nas ruas. Processo que se mantém em 2017 devido às várias reformas anunciadas pelo governo ilegítimo, como a Reforma Trabalhista e da Previdência.

O debate contemporâneo da questão agrária no Brasil se encontra entre dois campos com visões contraditórias: de lado se localizam os adversários e céticos da distribuição fundiária e de outro os defensores e simpatizantes da reforma agrária. Buscando sistematizar essas duas visões Carter (2010), explica que o grupo de intelectuais críticos, representados por: José de Souza Martins, Zander Navarro, Francisco Graziano e Denis Rosenfield, argumenta, principalmente, que a reforma agrária é uma política que ao longo dos anos perdeu importância devido a modernização agrícola, que aumentou a produção e o lucro do agronegócio no campo brasileiro. Indica ainda a existência de escassez de terras para assentamentos no país, aponta o êxodo rural “irreversível” e o avanço da urbanização como elementos que tiram a importância da realização dessa reforma, entre outros:

[...] insistem, o volume de terras não produtivas, disponível para a distribuição, diminuiu consideravelmente, em particular nas regiões Sul e Sudeste do país. Isso, segundo eles, se deve ao fato de os latifúndios tradicionais terem se convertido em empresas do agronegócio que, na atualidade, respondem por dois terços da produção agrícola da nação [...]. A significativa contribuição do agronegócio para o crescimento da economia nacional justifica, segundo os oponentes de reforma, a proteção de todas as propriedades rurais produtivas independente do seu tamanho [...]. A reforma agrária, eles sustentam, é uma forma muito cara de prestar assistência social

aos pobres, ainda mais considerando-se o elevado aumento do preço da terra no mercado fundiário nos anos 2000 [...]. Os críticos da reforma agrária afirmam que os assentamentos têm sido um “fracasso econômico” e tendem a retratar essas comunidades como “favelas rurais” [...] (CARTER, 2010, p. 67-68).

No entanto, considerando os dados apresentados anteriormente por Oliveira (2009), em relação à quantidade de terras devolutas e improdutivas que se mantêm no país (que possui mais de 30% do território em terras devolutas, griladas e uma média de 120 milhões de terra improdutivas), compreendemos que o argumento relativo à escassez de terras para a implantação de assentamentos no país se traduz em uma falácia. Percebe-se, portanto, que tais justificativas não se sustentam mediante a fundamentação empírica em relação ao contexto histórico da questão agrária no Brasil, porém, esses argumentos são utilizados de forma deliberada pelos adversários da reforma agrária para cobrar dos governos a manutenção do latifúndio, independente da sua dimensão e produtividade, em detrimento da sustentação da balança comercial pelo agronegócio, por meio da exportação. Ou seja, justifica-se a necessidade da concentração de terra em poder da oligarquia agrária e o bloqueio das políticas de reforma agrária, devido às ditas fontes de rendimentos geradas pelas exportações do agronegócio. Ainda que o mesmo não priorize a produção de produtos e alimentos para o abastecimento do mercado interno e não produza alimentos para a população brasileira, como veremos a seguir.

Dessa forma, os adversários da reforma agrária buscam desqualificar os movimentos de luta pela democratização da terra no Brasil, com o foco na oposição ao MST, acusando essas organizações de possuir caráter “violento”, “autoritário” e intensões “revolucionárias ocultas”. Observa-se ao longo da história contemporânea da questão agrária brasileira, que as ideias desse grupo de intelectuais têm obtido ampla repercussão na grande imprensa, servindo de fundamento para a construção de representações na esfera pública de que os movimentos populares do campo, principalmente, o MST, representam “perigo” para o Estado brasileiro e para a democracia, legitimando medidas conservadoras por parte do Estado na repressão às demandas e ações desses movimentos (CARTER, 2010). Tratam-se de argumentos que buscam destituir a característica social da questão agrária, ancorada essencialmente na desigualdade social, gerada mediante a falta de distribuição da terra, e que visam tratar a reforma agrária como uma questão ideológica, que estaria sendo mantida por concepções ultrapassadas de organizações populares “violentas” e “perigosas” para o

processo democrático. A nosso ver, de modo contrário, a propagação dessas ideias se constitui em um desserviço ao avanço da própria democracia e da tentativa de diminuir as desigualdades sociais, mediante a luta por cidadania e direitos, a partir da democratização da riqueza no país.

Na outra extremidade do debate estão os defensores e simpatizantes da reforma agrária. Carter (2010), aponta que esse grupo apresenta uma preocupação comum acerca da profunda injustiça social presente no país. Nessa perspectiva, a reforma agrária é vista como uma política importante para reduzir os índices de pobreza, gerar inclusão social e diminuir a ampla desigualdade social do Brasil:

Apesar da sua urbanização, o Brasil ainda possui grande quantidade de pessoas que poderiam se beneficiar de uma reforma fundiária e uma ampla disponibilidade de terra a redistribuir, o que torna a questão agrária um assunto político de relevância atual. A maioria dos latifundiários, insistem os propulsores da reforma, “subutilizam” suas propriedades e nisso costumam ser protegidos pela cumplicidade do Estado. A título de exemplo, salientam a decisão do governo federal de não rever os índices de produtividade, fundados em dados ultrapassados do Censo Agropecuário de 1975, que servem para determinar se uma propriedade pode ou não ser expropriada para a reforma agrária (CARTER, 2010, p. 69).

O grupo de intelectuais apoiadores aposta na atualidade e na necessidade de implantação de uma política de reforma agrária no país, pois considera que, mesmo com o crescimento urbano das últimas décadas, o campo ainda abriga uma grande quantidade de trabalhadores rurais e camponeses, que seriam beneficiados com a redistribuição fundiária. Sem contar parte da população que vive em favelas e bairros pobres, que migrou do campo com o êxodo rural e poderia se beneficiar nesse processo retornando ao espaço rural. A criação de novos empregos diretos e indiretos, através de um programa de reforma agrária, também auxiliaria na diminuição do inchaço populacional dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, denunciam que grande parte dos latifúndios no país não cumprem a função social de produtividade exigida pelos índices estipulados, porém, são protegidos pela ausência de medidas por parte do Estado em fiscalizar e atualizar os índices de produtividades, que se encontram ultrapassados.

Segundo o grupo de intelectuais simpatizantes, como ressalta Carter (2010), com programas de incentivos governamentais adequados, a reforma agrária teria condições de promover o crescimento de produtividade no campo, fortalecer o mercado interno e garantir a soberania alimentar do país. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar é responsável por mais de 70% da produção de alimentos consumida no mercado interno brasileiro, ainda que disponha de menos área e poucos

incentivos governamentais e crédito para produzir. A agricultura familiar produz “87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, [...] 59% do plantel de suínos, 50% de aves, 30% dos bovinos, e [...] 21% do trigo” (IBGE, 2009, p. 19-21). Porém, os dados apontam que a agricultura familiar tem uma área de 24,3% dos estabelecimentos, bem menor que a grande e média propriedade que concentram, 75,7% da área ocupada. Os resultados comprovam a manutenção da concentração na estrutura agrária do país. Outro dado importante fornecido pelo Censo Agropecuário de 2006, mostra a geração de empregos no campo. Enquanto a agricultura familiar mantém 12,3 milhões de pessoas ocupadas, o que representa 74,4% do total de empregos gerados no campo, os estabelecimentos não familiares, conhecidos como agronegócio, geram a ocupação de 4,2 milhões de pessoas, relativos a apenas 25,6% dos empregos no campo.

Nesse contexto, os apoiadores também ressaltam que a reforma agrária é uma das formas mais baratas de gerar emprego. Ao mesmo tempo em que é possível constatar uma melhoria nas condições de vida das famílias assentadas no país:

Em média, cada emprego criado em um assentamento da reforma custa ao governo 3.640 dólares, ao passo que o custo de gerar empregos em outros setores da economia é substancialmente maior: 128% mais caro na indústria, 190% superior no comércio e 240% no setor de serviços [...]. Com o fortalecimento das comunidades rurais, poder-se-ia estimular a ‘revitalização’ de pequenos municípios em várias regiões do Brasil, ameaçados por uma progressiva decadência. Se os assentamentos da reforma agrária fossem meras ‘favelas rurais’, eles perguntam, por que 91% das famílias consultadas nessas comunidades afirmam ter ‘uma qualidade de vida melhor’ depois de ter obtido um lote de terra? (CARTER, 2010, p. 69-70).

Os dados demonstram a importância desse tipo de política para fortalecer os direitos sociais da população pobre. Nessa perspectiva, a realização de uma reforma agrária poderia auxiliar de forma decisiva na melhoria da qualidade dos direitos de cidadania e nos instrumentos democráticos no Brasil. Carter destaca que a maioria dos simpatizantes dessa política, a considera um instrumento central para ajudar a resolver problemas significativos no país, especialmente em relação aos altos níveis de desigualdade social. E, mediante o peso simbólico que essa questão ocupa na agenda pública, acreditam que a implantação de uma reforma progressista colocaria em curso “um ‘impulso progressista’ em favor de uma mudança social mais ampla no Brasil” (CARTER, 2010, p. 70).

Com base na visão do autor, compreende-se que o debate da questão agrária suscita um embate de ideias entre críticos e simpatizantes, marcada por um conjunto de

divergências, que vão desde uma visão de falta de sentido desse instrumento mediante a modernização do campo e o avanço da urbanização, até uma concepção de que sua implantação representa uma política elementar para o desenvolvimento do país, estimulando a realização de mudanças mais amplas e auxiliando na garantia dos direitos sociais, avanço da cidadania e democracia. Enquanto os conservadores consideram que as políticas de redistribuição das riquezas nacionais podem criar precedentes perigosos, os progressistas insistem que essas políticas são instrumentos fundamentais para estimular um conjunto de outras mudanças na sociedade (CARTER, 2010).

Assim, percebe-se que o debate em torno da reforma agrária no Brasil extrapola os limites da questão fundiária e do desenvolvimento rural, ocupando a agenda política dos governos e mantendo sua relevância na esfera pública desde a década de 1990. Trata-se de uma pauta que chama atenção para problemas mais profundos presentes na sociedade, ainda não solucionados pelo Estado brasileiro. Desse modo, em pleno século XXI, a reforma agrária mantém sua importância política no cenário nacional, permanecendo em um campo complexo de disputas e incertezas em relação ao futuro do Brasil.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa, para Fraser e Gondim (2004) concentra-se no entendimento da realidade humana vivenciada em sociedade. Nesses termos, a pesquisa não busca a quantificação e mensuração de dados, mas procura compreender os significados em torno do funcionamento das estruturas sociais. A abordagem qualitativa leva em consideração que a ação humana dos sujeitos possui um aspecto subjetivo e intersubjetivo, não sendo compreensível somente do ponto de vista quantitativo e objetivo.

Nesse sentido, Bardin (1977) aponta que a análise qualitativa procura incorporar o significado e a intenção presentes nos atos, nas relações e estruturas sociais. Sendo tais estruturas analisadas a partir do seu surgimento e transformações, como construções humanas compostas de um conjunto de sentidos. Diante disso, Flick (2009), explica que o modelo qualitativo de pesquisa possibilita a interpretação dos fatos e não apenas a sua apresentação ou a informação de descobertas. Contudo, o autor salienta ainda que a análise qualitativa trabalha com fatos concretos e suas especificidades locais e temporais, “partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (FLICK, 2009, p. 37). Apresentando função estratégica na indicação de caminhos para as Ciências Sociais e áreas afins, como a Comunicação e a Psicologia Social. Diante desse método procuramos analisar os sentidos e significados percebidos pelos comunicadores e dirigentes do MST, mediante a interação subjetiva e intersubjetiva vivida por eles na estrutura social dessa organização popular. Objetivando assim, uma compreensão mais ampla, em relação à construção do processo de comunicação desse movimento, disputa contra-hegemônica e reconstrução de representações sociais no ambiente das suas mídias digitais.

A TRS pode ser compreendida a partir de um conjunto de métodos, entre os quais estão etnografia, entrevistas e grupo focal. A diversidade desses métodos geralmente é necessária para contemplar a análise de objetos sociais que apresentam maior complexidade e exigem uma combinação de recursos metodológicos para uma análise mais completa (SPINK, 2013).

4.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Neste estudo, a coleta de dados se dá através de duas formas distintas e complementares. A entrevista realizada com os sujeitos do estudo pretende identificar enunciados simbólicos que de modo subjetivo validam e reconhecem os enunciados oficialmente produzidos que caracterizam a identidade do Movimento. As informações documentais produzidos na página virtual oficial do MST constituem-se também em fonte importante de coleta de dados através da pesquisa *on-line* na página do movimento.

Ambos os instrumentos de coleta, entrevistas e pesquisa na *internet*, legitimam os discursos e representações de maneira dialógica, pois interagem entre si e inter-relacionam-se por meio de aspectos subjetivos - encontrados nas narrativas dos sujeitos entrevistados - e de forma objetiva (socialmente construídos) – com base nos conteúdos publicados nas páginas analisadas.

4.1.1 Entrevistas

Na visão de Haguette (1987) a técnica da entrevista, juntamente com outros métodos científicos das Ciências Sociais, trata-se de um instrumento importante na coleta de dados. A autora recomenda o uso da entrevista na coleta de dados, buscando contemplar as normativas dos métodos científicos porém, também considera fundamental reconhecer os limites deste instrumento.

Com relação às fontes de vieses oriundos do informante, é preciso distinguir entre as informações de caráter subjetivo e aquelas de caráter objetivo emitidas por ele ao longo de uma entrevista [...]. Temos que reconhecer que estamos recebendo meramente o retrato que o informante tem de seu mundo, cabendo a nós, pesquisadores, avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a 'realidade objetiva', ou factual (HAGUETTE, 1987, p.88).

Nessa perspectiva, o viés pode originar-se de fatores internos ao observador, na elaboração do roteiro e no depoimento do entrevistado ou informante. Na entrevista, as declarações subjetivas dos informantes possibilitam identificar comportamentos passados e posturas não verbais, informações objetivas e dados de outras fontes relacionadas, a fim de comprovar a validade e consistência das informações.

Entretanto, a entrevista funciona como uma forma de interação social, em que através da comunicação verbal e não verbal os sujeitos sociais conferem sentido a sua

vivência e à realidade em que se encontram inseridos. “Por meio da interação verbal de entrevistado e entrevistador, é possível apreender significados, valores e opiniões e compreender a realidade social com uma profundidade dificilmente alcançada por outras técnicas” (FRASER; GONDIM, 2004, p. 150).

Mediante tal contexto, a entrevista estimula uma interação subjetiva entre entrevistado e entrevistador, fornecendo um entendimento mais completo quanto aos sujeitos sociais envolvidos no estudo. Nesse sentido, o referencial teórico reunido ao conhecimento prévio sobre o objeto empírico de pesquisa, acerca das relações entre integrantes de movimentos sociais e sua dinâmica de funcionamento, são fundamentais para a compreensão dessas subjetividades. O uso da técnica de entrevista semiestruturada é essencial para possibilitar a compreensão sobre o processo de produção e a dinâmica de funcionamento das mídias digitais do MST e para analisar como estes sujeitos percebem a disputa da esfera pública virtual.

O roteiro é um instrumento comum na preparação de entrevistas semiestruturadas. Geralmente, apresentado em forma de tópicos, o roteiro orienta a condução da entrevista, fornecendo pontos centrais a serem aprofundados durante a conversa – o objetivo dos tópicos. A função do mesmo é orientar a formulação de questões, baseado no referencial teórico mobilizado, bem como nos objetivos da pesquisa e alinhado aos procedimentos metodológicos adotados.

A estrutura do roteiro é importante para possibilitar o surgimento de outros aspectos relevantes sobre o assunto no decorrer da interação entre entrevistador e entrevistado. Para a elaboração do roteiro é fundamental que “[...] o pesquisador avalie seus interesses de investigação e proceda a uma crítica da literatura sobre o tema [...]” (FRASER; GONDIM, 2004, p. 145). Sendo necessária ao pesquisador uma revisão literária prévia sobre a temática a ser pesquisada e dos procedimentos metodológicos que mais se adéquam ao estudo e à análise do objeto de estudo.

Nesse entendimento, o roteiro para as entrevistas semiestruturadas (ver Anexo I) com os comunicadores e dirigentes do MST conta com perguntas abertas, relacionadas ao contexto e à dinâmica de funcionamento das mídias digitais do MST, vivenciada por estes no cotidiano das práticas comunicativas e/ou na participação dos espaços de definições políticas desse Movimento.

Para identificar os entrevistados, consideramos a dinâmica de organização e funcionamento do Movimento Sem Terra, objeto de estudo. Nesse processo organizativo, para facilitar a divisão de tarefas nos assentamentos e acampamentos, os

Sem Terra também organizam suas ações a partir de setores de atividades e responsabilidades. Entre os setores do MST, o de comunicação é organizado desde os anos 2000, período em que a comunicação adquire maior importância na organização. Este setor tem a função de orientar as discussões e construir as linhas políticas da comunicação no MST, bem como coordenar a organização dos instrumentos de comunicação criados por este Movimento. Da mesma forma que os demais, o setor de Comunicação está vinculado à estrutura organizativa do movimento e se orienta por meio de um coletivo de militantes, responsáveis pela comunicação nas regiões, estados e nos espaços nacionais. Sua coordenação nacional é composta por dois militantes.

Atualmente o MST possui em média 50 militantes e comunicadores nos estados e espaços de secretarias nacionais. Diante disso, escolhemos entrevistar comunicadores do MST que atuam no setor de Comunicação nos estados e secretarias nacionais, e que são responsáveis pela produção de conteúdo acerca das ações dos Sem Terra para o abastecimento das mídias digitais. Também consideramos importante entrevistar alguns dirigentes nacionais do MST, que participam da construção das linhas políticas da comunicação no Movimento. A escolha destes entrevistados se fundamenta nos objetivos do projeto, que busca compreender a dinâmica de funcionamento e os sentidos da produção informativa e comunicativa MST acerca da reforma agrária, no ciberespaço. O foco do nosso interesse de estudo se encontra nos integrantes do setor de Comunicação e dirigentes pois estes produzem conteúdos informativos em várias linguagens, traduzem e evidenciam os sentidos da disputa contra-hegemônica desse Movimento na sociedade, em torno na luta pela terra, pela cidadania e pelos direitos.

Procurando manter a representatividade na escolha dos informantes da pesquisa entre as diferentes regiões do país, em que este Movimento se encontra organizado, bem como dos Estados com comunicadores representantes do setor de Comunicação, entrevistamos sujeitos que vivem nas cinco regiões brasileiras, em oito estados (Alagoas-AL, Bahia-BA, Distrito Federal-DF, Mato Grosso do Sul-MS, Sergipe-SE, São Paulo-SP, Paraná-PR e Pará-PA). E, também, entrevistamos uma integrante da coordenação nacional do setor de Comunicação do MST, que atua como comunicadora. Diante disso, foram realizadas entrevistas com seis (06) comunicadores do MST e três (03) dirigentes nacionais, que participam das resoluções da política de comunicação da organização. Ao todo, foram entrevistados nove (09) integrantes do Movimento. Consideramos essa estimativa suficiente para alcançar os objetivos proposto no estudo.

Após definir a amostra, a seleção dos entrevistados adotamos os seguintes critérios, no caso dos comunicadores:

- a) integrar o setor de Comunicação da organização (buscando evitar comunicadores que podem atuar somente como profissionais de comunicação, mas não se encontram integrados à militância do setor);
- b) integrante da coordenação do setor de Comunicação em algum estado ou em uma das cinco regiões do país;
- c) colaboração na produção de conteúdo para as mídias digitais do Movimento e;
- d) tempo em que o entrevistado atua como comunicador na organização (para que os entrevistados tenham pelo menos dois anos de atuação no Movimento e no setor de Comunicação, com conhecimento da dinâmica de organização e vivência na luta do MST e na função).

Já no caso dos dirigentes nacionais, utilizamos os seguintes critérios:

- a) ser integrante da direção nacional do MST;
- b) ter participação nas definições da política de comunicação do Movimento e;
- c) atuar pelo menos dois anos na militância da organização.

A seleção também adotou os critérios de equidade de gênero, na tentativa de obter um resultado mais equilibrado entre os sexos.

Para a solicitação de entrevistas, o primeiro contato foi realizado com a pessoa responsável pela coordenação nacional do setor de Comunicação do MST, com objetivo de solicitarmos a indicação de comunicadores e dirigentes, de acordo com os critérios definidos para a pesquisa. A partir das indicações de entrevistas, os demais convites para entrevista foram realizados por *e-mail* ou por contato telefônico, para verificar o interesse dos comunicadores e dirigentes em participar da entrevista. Posteriormente, retornamos o contato por correio eletrônico ou telefone, com as pessoas que aceitaram participar da entrevista, sugerindo o agendamento da mesma, com data, local e horário, de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado. Todas as entrevistas foram realizadas fora do horário de trabalho ou militância dos entrevistados, para que estes estivessem mais à vontade para argumentar sobre as questões, evitando se sentirem pressionados pelo fator tempo ou outras questões que pudessem interferir.

4.1.2 Pesquisa qualitativa *on-line*

A pesquisa qualitativa *on-line* propõe-se a compreender o mundo social a partir dos dados e informações dispostos na *internet*. Para Flick (2009), este tipo de pesquisa busca dar conta de contextos sociais que de certo modo foram transferidos ou adaptados para os ambientes virtuais. A pesquisa *on-line* pode ser realizada através de diferentes abordagens via *internet* como por exemplo, levantamentos, entrevistas por *e-mail*, etnografia e grupos focais. A pesquisa *on-line* qualifica-se enquanto forma de comunicação que dá suporte e modifica o modo de realizar e publicar pesquisas.

Desta forma, realizamos a coleta na produção informativa em texto, divulgadas no período de outubro de 2015 e abril de 2016, em duas páginas especiais hospedadas no portal *on-line* do MST, sobre eventos e mobilizações nacionais desse Movimento, que abordam o assunto da Reforma Agrária Popular como elemento central. Foram analisadas a produção informativa em texto, publicadas na página especial da *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, de 2015, e da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*, de 2016. Selecionamos 62 conteúdos informativos de texto e três vídeos publicados nas duas páginas, dos quais analisamos 25 produções informativas em texto. Com base nas narrativas dos sujeitos Sem Terra entrevistados, no decorrer da pesquisa identificou-se que, essas foram as temáticas que apresentam maior peso na construção das representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular.

4.2 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A produção de conteúdos informativos sobre a construção e circulação de representações sociais no ciberespaço por meio de entrevistas com integrantes do MST e em textos no ambiente das mídias digitais são interpretados por meio da Análise de Conteúdo. Ainda que tenhamos optado pelo uso da Análise de Conteúdo para a exploração do material empírico, também trabalhamos com a formulação de mapas representacionais para o mapeamento dos conceitos geradores das representações sociais (SPINK, 2013; GUARESCHI, 2000).

4.2.1 Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo (AC) como método para a identificação e sistematização dos dados, divide-se em três etapas principais – *pré-análise*: seleção do objeto de estudo, delimitação do objeto, regras de recorte/delimitação; *exploração do material*: administração das técnicas sobre o corpus e tratamento dos resultados, e *interpretações*: operações estatísticas (frequência do uso dos termos); síntese e seleção dos resultados; inferências; interpretação (orientações para uma nova análise) e/ou (utilização dos resultados teóricos com fins teóricos ou pragmáticos), como proposto por Bardin (1977).

A AC se constitui em um conjunto de técnicas de análise e procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição das comunicações, que busca desvelar os sentidos localizados em segundo plano da análise. No entanto, por meio de uma exploração sistematizada dos significantes e significados procura-se revelar as condições de produção, bem como os significados relacionados a um contexto de fundo, de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc. Desse modo, a AC concentra-se na “*inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*” (BARDIN, 1977, grifo da autora, p. 38).

Nessa perspectiva, Bauer (2008) aponta que por meio da reconstrução de representações a AC torna possível a compreensão acerca da expressão dos contextos e os sentidos, valores e visões de mundo, os conflitos e as estratégias argumentativas, contidas nesse contexto e que se procura transmitir a uma audiência, como no caso dos meios de comunicação, por exemplo.

Se enfocarmos a fonte, o texto é um *meio de expressão*. Fonte e público são o contexto e o foco de inferência. Um corpus de texto é representação e a expressão de uma comunidade que escreve. Sob esta luz, o resultado de uma AC é a variável dependente, a coisa a ser explicada. Textos atribuídos contêm registros de eventos, valores, regras e normas, entretenimento e traços do conflito e do argumento. A AC nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades (BAUER, 2008, grifo autora, p. 192).

O método da AC é importante ao fornecer as variáveis independentes para o delineamento de estudos sobre os efeitos da mídia. A teoria também possibilita a reconstrução das representações em duas dimensões: sintática e semântica. Enquanto os “procedimentos sintáticos se enfocam os transmissores de sinas e suas inter-relações. A

sintaxe descreve os meios de expressão e influência – como algo é dito ou escrito” (BAUER, 2008, p. 192-193).

Desse modo, a AC auxilia na compreensão das representações sociais acerca do mundo e que estão presentes na linguagem, como em conteúdos produzidos e colocados em circulação pelas mídias. Pois oferece os mecanismos para a reconstituição e o mapeamento de novos conhecimentos a partir da análise, exploração e interpretação dos resultados, o que possibilita a compreensão dos sentidos e o contexto do objeto de análise.

A AC pode reconstruir ‘mapas de conhecimento’ à medida que eles estão corporificados em textos. As pessoas usam a linguagem para representar o mundo como conhecimento e autoconhecimento. Para reconstruir esse conhecimento, a AC pode necessitar ir além da classificação das unidades do texto, e orientar-se na direção de construção de redes de unidades de análise para representar o conhecimento não apenas por elementos, mas também em suas relações (BAUER, 2008, p. 194).

Entretanto, a AC apresenta um conjunto de iniciativas e técnicas parciais e complementares, que possibilitam a explicação e sistematização dos conteúdos das mensagens e expressão deste conteúdo. Possibilita a compreensão dos contextos de produção, sentidos das narrativas (estratégias, tensões e conflitos), os valores e as visões de mundo disseminadas pelos conteúdos jornalísticos que circulam na imprensa. Este método é importante para alcançarmos o objetivo de identificar os eixos-temáticos relacionados à Reforma Agrária Popular mais recorrentes na cobertura de mobilizações e eventos nacionais no período analisado, além de verificar as fontes utilizadas, as vozes presentes na construção das narrativas informativas, e revelar os conflitos e tensões que permeiam as representações sobre o objeto de estudo.

4.2.2 Mapa de Representações

Para contribuir com o campo de pesquisa da teoria das representações sociais – no que tange uma análise interdisciplinar entre a Comunicação, Sociologia e a Psicologia Social –, realizamos a sistematização e interpretação dos resultados a partir da elaboração de mapas de representações, conforme apresentado por Spink (2013) e Guareschi (2000).

A construção desses mapas se fundamenta na interpretação e hermenêutica, através da Análise de Conteúdo e busca revelar as associações e ideias subjacentes presentes nos principais enunciados de um discurso. Nesse contexto, as representações

sociais são consideradas como formas de conhecimento de “[...] estruturas cognitivo-afetivas”, não podendo ser “reduzidas apenas ao seu conteúdo cognitivo”, pois necessitam ser compreendidas “a partir do contexto que as engendram e a partir de sua funcionalidade nas interpretações sociais do cotidiano” (SPINK, 2013, p. 118).

No entanto, como são produtos do social, as representações precisam ser entendidas mediante os contextos sociais em que se encontram inseridas. Ou seja, entendidas como um processo de práxis, as quais direcionam as ações e as comunicações individuais e coletivas. A coleta de enunciados simbólicos contribui para identificar e mapear os elementos cognitivos, o cotidiano e o investimento afetivo dos discursos, a fim de extrair e ordenar as representações sociais.

Similar à elaboração de mapas das representações utilizada por Spink (2013), identificamos a técnica de mapas representacionais adotada por Guareschi (2000), na obra *Construtores da Informação*, que nos serviu de exemplo para o objeto de estudo. Para a formulação dos mapas representacionais necessita-se inicialmente da identificação de enunciados simbólicos ou “unidades de sentido” e seu respectivo agrupamento em categorias. Cada categoria detém diferentes dimensões associadas ao contexto histórico, social, cultural, político e afetivo dos sujeitos. Após o agrupamento dos enunciados em categorias, busca-se identificar os processos de ancoragem e de objetivação (MOSCOVICI, 2003), que contribuem para legitimar os sentidos das representações encontradas.

Consideramos que a técnica do mapa das representações, adotada por Spink (2013) e Guareschi (2000), oferece instrumentos necessários para identificar e interpretar os principais conceitos de representação e enunciados simbólicos da narrativa. Complementando o estudo do objeto com uma análise mais complexa. Assim, juntamente à Análise de Conteúdo utilizamos os mapas representacionais, objetivando o mapeamento das representações sociais do objeto proposto no estudo, bem como os eixos-temáticos mais recorrentes nas narrativas informativas. Também analisamos o papel das representações sobre a Reforma Agrária Popular do MST na geração de novas narrativas na esfera pública virtual. A seguir, apresentamos um debate teórico do nosso sujeito de estudo, com uma reflexão sobre a questão agrária no Brasil, a formação do MST e seu projeto de Reforma Agrária Popular, salientando a apropriação das mídias digitais por este Movimento.

5. O MST E AS MÍDIAS DIGITAIS

Neste capítulo apresentamos a descrição do objeto de estudo, com base no contexto histórico de formação, seus modelos organizativos e as características do projeto de Reforma Agrária Popular do MST. Realizamos ainda uma discussão acerca do papel político do MST no Brasil, para compreender a importância dessa organização no cenário nacional e na disputa de hegemonia em torno da pauta da reforma agrária e de sua inserção na agenda do governo e da esfera pública, a partir da década de 1990. Por fim, refletimos sobre o processo de comunicação desse Movimento.

5.1 A FORMAÇÃO DO MST

A trajetória do MST se inicia no final da década de 1970, durante a ditadura militar, no período em que a agricultura brasileira passa por um processo de modernização, gerando expulsão em massa de assalariados rurais, arrendatários e posseiros, principalmente na região Sul do país – muitos agricultores migraram para as cidades ou para projetos de colonização do Governo Federal em fronteiras agrícolas. Nessa época, também se iniciam a construção de grandes hidrelétricas que desalojam pequenos agricultores e posseiros, em vários estados, a exemplo da hidrelétrica de Itaipu no Paraná, berço das primeiras ocupações de terras no estado.

Estas condições produziram elementos para a criação do MST no Brasil. Segundo Stédile e Fernandes (1999), alguns grupos de agricultores passaram a lutar contra a colonização e migração para as cidades, procurando meios de não abandonar a área rural e seguir vivendo da agricultura nos estados de origem. Sem solução para seus problemas, muitos camponeses começam a se organizar e buscar outras formas de luta para tentar resistir.

Em 7 de outubro de 1979, aproximadamente 110 famílias ocupam a gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul (RS). Em seguida, no ano de 1980, cerca de 600 famílias de trabalhadores Sem Terra montam acampamento na Encruzilhada Natalino, também no RS. Esse processo inicial teve apoio da CPT, que realizou um importante trabalho de conscientização com os agricultores. O MST foi criado oficialmente em 1984, no Estado do Paraná. Sua demanda central concentra-se na luta pela terra e defesa de um programa de reforma agrária, além de pautar o problema dos Sem Terra e da concentração fundiária no país.

A partir da década de 1990, o MST se consolida no Brasil como um movimento social popular e político, que assume a posição de importante representante da classe trabalhadora no cenário brasileiro. Ao organizar mobilizações de massa reivindicatórias, principalmente com ocupações de terras e prédios públicos, este se torna referência na luta pela terra, atuando como “sujeito coletivo” ao inserir a pauta da reforma agrária na agenda do Governo Federal (MORISSAWA, 2001).

A organização do MST é resultado da união de outros movimentos sociais de luta pela terra, compostos por arrendatários, posseiros, meeiros e agricultores sem posse da terra, que possuíam atuação restrita em alguns Estados, principalmente no Sul do país. Morissawa (2001) acredita que o MST pode ser considerado herdeiro das lutas de Canudos e Contestado do final do século XIX, das Ligas Camponesas do Nordeste e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Sul do país, realizadas entre 1950 e 1964, além de movimentos de despossuídos da terra no Brasil.

Atualmente, o MST possui organização em 24 estados brasileiros e conquistou o assentamento para mais de 350 mil famílias, beneficiadas com lotes de terra, créditos agrícolas e infraestrutura mínima para produzir e sobreviver no campo, abandonando assim a condição de Sem Terra e tornando-se camponês assentado²¹ (MST, 2016a).

Todavia a luta dos camponeses não termina quando as famílias Sem Terra se tornam assentadas, pois a reforma agrária requer a busca de outros direitos para a permanência no campo. Desse modo, o Movimento se organiza a partir dos seguintes setores: frente de massa, produção, educação, formação, saúde, comunicação, finanças, cultura, gênero, coletivo de direitos humanos, projetos e relações internacionais. Nos espaços dos acampamentos e assentamentos, as famílias se organizam em núcleos de base, para discutir suas necessidades e resolver os problemas de cada local, designadas pelos setores do MST. Essa estrutura de organização²² é replicada em nível regional, estadual e nacional (MST, 2016a).

A ocupação de terra representa uma das formas mais importantes de pressão ao Governo Federal, utilizada pelo MST, ao longo de sua formação na busca de suas reivindicações pela reforma agrária. A organização do acampamento é realizada por um

²¹ O MST adota o conceito de campesinato para designar seus integrantes ex-sem-terra, quando estes se tornam assentados. Para Martins (1983), campesinato é um conceito político, que no Brasil se constituiu como uma classe, no processo inverso, de um campesinato que mesmo expulso tenta retornar para a terra, ainda que em locais distantes da sua origem.

²² As instâncias de decisão possuem como princípio a participação paritária de gênero, com um homem e uma mulher como coordenadores (as) (MST, 2016a).

grupo de famílias Sem Terra que se reúne para a ocupação de um latifúndio, na beira de estrada ou prédio público, entre outros. Nestes espaços as famílias vivem de forma precária, em barracas de lona provisória até a conquista do assentamento. Existem casos de acampamentos que se estendem por mais de dez anos até a conquista da terra.

Após longos processos de luta e resistência, nas situações em que os Sem Terra conseguem a desapropriação do latifúndio ou da área ocupada, o INCRA dá início à criação do assentamento, no qual a distribuição da terra ocorre por meio da divisão de lotes. Ao contrário do acampamento, o território do assentamento se torna um local fixo de moradia, em que as famílias se estabelecem, passam a produzir e a viver em comunidade.

No assentamento as famílias enfrentam novos processos de luta, agora na terra, reivindicando ao Governo Federal a criação de políticas públicas como moradia (crédito para habitação rural), créditos agrícolas, educação, infraestrutura, entre outros (CARTER, 2010). Também vivenciam novas interações e relações sociais, políticas, econômicas e culturais com a sociedade rural e urbana do entorno – integrando-se com a economia local, na produção e comercialização de alimentos, gerando um conjunto de benefícios e impactos positivos na região em que são instalados. Um assentamento “[...] gera recursos para o município, soma-se ao mercado consumidor, aquece o comércio local e participa da receita do governo, pagando impostos. Nas mãos dos assentados, o crédito agrícola pode resultar numa nova dinâmica na região” (MORISSAWA, 2001, p. 226).

Para manutenção da vida em comunidade e cidadania no campo, as famílias assentadas necessitam de direitos sociais e políticos, assim como de políticas públicas na área da educação, saúde, cultura, lazer, etc. Na educação, o MST desenvolve uma luta histórica pela implantação e manutenção de escolas públicas nos assentamentos e acampamentos. “[...] o MST luta desde 1984 pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos” (MST, 2010a, p. 23-24).

Após a sua fundação e a organização das primeiras ocupações de terra, o MST desenvolve a luta pela construção de escolas nos próprios assentamentos, próximos dos locais em que as famílias camponesas vivem, para garantir educação pública no campo e evitar a necessidade de longos deslocamentos dos estudantes, a pé ou de ônibus, até chegar às escolas das áreas urbanas. Entretanto, são poucas as escolas do campo que possuem ensino médio e muitos assentamentos e acampamentos ainda permanecem sem

escola. Segundo dados do MST (2016a), existem mais de 2 mil escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país, e 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação. Até o momento também foram alfabetizados 50 mil adultos e outros 2 mil estudantes frequentam cursos técnicos e superiores.

A partir da conquista das primeiras escolas nos assentamentos, os Sem Terra também percebem que a transferência da concepção da escola urbana para o espaço rural, apresenta um conjunto de limitações, desvalorizando a zona rural e incentivando o abandono do campo pelos jovens. Nesse sentido, inicia um investimento na formação de educadores do campo para atuar nas escolas dos assentamentos e acampamento, buscando criar um ensino que, além de estar localizado no espaço do campo, valorize esse ambiente como um território de perspectivas positivas e bom para a vivência das famílias agricultoras e da juventude do campo. A educação do campo procura construir outra perspectiva em relação a esse meio, a partir da transferência da educação para esse espaço, na tentativa de transferência de novas tecnologias e conhecimentos para esse espaço, buscando contribuir na geração de renda, bem como estimular a valorização da cultura popular, legitimando o rural e diminuindo a migração dos jovens e das famílias para os centros urbanos.

Desse modo, percebe-se um incentivo para a juventude permanecer no campo e para que os jovens se tornem sujeitos críticos, para transformar o espaço em que vivem. “Não basta ter escola *no* assentamento; ela tem que ser uma escola *de* assentamento. Não basta ter escola *no* campo; tem que ser uma escola do campo, que assuma as causas e a cultura de quem ali vive e trabalha” (MST, 2001, p. 127, grifo do autor). Em 1987 o MST cria o setor de educação (GOHN, 2000), que passa a trabalhar com a concepção de “Educação do Campo”. A partir disso o setor de educação do MST constrói um projeto político pedagógico para as escolas dos assentamentos, criando a “pedagogia do Movimento”, que se fundamenta no fortalecimento do desenvolvimento do campo, no trabalho, na luta por mudanças sociais, cooperação agrícola e valorização da cultura camponesa (MST, 2001).

Trata-se de uma educação voltada para a realidade do campo, que não acontece somente na escola, mas tem como base a concepção educativa de Paulo Freire, em que o autor defende que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si [...] (FREIRE, 1987, p. 68). Nesse sentido, o processo educativo se desenvolve no dia a dia do processo de luta, pela criação de própria escola, na reivindicação por outros direitos, como infraestrutura e créditos para as famílias

assentadas, se constituindo como ações educativas coletivas na busca por melhores condições de vida no campo.

A partir dessa concepção educativa o Movimento luta pela criação de escolas públicas do campo, porém, que estabeleça vínculo com a prática de luta e organização dos trabalhadores Sem Terra, a luta por reforma agrária e as mudanças sociais. Nesse contexto, conforme Caldart (2012) a “Educação do Campo” se torna um “*fenômeno da realidade brasileira atual*”, construído pelos trabalhadores e suas organizações, as quais buscam inserir na política de educação os interesses e a visão social das comunidades camponesas:

Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento das lutas dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que tem implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de políticas públicas, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p. 257, grifo da autora).

À medida que a Educação do Campo é instituída como um princípio de educação pública *no campo* prega um ensino crítico, com base no trabalho e nas lutas sociais dos camponeses, construindo outro projeto para o campo brasileiro que também influencia a concepção de educação pública da sociedade como um todo. A expressão “Educação do Campo” é elaborada a partir do “Seminário Nacional de Educação do Campo”, realizado entre 26 a 29 de novembro de 2002, em Brasília. Porém a gestão desse processo se inicia na preparação da “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo”, em Luziânia, no estado de Goiás, em julho de 1998 (CALDART, 2012, p. 258). Essa concepção de educação foi forjada a partir das lutas do MST, por mudanças na estrutura educacional nas áreas de assentamentos, que depois se ampliou para a luta por educação no espaço rural, abrangendo o conjunto dos trabalhadores e movimentos populares do campo.

O MST também desenvolve um trabalho de formação política, formal e técnica de militantes para atuar na organização e dar continuidade ao Movimento, e busca ensino para estudantes de assentamentos de reforma agrária (MST, 2010a). Atualmente mantém três escolas com educação formal em nível médio e técnico, de graduação, pós-graduação e formação política. A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP), criada em 2005, e o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), criado em 1995, em Veranópolis (RS). E uma Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), na Lapa-PR. Nos estados também há escolas técnicas e centros de formação política e de educação formal. Nesses espaços educativos e formativos são

organizados cursos em parceria com instituições de ensino, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Em parcerias com universidades públicas, funcionam cursos formais em várias áreas do conhecimento, em aproximadamente 50 instituições de ensino no país. Ao todo se encontram em funcionamento mais de 100 turmas de cursos formais, com formação de técnicos em nível médio, graduação e especialização, com mais de dois mil estudantes (MST, 2017).

Na área da produção nos assentamentos, conforme Silva (2004), durante seu processo de formação, o MST desenvolve um protótipo produtivo baseado na resistência ao sistema capitalista. Com o crescimento no número de assentamentos, especialmente na década de 1990, a priorização no cultivo de alimentos nos assentamentos se torna fundamental para garantir o avanço da luta pela terra e a criação de condições para a fixação e manutenção econômica das famílias no campo. Isso demonstra que “a síntese produtiva do MST tem caráter heterodoxo, vale-se da experimentação singular concretizada nos assentamentos, que elencou erros e acertos por meio da lógica da teoria – prática – teoria, produzindo, [...] uma práxis criativa, que está em atualização sistemática” (p. 74).

A organização do sistema de produção nos assentamentos passa por fases de readaptação e reformulação durante seu processo histórico (subsistência e associações, produção para o mercado com apoio de cooperação coletiva, sistema individual de produção e modificação de proposta para o sistema agroecológico). Percebe-se que as mudanças na produção dos assentados integram um processo de construção de modelo produtivo, que enfrenta contradições internas e, principalmente, externas, nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, que adotaram uma política de repressão policial ao MST, buscando isolá-los na sociedade (SILVA, 2004).

No enfrentamento e resistência às contradições do avanço do capitalismo no campo e às dificuldades na conquista de políticas públicas, para a produção e manutenção das famílias nos assentamentos, os camponeses ligados ao MST organizam várias cooperativas e associações. Conforme dados (MST, 2010a), existem hoje mais de 100 cooperativas, 1,9 mil associações e 96 agroindústrias em funcionamento, com função importante na organização das famílias e na produção dos assentamentos, na organização coletiva da vida e dos sistemas produtivos, gerando crescimento de renda, e melhoria no acesso às políticas públicas e na qualidade de vida das famílias assentadas.

Desde a organização dos acampamentos o MST busca desenvolver processos formativos e experiências práticas para auxiliar os Sem Terra no enfrentamento e

superação ao modelo do agronegócio, e trabalha a formação e conscientização dos assentamentos, incentivando a criação de alternativas produtivas para resistir ao avanço do capitalismo na agricultura. Nesse sentido, a construção de um modelo de produção do MST acompanha o processo histórico desta organização, que se depara com um conjunto de contradições na sociedade. O que demonstra a capacidade dos camponeses assentados em se contraporem ao avanço hegemônico do capital no campo brasileiro e, na atualidade, buscar a adoção de um novo sistema produtivo – baseado na Agroecologia e na implantação de agroindústrias para o beneficiamento e a comercialização de alimentos saudáveis e com preços menores no mercado interno.

5.2.1 Princípios organizativos do MST

O MST se organiza historicamente como um movimento de massas de caráter popular, sindical e político, que reivindica o acesso dos camponeses à terra, mediante a desconcentração fundiária e a implantação de um programa de Reforma Agrária Popular no Brasil. Desse modo, o Movimento busca se tornar uma organização de massa, na tentativa de constituir uma estrutura orgânica que garanta sua sustentação e continuidade.

Nesse sentido, em relação à organização e ao funcionamento, o Movimento apresenta uma dinâmica distinta de outras organizações da classe trabalhadora, como alguns movimentos sociais, o movimento sindical e os partidos políticos, que possuem uma estrutura verticalizada e hierárquica de poder. Desde a fundação, para conduzir o MST não se criou a figura de presidente, nem de algum grupo de “vanguarda” ou de intelectuais descolados da realidade de luta dos Sem Terra. A representatividade é instituída com base na eleição de coordenações coletivas, de pessoas que possuem vínculo com a base social nos estados e nas regiões, passando a representar os interesses dos grupos de famílias que integram os acampamentos e assentamentos do Movimento. Desse modo, o comando político do Movimento é realizado por uma coordenação nacional, composta por um colegiado de lideranças com dois representantes de cada estado e setores, que integram a direção nacional (ENGELMANN, 2013).

Os dirigentes são eleitos por um coletivo de famílias em que se encontram inseridos ou possuem atuação nos assentamentos e acampamentos. Cada estado é responsável pela escolha de seus dirigentes: um homem e uma mulher, em respeito às

normas de gênero construídas dentro do MST²³, que representam os Sem Terra nas instâncias (direções e coordenação de setores) nacionais. A troca de lideranças nas direções é realizada a cada dois anos. A partir desse método organizativo procura-se assegurar que as lideranças mantenham vínculos com o grupo de trabalhadores do qual se tornam representantes, além da localidade em que vivem e a questão agrária. Esse princípio, denominado de “vínculo com a base”, vem sendo cultivado historicamente pelo MST como meio de garantir a continuidade do próprio movimento social.

Para o MST o mais importante é manter o vínculo de movimento de massas. [...] Queremos organizar o povo. No momento em que o MST perder a sua base social ou o contato com o povo, aí se foi. Podemos ser os mais sabidos da Reforma Agrária no Brasil, mas não vamos ter nenhuma força (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 81).

Alguns documentos internos do MST (2001) expressam a preocupação com a formação de novas lideranças de base, militantes e dirigentes. O foco principal é buscar formar novos quadros para a orientação e direção da organização popular, procurando assegurar sua autonomia e independência política e ideológica, como movimento social de massa, em relação aos governos e outros segmentos sociais da classe trabalhadora na sociedade brasileira (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

Além de demandar o vínculo com a base, esse modelo de organização e funcionamento se encontra ancorado em princípios norteadores, como a direção coletiva e a divisão de tarefas, que propiciam a organização de uma estrutura um tanto hierárquica, porém predominantemente horizontal, possibilitando uma maior participação da base nas definições políticas do Movimento, “entende-se por direção coletiva a participação de dezenas e centenas de pessoas na tomada de decisões e, para isto, é necessário que se estabeleça um sistema de formação técnica e política permanente” (BOGO, 1999, p. 39).

Para facilitar essa dinâmica organizativa da base social e a divisão de tarefas nos assentamentos e acampamentos, bem como outros espaços do MST, como os setores, centros de formação e secretarias, os integrantes do Movimento se organizam em grupos de aproximadamente dez famílias, denominados de Núcleos de Bases (NBs). Os núcleos são estruturados em setores, para uma melhor divisão de tarefas, que compõem um dos princípios organizativos do MST, e a realização de atividades que perpassam a

²³ Verificamos que a partir da luta das mulheres no MST, pela garantia da participação feminina e na construção de relações mais equilibradas de gênero nas direções, a organização estabeleceu como norma a necessidade de participação de 50% de cada sexo, nos espaços de direção coletivas, que vão desde os núcleos de base até a direção nacional.

realidade desses camponeses. Encontram-se organizados internamente no Movimento os seguintes setores: produção, frente de massa, saúde, gênero, comunicação, educação, finanças, cultura, além dos coletivos de direitos humanos, relações internacionais, juventude e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTs); organizados desde o local até o nacional, de acordo com as necessidades e demandas de cada localidade. A atuação orgânica dos militantes e dirigentes no MST ocorre, de modo geral, a partir da inserção nesses setores (ENGELMANN, 2013).

As linhas políticas que norteiam as ações do MST e sua atuação na sociedade são definidas nacionalmente, em congressos, encontros nacionais e instâncias de direções, pelos grupos de coordenações coletivos, porém, a implementação dessas decisões ocorre de forma descentralizada nos estados, a partir de cada realidade local.

No nosso entendimento, não é possível afirmar que a força política do MST se concentra somente na análise política de sua direção em relação à conjuntura agrária e social de cada momento histórico, ou ainda na radicalidade do seu projeto de Reforma Agrária Popular, mas está na junção de todos esses elementos e, principalmente, na capacidade de pressão que exerce como movimento social de massa, a partir da sua forma de organização coletiva, mobilização massiva e vinculação com a base social.

5.3 DA REFORMA AGRÁRIA À REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MST

A industrialização brasileira a partir da década de 1970, aliada ao pacote de revolução verde impõe a mecanização industrial no meio rural, ampliando o êxodo rural e a pobreza dos camponeses e trabalhadores rurais. Nesse contexto, após a oficialização como movimento social, o MST percebe a necessidade de construir um projeto com propostas de mudanças para o avanço da agricultura camponesa e resolver os problemas dos Sem Terra no campo.

No primeiro programa de reforma agrária, em 1984, o MST defende a implantação de um projeto em que propõe mudanças na concentração da estrutura fundiária brasileira. Os objetivos concentram-se na luta por “Reforma Agrária já”, luta “por uma sociedade igualitária”, propondo a superação do sistema capitalista (STÉDILE, 2005, p. 178). Nesse programa os Sem Terra reivindicam o acesso à terra e a criação de assentamento de reforma agrária no campo, adotando ocupação de terras como mecanismo de pressão aos governos, porém, mantendo a autonomia em relação ao Estado e às outras instituições sociais.

O primeiro programa de reforma agrária do MST apresenta uma proposta clássica para a criação de assentamentos e implantação de um modelo de reforma agrária, inserido na dinâmica da sociedade capitalista de produção. Enquanto previa uma defesa anticapitalista para transformações estruturais e o estabelecimento de uma sociedade igualitária, por outro lado, a implantação de um projeto dessa natureza está centrada no estímulo ao desenvolvimento do campo, inserido no contexto da industrialização nacional urbana e no abastecimento da indústria com a produção de matéria-prima e serviços do meio rural. A realização desse projeto dependia de um programa governamental para a adoção de uma política de reforma agrária no país, com a criação de políticas públicas para incentivar a produção, como créditos agrícolas, infraestruturas, tecnologia e a manutenção dos camponeses no campo com direitos sociais básicos em educação, saúde, cultura, lazer, etc.

Todavia, historicamente nenhum governo brasileiro implantou um projeto de reforma agrária no país. O que nos leva a crer que a reforma agrária não foi implantada até hoje porque a maioria das frações da burguesia industrial e agrária, não a considera uma alternativa para um projeto de desenvolvimento nacional. O que se manteve com os governos do PT que não implantaram um programa de reforma agrária reformista, mas optaram pela criação de políticas governamentais compensatórias, voltadas principalmente para a população miserável do campo e dos centros urbanos, com programas como *Bolsa Família* e *Fome Zero* (ENGELMANN; DURAN GIL, 2012).

Diante da pressão dos movimentos sociais e da violência do latifúndio no campo, o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), adotou uma política de criminalização aos movimentos sociais de luta pela terra, com a criação de alguns assentamentos na tentativa de amenizar os conflitos em torno da questão agrária no país. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2010), do PT, segundo Oliveira (2009), se aproximou dos movimentos sociais, reconhecendo sua legitimidade e desenvolvendo uma política compensatória de assentamentos diante da pressão dos movimentos de luta pela terra. Já o governo de Dilma deu continuidade a esse projeto, porém, diminuiu drasticamente os investimentos públicos para reforma agrária e o número de famílias assentadas, como citado no tópico sobre a questão agrária no Brasil, e aumentou o volume de recursos públicos para o agronegócio.

Assim, com o avanço da modernização capitalista no campo brasileiro e o fortalecimento do agronegócio, aliado a tese de que o projeto de reforma agrária estaria

esgotado no sistema capitalista brasileiro²⁴, a diminuição no número de assentamentos e ocupações de terras. No segundo Programa Agrário em 2007, o MST defende a implantação de um projeto popular para a agricultura brasileira e uma sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável (MST, 2007).

Compreendendo que a implantação de um programa de reforma agrária não seria mais possível na sociedade capitalista, os Sem Terra defendem a criação de um programa de Reforma Agrária Popular com mudanças sociais, como a democratização do acesso à terra aos camponeses e aos trabalhadores rurais, o estabelecimento de limite máximo da propriedade rural e mudanças estruturais.

Para o MST a implantação deste projeto somente se torna possível apoiado em um processo de mobilização popular dos trabalhadores e camponeses, na pressão ao Estado para modificação no funcionamento das instituições públicas em relação à questão agrária. Como alternativa o programa de Reforma Agrária Popular propõe a organização de um modelo de produção agrícola sustentável, com base na Agroecologia²⁵, para a produção de alimentos saudáveis, criação de agroindústrias, crédito agrícola e assistência técnica, educação do campo (pública e de qualidade em todos os níveis), entre outros.

A proposta também se contrapõe ao avanço do capital no campo e ao modelo do agronegócio, denunciando a apropriação das terras pelo capital financeiro e estrangeiro, com o apoio do monopólio midiático, que tenta deslegitimar e criminalizar as bandeiras de luta dos movimentos populares de luta pela terra. “[...] Se a reforma agrária depende agora de mudança de modelo de desenvolvimento, isso carece por sua vez de um amplo processo de mobilização popular no país, que ainda não está na agenda pelo refluxo do movimento de massas [...]”, aponta um dos dirigentes do MST, João Pedro Stédile em entrevista (AGGEGE, 2011). Desse modo, a implantação de um programa de reforma agrária no país depende da rearticulação das mobilizações massivas dos movimentos populares de luta pela terra.

Como o projeto de reforma agrária é interdito com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro pelo discurso hegemônico da burguesia, do governo e da mídia,

²⁴ Conforme Fernandes (2003, p. 36), essa perspectiva surge na década de 1990, sustentada por uma nova corrente sobre a questão agrária no Brasil, que cria novos conceitos, tais como a “agricultura familiar para substituir a agricultura camponesa; ou agricultura empresarial para substituir o conceito de agricultura capitalista”.

²⁵ Na concepção de Caporal; Costabeber e Paulus (2006) a Agroecologia é tratada como uma nova ciência que apresenta importante potencial de contribuição na construção de outro modelo de agricultura e desenvolvimento rural, sustentável e ambientalmente equilibrado.

além da diminuição nas ocupações de terra, o MST, portanto, reconfigura seu programa de reforma agrária frente à nova conjuntura, tornando-o mais profundo e radical, ancorado na necessidade da mobilização popular e na criação de um novo modelo de produção para agricultura.

Quando comparado ao primeiro programa de Reforma Agrária de 1984, incluem-se outras plataformas de reivindicações da classe trabalhadora: a implantação de um modelo de produção de matriz agroecológica, soberania alimentar, educação do campo, enfrentamento ao agronegócio, combate aos agrotóxicos e transgênicos, preservação dos recursos naturais, entre outros. São demandas relacionadas à questão agrária e à luta dos trabalhadores Sem Terra contra o capital. Algumas também compõem as reivindicações da Via Campesina, organização internacional de camponeses que o MST integra.

O termo “popular”, presente na atual proposta de reforma agrária do MST, pode ser pensado a partir da perspectiva de Hall (2003), como um instrumento da cultura popular que se desenvolve baseado na luta desigual e irregular entre a classe dominada e a classe dominante (ou seja, entre a classe trabalhadora e a burguesia), que busca ao mesmo tempo desorganizar e destruir a organização popular dos trabalhadores. “[...] o princípio estruturador do ‘popular’ [...] são as tensões e oposições entre aquilo que pertence ao domínio central da elite ou da cultura dominante, e à cultura da ‘periferia’” (HALL 2003, p. 256). Trata-se de uma luta dialética mediante ações e movimentos de resistência e aceitação, o que torna o campo da cultura local de “batalha”, em que não se torna possível a conquista de vitórias permanentes. Por isso, é comum nesse espaço a adoção de estratégias para a busca de algumas conquistas provisórias, no embate entre a cultura popular e a cultura dominante. Nesse contexto, o “popular” se refere às atividades de resistência de qualquer época, que incorporam o social e as práticas populares.

Percebe-se que adoção do elemento do “popular” confere sentido à ação política do MST no embate ideológico e na construção de narrativas alternativas e populares na esfera pública, quanto ao projeto de reforma agrária, defendido pelas classes dominadas em contraposição a uma política de Estado que privilegia um modelo de agricultura industrial e de concentração fundiária – o agronegócio, que amplia a pobreza e expulsa o camponês do campo. Ou seja, há uma tensão entre o modelo de agricultura hegemônico e o projeto de reforma agrária defendido pelo MST. Nessa perspectiva, o uso do termo popular questiona o sistema hegemônico de agricultura e procura

estabelecer vínculos de solidariedade com as classes populares para adquirir apoio no processo dialético de resistência e luta dos Sem Terra, no embate contra-hegemônico (MORIGI; ENGELMANN; STUEBER, 2016).

Desse modo, observamos que, para a construção das bases do seu programa da Reforma Agrária Popular, o MST desenvolve um processo formativo de caráter formal e técnico, oferecendo cursos aos camponeses assentados e Sem Terra acampados, para a resistência ao avanço do agronegócio no campo e na construção de experiências agroecológica e em longo prazo uma transição da agricultura convencional a um modelo de produção sustentável, sem agrotóxicos, preservando a saúde dos camponeses e a biodiversidade (MST, 2007). Entretanto, hoje os assentamentos do MST possuem basicamente três formas produtivas: a primeira dentro na lógica de agricultura tradicional, a segunda no modelo de produção orgânica ou em processo de transição para o sistema agroecológico e a terceira dentro de uma matriz produtiva agroecológica. Esse conjunto de ações engloba a busca de linhas de créditos, assistência técnica, experiências-modelo até alternativas de comercialização – como vendas de produtos às redes de supermercados locais, nacionais, exportação, criação de pontos de venda próprios –, bem como parcerias para feiras e de produtos da reforma agrária pelo país, entre outros.

Contudo, para enfrentar o poder do capital no campo e o desenvolvimento de alternativas ao modelo do agronegócio, o MST utiliza, por exemplo, as estratégias de resistência da cultura popular, dos saberes tradicionais e de pesquisadores para o desenvolvendo de um programa de Reforma Agrária Popular e a produção e circulação de novas narrativas contrainformativas ao sistema hegemônico. E renovar a importância do projeto de reforma agrária na sociedade atual a partir da resistência e dialética do popular, como o lugar da utopia e de transformações sociais a partir da organização e da resistência dos trabalhadores rurais.

5.4 O PAPEL POLÍTICO DO MST NO BRASIL

A seguir apresentamos a discussão acerca do papel político do MST no Brasil. Com base na sua trajetória histórica, formas organizativas e táticas de luta, buscamos compreender a importância da influência política dessa organização no cenário nacional e, como, inserido em um conjunto de tensões e disputas políticas, o MST mantém a

pauta da reforma agrária na agenda do governo e na esfera pública, a partir da década de 1990.

O processo histórico de luta pela terra dos movimentos sociais rurais no Brasil mostra que o MST não criou uma nova forma de luta em torno da questão da democratização da terra e da reforma agrária. O próprio Movimento se considera herdeiro das lutas anteriores como Canudos, Contestado, as Ligas Camponesas no Nordeste, entre outros movimentos localizados e regionalizados que o antecederam no país. O que o MST fez foi desenvolver e combinar novas táticas de luta e de atuação política no cenário nacional, se tornando um ator político importante na luta da classe trabalhadora brasileira, ao recolocar a pauta da reforma agrária na agenda dos governos e manter a atualidade dessa pauta no cenário nacional.

Ao organizar trabalhadores do campo em um movimento popular nacional com a intensão de lutar pela democratização da terra e permanecer no campo, o MST logra chamar a atenção da sociedade para o êxodo rural e o aumento da miséria no campo, inserindo novamente a questão da reforma agrária nas pautas dos governos e da imprensa. Assim, diante da capacidade de mobilização e de articulação desse Movimento junto à sociedade inaugura-se um novo período das lutas populares no campo. Dentre os movimentos rurais que surgiram na época ou na década de 1980, o MST passa a acumular forças e se expandir, ao conseguir reunir os Sem Terra pobres do campo e organizar ondas de ocupações de terras e manifestações massivas pelo país. E com o agravamento dos problemas no campo brasileiro, a partir da década de 1990, o MST assume o papel de importante representante da classe trabalhadora na luta de classes, pautando a necessidade da reforma agrária e escancarando o problema dos Sem Terra e da concentração fundiária no Brasil e no cenário internacional.

O MST atua no conjunto da sociedade brasileira como um sujeito histórico coletivo que desvela as desigualdades sociais e revela o conflito existente entre as classes sociais, dominantes e dominadas no país. À medida que ele enfrenta e afronta as normas e os padrões estabelecidos, produz enfrentamentos toda vez que faz agenciamentos das demandas dos excluídos (GOHN, 2000, p. 154).

O MST se torna um ator político importante no cenário nacional à medida que consegue expor as desigualdades sociais e os conflitos entre as classes sociais para a sociedade, apresentando um conjunto de reivindicações para o acesso aos direitos básicos elementares da população do campo, como comida, moradia e trabalho. Como indica Gohn (2000), esse conjunto de direitos básicos do MST concentra-se na demanda

central do acesso à terra, para os camponeses e trabalhadores rurais, de tal modo que o Movimento localiza sua luta em um dos principais instrumentos de concentração de riqueza da sociedade capitalista, a propriedade privada. Assim, questiona sua forma de apropriação e distribuição, ao reivindicar o estabelecimento de novas formas de acesso à terra, para que a mesma seja democratizada.

Entretanto, diante da capacidade do MST em questionar padrões e normas sociais acerca da manutenção nas relações de desigualdades sociais e expor as demandas da população excluída do campo, percebe-se, a partir de Gohn (2000), que o Movimento apresenta possibilidades, mediante seu processo massivo de luta, em promover mudanças estruturais nas políticas e nos instrumentos de dominação do país. Nesse sentido, para além de conquistas próprias, sua atuação auxilia na democratização das relações econômicas, sociais e políticas.

Na mesma perspectiva, segundo Carter (2010), na década de 1990, o MST assume a posição de maior movimento social da América Latina e mantém a reforma agrária na agenda pública do país. Em estudo sobre a ação política do MST, Comparato (2001) também conclui que, a partir das décadas de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Movimento conquista um espaço importante no cenário político contemporâneo como ator político, ao romper com a passividade na sociedade, conseguindo se organizar e construir uma força política ao desafiar os poderes do Estado e dos governos constituídos.

Pode-se dizer que o MST constitui um ator político novo, mesmo que nenhuma de suas ações ou características organizativas seja original. A novidade está na articulação, feita a partir de táticas e elementos já conhecidos, e na habilidade política que o movimento tem demonstrado, ao fazer aliados em vários segmentos da sociedade civil. Trata-se de uma forma diferente de reivindicação social, ou, se preferirmos, de uma nova forma de atuação política (COMPARATO, 2001, p. 105).

Percebe-se, sobretudo, que a força do MST se consolida e avança na sociedade a partir da capacidade organizativa dos Sem Terra, que apostam na nacionalização do Movimento, com a ocupação de latifúndios e prédios públicos, como forma de pressão ao governo para a desapropriação de terras improdutivas e a implantação de um projeto de reforma agrária.

Nesse contexto, ao assumir o governo, FHC concentrou esforços na implantação do projeto neoliberal no país, estimulando o avanço da modernização agrícola, a partir de uma lógica do mercado, sem implementar políticas sociais para reduzir as desigualdades no campo, pois o objetivo do seu governo era esvaziar a área rural e

deslocar essa população para os espaços urbanos. O efeito dessas políticas gerou a falência de fazendeiros e aprofundou o desemprego e a pobreza no campo. Por outro lado, essas políticas contribuíram para o aumento na capacidade de mobilização dos movimentos sociais rurais, entre eles o MST, que passou a reunir os agricultores e trabalhadores rurais que perderam seu sustento com o crescimento da mecanização e o aumento da miséria no campo.

A pressão do MST ao governo de FHC ganha força devido aos Massacres de Corumbiara (1995) e de Eldorados dos Carajás (1996). Com o impacto e a revolta provocados pelos massacres na sociedade nacional e internacional, o Movimento conquista apoio de entidades internacionais e de vários setores da sociedade brasileira, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outras organizações profissionais e não governamentais em torno da causa da reforma agrária (SAMPAIO, 2010).

Contudo, a consolidação da influência política do MST no cenário político nacional se fortalece com a Marcha Nacional do MST para Brasília, em 1997 – “Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça”. Considerada por vários intelectuais e pela mídia como uma das maiores mobilizações populares da história política do Brasil nas últimas décadas (CARTER, COMPARATO, FERNANDES, GOHN, SAMPAIO, etc.), sendo realizada em um período de descenso do movimento operário, bem como de outras organizações populares e sindicais. Após dois meses caminhando, os Sem Terra conseguiram chegar à capital federal e organizar um ato público, com apoio dos movimentos operários, de organizações sindicais e de várias entidades da sociedade civil, reunindo cerca de mil pessoas.

Ao se deparar com as demandas dos Sem Terra e o crescimento da violência no campo, com dois grandes massacres de trabalhadores rurais, FHC acreditava que amenizaria a inquietação social assentando as famílias Sem Terra em regiões distantes, pois as pessoas teriam que se ocupar com a sobrevivência econômica na terra. Porém, como comprova Branford (2010), em vez de desmobilizar o MST, o programa de assentamentos do governo demonstrou aos camponeses ser possível a realização da reforma agrária, a partir da capacidade da pressão dos movimentos sociais na sociedade, em relação aos governos no poder. A partir disso, o MST intensifica sua luta pela terra no país, promovendo ondas de ocupações de latifúndios e prédios públicos.

Assim, após a Marcha do MST em 1997 e a conquista do apoio da sociedade, o governo FHC intensifica sua política de combate ao MST e aos movimentos de luta pela

terra no Brasil, com um conjunto de medidas, designada pela imprensa de pacote “anti-invasão”. Nesse pacote, além, da política do Banco da Terra, o governo editou a Medida Provisória (BRASIL, 2000), que impedia o INCRA de vistoriar áreas ocupadas pelos movimentos do campo, em um período de dois anos. Nesse sentido, Comparato (2001), constata que o acirramento entre o governo FHC e o MST se intensifica a partir do ano 2000, quando o MST organiza manifestações e ocupações massivas em prédios públicos de quase todos os Estados, no mesmo período. O poder de organização e reação do MST assusta o governo, que passa a temer o Movimento como um adversário político forte ao seu governo.

A partir disso, FHC cria uma estratégia para desqualificar e enfraquecer a popularidade do MST na sociedade, procurando diminuir o alcance das suas ações e questionar a legitimidade, como movimento social perante a opinião pública, buscando enquadrá-lo como grupo ilegal, que não respeita as leis. “As principais estratégias do governo para combater o MST não enfrentam diretamente o movimento, mas buscam atingir a sua imagem e popularidade junto à opinião pública” (COMPARATO, 2001, p. 107). O governo também articulou uma ofensiva na imprensa oligopolista, com a divulgação de acusações contra o MST de ilegalidade e corrupção nas suas finanças, lançando uma extensa investigação sobre os fundos financeiros do Movimento.

Contudo, na concepção de Comparato (2001), o MST cresce e se expande no Brasil durante o governo de FHC, que somente se dá conta da força do Movimento na sociedade a partir da Marcha do MST, quando este “[...] se tornou definitivamente um ator político [...]” e conseguiu o apoio da opinião pública. Pois “[...]os editoriais de jornais passaram a tratar periodicamente do MST e a reforma agrária contava com o apoio de 94% da população” (p. 117). Para Gohn (2000), a partir disso, o MST consegue alterar o cenário das lutas populares no Brasil, forçando a entrada da pauta da reforma agrária na agenda do governo e se tornando um expressivo movimento da classe trabalhadora, no questionamento de direitos sociais básicos, como a terra e o trabalho.

Nesse sentido, Sampaio (2010), explica que o impacto das ações do MST na política brasileira tem exercido função importante para o campesinato e os trabalhadores rurais, pois na medida em que o Movimento consegue manter a pauta da reforma agrária na agenda política, ele impõe algumas barreiras que impedem as elites dominantes de criar meios de dissipar a pressão dos camponeses em torno do acesso à terra. Ou seja, a ação política do MST é importante, pois, mantém a luta camponesa pela reforma agrária

na pauta do governo e da sociedade. Seguindo a linha de Marx e Engels em relação à luta de classes²⁶, evidencia-se uma disputa de hegemonia entre as classes sociais, em que grupos populares da classe trabalhadora, como o campesinato, buscam através de processos de lutas sociais disputar a hegemonia em torno de problemas sociais que necessitam de mudanças na sociedade.

Para Anderson (1986), uma das teorizações mais importantes nos escritos de Gramsci sobre a problemática da hegemonia se concentra na tese de que, se o poder da burguesia no Ocidente se fundamenta, especialmente, na hegemonia cultural sobre o proletariado, para a conquista do poder e a direção do conjunto da sociedade, o proletariado deve apropriar-se da hegemonia cultural sem, necessariamente, ter a necessidade em transformar a estrutura do Estado ou destruí-lo. Assim, “a estratégia revolucionária de Gramsci torna-se uma longa guerra de trincheiras, imóvel, entre dois campos fixos, no qual um procura minar o outro cultural e politicamente” (ANDERSON, 1986, p. 65). Nesse sentido, o conceito de hegemonia contempla a estratégia política que surge no Ocidente em substituição à estratégia da revolução permanente – a partir do avanço do capitalismo e da complexidade da estrutura social (Estado e sociedade civil) – que perde espaço para a estratégia da “guerra de posição”.

Coutinho (1992, p. 89) aponta que, com base na teoria ampliada do Estado, Gramsci formula uma estratégia para os países “orientais” e “ocidentais” em detrimento da conquista da hegemonia e do instrumento do Estado, mediante estratégias de lutas revolucionárias pelas classes dominadas. Nos países “orientais” Gramsci (Cadernos do Cárcere – 1926/1937) considerava que como havia um predomínio maior do Estado, com a força de coerção e uma sociedade civil inexistente, o que colocava para a luta de classe a necessidade da estratégia de um ataque frontal (“guerra de posição”) para a obtenção e a manutenção do Estado. Por outro lado, como nos países do “Ocidente” a formação de uma sociedade civil era mais atuante e robusta, a estratégia da luta da classe trabalhadora precisava ser realizada no campo da sociedade civil, objetivando a conquista de posições (“guerra de posição”) para a formação de uma “direção político-ideológica e do consenso” por parte da maioria dos setores da população, em que a classe operária deveria se tornar classe nacional superando o corporativismo e

²⁶ O conceito de luta de classes se fundamenta em Karl Marx e Friedrich Engels (1990). Segundo os autores, historicamente todas as sociedades (escravismo, feudalismo, despotismo asiático e capitalismo) se dividem em duas classes: proprietários dos meios de produção (não-trabalhadores) e trabalhadores diretos (não proprietários). Portanto, a divisão entre burgueses e proletários (trabalhador assalariado) diz respeito unicamente à sociedade capitalista.

assumindo para si todos os problemas da nação, como condição elementar para a conquista do Estado e a manutenção do mesmo.

Neste sentido, a característica da “ocidentalidade” de uma formação social desenvolvida por alguns países não é tratada por Gramsci como uma questão geográfica, mas como um fator histórico. Assim, na medida em que há um avanço na socialização das forças produtivas, culminando na possibilidade da participação política, com o desenvolvimento das sociedades modernas, Gramsci designa esse fenômeno como a “ocidentalização” das sociedades, o que ocorre principalmente com as sociedades da Europa, operando uma mudança significativa na formulação da luta socialista. Desse modo, formula-se a hegemonia civil, em que a “guerra de movimento” perde cada vez mais espaço para a “guerra de posição” (COUTINHO, 1992).

Em suma, a estratégia da “guerra de posição” se resume à luta pela conquista da hegemonia, da direção política ou do consenso de uma classe social sobre a outra, como indica Gramsci:

“Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente *já antes* de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’” (COUTINHO, 1992, p. 91 *apud* GRAMSCI, *Quaderni*, p. 2011).

Entretanto, na concepção gramsciana, a luta pela hegemonia está centrada na busca pela conquista do consenso e da liderança cultural, política e ideológica de uma classe sobre a outra (como por exemplo, da classe dominante sobre a classe dominada), mediante a estratégia constante da “guerra de posição” das classes dominadas – ou seja, da classe trabalhadora. Nessa concepção, não é possível que a direção de uma classe ou de um bloco histórico sobre os demais se estabeleça ou passe a exercer alguma forma de domínio, somente por meio das forças materiais de coerção e repressão do Estado, pois necessita-se de instrumentos de debate e de persuasão, que sejam desenvolvidos por meio da sociedade civil, ou seja, no plano das ideias.

Como salienta Coutinho (1992), a conquista da hegemonia, em que a classe dominada se torna classe dirigente, anteriormente à tomada de poder do Estado, representa o instrumento central da estratégia de Gramsci de transição ao socialismo. Tal conquista além de ser obtida mediante maior complexidade das sociedades “ocidentais”, apresenta resultados mais estáveis e duradouros, pois ao ser vencida é definitiva.

A questão da hegemonia em Antônio Gramsci, aponta alguns elementos para melhor compreendermos a disputa em torno da hegemonia na sociedade capitalista e a tentativa de construção de um novo consenso pelos movimentos sociais, relativo aos problemas sociais que geram conflitos e promovem a manutenção de um conjunto de desigualdades e exploração na sociedade contemporânea. No caso dos movimentos sociais do campo, essa questão se concentra na problemática da terra e na necessidade de implantação de um projeto de reforma agrária. Assim, a disputa de hegemonia em relação à pauta da reforma agrária pelo MST, tem como fim modificar a correção de força na luta social, obter o apoio da sociedade e o compromisso dos governos para sua realização. Bem como impedir a hegemonização dessa questão pela classe dominante, com a atribuição de novos sentidos e significados na opinião pública, construindo novas representações sociais, que buscam se contrapor a uma concepção em circulação na esfera pública, de que a reforma agrária no Brasil estaria superada, devido à modernização do campo e o “avanço produtivo do agronegócio”.

O conceito de hegemonia em Gramsci também é fundamental para analisarmos o papel dos meios de comunicação na sociedade capitalista contemporânea, que atuam como aparatos privados de hegemonia, na difusão de informações, exercendo influência sobre as relações sociais. Assim, na luta pela hegemonia e o desenvolvimento de um consenso contra-hegemônico, os movimentos sociais também precisam considerar a necessidade em aliar seus processos de luta à disputa dos instrumentos de formação de consenso na sociedade, como a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, entre outros, pois o controle desses órgãos pela classe dominante impede a participação das classes dominadas (as classes trabalhadoras rurais e urbanas) e reduz os espaços de expressão e participação no debate de ideias na mídia e na esfera pública, além de restringir a difusão de novas narrativas de contrainformação à lógica hegemônica da classe dominante, do mercado e dos oligopólios midiáticos.

Nesse contexto, Moraes (2010) alerta que o principal desafio concentra-se no desenvolvimento de mecanismos e canais de contra-hegemonia para a divulgação de concepções ideológicas e demandas dos grupos subalternos, em busca de um consenso contra-hegemônico para a transformação das relações sociais, de poder, na luta por direitos e no exercício da cidadania, rompendo com a lógica da sociedade capitalista. Assim, quando apropriadas de forma crítica pelos grupos populares percebe-se que as mídias digitais podem colaborar na criação de espaços de resistência e enfrentamento aos discursos hegemônicos da mídia tradicional.

Para tanto, também é central a organização da classe trabalhadora em torno da criação de mecanismos de pressão aos governos para o desenvolvimento de políticas públicas de democratização dos meios de comunicação, que culminem no fim dos monopólios dos grupos midiáticos e promovam incentivos à comunicação popular.

Cabe às políticas públicas estabelecer mecanismos consistentes de descentralização dos sistemas de comunicação, tanto para democratizar o regime de concessão de canais de rádio e televisão, quanto para incentivar meios comunitários e locais, a produção audiovisual independente, a criação cultural não mercantilizada e a aplicação de tecnologias digitais nos processos educacionais e científicos (MORAES, 2010, p. 73-74).

A disputa dos meios de comunicação nas democracias contemporâneas encontra-se interligada à luta de grupos e organizações populares, como é o caso do MST, na disputa de hegemonia em torno da questão agrária, para a garantia do direito à comunicação e conquista da cidadania comunicativa, como estratégia para visibilidade das demandas e ações do Movimento, para a construção de novas narrativas em torno do seu projeto de reforma agrária nas mídias digitais, mediante a reconstituição das representações sociais em circulação na esfera pública. Contudo, compreende-se, que o acesso às mídias digitais e a sua apropriação e ressignificação se torna essencial aos cidadãos e os movimentos sociais para auxiliar na luta por um conjunto de direitos fundamentais e na luta por cidadania, bem como na disputa de um consenso contra-hegemônico na esfera pública virtual.

Desse modo, a partir da disputa de hegemonia e a criação de tensões e conflitos na sociedade brasileira em relação à emblemática pauta da questão agrária, o MST conquista visibilidade na luta de classe e no cenário político a partir da década de 1990. Para Sampaio (2010), isso também ocorre devido ao refluxo no poder de mobilização do movimento operário urbano, que durante a década de 1980, garantiu o protagonismo nas lutas populares, com a organização de greves e um conjunto de lutas em torno dos direitos trabalhistas, mas com o avanço do capitalismo sofre um refluxo nas lutas sociais. Nesses termos, o avanço do neoliberalismo empurra o operariado para uma posição defensiva, passando a atuar na resistência para manter conquistas obtidas anteriormente, e perdendo a capacidade de propor mudanças sociais ou alterar a correlação de forças na sociedade em torno das suas demandas. Na visão do autor, desse modo, somente o campesinato, representado pelo MST, conseguiu produzir as condições para gerar novos fatos políticos significativos no cenário das lutas sociais. “Não foi por acaso. A conjuntura inibitória do operariado urbano não oferece ao

campesinato senão duas alternativas: ocupar terras ou aceitar a condição de marginalidade nas cidades” (SAMPAIO, 2010, p. 408).

Entretanto, o protagonismo e a liderança conquistada pelo MST acerca da pauta da reforma agrária, na luta da classe trabalhadora brasileira, decorre de aspectos conjunturais em que as organizações populares do operariado perdem força devido à pressão do capitalismo sobre os trabalhadores e os direitos conquistados até então. Esse cenário de pressão capitalista sob o operariado nas cidades, aliado ao avanço da modernização rural, o consequente aumento do êxodo rural e da miséria no campo, oferece as condições objetivas para o avanço das lutas do campesinato; pois o acesso à terra representa uma demanda social para os camponeses e trabalhadores rurais, muitos destituídos de terras de posse, meeiros, arrendatários, desempregados rurais, entre outros. Nesse período a organização de movimentos sociais rurais era uma demanda importante para a própria manutenção e sobrevivência do campesinato. Demanda que o MST soube aproveitar, reunindo os Sem Terra e organizando ocupações massivas de terras, o que gerou vários impactos políticos a partir da posição estratégica do Movimento na conjuntura da luta de classe brasileira.

Compreendendo o limite histórico dos movimentos sociais rurais localizados que o antecederam e preocupado com a violência do latifúndio e a repressão do Estado, desde a função do MST, os Sem Terra defendem a necessidade de organização de um movimento nacional, com representatividade na maioria dos estados brasileiros. O que promoveu resultados organizativos impressionantes na década de 1990:

A partir de 1985, ano do seu 1º Congresso Nacional o MST expandiu-se pelas demais regiões do país e, no final da década de 1990, estava organizado em 23 estados. Entendendo que sua luta é uma luta pela reforma agrária, que tinha necessariamente de se estender por todo território nacional. Sua palavra de ordem era então *‘Ocupar é a única solução’* (MORISSAWA, 2001, p. 140, grifo da autora).

Evidencia-se, assim, a consciência dos dirigentes do MST e das organizações que deram suporte a sua formação, como a CPT, quanto à necessidade em organizar um movimento popular rural com articulação nacional para aglutinar e unificar a força dos camponeses e trabalhadores rurais pobres do campo na luta pela reforma agrária. Portanto, a força mobilizativa do MST se consolida na superação da regionalização e da fragmentação dos movimentos e organizações de luta pela terra no campo que o antecederam.

Ao adotar como estratégia o desenvolvimento de processos de luta para chamar atenção da sociedade em relação ao problema da concentração fundiária e da pobreza no campo, no primeiro Congresso do MST, em 1985, em Curitiba-PR, os Sem Terra tomam a decisão de não realizar qualquer tipo de “pacto” com o governo e adotar como instrumento de pressão ao Estado as ocupações de terras improdutivas. Na visão de Morissawa (2001, p. 141), a aposta do Movimento foi correta, pois “se tivesse aderido ao governo [...] o MST não teria sobrevivido”. Portanto, sabiamente o Movimento optou pela construção de uma autonomia em relação aos governos e às instituições do Estado. Para avançar nesse processo, adotou a tática da luta de massa no enfrentamento ao poder do latifúndio, com ocupações de fazendas improdutivas e beiras de estradas para pressionar o Governo Federal na implantação de um projeto de reforma agrária, por parte do Estado brasileiro.

Isto posto, ao longo da sua formação o MST optou pela estratégia da luta de massa e a autonomia aos governos, bem como em relação aos partidos, entre outras organizações de esquerda, como seus princípios organizativos centrais no seu processo de luta, conforme explica um dos seus dirigentes, João Pedro Stédile:

Se nos contentarmos com uma organização de fachada, sem poder de mobilização, ou se ficarmos de conchavos com o governo ou esperando pelos nossos direitos, só porque estão escritos na lei, não conquistaremos absolutamente nada [...]. O povo só conseguirá obter conquistas se fizer luta de massas. É isso que altera a correlação de forças políticas de uma sociedade [...]. Um problema social só se resolve com luta social. Ele está inserido na luta de uma classe contra a outra (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 45).

Assim, o foco de luta do MST pela reforma agrária, se diferencia de alguns movimentos populares e confederações rurais, que apostavam na organização de abaixo-assinados e audiências com o Governo Federal para reivindicar a democratização da terra, aguardando a realização da reforma agrária mediante a vontade dos governantes, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)²⁷, por exemplo. Percebendo que tais instrumentos de luta não geravam mudanças sociais e conquistas de direitos aos trabalhadores rurais, os Sem Terra do MST se utilizam de uma tática mais radical para reivindicar o direito à terra, como a

²⁷ A CONTAG é criada em 1963 e reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego do governo militar em 31 de janeiro de 1964. A entidade surge com representação de trabalhadores e trabalhadoras rurais de 18 estados, que integravam 29 federações. Foi a primeira entidade sindical do campo de caráter nacional, reconhecida legalmente pelo governo brasileiro. Como iniciou sua atuação no ano em que ocorre o golpe militar no país, enfrentou a repressão do regime e sofreu intervenção. “O primeiro presidente da entidade, Lyndolpho Silva, foi preso e, posteriormente, exilado. Outras lideranças e dirigentes sindicais foram torturados, exilados e assassinados” (CONTAG, 2017, p. 01).

ocupação de latifúndios, beiras de estradas e prédios públicos. Na tentativa de exercer maior pressão ao Governo Federal, alterar a correlação de forças na sociedade para realização da democratização da terra e diminuir o poder político da oligarquia agrária.

Ao perceber que somente a luta de massas produziria condições de mudanças a favor dos trabalhadores Sem Terra na sociedade, os dirigentes do MST também compreendem que, para modificar a concentração fundiária e implantar um programa de reforma agrária no país, seriam necessários incentivos financeiros governamentais, como recursos do Estado para a desapropriação de latifúndios improdutivos e a criação de assentamentos de Sem Terra no campo. A partir disso, Comparato (2001), considera que essa é uma característica importante do MST, que possibilitou seu avanço em relação aos movimentos anteriores de luta pela terra, pois não direcionou a luta em, unicamente, combater o latifúndio como adversário, mas percebeu a necessidade em concentrar o foco de pressão no Governo Federal, reivindicando a implantação da reforma agrária por meio de recursos públicos, a exemplo do que historicamente ocorreu em países desenvolvidos que realizaram processos de reforma agrária para o desenvolvimento capitalista, no século XX. “[...] Trata-se do primeiro movimento que identifica como seu principal adversário o governo federal, e não os grandes proprietários de terras” (p. 106). Nessa perspectiva o MST pauta a demanda da redistribuição fundiária e a democratização dos recursos do Estado brasileiro para garantir direitos sociais básicos à população do campo, como o acesso à terra, ao trabalho e ao crédito.

A organização e nacionalização do MST, mediante a luta de massa autônoma em relação aos governos, partidos e outras instituições sociais, conseqüentemente, cria novas características no contexto das lutas populares no campo. Opera-se uma mudança significativa no comando político das organizações que pautam a reforma agrária e na posição do camponês, que se transforma em sujeito desse processo. Como identifica Sampaio (2010): “Atualmente, a pressão pela reforma agrária começa no campo e é articulada politicamente pelos seus movimentos e lideranças, reunidas no Fórum Nacional pela Reforma Agrária [...]. Só então passam para a cidade” (p. 405).

Ao contrário de períodos anteriores (décadas de 1950 e 1960), em que a pauta da reforma agrária entra na agenda política do país por pressão dos movimentos sociais e políticos comandados por lideranças urbanas e partidos políticos de esquerda ou populistas – a exemplo das Ligas Camponesas, relacionadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, percebe-se que a atuação política do MST a partir do espaço do

campo – no qual esse problema social se manifesta concretamente – , com a organização de camponeses e trabalhadores rurais na sua base social, altera o comando político dessa pauta, que passa aos movimentos sociais de origem rural, no que tange as reivindicações, as formulações de estratégias de luta e os debates ideológicos acerca dessa questão na sociedade brasileira.

Na concepção de Sampaio (2010), a mudança das organizações que exercem pressão sobre a pauta da reforma agrária na sociedade tem importância significativa, pois, transforma o campesinato e os trabalhadores rurais, de classe pobre e desvalorizada, em protagonistas e agentes sociais de luta na sociedade brasileira. Estes sujeitos assumem o papel de uma força popular importante na luta de classes, com capacidade de alterar a correlação de forças em torno da reforma agrária e promover mudanças sociais na construção de um projeto nacional. Por outro lado, também rompe com o atrelamento do campesinato aos grupos de poder urbanos e torna as reinvenções mais próximas da realidade do campo.

De uma perspectiva política, o protagonismo das lutas populares assumido pelos movimentos sociais rurais no país tem sido decisivo para promover mudanças no modelo de ação dos trabalhadores rurais e camponeses, assim como em suas comunidades. Dessa forma, as ações dos movimentos foram decisivas para a formação de uma nova sociedade civil brasileira a partir da década de 1980. “Os movimentos populares rurais, ao constituir os trabalhadores rurais em reais sujeitos políticos coletivos, com poder de contestação do poder e domínio exercido pelas velhas forças agrárias, minam por dentro um dos pilares do autoritarismo no Brasil” (GRZYBOWSKI, 2002, p. 293).

Nesses termos, percebe-se que os camponeses e trabalhadores rurais assumem a posição de sujeitos políticos com condições de questionar a pobreza e os problemas sociais em que se encontram inseridos e o poder de dominação das oligarquias agrárias, contribuindo para a democratização das relações sociais. Assim, com participação nos movimentos sociais, desenvolve-se um processo de aprendizagem dos sujeitos sociais e de transformação de suas necessidades em demandas de luta, de tal forma que esses grupos de trabalhadores constroem uma identidade própria. Como ressalta Grzybowski (2002), a participação social promove uma mudança “político-cultural” ao resgatar a dignidade desses trabalhadores pobres e estimular um processo de educação e formação para a busca da cidadania.

Dessa maneira, compreende-se que a transformação dos camponeses e trabalhadores rurais em sujeitos de transformação social marca uma mudança significativa no cenário político nacional, pois estes assumem a posição de novos interlocutores no debate público sobre a questão agrária. Bem como realiza-se uma ruptura cultural no padrão hegemônico (BARRETO, 2012), que operava uma visão de “Jeca Tatu” dos trabalhadores do campo, como indivíduos “arcaicos” e “dominados” pelo poder das velhas forças agrárias dos coronéis, sem capacidade de reação a exploração e pobreza na qual se encontram submetidos. Isso decorre do peso político do espaço rural no poder do Estado – ainda que o país esteja em um amplo processo de industrialização e urbanização (GRZYBOWSKI, 2002) – e de vários outros elementos que colaboram para o surgimento e crescimento dos movimentos sociais rurais, como o aprofundamento da modernização da agricultura, que aumenta a pobreza dos camponeses e a expulsão dessa população para as cidades, contribuindo, conseqüentemente, para o crescimento do desemprego rural e urbano. Aliado a esse conjunto de fatores soma-se a opção da Igreja pelos pobres, principalmente a Igreja Católica com o surgimento de um grupo de religiosos ligados à teologia da libertação, que atua com a formação entre os trabalhadores do campo, principalmente, a partir das comunidades Eclesiais de Base, bem como a assessoria da CPT aos movimentos sociais, que reafirma a necessidade de que os trabalhadores rurais e camponeses deveriam organizar seus próprios movimentos (MORISSAWA, 2001).

Nesse cenário, os trabalhadores do campo se tornam sujeitos com força social e condições de alterar a correlação de força a favor das suas demandas no contexto das lutas populares do Brasil. No caso do MST, esse novo sujeito passa a atuar como “lutador social”, inserido de forma ativa na luta de classes, de modo que a construção da identidade de “Sem Terra” se desenvolve por meio da participação social nas ações e mobilizações sociopolíticas em torno da pauta da questão agrária.

Sem Terra é mais do que sem-terra, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social (CALDART, 2001, p. 211).

Trata-se, principalmente, de uma identidade política, relacionada a um fato social e histórico, que identifica o sujeito de um movimento social integrado à luta pela democratização da terra. E ao mesmo tempo, relaciona-se a uma memória histórica e cultural de luta, baseado na prática de mobilizações de massa e de contestação social

das desigualdades e dominação, propondo mudanças estruturais em relação ao sistema capitalista. De tal modo, percebe-se que essa identidade extrapola a identificação dos sujeitos dos MST, sendo utilizadas por outros movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária no país a fim de qualificar sua base social, bem como pelos governos, Estado, mídia e a sociedade em geral, ao se referir a esses sujeitos sociais.

A identidade Sem Terra ultrapassa a ideia do sujeito “sem a terra”, ou seja, de um indivíduo identificado pela ausência de direitos, como a terra e o trabalho. Ela interfere também nas regras da gramática, pois o uso da expressão “Sem Terra” passa a ser utilizada sem modificar número e gênero. Trata-se de uma identidade historicamente construída, que permanece em formação, pois está atrelada ao processo de luta de um movimento social – o MST –, e que inicialmente se forma pela afirmação de uma condição social dos sujeitos desse movimento, mas que aos poucos ultrapassa a necessidade em ser superada e se torna uma identidade a ser cultivada e ressaltada, como os “*Sem Terra do MST*” (CALDART, 2001, p. 211, grifo da autora). Nesse sentido, Sem Terra passa a representar um sujeito detentor de direitos e integrado a processos de lutas pela mudança das suas condições sociais, tanto quanto de um conjunto de desigualdades e injustiças sociais.

Percebe-se que essa identidade se fortalece na medida em que faz parte de um conjunto de práticas, que aos poucos são inseridas na vivência e as quais são experienciadas pelos sujeitos na realidade do campo e nas ações coletivas de luta, assim como se integram a um projeto que propõe outra forma de viver no mundo. Trata-se de uma mudança cultural, que expõe transformações nos sujeitos e nos valores a serem cultivados e combatidos na sociedade atual.

Há duas dimensões fundamentais a serem compreendidas no processo de formação dos sem-terra ligados ao MST: a que vincula cada família Sem Terra à trajetória histórica do Movimento e da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, tornando-a fruto e raiz (sujeito) desta história; a que faz de cada pessoa que integra o MST um ser humano em transformação permanente, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação de limites, e assim conformam seu jeito de ser, sua humanidade em movimento. Do entrelaçamento das vivências coletivas, que envolvem e se produzem desde cada família, cada grupo, cada pessoa, com o caráter histórico da luta social que representam, se forma então a coletividade Sem Terra, com uma identidade que não se enxerga olhando para cada pessoa, família ou grupo de sem-terra em si mesmos, mas que se sente ou se vive participando das ações ou do cotidiano do MST (CALDART, 2001, p. 212).

Nesse sentido, a formação da identidade Sem Terra²⁸ torna o MST um importante sujeito social coletivo, ao inserir uma mudança sociocultural na sociedade, pois ultrapassa os interesses corporativos da organização e de seus integrantes. A partir das ações e práticas dos sujeitos, questiona ainda o modo de viver da sociedade capitalista e propõe novos valores e sentidos, em relação à forma de vida no mundo. Por outro lado, ao tornar o camponês e o trabalhador rural em sujeitos de direitos, o Movimento deixa um legado simbólico que ultrapassa as conquistas dos territórios de terras democratizados, assim como o número de famílias assentadas e envolvidas na luta pela reforma agrária, pois desperta nos sujeitos a capacidade da ação ativa em posicionar-se diante dos problemas sociais e de sua condição social para modificá-los (CALDART, 2001).

Nessa conjuntura, compreende-se que, ao participar dos processos de luta de um movimento social, como o MST, os Sem Terra também passam por processos de formação e educação, adquirindo consciência de que, na medida em que contestam a dominação e a ordem social vigente, modificam a si mesmos como sujeitos históricos com condições de transformar a realidade social em que vivem.

Contudo, o MST agrega um conjunto de fatores que o colocam, potencialmente, no patamar de importante sujeito político na luta por transformações sociais, o que ocorre devido à plataforma de lutas pela reforma agrária, tanto quanto pelo processo organizativo de caráter inovador, baseado na mobilização massiva de grandes contingentes de trabalhadores do campo e apoiadores urbanos, nacionais e internacionais (BARRETO, 2012). Nesse sentido, a organização do Movimento ancora-se em princípios coletivos, e apresenta três características organizativas básicas: sindical, político e de movimento social de massa, com caráter popular.

[...] a sindical, por empreender lutas corporativas, por exemplo, dos assentados, o que possibilita que continue mobilizando trabalhadores rurais após a conquista da terra; a política, por estabelecer em seu horizonte a luta pela transformação social, levando-o ao envolvimento com pautas mais amplas; e a de movimento social, trazendo à tona reivindicações pontuais, bandeiras de lutas, etc. (BARRETO, 2012, p. 69).

Desse modo, o MST organiza-se a partir do método de “direção coletiva”, “vínculo com a base social”, funcionando a partir da organização de setores para divisão de tarefas e funções, e investindo na formação de quadros. Busca-se assim estimular

²⁸ Diante dessa perspectiva, nessa pesquisa nos reportamos aos trabalhadores do MST, como sujeitos Sem Terra integrados a uma identidade social, histórica e cultural de luta e contestação à ordem social do capital.

uma forma de representatividade, que possui um funcionamento mais horizontal, se aproximando das características da democracia direta. Parte-se das demandas da base até a coordenação nacional, procurando manter o vínculo dos integrantes dos coletivos de direção e setores com a base social, e aproximando os processos de luta das necessidades do povo Sem Terra.

Assim, além da criação da “pedagogia do Movimento” voltada ao desenvolvimento da educação do campo, na educação escolar formal, outra preocupação permanente do MST se concentra na formação de quadros, no aspecto político e técnico, focados na preparação de militantes e dirigentes que irão atuar nos setores e na organização desse Movimento. Para isso, como citamos acima, o MST mantém duas escolas nacionais com formação em nível médio e técnico e uma escola latino-americana, bem como estabelece parcerias com universidades públicas e outros movimentos sociais, como a Via Campesina, por exemplo, para o funcionamento de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. São oferecidos cursos como, administração de cooperativa, saúde comunitária, magistério, agroecologia, pedagogia, letras, licenciatura em educação do campo, ciências agrárias, agronomia, veterinária, direito, geografia, história, jornalismo, etc. (MST, 2010a).

Evidencia-se, portanto, uma preocupação dos dirigentes do MST em investir na formação de seus próprios quadros, formando profissionais de nível médio e superior, em várias áreas do conhecimento, com vistas a garantir a continuidade da luta, autonomia e independência político-ideológica na sociedade. O que tem sido fundamental para assegurar a força social do Movimento, quanto à capacidade de mobilização e pressão relativas à pauta da reforma agrária junto aos governos e na mediação com a sociedade.

Outro fator importante historicamente e que garante a sobrevivência do MST tem sido aliar a luta corporativa à luta de classes.

O MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. Se tivéssemos feito um movimento camponês apenas para lutar por terra, esse movimento já teria terminado. Qualquer movimento camponês que restringe sua luta ao aspecto corporativo, sindical, estará fadado ao fracasso (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 35).

Isso se evidencia na medida em que, ao longo dos anos, o MST soma-se às lutas urbanas das organizações populares, sindicais, entre outras, em pautas como educação e saúde pública, soberania nacional, contrariedade ao projeto neoliberal, privatizações,

ampliação da democracia, reforma política e direitos trabalhistas. O Movimento alia as reivindicações por terra e reforma agrária no campo à luta política contra a desigualdade social produzida pela sociedade capitalista, dividida em duas classes sociais, mediante a concepção marxista. Na qual a classe dominante detém os meios de produção, que controla não só o modelo produtivo vigente e o processo de trabalho, mas o poder econômico e intelectual sobre o proletariado, integrante da classe dominada, que é obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver (MARX; ENGELS, 1990).

Desse modo, o MST articula suas pautas reivindicatórias à luta política da classe trabalhadora brasileira, se posicionando contra a exploração do capital, buscando por melhores condições de vida e exigindo a eliminação da exploração do trabalho e da sociedade de classes. Percebe-se essa relação nos Programas Agrários do MST e nas suas ações de massa na sociedade, em que reforça a ideia de que a reforma agrária somente é possível com a democratização da terra e a transformação estrutural da sociedade, mediante a superação do modelo capitalista de produção e a construção de uma sociedade com valores socialistas e humanistas.

Ao longo dos anos, o Movimento também foi agregando ao seu redor um conjunto de militantes e participantes que não somente vivem no campo. De modo geral, o Movimento reúne trabalhadores Sem Terra, de origem rural, expulsos do campo, que buscam produzir e sobreviver da agricultura, ao mesmo tempo em que agrega pessoas que não sobrevivem da agricultura, mas defendem a reforma agrária devido ao potencial de transformação na mudança das desigualdades sociais.

Com o avanço do capital e da hegemonia do agronegócio no campo, bem como os embates dos Sem Terra com os governos, a busca de apoio na sociedade e a sua luta pela reforma agrária, percebe-se que outro ponto fundamental que mantém o Movimento na disputa política quanto à pauta da reforma agrária na atualidade está relacionado à ampliação da pauta de reivindicações dos trabalhadores Sem Terra e do campo. Como apontado no tópico anterior, a partir de meados dos anos 2000, os Sem Terra passam a gestar uma proposta mais ampla em torno da reforma agrária, agregando as reivindicações à luta pela implantação de um modelo de agricultura, fundamentado em uma matriz de produção agroecológica, na busca do equilíbrio com a natureza e o ser humano.

A nova proposta, fundamentada no Programa Agrário do MST de 2007, defende a implantação de um programa de Reforma Agrária Popular, que além de redistribuir a

terra aos camponeses e aos trabalhadores rurais volta-se para a defesa de um modelo de produção agrícola sustentável nos assentamentos. Isso refletiria na produção de alimentos saudáveis e com menores preços para a população urbana (MST, 2007). Nesse sentido, foi exigido dos governos mais incentivos públicos em créditos agrícolas para a agricultura camponesa e familiar, na criação de agroindústrias para o beneficiamento e a industrialização de produtos. O MST reivindica, assim, o deslocamento de maior tecnologia para o campo, bem como o acesso à educação do campo – pública e de qualidade –, saúde pública, lazer, entre outros direitos que até então se mantêm somente no espaço urbano.

Logo, a luta do Movimento não se esgota mediante a conquista da terra e a instalação dos assentamentos, mas passa para outra fase, com a busca por direitos para as famílias assentadas obterem condições de sobreviver no campo, podendo produzir alimentos saudáveis e promover a transição para um modelo de produção alternativo à agricultura industrial hegemônica. Ou seja, com base na ampliação da sua plataforma de luta o MST também amplia o campo de disputa, propondo um programa de agricultura alternativo adentrando no embate com o modelo de desenvolvimento do capital, baseado no agronegócio.

Como aponta um dos dirigentes do MST, João Pedro Stédile em entrevista, “[...] além do latifundiário temos de enfrentar o modelo do agronegócio que representa uma aliança entre os grandes proprietários de terra, o capital estrangeiro e o capital financeiro” (AGGEGE, 2011). Desse modo, percebe-se que o MST efetua um alargamento da pauta da reforma agrária e passa a disputar um modelo de agricultura brasileiro. Mediante o desenvolvimento de experiências na produção orgânica e agroecológica, se torna referência na produção de alimentos saudáveis, apresentando aos governos e à sociedade a reforma agrária como uma alternativa frente ao cenário de desigualdade e pobreza no campo brasileiro. No ano passado, a agência BBC Brasil (SPERB, 2017) publicou uma reportagem em que afirma que o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. A constatação é do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), do governo gaúcho. Conforme a notícia, a experiência engloba a produção de arroz orgânico em 22 assentamentos do MST, no Rio Grande do Sul, envolvendo mais de 615 famílias, que para a safra 2016/2017 tinham como estimativa a colheita de 27 mil toneladas.

Nesse contexto, ao longo dos anos, devido a um conjunto de fatores como o avanço das políticas sociais, da coerção do governo em relação aos movimentos sociais,

entre outros fatores, percebe-se uma diminuição no volume de ocupações de terra e mobilizações massivas dos movimentos sociais do campo relativo à reforma agrária²⁹, principalmente no primeiro mandato do Governo Lula. Porém, nessa conjuntura o MST mantém seu poder político de pressão e segue como um forte representante nas lutas da classe trabalhadora brasileira. Dessa forma, ao contrário da tese de enfraquecimento dos movimentos do campo e/ou do esvaziamento das problemáticas agrárias, a partir do século XXI, percebe-se um enfraquecimento dos movimentos sindicais e dos partidos, além de uma tendência de deslocamento para os problemas do campo, com o crescimento de movimentos e organizações populares em torno dessas pautas.

Contudo, verifica-se uma aproximação entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST, por exemplo, que se aproxima dos problemas rurais, com a filiação da CONTAG em 1995. Efetivam-se posturas de deslocamentos do movimento sindical para o espaço do campo. Assim, a CUT também passa a incentivar as ocupações de terra, como ocorreu em “junho de 2000”, quando “o Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT promoveu 13 invasões em fazendas do Mato Grosso do Sul” (COMPARATO, 2001, p. 111). Ao mesmo tempo, a CONTAG, também faz a opção por uma frente de ações mais radicais, passando a realizar ocupações de latifúndios, a exemplo do MST. São mudanças importantes operadas por estas organizações, quanto às táticas de luta e formas de pressão aos governos, que anteriormente tinham sua atuação política voltada para o instrumento de negociação com um dos principais fundamentos na representação sindical.

Isto posto, o MST inaugura na sociedade brasileira novas formas de protestos, com base na organização massiva e popular dos movimentos sociais, que se transformam em referência para outros movimentos e organizações populares urbanas, incluindo o movimento sindical, que a partir da década de 1990 entra em declínio. Porém, diante do cenário de pós-golpe contra a democracia brasileira, promove-se a extinção das políticas de reforma agrária pelo Governo golpista de Temer e se encontra em curso uma tentativa de sufocamento das lutas populares, com o apoio das forças policiais, Poder Judiciário e incisivo incentivo dos oligopólios midiáticos. O futuro da reforma agrária e do MST na esfera pública depende de um conjunto de fatores políticos, como a capacidade de rearticulação e ampliação das mobilizações massivas

²⁹ Conforme dados da CPT (2003), no primeiro ano do governo Lula (2003-2010) os movimentos sociais e sindicais brasileiros realizaram 285 ocupações de terra, enquanto em 2010, último ano do seu segundo governo, se registraram somente 35 novos acampamentos de terras.

dos movimentos sociais populares, a unificação desses movimentos em torno da luta pela reforma agrária e a força de pressão junto ao Governo Federal.

5.4.1 A opinião pública e o tratamento da mídia

As medidas do Governo FHC impuseram uma série de dificuldades aos movimentos do campo, porém, não impediram a continuidade dos mesmos e o avanço do MST. De modo geral, percebe-se que a ação política do Movimento, na disputa, pressão e tensionamento na sociedade, em torno da demanda da reforma agrária, tem atuado como fator decisivo para a mudança de postura da opinião pública em relação à demanda dos Sem Terra na sociedade. O que pode ser comprovado mediante pesquisas de opinião.

Pesquisas de opinião pública realizada ao longo dos últimos anos mostram que o MST conta com o apoio da maioria da população brasileira. O apoio à reforma agrária varia entre 80% e 94%, enquanto aproximadamente dois terços da população considera o MST um movimento legítimo. Durante a marcha do MST a Brasília, em 1997, a popularidade do movimento esteve no seu auge, chegando a 77% de apoio (COMPARATO, 2001, p. 116).

As pesquisas demonstram que a maioria da população brasileira passou a apoiar a reforma agrária, principalmente após a Marcha do MST, em 1997. Porém, nos parece importante salientar que uma parte da população apoia a reforma agrária, mas não concorda com as táticas de luta do Movimento, como as ocupações de terras, e uma parcela não se identifica com a proposta de reforma agrária defendida pelo Movimento. Parte da população também não compreende o significado prático de implantação de um projeto de reforma agrária no país e não reconhece sua prioridade no contexto político atual. Além de um conjunto de outros fatores, como a marginalização e manipulação do assunto pelos meios de comunicação monopolizados e a falta de debates racionais na esfera pública, compreendemos que isso se deve ainda ao fato de que a maioria da população brasileira vive nas cidades e não visualiza o impacto imediato dessa reforma no espaço urbano, ignorando os efeitos indiretos positivos que a mesma pode gerar para a população, como aponta o debate anterior sobre a questão agrária no Brasil.

Contudo, frente ao fato do MST ter conquistado a simpatia da opinião pública para a sua demanda central de luta, a reforma agrária representa o reconhecimento e legitimidade conferida pela sociedade ao Movimento, de tal forma que a organização se transforma em um ator político importante ao consolidar a pauta da questão agrária na

agenda do país. Nesse sentido, Comparato (2001) atenta que o apoio da opinião pública tem sido fundamental na pressão as decisões do governo e no posicionamento de representantes do Congresso Nacional e outras instituições sociais. Isto é, o reconhecimento da força social do MST tem sido fundamental para manter a pauta da reforma agrária na esfera pública brasileira e no cenário internacional, a partir da década de 1990. No entanto, inserida em um contexto político de disputa de hegemonia entre os movimentos populares de luta pela terra e a elite agrária.

Isso somente ocorre a partir do entendimento dos dirigentes do MST que, após um período de ações localizadas no campo, se dão conta de que, como o Brasil é um país majoritariamente urbano, é preciso conquistar o apoio da população urbana para a pauta da reforma agrária, a fim de uma possível alteração na correlação de forças sociais em torno dessa demanda na sociedade e a realização de um projeto de reforma agrária.

No Congresso Nacional do MST de 1995, entretanto, dois anos antes da Marcha pela Reforma Agrária à Brasília, o Movimento adota como lema “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Como a palavra de ordem aponta o foco central de luta para um período de cinco anos, a partir disso, os Sem Terra centraram esforços em tornar compreensível à sociedade sua plataforma de reivindicações e proposta de reforma. Busca-se a compreensão da população à demanda, para auxiliar na pressão ao Governo Federal. “No que diz respeito à opinião pública nacional, é preciso considerar que, numa sociedade majoritariamente urbana como a sociedade brasileira contemporânea, as lutas do campo só conseguem se projetar nacionalmente se tiverem o respaldo e o reconhecimento da população das cidades” (COMPARATO, 2001, p. 115). Nesse sentido, o MST foca, principalmente, na aliança com a classe trabalhadora urbana, buscando unificar as forças populares do país para um reconhecimento nacional em torno da sua pauta.

No entanto, o apoio da sociedade brasileira à demanda da democratização da terra, por meio de uma reforma agrária, defendida pelo MST não surge de forma instantânea, mas trata-se de uma conquistada do Movimento a partir da organização de lutas de massa e do poder de reação da organização na sociedade, buscando tornar visível suas reivindicações através da imprensa. Assim, o Movimento compreende que sua força social depende da sua capacidade de organização e de mobilização massiva em reunir grandes massas de camponeses e trabalhadores rurais para exercer pressão ao governo e buscar o atendimento das reivindicações.

Nesse sentido, o MST adota como tática de luta as grandes ocupações em latifúndios e a organização de mobilizações massivas em espaços públicos, o objetivo central é levar ao conhecimento da sociedade as reivindicações dos Sem Terra e conseguir o apoio da população urbana para a causa da reforma agrária. Para tanto, o Movimento organiza mobilizações e atos públicos nas cidades, como marchas por vias públicas até capitais, acampamentos e manifestações em frente a prédios públicos, ligados à questão agrária (INCRA, Ministérios, Palácio do governo), em agências bancárias para destravar a liberação de créditos, por exemplo (COMPARATO, 2001).

Por meio da realização de ações e manifestações massivas, o MST procura dar visibilidade a pauta da reforma agrária na imprensa e tornar suas reivindicações conhecidas pela população urbana, apontando os impactos positivos para as cidades e o desenvolvimento social e econômico no país. Porém, de modo geral, um conjunto de estudos sobre o discurso jornalístico dos oligopólios midiáticos acerca do MST comprovam a construção de uma cobertura tendenciosa e negativa sobre o Movimento e seus integrantes, para citar alguns: Gohn (2000), Berger (2003) e Intervezes (2011).

Quando surge na década de 1980, as demandas de luta do MST são desconhecidas da sociedade e não conseguem espaço na imprensa. Somente quando o Movimento começa a apontar como ator político no cenário nacional, após dois massacres de trabalhadores rurais, entre 1995 e 1996, e a partir da organização da Marcha à Brasília, em 1997, passa a obter alguma visibilidade na mídia, que trata o Movimento como arcaico e ultrapassado. Nesse sentido, Gohn (2000), aponta que inicialmente a relação entre a imprensa e o Movimento ocorre de modo confuso e contraditório, pois, no início a visibilidade teve caráter estratégico para o reconhecimento dos Sem Terra e do MST na sociedade, e a mídia ainda tinha poucas informações sobre o objetivo e as táticas de ação do novo movimento:

Num primeiro momento, ela foi estratégica. Por isto, as grandes ocupações de terra eram 'avisadas' à imprensa [...]. Mas, à medida que elas passaram a ocupar as manchetes diárias, a exposição excessiva passou a ter efeitos negativos. E o MST passou a ser utilizado, pela mídia, como elemento de geração do medo e da insegurança junto à opinião pública. [...] O clima de caos social passou a ser associado, na mídia, ao MST, de forma que as políticas neoliberais excludentes e geradoras de desemprego passaram a ficar encobertas (GOHN, 2000, p. 158-159).

A necessidade do Movimento em dar visibilidade as suas ações e demandas, bem como tornar de conhecimento da sociedade a pauta da reforma agrária, num primeiro momento, logo é transformada pela mídia em elemento negativo e de combate

à própria organização. A mídia, de modo estratégico, foca nas ocupações de terra e manifestações em prédios públicos, buscando criar um clima de medo e ameaça à sociedade em torno dos Sem Terra. O objetivo é produzir espetáculos e ajudar o governo a esconder o aumento dos problemas sociais do país.

Ao mesmo tempo, a construção de uma imagem negativa do Movimento, associado ao caos social e à insegurança, também é utilizada por grupos políticos conservadores, em períodos de eleições contra candidatos que recebem o apoio ou se encontram mais próximos dos Sem Terra (GOHN, 2000). A exemplo do que ocorreu nas campanhas eleitorais de candidatos do PT à presidência da república – Lula e Dilma.

Desse modo, a relação entre a mídia e o MST passa por fases distintas no Brasil: inicialmente, se opera a marginalização do Movimento e sua pauta, buscando combatê-lo como movimento social de ideologia ultrapassada, ligada aos ideais socialistas; seguida por um curto período de exaltação na década de 1990, durante a Marcha em 1997, em que os Sem Terra conquistaram a simpatia popular pela resistência e demonstração de força com a capacidade em mobilizar grandes massas de Sem Terra e organizações populares do país. Nesse período, a mídia de forma repentina, opera no reconhecimento da luta e das demandas dos Sem Terra, que “deixaram de ser vistos como um ‘bando de radicais’ e ganharam o *status* da cidadania de trabalhadores em luta pela reforma agrária, num exercício de democracia” (GOHN, 2000, p. 141). Percebe-se que um conjunto de fatores explicam essa mudança, tais como a posição do MST de interlocutor da reforma agrária na sociedade, o fato de ter sido tratado naquele momento pela mídia e o governo como uma organização de força social isolada na sociedade. No entanto, essa mudança de tratamento somente ocorre devido à demonstração de força social no processo de luta dos Sem Terra.

Pois, como demonstra um estudo de Gohn (2000), em seguida a mídia volta a combater o MST e a produzir coberturas negativas e estereotipadas. No mês seguinte à Marcha da organização, em maio de 1997, a postura da mídia e do governo volta a ser de combate ao Movimento e às ações dos Sem Terra. Assim, após um curto ensaio de “aproximação” entre o MST e a mídia, o Movimento novamente é retratado pela imprensa e o governo como uma ameaça “perigosa” à sociedade. O que não impede que nos anos seguintes, os Sem Terra sigam organizando a realização de marchas, ocupações de terras e mobilizações de massa pelo país.

Nesse sentido, a relação entre o MST e a mídia se encontra em um campo de disputa e luta de poder, já que a visibilidade nos meios de comunicação é uma estratégia importante para o MST, aos mesmo tempo, que para aos críticos da reforma agrária na sociedade. “Os espaços comunicacionais são estratégicos tanto ao movimento, para publicizar suas demandas e buscar algum espaço contra hegemônico, quanto aos seus opositores, que buscam desqualificá-los e isolá-los da opinião pública ao retratá-los como fonte e origem da violência” (GOHN, 2000, p. 158). A nosso ver, isso faz parte do contexto da luta de classes, em que se opera uma constante disputa de hegemonia na esfera pública acerca da pauta da reforma agrária e a sua manutenção como projeto alternativo para o desenvolvimento do país, bem como na legitimidade do MST como ator social na luta política e sua permanência nesse cenário como agente de mudança na sociedade.

Procurando evidenciar, com maior profundidade essa linha editorial e política adotada pelos oligopólios midiáticos brasileiros no tratamento ao MST, apresentamos estudo de Berger (2003) sobre o discurso do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre (RS). Ela analisa a cobertura das ocupações de terra do MST, no período entre 1990 a 1993. E a morte do soldado da Brigada Militar, Valdeci de Abreu Lopes, em um conflito com o MST na Praça da Matriz de Porto Alegre, em 1990. Em relação às ocupações de terras, a autora verifica que o jornal justifica a violência das desocupações de terras como consequência das ocupações de latifúndios pelos Sem Terra. Esse tipo de cobertura do diário esvazia o sentido político da problemática agrária, causa direta das ocupações de terra no país, e a desloca para o campo da ilegalidade jurídica, ou seja, somente como uma “invasão” de propriedade privada, não como um problema social histórico decorrente da injusta concentração de terras no país.

No caso da morte do soldado, Berger (2003) aponta que a cobertura do jornal *Zero Hora* aborda o assunto de forma parcial e tendenciosa, classificando a morte do soldado como um assassinato político de responsabilidade dos Sem Terra do MST. A partir da análise, ela conclui que a repercussão do jornal sobre a morte do soldado procurou disseminar junto à opinião pública do estado um discurso de violência, ilegalidade e intransigência, em relação ao MST. Esse tipo de discurso midiático tem contribuído para a criminalização do Movimento e de outras organizações populares, que lutam por mudanças sociais. E é constantemente retomado pela mídia gaúcha ou nacional quando o objetivo é combater as ações do MST e de outros movimentos sociais.

Ainda nessa perspectiva, um estudo do Intervezes (2011), denominado “Vozes Silenciadas”, que analisa 301 matérias sobre o MST³⁰, publicadas em três jornais de circulação nacional, três revistas e dois telejornais nacionais, durante a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) do MST, em 2010, demonstra que o discurso jornalístico desses veículos também qualificou o MST e suas ações de modo negativo. O estudo revelou que a CPMI não foi o principal tema pautado pelos veículos no período em que o enfoque central era o MST. O assunto em que o Movimento aparece com mais frequência foram às eleições à presidência e aos governos estaduais (97 inserções). As matérias abordam fatos negativos sobre o MST, buscando atacar a candidata do PT à presidência, Dilma Rousseff. Já as reivindicações do MST tiveram pouca visibilidade na cobertura do período – apenas 25 matérias abordam temas importantes para o Movimento, como reforma agrária e questão agrária. E na maioria das coberturas em que o MST é citado seus representantes não foram ouvidos.

Na cobertura analisada pelo estudo foram encontrados 192 termos negativos usados para qualificar o MST e suas ações. O termo mais frequente foi “invasão” e seus desdobramentos: invasores e invadir. Nas matérias em que o Movimento era destaque 198 ou 65,7% delas apresentavam enfoque negativo, contra 21 ou 7% com coberturas positivas. Nesse contexto, o relatório evidencia que “a grande imprensa, em geral, recai num negativismo em grande parte panfletário ao tratar desses temas” (INTERVOZES, 2011, p. 57).

Percebe-se por meio dos estudos, que a cobertura negativa sobre o MST, de suas ações e trabalhadores Sem Terra, não representa um fato isolado utilizado por um ou outro veículo dos oligopólios midiáticos (jornais, revistas, rádio, TV, portais *on-line*), mas é parte de uma linha editorial construída por esses meios de comunicação brasileiros que tem o objetivo de combater a força social e a legitimidade do Movimento na sociedade, bem como esvaziar as demandas da reforma agrária e a sua importância como projeto político para o país na esfera pública. Evidencia-se, portanto, a existência de uma linha editorial hegemônica de caráter negativo, pejorativo e discriminatória por parte da imprensa burguesa, em relação ao MST, seus integrantes e suas ações.

Em geral, esses veículos possuem um posicionamento conservador que busca combater e deslegitimar as lutas da classe trabalhadora. Essa postura dos monopólios

³⁰ A pesquisa analisou os diários: *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo*; as revistas: *Veja*, *Época* e *Carta Capital* e os telejornais: *Jornal Nacional* e *Jornal da Record*. No Período entre 10 de fevereiro e 17 de julho de 2010, em que funcionou a CPMI para investigar o MST, no Congresso Nacional.

mediáticos brasileiros com os segmentos populares demonstra a posição de seus proprietários, financiados por investimentos publicitários públicos e privados, dos governos, das elites agrárias e industriais, que integram a classe dominante e são contrárias à reforma agrária, à democratização da terra no país e ao avanço da democracia no Brasil.

Porém, em torno dessa questão, Comparato (2001) constata que, mesmo com a existência de um consenso na imprensa de apoio ao governo FHC, em meados de 1997 o MST aos poucos passa a ocupar o espaço da CUT como tema de maior frequência nos editoriais dos oligopólios da mídia brasileira e assume a posição de adversário do governo. A presença do Movimento nos editoriais dos principais jornais do país, demonstra seu papel como ator político na sociedade. Entre outros fatores, isso ocorre porque as ocupações de terra passam a chamar mais atenção da sociedade e assustar mais as elites do que as greves promovidas pelo movimento sindical. O que se deve a forte repressão do governo aos movimentos sindicais na década de 1990, a exemplo da greve dos petroleiros, em 1995. Da mesma forma, com a democratização do país e melhores condições de empregos, as greves foram deixando de representar uma ameaça para as elites.

[...] as ocupações de terra e a defesa da reforma agrária vão de encontro ao sistema de propriedade privada, enquanto greves para a melhoria das condições de trabalho, o aumento dos salários ou a manutenção do emprego afetam apenas indiretamente o conjunto da população brasileira [...]. Dessa forma, acredita-se que o MST assumiu um lugar de destaque no imaginário das classes proprietárias e empresariais como o adversário que oferece perigo, ou seja, pode obrigar a uma mudança na organização da sociedade outros (COMPARATO, 2001, p. 111).

Percebe-se, mediante a perspectiva de Comparato (2001), que as ocupações de terras assustam mais o governo e a sociedade, pois, em geral os empresários e governos já haviam criado mecanismos para lidar com as greves, ao contrário das ocupações de latifúndios que atingem em cheio a propriedade privada, um dos principais símbolos de acumulação de capital no capitalismo. De tal forma, inicialmente, em meados da década de 1990, os governos e as classes proprietárias ainda não tinham noção de como combater as ocupações do MST e enfrentar a pauta da reforma agrária, que também passa a ocupar a agenda política do governo. Paralelo a isso, verifica-se uma aproximação da CUT com o Movimento, na realização de ações conjuntas e a aproximação por parte da central sindical aos problemas rurais do país. Essa postura se amplia com a filiação da CONTAG à CUT, em 1995, quando se observa um

deslocamento do movimento sindical para as pautas do campo. Assim, a CONTAG também adota como tática de luta a realização de ocupações de terra, a exemplo do MST. No entanto, algumas táticas de atuação e pressão do MST ao governo também passam a ser adotada por algumas organizações sociais do movimento sindical, que começa a agregar as suas pautas relacionadas à questão da concentração da terra e dos problemas do campo.

Entretanto, a repercussão das manifestações e ações de massa do MST na mídia também têm papel fundamental em evitar a repressão contra os Sem Terra. Portanto, ainda que negativa ou manipulada, a visibilidade das ações do Movimento na imprensa desempenha função significativa para o conhecimento da sociedade sobre suas demandas, pautando o debate na esfera pública e evitando o isolamento e repressão da organização e de seus integrantes. Nesse sentido, um dos maiores empecilhos do governo FHC (COMPARATO, 2001) é a capacidade do MST em conseguir a visibilidade das suas ações e pautas na imprensa, a partir do seu processo de luta massiva pela reforma agrária –compreendemos que isso se mantém com os governos seguintes. Portanto, seria mais fácil enfrentar um adversário institucional sem força política ou desconhecido da opinião pública, o que explica o discurso de alguns governos, grupos conservadores e da mídia de que o Movimento deveria se transformar em um partido político institucionalizado para fazer oposição.

No entanto, compreende-se que a visibilidade do MST na mídia se deve às estratégias de luta e de comunicação adotadas pelo Movimento para chamar atenção da população urbana e atuar como instrumento de pressão ao governo para o atendimento das reivindicações. Assim, mesmo com a diminuição de visibilidade em alguns momentos e crescimento em outros períodos, percebe-se ao longo dos anos, que a mídia e os governos não conseguem ignorar a força social do MST e a demanda da reforma agrária. Ainda que a hegemonia de coberturas negativas e discriminatórias, coloque em circulação representações negativas em torno do MST e da pauta da reforma agrária na esfera pública.

No contexto após o golpe contra a democracia em 2016 no Brasil, os oligopólios midiáticos brasileiros ampliam o discurso hegemônico e ultraconservador em defesa do capital e contra os grupos populares e visões progressistas, impondo uma linha editorial política de inviabilização e criminalização contra as lutas políticas dos segmentos populares, que ousam contestar o golpe e as políticas adotadas pelos grupos golpistas: governo, Congresso Nacional, Judiciário, etc. Vive-se o avanço de um Estado policial e

de exceção, em que as mobilizações de rua são reprimidas de forma violenta contra os grupos que se manifestam, isto é, após o golpe promove-se um desmonte de mais de uma década de políticas sociais dos governos do PT, bem como um conjunto de direitos conquistados historicamente a partir da luta dos trabalhadores.

O discurso hegemônico de violência em relação aos movimentos sociais, entre eles o MST, é fortalecido e retoma-se, com mais veemência, uma narrativa que qualifica os Sem Terra como um “bando de vândalos” e a reforma agrária como uma política ultrapassada para o país. Os conglomerados oligopolistas da mídia responsabilizam o MST e os movimentos populares rurais pelo aumento da violência no campo e tentam esconder a violência do latifúndio e do agronegócio, que se aproveita da conjuntura de golpe para avançar na prática de assassinatos de trabalhadores rurais, índios e quilombolas no país, com a realização de novos massacres, inclusive com o apoio do braço armado do Estado, ou seja, o aparato policial.

Ao mesmo tempo, os oligopólios da imprensa tentam impor a narrativa de fortalecimento do agronegócio, o que se explica devido ao massivo apoio da bancada ruralista no Congresso Nacional ao golpe e os altos investimentos financeiros dos latifundiários do agronegócio concedidos aos oligopólios midiáticos. Em reportagem no jornal Brasil de Fato, Tatemoto (2017), identificou que 40% dos parlamentares favoráveis ao governo ilegítimo de Michel Temer, e contrários à investigação da denúncia de corrupção passiva pelo presidente, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), faziam parte da bancada ruralista³¹, que defende os interesses do agronegócio e dos grandes proprietários de terra e busca barrar as políticas de reforma agrária ou da agricultura camponesa. Em troca de apoio, o governo prometeu flexibilizar leis ambientais, mexer na demarcação de terras indígenas, além de sancionar a Medida Provisória 759, considerada pelos movimentos populares e ambientais, uma forma de incentivo à grilagem de terras no país, entre outras medidas conservadoras para o campo.

Porém, de modo geral, evidencia-se que a marginalização, criminalização e busca de invisibilização das pautas do MST, pelos oligopólios midiáticos brasileiros não impediu o Movimento de seguir seu processo de organização e luta em torno da reforma agrária. Em 2017, o MST completou 33 anos de luta, e segue desempenhando um importante papel no processo de disputa de hegemonia na esfera pública, em torno da

³¹ Atualmente esse grupo se organiza em torno da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) no Congresso.

reforma agrária e do modelo de agricultura para o campo brasileiro. Essa disputa se sustenta na organização, massificação e resistência dos Sem Terra, a partir das ocupações de terra, conquista de assentamentos e resistência na terra.

5.5 A COMUNICAÇÃO DO MST E AS MÍDIAS DIGITAIS

A compreensão do MST acerca das informações e dos processos comunicativos como estratégia política-ideológica se desenvolve a partir da fundação enquanto organização nacional. A organização do setor de Comunicação e a criação de veículos de comunicação populares pelos Sem Terra, como o Jornal Sem Terra (JST), que surge em 1981. Na época, o Boletim Sem Terra – nome inicial do jornal –, desempenhou função colaborativa nas estratégias organizativas, no acesso ao povo sem-terra e na expansão do Movimento no território nacional, aliado à divulgação da realidade da luta pela terra.

No início da organização, o Movimento recomenda a criação de boletins nos acampamentos para levar ao conhecimento da sociedade a realidade da luta pela terra. Nesse sentido, o JST –, que em 1985 torna-se um veículo oficial da organização –, desempenhou o papel de precursor da comunicação no MST. Seu objetivo é promover a mediação com a sociedade local acerca da realidade dos trabalhadores Sem Terra e de suas demandas de luta (MST, 2010).

Ao se deparar com as dificuldades em torno da luta pela terra e a barreira imposta pelos oligopólios brasileiros da mídia na mediação com a sociedade e a visibilidade das demandas de grupos sociais na esfera pública, constata-se que o MST percebe a necessidade em desenvolver uma política de comunicação popular. Como aponta Peruzzo (2006a), essa estratégia volta-se para a criação de canais autônomos de comunicação para auxiliar em processos organizativos, na mobilização dos trabalhadores Sem Terra e na luta por direitos sociais e políticos, com base na ação política de luta massiva. “Ao longo de nossa história, estamos desenvolvendo uma comunicação que tem por objetivo organizar e mobilizar, ser ferramenta de educação do povo, divulgar e agitar as pessoas na luta pela reforma agrária e por um Projeto Popular para o Brasil” (MST, 2001, p. 134).

Identifica-se que o processo de comunicação do MST se estrutura a partir de uma concepção popular e alternativa, na medida em que passa a ser considerado um instrumento importante dentro da estratégia organizativa dos trabalhadores Sem Terra,

principalmente em relação às mobilizações e na divulgação de suas demandas, junto aos governos e segmentos populares da população urbana. Nesse contexto, a comunicação popular adquire maior importância diante da necessidade na legitimidade da luta pela terra, na mediação com a população e na necessidade de apoio da classe trabalhadora urbana ao projeto de reforma agrária do MST para o Brasil.

Após os anos 2000, os Sem Terra criam o setor de Comunicação, que possui a função de construir linhas políticas de atuação do MST na área da comunicação, orientar os debates em torno dessa temática e coordenar a organização dos veículos e instrumentos de comunicação criados por este movimento. Nesse sentido, alguns documentos internos chamam atenção para a necessidade no uso de estratégias de comunicação popular, alternativa e contra-hegemônica, para difundir a realidade da luta pela terra, abarcando a visão de mundo dos trabalhadores Sem Terra. E recomendam que essas dinâmicas comunicativas devam vincular-se às linhas políticas do Movimento, tornando, nesse sentido, os trabalhadores em sujeitos ativos e críticos dos processos de produção e gestão da informação e comunicação.

Nessa perspectiva, Berger (2003) considera que o processo de comunicação do MST encontra-se subordinado às diretrizes políticas dessa organização. Para ela, se verifica um estímulo por parte do Movimento, não somente no campo de estrutura da informação, mas também na formação de quadros políticos nessa área, procurando estruturar uma política de comunicação dos trabalhadores Sem Terra e formar seus próprios militantes comunicadores. Portanto, verifica-se que o MST busca manter uma relação estreita entre sua linha política, na conjuntura da luta pela terra e a realidade dos Sem Terra, com o desenvolvimento de uma política de comunicação popular e contra-hegemônica. Um exemplo no ensino formal superior é a formação, em 2013, de um grupo de 44 jornalistas, que integraram a primeira turma de “Jornalismo da Terra”, realizada por meio de uma parceria entre a Via Campesina e a Universidade Federal do Ceará (UFC), com integrantes do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Entre a década de 1980 e os anos 2000, o Movimento também cria vários veículos de comunicação populares e alternativos, com abrangência nacional, estadual e regional, para auxiliar no avanço da luta pela reforma agrária, tais como: Jornal Sem Terra, rádios comunitárias, Revista Sem Terra, Brigada de Audiovisual, Assessoria de Imprensa e Página *on-line* do MST. Além de, passar a utilizar as redes sociais para difusão de seus conteúdos, a partir de 2009.

5.5.1 Jornal Sem Terra

O Jornal Sem Terra (JST) foi o precursor dos meios de comunicação e processos comunicativos do MST. Desenvolve-se antes da fundação da organização em 1981, no Rio Grande do Sul, em formato de boletim informativo e com circulação semanal, no acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS). O objetivo era romper a barreira física imposta pelo exército durante a ditadura militar e promover interação com a sociedade local acerca da realidade dos trabalhadores Sem Terra e as suas demandas. Em 1986, o jornal ganhou o prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo por se destacar na luta pelos direitos humanos e na democratização da comunicação. Mais de 30 anos passados, o JST continua circulando como veículo de comunicação oficial do MST, priorizando o diálogo com sua base social (MST, 2010).

Desse modo, o JST possui importância histórica para o MST por se destacar na construção da identidade dos trabalhadores Sem Terra e na mobilização de sua base social. Sua função segue sendo informar a sociedade sobre a realidade do MST, lutas e ações, e manter sua base social informada sobre as lutas da classe trabalhadora em andamento no país.

5.5.2 Rádios comunitárias

Outro meio de comunicação apropriado historicamente pelo MST são as rádios comunitárias. Elas possuem maior facilidade em atingir os segmentos populares e se tornam um dos principais meios de acesso à informação para a classe trabalhadora rural e urbana. O MST passa a utilizar o rádio ainda na década de 1980 para produzir e veicular programas semanais de alcance nacional, na Rádio Aparecida (SP) da rede católica e em rádios comerciais, bem como instalar rádios-poste em acampamentos para auxiliar na comunicação com sua base social.

Para melhorar a comunicação entre as famílias Sem Terra e a sociedade, a partir da década de 1990, o MST inicia a organização de cursos e oficinas de capacitação de militantes e instalação de rádios comunitárias com transmissores em vários assentamentos e acampamentos pelo país. Também é desenvolvida a experiência em produção de programas de rádio, como o programa “Vozes da Terra” e a montagem de rádios em mobilizações massivas, na qual se destaca a “Rádio Brasil em Movimento”,

organizada durante a Marcha Nacional do MST, em 2005, e no quinto Congresso Nacional do MST, em 2007.

O MST avalia que a organização das rádios comunitárias nos acampamentos e assentamentos melhora a comunicação interna da sua base social e tem a função de abastecer a sociedade local com informações sobre o cotidiano das famílias Sem Terra e a realidade sobre a luta pela reforma agrária. “Há uma compreensão e decisão política do MST de ampliar o número de rádios em assentamentos e acampamentos para avançar na relação com o conjunto das famílias Sem Terra e com a sociedade em geral” (MST, 2010, p. 39). A problemática central em relação à ampliação das rádios comunitárias nos assentamentos e comunidades rurais, se concentra na legislação de Radiodifusão Comunitária do Brasil³², ultrapassada e que não atende às necessidades do campo. Historicamente, no país, verifica-se um processo de criminalização das rádios comunitárias por parte das rádios comerciais e do Governo Federal, que nos últimos anos tem fechado muitas rádios do MST.

5.5.3 Revista Sem Terra

A Revista foi criada pelo MST em 1997, com o intuito de ter um conteúdo mais elaborado sobre a questão agrária, para atender ao público urbano que apoiava a reforma agrária, organizações populares urbanas e colaborar na formação de militantes. O objetivo central era fazer o contraponto à mídia burguesa, “[...] para que a sociedade defenda a reforma agrária e apoie as mobilizações sociais e ações governamentais contra a existência e perpetuação do latifúndio, é essencial que os moradores das cidades compreendam os problemas do campo [...]” (MST, 2010, p. 25).

Porém, devido às dificuldades financeiras e à criação de outros veículos de comunicação, a partir de 2011, a Revista se torna um veículo de edição especial, sendo publicada somente em algumas ocasiões, quando o MST considera importante discutir mais profundamente alguma temática de seu interesse com a sociedade.

Com o progresso da *internet* e das mídias digitais no Brasil, e a necessidade em romper com o silenciamento e a criminalização imposta pelos oligopólios midiáticos brasileiros aos movimentos populares, a *internet* é vista como um novo canal de

³² O serviço de Radiodifusão Comunitária foi criado pela Lei 9.612, de 1998, e trata da radiodifusão sonora, em frequência modulada, que deve ser operada em baixa potência de 25 *watts* e cobertura restrita a um raio de 1 km (BRASIL, 1998).

informação e de comunicação para a difusão direta de informações com a sociedade. Nesse intuito, o Movimento organiza e mantém um conjunto de aparatos comunicativos voltados para o diálogo com a sociedade, por meio do ciberespaço.

5.5.4 Assessoria de Imprensa

No seu processo histórico, o MST vem sendo tratado pelos oligopólios midiáticos tradicionais brasileiros mediante uma cobertura negativa e, em grande parte, enfrentando manipulação e criminalização desses meios. Conforme estudos de Gohn (2000), Berger (2003) e do Intervezes (2011), ao analisar o caráter do discurso jornalístico da imprensa burguesa sobre o MST, conclui-se que estes produzem uma cobertura tendenciosa e/ou negativa sobre o MST, que desloca o problema social da luta pela terra para a ilegalidade.

Para enfrentar essa problemática, em 2004, o MST inicia a organização de uma rede nacional de assessoria de imprensa com comunicadores populares em grandes centros urbanos: São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, bem como em Estados onde o Movimento tinha maior capacidade de mobilização e expressão. O trabalho desses comunicadores se tornam referência para a imprensa em vários Estados, facilitando a busca de informações sobre a organização e criando uma relação mais profissional com a grande imprensa e as mídias alternativas e populares (GUINDANI; ENGELMANN, 2011).

5.5.5 Audiovisual

Com o avanço tecnológico os Sem Terra se apropriaram da linguagem audiovisual, buscando retratar a realidade da luta pela terra no país. Assim, a partir da produção do filme “Lutar Sempre! - 5º Congresso Nacional do MST”, em 2007, cria-se a Brigada de Audiovisual da Via Campesina (MST, 2010). Esse coletivo passa a realizar um trabalho de capacitação de militantes dos movimentos sociais que integram a Via Campesina no Brasil para a produção audiovisual, tendo como base a linguagem da classe trabalhadora, buscando contemplar a prática da luta social e os processos coletivos dos trabalhadores do campo como protagonistas nessa linguagem.

No caso do MST, a partir da experiência da Via Campesina, em 2014 é criada a Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho. Seu foco se concentra na produção

audiovisual sobre as lutas e as conquistas dos trabalhadores Sem Terra, e possui a função de atuar como suporte comunicativo nos debates políticos e nos processos formativos da organização, bem como auxiliar na construção e preservação da memória da organização.

A produção audiovisual do MST é divulgada no canal do *Youtube* do MST³³ e compartilhada no seu portal *on-line*³⁴.

5.5.6 Página *on-line* do MST

Desde meados de 1997, o MST mantém uma página *on-line*³⁵, por meio da qual divulga suas reivindicações, que possui como objetivo ampliar a mediação com a sociedade acerca do debate do seu projeto de Reforma Agrária Popular. Entre 2003 e 2015, o portal foi reformulado passando por alguns processos de qualificação, adquirindo atualização diária com diversos conteúdos, páginas especiais, biblioteca virtual, vídeos, publicações impressas, entre outros.

Nos primeiros anos de criação, a página *on-line* do Movimento apresentava um conteúdo estático, com informações genéricas sobre as reivindicações da organização, sem atualizações frequentes. A partir de 2003, o portal adquire atualização diária de conteúdo, se tornando mais ágil. Conforme o Manual de Redação do MST (2010), durante a Marcha entre Goiânia (GO) e Brasília (DF), em 2005, os Sem Terra percebem a importância da página virtual para o processo de informação e comunicação. Pois, por meio desse instrumento a organização passou a ter condições de divulgar diariamente conteúdos (notícias, imagens, vídeos e áudios) na *internet* sobre a trajetória da marcha e as demandas dos Sem Terra, sem interferência de filtros político-ideológicos e editoriais dos oligopólios da mídia.

Procurando melhorar o acesso à rede, no ano de 2006 e 2009 o portal passou por um processo de qualificação e atualização, visual e estrutural, com mudanças na parte gráfica e de *design*, adotando um sistema operacional mais dinâmico. O MST, em seu Manual de Redação (MST, 2010), aponta que essa ainda se tratava de uma nova tecnologia de difícil operacionalização que precisava ser melhor apropriada e utilizadas

³³ Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/videosmst>>.

³⁴ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/videos/>>

³⁵ Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>.

pelos trabalhadores Sem Terra. Ou seja, necessitava-se de um processo de adaptação e busca de conhecimento para o uso das novas ferramentas digitais que surgiam na época.

A criação do portal do MST é fruto de um conjunto de decisões políticas desse Movimento que procura ampliar a mediação com a população em geral e fortalecer alianças com os segmentos populares urbanos. Assim, o propósito dos Sem Terra é tornar a página virtual em uma fonte importante de conhecimentos acerca da agricultura e da questão agrária. “[...] A nossa página deve ser referência e fonte de informação para a discussão sobre os modelos de agricultura (agronegócio contra pequena agricultura), a Reforma Agrária, a luta dos trabalhadores rurais Sem Terra e as realizações do MST [...]” (MST, 2010, p. 20).

Uma das potencialidades do portal é a de que os conteúdos (informações, imagens, áudios, vídeos, etc.) podem ser produzidos e difundidos pelos próprios Sem Terra, mediante a organização de práticas comunicativas populares e contra-hegemônicas, aparentemente isentas de filtros externos. Desse modo, com o avanço das mídias digitais e a importância central desse espaço para a visibilidade de pautas sociais anteriormente marginalizadas na esfera pública pela mídia tradicional, o portal auxilia no estímulo à organização social e na consolidação da legitimidade do MST em nível nacional e internacional na sociedade.

Nessa perspectiva o Movimento se apropria das mídias digitais e busca ampliar o espectro de comunicadores e militantes nos Estados em que possui atuação, procurando envolvê-los de forma mais ativa como produtores de conteúdos (CASTELLS, 2006), na construção de práticas de comunicação popular e contra-hegemonias nas redes digitais. Utilizam-se dessas tecnologias para melhorar a difusão e a agilidade, a fim de tornar mais visível na sociedade a realidade da luta pela terra no campo e a circulação das demandas dos Sem Terra no debate da esfera pública. Em suma, a página virtual do Movimento Sem Terra se torna um canal estratégico de comunicação e informação na mediação com a sociedade, assumindo a posição de porta-voz do MST na sociedade e funciona como espaço de referência no debate público sobre a reforma agrária no Brasil (ENGELMANN, 2013).

O processo de construção da página *on-line* do MST demonstra que os dirigentes da organização têm consciência quanto à necessidade de apropriar-se de um aparato virtual para fortalecer e ampliar o seu processo de comunicação popular e alternativa. Assim, procurando alargar o diálogo com uma parte da sociedade, ou seja, com os segmentos populares da classe trabalhadora urbana; ao mesmo tempo em que tenta

ultrapassar o filtro editorial e ideológico dos grandes conglomerados de comunicação e se contrapor à abordagem deturpada e hegemônica desses veículos.

Contudo, mediante a opção pela organização de uma página *on-line* o MST busca se apropriar das facilidades e dos avanços tecnológicos da rede, que pode ser acessada em qualquer lugar em nível mundial, rompendo com o limite do espaço e tempo, e dependendo de volumes menores de investimentos, ultrapassando assim, algumas dificuldades políticas e econômicas enfrentadas por esses movimentos populares no acesso aos veículos de comunicação tradicionais.

Segundo Monteiro (2001), a rede virtual apresenta vantagens, principalmente no aspecto econômico, por depender de investimentos menores para o acesso e a utilização desse canal de comunicação na divulgação de conteúdos e interação com outros grupos sociais. Tais fatores contribuem para a apropriação e potencialização desse novo canal de comunicação, por movimentos sociais populares como o MST, que passa a fazer uso da *internet* e das mídias digitais para a produção e difusão de conteúdos no ciberespaço.

5.5.7 Redes sociais

Percebendo as redes sociais como canal importante para ampliar o acesso à sua página *on-line* e na mediação com os usuários do ciberespaço, o MST passa a utilizar as mídias digitais, em 2009, com o perfil MST Oficial no *Twitter*³⁶ e, em 2011, com a criação de um perfil no *Facebook*³⁷. Nesses espaços, os Sem Terra procuram difundir conteúdos mais dinâmicos e interativos, buscando aumentar o alcance de suas publicações do portal virtual e produzir um conjunto de conteúdos, com linguagens mais dinâmicas, que trabalham com imagens, vídeos, áudios e textos curtos, a fim de ampliar a interação e ampliar a mediação com outros públicos, principalmente a juventude, que possui presença mais massiva nas redes sociais.

Observa-se que para o MST as mídias digitais se tornam espaço importante na esfera pública quanto à circulação de ideias e visões de mundo, colaborando na construção e reconstituição das representações sociais acerca da realidade social da organização, bem como cria novos sentidos e significados acerca das demandas e ações desse Movimento e de seus integrantes na sociedade. Mesmo mantendo outros meios de comunicação populares em funcionamento, como as rádios comunitárias, jornais e

³⁶ Disponível em: <http://twitter.com/MST_Oficial>.

³⁷ Disponível em: <<http://www.facebook.com/MovimentoSemTerra>>.

boletins impressos, percebemos atualmente que o MST vem direcionando grande parte do seu processo de comunicação popular às mídias digitais, na tentativa de ampliar a mediação na sociedade em geral e incidir no debate da esfera pública.

O Movimento busca se apropriar das mídias digitais para difundir seu processo de comunicação popular e contra-hegemônico, adquirindo posição ativa na mediação com a opinião pública e na contrainformação à hegemonia burguesa, na medida em que essas tecnologias possibilitam ultrapassar o filtro ideológico do oligopólio midiático e possibilitam o acesso a uma parcela de público presente na rede digital. Porém, as mídias digitais se desenvolvem como produtos da sociedade capitalista globalizada, na lógica de concentração do capital e reprodução das desigualdades desse modelo de sociedade.

Assim, observa-se que os Sem Terra possuem uma certa consciência em relação às contradições das mídias digitais e ao procurar atender às demandas dos trabalhadores do campo, paralelo ao processo de apropriação dessas mídias busca, ao mesmo tempo, manter e ampliar a organização de processos simbólicos de comunicação não-midiáticas, como as marchas, ocupações de terra e espaços públicos, atividades culturais, palavras de ordem – a exemplo, a prática teatral, musical, de agitação e propaganda, poesia, assembleias, cursos formativos, entre outros.

Percebe-se ainda a compreensão do Movimento em relação aos limites das mídias digitais, se comparado ao poder de influência social dos meios de comunicação de massa tradicionais brasileiros, que de modo geral, se mantém como aparatos ideológicos privilegiados de hegemonia na formação de um consenso na sociedade, especialmente junto das populações mais pobres, com acesso restrito à educação e as mídias digitais. Para Peruzzo (2006, p. 31), as mudanças no sistema convencional de informação provocadas pela *internet* não foram suficientes, até o momento, para superar o poder dos meios de comunicações de massa tradicionais e monopolizados nas relações sociais, disputa de poder e produção de consenso, ou para eliminar a necessidade em potencializar a construção de novos processos e práticas comunicativas populares, alternativos e comunitários.

Diante disso, a garantia do acesso à informação, o desenvolvimento de processos comunicativos populares e contra-hegemônicos e de expressão democráticas dos movimentos populares na luta por direitos sociais, políticos, entre outros, dependem essencialmente da criação de um processo de democratização da comunicação no Brasil, que elimine os oligopólios da comunicação, responsáveis pela difusão do pensamento

hegemônico capitalista. Compreende-se que o avanço da democracia necessita da criação de um sistema público de comunicação que estimule a pluralidade e diversidade de ideias e assegure o exercício da cidadania a todos os grupos sociais presentes na sociedade brasileira, principalmente às minorias populares, excluídas e silenciadas na esfera pública.

6 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA POPULAR NAS MÍDIAS VIRTUAIS DO MST

O Movimento Sem Terra mantém um portal *on-line* desde 1997, com o objetivo de divulgar suas reivindicações e ampliar o debate em torno da luta pela terra e da reforma agrária. O portal tem se constituído como canal estratégico de comunicação e informação com a sociedade e a sua base de trabalhadores Sem Terra. Ele também se tornou referência no debate público sobre a reforma agrária no Brasil. O MST possui ainda um perfil oficial no *Facebook* e no *Twitter* (Anexo II)³⁸, por meio dos quais busca ampliar os acessos da sua página *on-line* e disseminar conteúdos mais dinâmicos e interativos, na mediação com os cidadãos sobre as suas ações e demandas no ciberespaço.

A escolha das mídias digitais mantidas pelo MST se justifica pela agilidade e a centralidade desses canais na produção e divulgação de conteúdos, pelos integrantes dessa organização na interação com a sociedade. Já a proposta de análise sobre as atividades de caráter nacional ocorre devido à relevância desses espaços para os trabalhadores Sem Terra na apresentação de suas demandas, experiências e ações acerca do projeto de Reforma Agrária Popular para o Brasil, bem como por possibilitar maior envolvimento de sujeitos e mediação com a sociedade, e auxiliar na pressão ao governo. Nos períodos dessas atividades nacionais, o MST concentra suas mobilizações massivas – como marchas, ocupações de terras e de prédios públicos, negociações com governos e instituições públicas. A adoção desse intervalo temporal ocorreu por se constituir em um período em que o Movimento vem adotando uma postura mais ativa no uso e na apropriação das mídias digitais, visando à produção de conteúdos comunicativos e informações mais voltadas para a linguagem de cada canal, a fim de melhorar a difusão de suas demandas e ações na esfera pública.

Nesse capítulo, apresentamos a descrição e análise dos dados coletados na pesquisa de campo para a compressão em torno das mídias digitais (portal *on-line* e perfil no *Facebook*) mantidas pelo MST. Procurou-se analisar os objetivos, as dinâmicas de funcionamento e as representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular, construídas e colocadas em circulação nas mídias digitais do Movimento.

³⁸ Como esse canal não faz parte do nosso objeto de análise apresentamos nos anexos, somente para conhecimento.

Para tanto, com base nas narrativas dos comunicadores e dirigentes do Movimento entrevistados, apresentamos a descrição das rotinas de funcionamento e o papel das mídias digitais do MST, bem como uma análise acerca da página *on-line* e do perfil no *Facebook*. E procuramos compreender as representações sociais sobre o projeto de reforma agrária do MST e as representações individuais sobre o Movimento. Posteriormente, realizamos a análise da produção informativa em texto, divulgadas no período de outubro de 2015 e abril de 2016, em duas páginas especiais, hospedadas no portal *on-line* do MST: da *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, de 2015, e da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*, em 2016. Estes espaços abordam a temática da Reforma Agrária Popular como elemento central, conforme detalhado no capítulo dos procedimentos metodológicos.

6.1 AS ROTINAS DAS MÍDIAS DIGITAIS DO MST NA DISPUTA DE HEGEMONIA

Para facilitar o entendimento da descrição e análise das rotinas relativas ao funcionamento e os sentidos das mídias digitais do MST, quanto ao projeto da Reforma Agrária Popular para os sujeitos entrevistados, com base nos depoimentos adotamos cinco categorias, são elas: Produção e divulgação de conteúdos, Linha política e editorial, Função das mídias digitais para o MST, Público alvo e Interação da base social.

Nesse sentido, procurando ilustrar a diversidade e o contexto dos sujeitos ouvidos no estudo, para uma melhor compreensão em torno do lugar e da realidade do local onde os agente do Movimento constroem suas narrativas, apresentamos um quadro, em ordem alfabética, com informações sobre o cargo, idade, formação e localidade de cada um (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Sujeitos do MST entrevistados na pesquisa³⁹

Nome	Idade	Formação	Cargo	Local	Militância MST
Ana dos Santos	34	Historiadora, especialista em residências agrária	Integrante da coordenação nacional do MST Estado do Sergipe	Assentada no assentamento Marcelo Déda. Município de Malhador, Sergipe	Militante do MST desde os 12 anos. Iniciou no setor de cultura
Ernesto Oliveira	31	Jornalista, especialista em Economia Política, mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba	Coordenador da equipe de comunicação da secretaria nacional do MST, da assessoria de imprensa nacional e editor da página <i>on-line</i> do MST	De Alagoas. Vivendo em São Paulo	Inicou a participação no MST em 2009, na tarefa da comunicação, em Maceió-AL
Joana da Silva	25	Jornalista, formada na turma de Jornalismo da Terra da Via Campesina ⁴⁰	Militante do setor de comunicação no Estado do Paraná	Mora no Assentamento Valmir Mota de Oliveira. Município de Cascavel-PR	Começou a participar do MST em 2005, quando foi acampar com a família em um acampamento do MST no Paraná, buscando serem assentados. Filha de família assentada
Margarida Ferreira	34	Jornalista, formada na turma de Jornalismo da Terra da Via Campesina	Militante do setor de comunicação no Pará e integrante da coordenação nacional do setor de comunicação do MST	Vive em Belém, Pará	Faz parte do Movimento desde 2003. Atuando no setor de comunicação a partir de 2007, na região próxima à Belém. Iniciou a militância em acampamento do MST próximo a Belém, foi assentada.
João Pereira	24	Desempregado	Militante do setor de comunicação do MST no Estado do Mato Grosso do Sul	Vive na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul	Está na militância do MST desde 2014
Maria de Jesus	41	Doutoranda em Ciências Sociais pela Unesp de Araraquara, São Paulo, socióloga	Integrante da direção nacional do MST pelo Estado de São Paulo	Mora no assentamento Mário Lago. Município de Ribeirão Preto, São Paulo	Milita no MST há 20 anos
Pedro Carvalho	25	Jornalista, formado na turma de Jornalismo da Terra da Via Campesina	Coordenador do setor de comunicação do MST no Estado	Do Assentamento Baixo Sul da Bahia.	Iniciou a participação no MST, com 11 anos, quando sua família foi viver em

³⁹ Diante da necessidade de assegurar a privacidade dos entrevistados todos são identificados com nomes fictícios.

⁴⁰ Mais informações sobre o curso no tópico 5.5 A comunicação do MST e as mídias digitais.

			da Bahia	Município de Wenceslau Guimarães-BA. Mora em Salvador	um acampamento do Movimento, buscando serem assentados. Filho de família assentada
Vera Costa	27	Jornalista, formada na turma de Jornalismo da Terra da Via Campesina. Especialista em Teologia das Religiões Afro-brasileiras pela Faculdade de Teologia Umbandista (FTU) e cursa especialização em Estudos Latino-americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Forestan Fernandes	Coordenadora nacional do setor de comunicação do MST, atuando no escritório nacional do MST	Vive em Brasília/Distrito Federal	Filha de assentado. Sua família entrou no MST há 30 anos, ajudando a fundar o Movimento no Estado da Bahia e vivendo na primeira área de assentamento criada no Estado. Em 2007, com 17 anos se envolve na militância, colaborando na secretaria regional do Movimento no oeste baiano e contribuindo no coletivo de Juventude, Cultura e Comunicação
Vicente Lima	37	Sociólogo	Integrante da coordenação nacional do MST e coordenador da Secretaria Nacional do MST em São Paulo	É assentado na Gleba 15 de Novembro. Município de Euclides da Cunha Paulista, São Paulo. Vive na capital paulista	Foi acampar a família em 1983 e foram assentados em 1985. A família participa do MST desde 1987. Aos 16 anos inicia a militância no MST na direção estadual pelo setor de comunicação no Estado de São Paulo

Fonte: a autora, 2018.

Categorias: Produção e divulgação de conteúdos

[...] São os militantes do setor de Comunicação que fazem esse trabalho, [...] que desenvolvem de uma forma colaborativa nos estados. [...] Nas suas regiões e contribuem com o movimento [...] (FERREIRA, PARÁ⁴¹, 2017)⁴².

No Paraná, temos organizado o setor de Comunicação que não é formado apenas por jornalistas, mas sim por comunicadores populares [...]. Os conteúdos publicados nas mídias digitais, muitas vezes partem desse grupo, e também de outros setores do movimento [...] (SILVA, PARANÁ, 2017)⁴³.

[...] O Estado da Bahia a gente recentemente conseguiu garantir o processo de construção de um coletivo, inclusive se a gente olhar nacionalmente são pouquíssimos estados que a gente consegue garantir a construção de coletivos de comunicação [...]. Então, os representantes desses coletivos, nas regiões eles tem a tarefa de cobrir as informações das ações, as atividades, [...] eles

⁴¹ As identificações de localização se referem aos Estados em que residem os entrevistados.

⁴² Jornalista, militante do setor de comunicação no Estado do Pará e integrante da coordenação nacional do setor de comunicação do MST.

⁴³ Jornalista, militante do setor de comunicação do MST no Estado do Paraná.

passam pra mim do estado, eu [...] faço um processo de edição [...] e encaminho pros companheiros da nacional, que aí fazem também mais um processo de triagem, de edição [...] e revisão do material até ele ser publicado. [...] Existe aí um processo de construção coletiva [...] (CARVALHO, BAHIA, 2017)⁴⁴.

[...] A gente [...] na edição da página, recebe esses conteúdos que vêm formulados pelos nossos comunicadores nos estados, em consonância com o direcionamento político [...] e [...] faz uma edição pra página e tira um destaque [...] pra colocar no facebook [...]. [...] A gente começou a se preocupar em formular uma linguagem específica para as redes, [...] isso tem acontecido, através da nossa frente de produção de conteúdo e redes sociais [...]. A gente passou a [...] tentar dar um outro caráter de tempo real para algumas informações, por exemplo, [...] quando acontece uma ocupação, mesmo que [...] os nossos comunicadores nos estados ainda vão produzir material mais completo pra página a gente tá sempre [...] tentando adaptar a uma linguagem específica pras redes sociais. [...] É uma coletividade que está espalhada pelo Brasil inteiro e tem a equipe que centraliza [...] (OLIVEIRA, SÃO PAULO, 2017)⁴⁵.

Temos uma frente de produção de conteúdo e redes sociais que conduz esse processo. Porém, a construção das ideias [...] perpassa o conjunto do Movimento, de acordo com o tema em que estamos trabalhando. Essa capacidade da comunicação dialogar com o todo da organização faz com que a gente construa uma outra forma do comunicar que potencialize sujeitos que necessariamente não estão alocados na prática no setor, mas que contribui com o processo. [...] com uma frequência diária que permite uma produção de conteúdo diversa, que engloba diversos temas, assuntos e linguagens (COSTA, BRASÍLIA, 2017)⁴⁶.

Em relação ao processo de produção de conteúdos difundidos nas mídias digitais que o MST mantém (página *web*, perfil no *Facebook*, *Twitter* e grupos de *WhatsApp*) os depoimentos dos comunicadores esclarecem que a produção e a divulgação de conteúdos são de responsabilidade do setor de Comunicação do MST, que se organiza a partir de um coletivo nacional que possui representações nos estados, sendo este setor responsável por planejar, organizar e formular teoricamente o processo de comunicação do Movimento. Observa-se que a construção das informações se desenvolve de forma coletiva, a partir de comunicadores populares nos estados, que podem ser jornalistas ou não, muitos vivem em assentamentos e acampamentos e alguns nos centros urbanos, integrados às secretarias estaduais ou em alguma dinâmica organizativa do Movimento. Estes sujeitos são responsáveis por produzir um conjunto de informações baseadas nos processos de lutas, ações e experiências desenvolvidas pela base social da organização, bem como outras pautas na sociedade relacionadas à questão agrária.

⁴⁴ Jornalista, coordenador do setor de comunicação do MST no Estado da Bahia.

⁴⁵ Jornalista, especialista em Economia Política, mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, PB. Coordenador da equipe de comunicação da secretaria nacional do MST, da assessoria de imprensa nacional e editor da página *on-line* do MST.

⁴⁶ Jornalista e coordenadora nacional do setor de comunicação do MST.

Os conteúdos também podem ser produzidos por militantes de outros setores do Movimento, dependendo da organização e das deficiências de cada estado em relação à comunicação. Como relata um dos entrevistados, isso ocorre porque há uma dificuldade do MST em organizar coletivos do setor de Comunicação nos estados para atividades nessa área. Somente em alguns locais essa é uma realidade concreta.

As entrevistas indicam que os conteúdos produzidos nos estados são enviados, a partir de um processo organizativo interno do Movimento, para um grupo de comunicadores e militantes que fazem parte da equipe de comunicação nacional do MST e se integram ao coletivo nacional. Eles têm a tarefa de garantir a manutenção e atualização dos meios de comunicação nacionais do Movimento, atuando na edição, aprimoramento e publicação dos conteúdos enviados pelos comunicadores no Estados, em todas as plataformas das mídias digitais. Parte desses comunicadores se encontram em secretarias nacionais do MST, em São Paulo e Brasília, e os demais em outros Estados, atuando a partir da coordenação de frentes específicas do setor de Comunicação, no direcionamento e na elaboração do processo comunicativo, a exemplo da frente de produção de conteúdo e de redes que têm a função de pensar a produção de publicações e de linguagens específicas para difusão nas redes digitais do Movimento.

Nesse sentido, percebe-se uma intencionalidade do setor de Comunicação do MST em ancorar seu processo comunicativo coletivo a uma concepção popular, horizontal e de contrainformação aos grandes meios de comunicação hegemônicos, com a elaboração de conteúdos fundamentados à realidade dos estados, de locais em que os Sem Terra vivem e com sujeitos integrados a sua base social ou que estabelecem vínculos com a realidade Sem Terra. Porém, como esse processo é orientado por um direcionamento político, observado tanto nos locais de origem das informações como no processo final de produção e divulgação, percebe-se que ainda que isso seja importante para assegurar que os conteúdos sigam a concepção política do Movimento, ao mesmo tempo, colabora para uma certa centralização do seu processo de comunicação, que, às vezes, impõe algumas dificuldades na agilidade de divulgação dos conteúdos ou na necessidade de posicionamentos do MST, em relação a alguns assuntos na sociedade.

Por outro lado, propondo ampliar a difusão de suas demandas e a interação a partir das redes sociais e avançar na divulgação de informações de modo mais eficiente, alguns depoimentos demonstram que o setor de Comunicação nos últimos anos vem adotando uma postura mais efetiva e incisiva, criando, inclusive uma frente de militantes que passam a atuar nesse sentido, procurando adaptar seus conteúdos às

linguagens específicas das redes para tentar melhorar a disputa da pauta da reforma agrária no ciberespaço. Ou seja, percebe-se que o MST tem procurado adaptar suas práticas comunicativas a partir da sua realidade organizativa para melhorar a visibilidade das suas demandas na sociedade, mediante um maior protagonismo nas mídias digitais.

Categoria: Linha política e editorial

Ela tem uma centralidade na direção política do movimento, [...] dos espaços nacionais do MST, da secretaria nacional, dos escritórios nacionais, e dos dirigentes nacionais que estão responsáveis por essas tarefas. Também pelo setor de Comunicação do MST [...]. A direção nacional [...] não tem uma participação tão decisiva na linha editorial, [...] mas [...] quando [...] tira planejamento estratégico de médio e longo prazo, define o que fazer, pauta as jornadas de luta, [...] isso também vai influenciando no conteúdo pras mídias do Movimento. A outra coisa é [...] as temáticas que o movimento vai priorizando, [...] por exemplo, a questão da agroecologia, combate aos agrotóxicos, transgênicos [...], ou mesmo, o conteúdo a partir da Reforma Agrária Popular, da ampliação das relações com outros aliados do campo [...]. Não só à conjuntura política como também [...] elementos estruturantes, como por exemplo essa temática ambiental e dos agrotóxicos [...] que o próprio MST e a Via Campesina ajudou a influenciar a própria esquerda [...]. [...] O movimento [...] consegue trabalhar muito bem assim, [...] é um pé na conjuntura [...], mas também dos elementos do projeto estratégico (JESUS, SÃO PAULO, 2017)⁴⁷.

[...] Há um esforço de tentar uma construção coletiva, nessa parte do acompanhamento aos temas da conjuntura, combinado com a linha editorial. [...] Há um esforço de nós fazer em três níveis: um primeiro nível é os coordenadores que estão à frente [...], o instrumento no caso página ou [...] *Facebook*. Eles têm uma certa autonomia de [...] ir filtrando os temas importantes. [...] No segundo nível são o setor de Comunicação em nível nacional, que [...] ajuda a construir essas pautas. Exemplo, tem um fato urgente no Minas Gerais, ou [...] no Pará de mobilização, massacre, festa da colheita, [...] ajuda na linha editorial, no que é importante dar destaque, o que precisa ser ajustado [...]. E o terceiro nível é a direção mais política [...], uma mistura do setor de Comunicação, coordenadores de setores, [...] com a direção política da secretaria nacional. [...] Basicamente, esses três níveis que constitui a linha editorial desses veículos de comunicação. [...] O que dá o tom é a conjuntura política, [...] que determina a linha política. [...] Tem tido um cuidado de não ser uma agência de notícias, então, a conjuntura política tem uma preponderância, mas nós filtramos os temas vinculados ao movimento popular e [...] vinculado à questão agrária [...] (LIMA, SÃO PAULO, 2017)⁴⁸.

No MST, a comunicação sempre foi considerada uma ação política importante [...] de forma que sempre caminhe para a estratégia política da organização. [...] As mídias digitais [...] se encaixa nesse processo, que é coordenado atualmente pelo setor de Comunicação, que junto a outros setores

⁴⁷ Doutoranda em Ciências Sociais pela Unesp de Araraquara, SP. Integrante da direção nacional do MST pelo Estado de São Paulo.

⁴⁸ Integrante da coordenação nacional do MST e coordenador da Secretaria Nacional do MST em São Paulo.

e à direção política nacional do Movimento orienta as linhas políticas da comunicação e seus meios [...]. Dentro do setor de Comunicação, há o que chamamos de frente de produção de conteúdos e redes sociais que é responsável pela condução dessas mídias e também contribui na análise política da função desses meios para a organização. [...] É preciso estarmos atentos como Movimento para não sermos somente pautados pela conjuntura. [...] Mas a gente tem avançado (COSTA, BRASÍLIA, 2017).

Quanto às definições da linha editorial e à influência da conjuntura política nas mídias digitais do MST, as entrevistas apontam basicamente que as editoriais são construídas com base na centralidade das definições políticas da direção nacional do Movimento e pensadas a partir de um planejamento de estratégias a longo prazo para o conjunto da sua base social, o que indica qual o foco das pautas e ações unificadas a serem realizadas em cada período no país.

Nesse sentido, os depoimentos demonstram que as linhas editoriais dos veículos de comunicação do MST, são definidas pela direção nacional, porém sua execução é de responsabilidade dos dirigentes dos espaços nacionais do Movimento, como a Secretaria Nacional e do setor de Comunicação. Um dos entrevistados inclui mais um nível de responsabilidade nesse processo, dos militantes com as tarefas de coordenar os veículos de comunicação da organização, a fim de manter a linha política do MST na produção e divulgação dos seus conteúdos diariamente. O setor de Comunicação também possui uma frente específica que auxilia na compreensão política dos meios digitais.

Percebe-se que as definições editoriais dos meios de comunicação do MST fundamentam-se em um conjunto de definições políticas definidas por um coletivo de dirigentes nacionais, por longos períodos na sua intervenção e disputa de hegemonia na esfera pública em relação ao projeto de reforma agrária. Desse modo, esse conjunto de orientações precisam ser aplicadas por outro coletivo de dirigentes, com três níveis de responsabilidades. Ou seja, fica evidente que o processo comunicativo se encontra ancorado em uma estratégia política nacional e de longo prazo do Movimento, que somente se viabiliza mediante um conjunto de ações que a organização busca impulsionar e dar visibilidade na sociedade, a partir de processos concretos de mobilizações ou experiências positivas em seus territórios.

Ao mesmo tempo, os depoimentos indicam que, para além de linhas políticas mais globais, como em alguns períodos o Movimento tem definido priorizar o debate e a visibilidade de alguns temas do seu projeto estruturante, a exemplo da questão da agroecologia e outros ligados à Reforma Agrária Popular, buscando difundir essas informações mais estratégicas do seu projeto popular, no conjunto dos seus meios,

principalmente nas suas plataformas digitais, articulado às pautas mais factuais e conjunturais do momento político do país em relação aos movimentos populares.

Categoria: Função das mídias digitais para o MST

[...] a gente poderia situar no terceiro Congresso do MST, quando [...] define essa palavra de ordem ‘Reforma Agrária: Uma luta de todos’. [...] Uma luta que se faz no campo, mas se conquista [...] na sociedade em geral. [...] Quando o movimento, [...] vai disputando esses espaços de *Facebook*, *WhatsApp* e vai entrando nessas mídias alternativas, [...] é mais ou mesmo [...] uma disputa também de um latifúndio, dentro do monopólio da mídia. [...] Acredito que isso tem a ver também com uma compreensão política de disputa de projeto, no qual a reforma agrária é o elemento central [...] (JESUS, SÃO PAULO, 2017).

Eu vejo como uma vanguarda a nossa inserção e dar importância para as mídias digitais [...]. Um movimento camponês, [...] que está permeado de várias contradições da questão do acesso à tecnologia. [...] Estar nisso, se prontificar a pensar, a formular sobre. [...] Existe um certo movimento de vanguarda dentro dos movimentos sociais do campo pra o MST, nisso aí. Eu acho que ampliou a nossa forma de se comunicar com a sociedade. [...] A gente não pode ignorar que é a atual arena de disputa (OLIVEIRA, SÃO PAULO, 2017).

Acredito ser mais uma ferramenta de luta fundamental. [...] Quando olhamos para nossa base conseguimos verificar o quanto ela é bombardeada por valores e significados da grande mídia e da indústria cultural, reproduzindo uma sociabilidade burguesa que é uma ameaça à própria classe trabalhadora. [...] O MST se apropriar das mídias digitais e compreender sua importância diante das mobilizações da classe e nas lutas é essencial para avançarmos na contestação ao capitalismo dentro da comunicação e nos demais campos (PEREIRA, MATO GROSSO DO SUL, 2017)⁴⁹.

[...] o MST foi incorporando o uso de diversas ferramentas de comunicação a favor da estratégia da reforma agrária. Com as mídias digitais, ocorre o mesmo [...]. Embora, seja uma ferramenta extremamente individualizada, o MST, assim como outras organizações de esquerda, tem conseguido catalisar esse elemento para um processo coletivo em prol da construção da Reforma Agrária Popular. [...] as mídias digitais, assim como o latifúndio, se caracterizam como um espaço a ser ocupado e transformado, mesmo com suas limitações. [...] Sozinhas não devem se configurar como centrais na estratégia de comunicação, cuja disputa se dá de forma local e concentrada, [...] porém, há uma vertente de disputa de ideias neste espaço que é preciso ser disputada com uma maior intencionalidade (COSTA, BRASÍLIA, 2017).

Com as mídias digitais a gente está conseguindo levar a nossa voz para diversos públicos da sociedade [...]. É um avanço muito grande [...] a gente está ocupando esses espaços [...]. [...] A gente tem [...] a tarefa de olhar para esses espaços como campos importantes, que precisam ser potencializados, [...] ampliados, [...] qualificados e para isso [...] precisa ter quadros pra atuar nesses espaços [...] (CARVALHO, BAHIA, 2017).

Na atual conjuntura são extremamente necessárias [...]. Porém, ela tem uma armadilha, [...] geralmente, [...] constrói o mundo em torno da sua rede social e [...] ela produz uma bolha [...]. Precisa ter artimanhas pra vazar. [...]

⁴⁹ Militante do setor de Comunicação do MST no Mato Grosso do Sul.

Pegando o exemplo da feira, nós só conseguimos romper a bolha [...] quando [...] traz pra feira debates com o [José] Mujica [ex-presidente do Uruguai] [...], com a Bela Gil [culinarista e apresentadora de TV], com Tico Santa Cruz [músico e compositor], que são pessoas que tem muita relação com a rede social e se comunicam com um público completamente diferente com que nós se comunicamos. [...] Tem que achar forma de romper, de viralizar, [...] não podemos se contentar em ter uma linda página e um lindo *Facebook*, se fala só pra nossa base. [...] Acho que nós temos que dar um salto de qualidade nessa parte da mídia digital (LIMA, SÃO PAULO, 2017).

Ao abordar os principais objetivos e a importância das mídias digitais para o MST e os Sem Terra na atualidade, os depoimentos ressaltam que essas plataformas, obtêm papel central no processo de comunicação e interação da organização com a sociedade e indicam que o propósito é fazer a disputa a partir desse espaço, fundamentada na defesa de um projeto para o desenvolvimento da sociedade, que aponta a Reforma Agrária Popular como fundamental nesse processo.

Evidencia-se assim, que o uso das mídias digitais é definido com base em processos políticos do MST voltado à tentativa de ampliar a mediação com a sociedade sobre o seu projeto de reforma agrária. O ciberespaço é visto como uma alternativa para se contrapor ao monopólio midiático e à invisibilidade e/ou os ataques dessas mídias às suas demandas sociais no debate público da sociedade.

Para os entrevistados as plataformas digitais representam a atual arena de disputa de visibilidade para os grupos populares na sociedade, em que o MST não pode ficar alheio, pois as mesmas exercem uma certa influência na esfera pública. Mesmo com todas as dificuldades de acesso a essas tecnologias, um dos entrevistados considera que o MST tem desempenhado uma certa vanguarda em relação aos demais movimentos sociais do campo, ao inserir algumas linguagens ao seu processo de comunicação para ocupar o espaço digital, criando instrumentos e buscando capacitar militantes para auxiliar na inserção do debate da reforma agrária no ambiente das redes digitais. Nesse sentido, verifica-se uma unanimidade por parte dos depoimentos de que a apropriação das mídias digitais pelo MST tem contribuído para ampliar sua comunicação com a sociedade e garantido maior visibilidade em relação à pauta da reforma agrária e à vivência dos Sem Terra no debate da esfera pública.

Contudo, também se percebe uma compreensão sobre a importância das redes digitais para auxiliar em processos de mobilização e lutas da classe trabalhadora, bem como em se contrapor ao discurso hegemônico que atinge a base social do MST, em relação aos valores capitalistas e burgueses disseminados pela grande imprensa. Que, ao

mesmo tempo, representam uma ameaça à classe trabalhadora, em relação à organização, à resistência e à emancipação.

Por fim, observa-se que os entrevistados compreendem que o desafio maior não se resume somente na apropriação do ciberespaço, mas objetiva-se na necessidade de criar mecanismos com base em processos coletivos para as organizações populares terem condições de ressignificar esse espaço. Sendo ainda preciso avançar na qualificação do uso do ambiente virtual, procurando romper a bolha das redes sociais e interagir com públicos mais gerais na sociedade. Portanto, somente o uso das mídias digitais de forma isolada não fornece garantias quanto à visibilidade das demandas de grupos populares ou em processos de disputa e hegemonia na esfera pública. Essas práticas de comunicação precisam estar vinculadas a projetos estruturais de mudanças na sociedade para assegurar uma materialidade de ideia na opinião pública.

Categoria: Público alvo

A página do Movimento [...] já não é mais pensada somente para um público de movimento popular, um ambiente de esquerda. [...] Pelo estigma que existe na sociedade, [...] há uma curiosidade sobre o MST [...]. Mas, isso faz com que as pessoas de diferentes grupos, até pessoas contrárias acessem a nossa página [...]. [...] Em torno do MST tem uma questão que chama muita atenção pelo que é concretamente a organização política. Busca-se um diálogo maior com a sociedade. [...] Por exemplo, o tema da alimentação saudável, da merenda escolar, de como fazer essa disputa de espaço com as grandes empresas. Isso também faz com que as pessoas vão entendendo que o mesmo movimento, [...] da ocupação, da luta direta, da marcha, das famílias acampadas na beira de estrada é o mesmo movimento, da produção de alimentos dos assentamentos, [...] de posicionamento político, por exemplo, nos grandes temas da sociedade [...] (JESUS, SÃO PAULO, 2017).

Ele tem três grandes objetivos: o primeiro é se comunicar com a nossa militância. O MST é muito grande, esparramado pelo país [...], nós devemos ter uma base de mais ou menos de 2 milhões de pessoas e precisa se comunicar. Em tempo de *internet* a página acabou cumprindo essa função. O segundo objetivo é a comunicação com os nossos aliados, com a esquerda política, com os formadores de opinião do nosso campo. [...] Nós precisamos se [...] comunicar, trocar ideias, ouvir, [...]. E o terceiro é com a sociedade em geral, [...] com quem é contra, quem é a favor, com jornalistas, com pesquisadores [...]. Sempre com esse cuidado de ser um porta-voz coletivo do movimento e não ser uma agência de notícias [...]. [...] falar dos temas nossos [...]. Há um esforço de que as mídias como *Facebook*, *Twitter* possa ser mais amplo do que a militância e a base no geral. [...] O problema é que [...] uma dinâmica [...] [de] comunicação de massa em tempo digital não dá pra ser concentrado, tem que ser em rede e nós temos [...] dificuldades de ter outros setores, atores, que produz comunicação em outras regiões do país e que consiga [...] com mais conteúdo [...] fazer essa conexão com a produção centralizada que tem aqui em SP (LIMA, SÃO PAULO, 2017).

Interno e Externo. [...] Ainda há muitas pessoas que não entendem as ferramentas de luta dos movimentos sociais, como a ocupação de terra,

marcha, ocupação de órgão público e outros. É através das mídias que levamos formação política para sociedade hoje (SANTOS, SERGIPE, 2017)⁵⁰.

A partir dos depoimentos percebemos que um dos desafios centrais no processo e estratégia de comunicação do MST em relação ao público alvo das suas mídias digitais encontra-se no fato de que, de forma geral, a organização coloca nessas mídias a demanda de se comunicar com três níveis diferentes de público: 1) sua base social, que inclui sua militância, 2) a esquerda e 3) a sociedade em geral (com grupos contra e a favor da reforma agrária e do MST). Evidencia-se ainda que nos últimos anos o MST tem aumentado sua preocupação em melhorar o diálogo, principalmente com a sociedade mais geral, ao mesmo tempo em que procura ampliar a interação com outros movimentos sociais, públicos de esquerda e apoiadores, por meio de uma estratégia de comunicação voltada para o uso do espaço das mídias digitais.

Compreende-se que a busca do MST em ampliar a mediação com um conjunto de públicos heterogêneos na sociedade, se ancora em uma concepção dos dirigentes da organização quanto à necessidade em assegurar a legitimidade e apoio do seu projeto de reforma agrária, para manter essa pauta na agenda política. Tais mecanismos de ampliação da visibilidade através de práticas de comunicação nas redes, possuem uma objetivação na difusão de experiências positivas desenvolvidas pelos Sem Terra nos acampamentos e assentamentos, como a produção de alimentos, tentando, desse modo, modificar os sentidos de representações sociais antigas disseminada na sociedade sobre a Reforma Agrária Popular, de que a luta e ação do Sem Terra somente produzem conflitos.

Observamos que, esses elementos se fundamentam no aprendizado da luta social e em uma compreensão política do Movimento, de que a alteração na correlação de forças, para a implantação de um projeto de reforma agrária no país, depende do apoio e defesa da sociedade a essa pauta, que somente se viabiliza com o entendimento da opinião pública, acerca dos benefícios desse projeto para o campo e os centros urbanos.

A necessidade de diálogo com a sociedade, além de ser um desafio para o avanço e massificação do projeto do Movimento, também impõe limites e questões a serem enfrentadas, quanto às linguagens comunicativas que a organização desenvolve nas mídias digitais, especialmente, em relação aos perfis do *Facebook* e do *Twitter* que abrangem um público mais amplo e atinge desde os sujeitos acampados e assentados do

⁵⁰ Historiadora, especialista em residências agrária. Faz parte da coordenação nacional do MST no Estado do Sergipe.

MST, até os aliados políticos, apoiadores e grupos contrários. Em suma, percebe-se que os desafios são imensos, pois se deposita nas práticas de comunicação do MST nas mídias digitais, a necessidade de dialogar com públicos muitos distintos.

Assim, ainda que a prioridade seja ampliar a mediação com os setores mais gerais, permanece o desafio de manter a disputa da comunicação com sua base social e construir processos comunicativos para melhorar o protagonismo dos sujeitos Sem Terra e ampliar a diversidade de conteúdo. A pergunta que permanece é como o setor de Comunicação do MST terá condições em adequar as linguagens das mídias digitais e direcionar essas plataformas, para dialogar com públicos alvos com características tão heterogêneas na sociedade contemporânea.

Categoria: Interação da base social

Hoje a gente tem uma base, [...] que tem um acesso maior à *internet*. [...] O grande desafio agora é como a gente melhorar a nossa comunicação interna pensando na base que nós temos hoje. [...] a forma de como a base participa [...] ajuda a pautar os grandes temas do movimento, [...] que são objeto da produção de conteúdo para as mídias sociais, é principalmente, através dos processos de congresso, processos da organicidade, então, é dessa forma, na própria organicidade do movimento que vai saindo também a contribuição. [...] Se não fosse uma movimentação efetiva na base, tanto nas questões internas, organizativas de assentamento e acampamento como também na [...] questão das ações políticas, das ocupações de terra, da marcha, das ocupações de prédio público, da luta direta – os acampamentos na cidade –, nós não conseguiríamos produzir os conteúdos, [...] então, essa é uma participação efetiva. [...] É inegável o quanto a produção de conteúdo dos nossos meios, [...] ajudam no processo, não só de formação política, mas também de uma informação, mais próxima da linha política do movimento dentro de um bombardeio. [...] Nossa base tem mais acesso à *internet* [...], *WhatsApp* [...], só que vem de tudo. E disseminando muitas posições inclusive conservadoras. [...] a gente precisaria achar uma forma pra que de fato isso possa atingir mais a base[...] (JESUS, SÃO PAULO, 2017).

A base do MST [...] compõe os coletivos de comunicação locais e nacional. São as pessoas acampadas e assentadas que formam a militância que atua no setor de Comunicação. [...] A produção de conteúdo das mídias digitais do Movimento são criadas por estas pessoas. [...] Ainda que outros instrumentos, como o JST [Jornal Sem Terra] e outros boletins, mantenham sua relevância histórica, as mídias digitais ganham, constantemente, mais relevância na tarefa de informar e comunicar com nossa base (PEREIRA, MATO GROSSO DO SUL, 2017).

Embora tenhamos uma grande parcela da base social do MST que tenha acesso às mídias digitais, ainda temos aquelas/es que por condições concretas de existência de políticas de acesso, não estão agregadas neste universo. [...] Consideramos que essa participação e interação ocorre desde o momento em que estamos construindo/produzindo o conteúdo, propondo como deve ser, o que incluir, fazendo esse conteúdo muitas vezes, até a sua difusão em rede, potencializada por essa base (COSTA, BRASÍLIA, 2017).

Os nossos militantes, [...] assentados e acampados [...] utilizam as mídias sociais. Hoje a *internet* [...] se faz presente no uso de aparelhos, então, isso está presente em alguns lugares [...] da nossa organização, das nossas áreas. Mas, em alguns não. [...] Tem lugares, principalmente na minha região em que não tem nem acesso à *internet*, energia [...]. Então, isso não é uma realidade ampla, muito limitada a questão das redes, principalmente do uso e do acesso à *internet* [...] (FERREIRA, PARÁ, 2017).

Ele tem uma interação mais na construção da linha política. [...] A partir desse momento que você vai construindo decisão política e de elaboração para página, mesmo alguns veículos [...] têm que acompanhar a disponibilidade dos trabalhadores [...]. É muito difícil pensar um movimento do tamanho do nosso e ter uma construção de linha política que passa pela base, no dia. Ela passa pela base na linha política geral [...]. Mas, por exemplo, nas ocupações de terras sempre vale a posição política do dirigente que está junto à base [...]. O esforço nosso é que a pessoa abre a página e não vê só coisas do nacional, [...] tem que se ver na base. [...] Nós estamos tentando avançar pra [...] melhorar isso, ter mais gente, podendo fazer publicações no estado, no interior, [...] mas ainda são desenhos que há muita preocupação na segurança [...], e [...] na qualidade do que vai sair [...] (LIMA, SÃO PAULO, 2017).

[...] No sentido da formulação, em muitos os estados, principalmente aqueles onde a gente tem coletivos mais estruturados, o companheiro ou a companheira está lá no acampamento, assentamento, participa na formulação [...]. Tá tendo um ato, uma marcha, então, aquele companheiro que tá lá na ponta. [...] Na questão da recepção, [...] grande parte da nossa base Sem Terra hoje tem acesso a celulares, às redes sociais, ao *Facebook*, etc., e acessam as nossas redes pra se informar, pra saber dos eventos, enfim divulgar. [...] a nossa base ela acaba também sendo um difusor das informações e os conteúdos [...] nas redes sociais do movimento. Além disso, acho que tem o outro tipo de participação que é a dos aplicativos de troca de mensagens nas redes, como o *WhatsApp* e *Telegram* (OLIVEIRA, SÃO PAULO, 2017).

Em relação à participação e interação da base social (que vive nos assentamentos e acampamentos) do MST, nas suas mídias digitais e seu papel na informação e formação desse público, percebe-se a partir dos depoimentos, que o protagonismo da sua base social e a visibilidade das suas ações nesses meios são um reflexo de como esses sujeitos se organizam coletivamente e se movimentam no processo de luta na sociedade, e internamente na vivência dos territórios no campo. Ainda que isto represente uma inserção indireta da base nas práticas comunicativas das suas mídias digitais, os entrevistados defendem que se trata de uma interação efetiva, já que a base social do MST é seu principal público gerador de informações e de conteúdos, além de que, os militantes responsáveis pela produção dos conteúdos, em sua grande maioria, vivem nos assentamentos e acampamentos integrados à realidade da base social Sem Terra.

De modo geral, os depoimentos demonstram que, nos últimos anos, diante do avanço tecnológico fica evidente um crescimento da sua base social no acesso à *internet* e às mídias digitais, principalmente a partir da rede de telefonia. Porém, em muitos

locais do país, os Sem Terra não têm acesso a essas tecnologias, pois em muitos assentamentos as famílias vivem sem acesso à rede elétrica. Assim, mesmo com o crescimento dos acessos às redes digitais no campo, diante da grande dimensão do público do MST, observa-se que a organização não consegue tornar viável processos comunicativos com um protagonismo mais direto e constante da sua base social, mesmo que esses coletivos de sujeitos participem de modo indireto da construção das linhas políticas do MST, que refletem nos seus meios de comunicação.

Desse modo, verifica-se que o setor de Comunicação passa a ancorar as práticas comunicativas nas redes digitais, na busca por tornar visível as ações dos sujeitos, que vivem na sua base social nos estados e regiões, procurando garantir que estes percebam a visibilidade de suas ações nestes espaços. Nesse sentido, o Movimento também se preocupa em utilizar suas mídias digitais para difundir a sua linha política junto ao seu público interno e disputar o debate de ideias entre os integrantes da sua base social, quanto aos sentidos do seu projeto popular e outros assuntos relativos, principalmente, a questão agrária na sociedade.

Compreende-se, no entanto, que permanece o problema de que grande parte dos Sem Terra ainda não tem acesso às mídias digitais no campo e a necessidade em melhorar o compartilhamento de informações das suas mídias digitais, a partir dos seus integrantes e das diversas realidades vivenciadas por estes nas regiões do país. Contudo, de forma geral, percebe-se um entendimento de que a base social da organização, mesmo com algumas dificuldades, possui uma contribuição significativa na expansão e no compartilhamento de conteúdo sobre as ações do MST, em várias plataformas do ciberespaço. Ao mesmo tempo, devido às limitações tecnológicas, a organização de outros meios de comunicação que chegam à sua base social, como jornais e boletins impressos, rádios comunitárias, etc.; percebe-se um entendimento por parte das direções do Movimento de que inicialmente as mídias digitais da organização (página *on-line* e perfil do *Facebook*) buscavam atingir um público mais geral e heterogêneo na sociedade, procurando ampliar a interação e o apoio na sociedade em relação à pauta da reforma agrária.

6.1.1 Descrição e análise da página *on-line* do MST

O Manual de Redação do MST (2010, p. 20-21) orienta sobre quais editoriais devem ser utilizadas no portal *on-line*, sendo retratadas na produção e divulgação de

matérias, artigos, imagens, vídeos e áudios. Conforme o documento, o conteúdo do portal ao ser publicado, deve organizar o conteúdo a partir das seguintes editorias: agricultura camponesa, agronegócio, educação, cultura e comunicação, lutas e mobilizações, internacional, meio ambiente, projeto popular, Reforma Agrária, transgênicos, violência e criminalização. Outra categoria que se recomenda dar destaque é a denominada “Nossa Produção”, localizada no *menu* superior. O espaço concentra a divulgação de textos, imagens e vídeos sobre a produção nos assentamentos e de experiências positivas desenvolvidas nessas áreas pelas famílias assentadas.

Verifica-se que, a partir da produção e a divulgação de conteúdos diários, a equipe de comunicação responsável pelo portal *on-line* busca contemplar a orientação editorial e as linhas políticas determinadas pela direção nacional da organização, em cada período histórico, de acordo com a conjuntura da questão agrária e das lutas populares no país.

Assim, com a reformulação do portal, em 2009, o MST passou a usar o serviço do *Google Analytics* para quantificar o número de acessos na página.

Em julho de 2010, um programa que faz o controle do número de acessos apontou 5 mil visitantes por dia (e 12.000 subpáginas acessadas). Cerca de 25% dos visitantes entram diretamente no *site*, enquanto 60% chegaram por meio de páginas de pesquisa. Apenas 15% foram redirecionados de outras páginas na *internet* (MST, 2010, p. 19).

Essa quantidade de acessos registra um aumento significativo nos períodos em que o MST realiza suas “Jornadas Nacionais de Luta”, como na semana de 17 de Abril, transformado em Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária⁵¹. Nesses períodos, o portal *on-line* da organização também registra um volume maior na divulgação de conteúdo, bem como, registra a organização de páginas virtuais com conteúdos especiais, que mesclam o uso de diferentes linguagens, como vídeos, imagens, cards, áudios, *streamings* ao vivo com imagens e áudios. Sendo produzidos pelos comunicadores do MST a partir da secretaria nacional em São Paulo e dos locais em que se realizam as atividades e as mobilizações massivas.

Um exemplo em relação ao crescimento no número de acesso na página virtual do Movimento foi registrado durante a terceira Feira Nacional de Reforma Agrária,

⁵¹ Após o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em que 21 trabalhadores foram assassinados pela polícia, o crime ganhou repercussão nacional e internacional. Em 2002, após a pressão dos trabalhadores sem-terra o governo FHC decretou o dia 17 de abril, como *Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária*. (BRASIL, 2002). Em seguida a Via Campesina transformou a data em *Dia Internacional de Luta Camponesa* e passou a realizar ações para relembrar a data em vários continentes.

entre os dias 03 e 06 de maio de 2018, em São Paulo. Segundo Silva (2018)⁵², nos dias 04 e 05 de maio, o especial da página sobre a feira alcançou 2,5 mil acessos e no dia 04 de maio, o acesso do portal, que possuía uma média de cinco mil diariamente dobrou, de modo que as notícias tiveram um alcance 60, 32%, maior que na semana anterior.

Isso demonstra que para a visibilidade das demandas e ações dos movimentos sociais na esfera pública e na pressão aos governos e Estado surtir efeito, o uso das mídias digitais necessita estar associado às lutas e às mobilizações massivas desses trabalhadores na rua e em espaços concretos de disputa de hegemonia (como a terra, prédios públicos, etc.), ou seja, a comunicação nas redes precisa estar associada a pautas concretas e a um projeto de sociedade. Evidencia-se ainda a consolidação da página *on-line* do MST, como contraponto à visão hegemônica da grande mídia, em relação à luta do MST e a pauta da reforma agrária no país.

Assim, após passar por mudanças gráficas, estruturais e qualificação em 2014, buscando apresentar conteúdos mais diversos ao público e oferecer uma navegação mais ágil e dinâmica, atualmente no portal *on-line* do MST são publicados conteúdos diversos, como notícias, artigos, vídeos, imagens, áudios, poesias, músicas, etc. O portal é organizado como um espaço para a divulgação de conteúdos relevantes sobre as demandas de luta da sua base social e de sua pauta política-ideológica da reforma agrária. O ambiente conta com um conjunto de editorias em que os conteúdos são organizados por temáticas, sendo publicados em linguagens de textos, vídeos e áudios. Também possui *links* para o conteúdo de outros veículos de comunicação do MST, como o Jornal Sem Terra e a Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira. Além de uma musicoteca e videoteca. E *links* de acesso ao perfil do MST no *Facebook* e no *Twitter*. As redes sociais são gerenciadas e atualizadas pela mesma equipe de comunicação do portal virtual.

Desse modo, ao acessar a página *on-line* do MST o usuário tem acesso a um espaço geral no qual os conteúdos encontram-se distribuídos por meio de *menus* e *links* que possibilitam o conhecimento de uma diversidade de conteúdo. Na parte superior do portal há um logotipo, composto por uma imagem com várias bandeiras do Movimento, hasteadas ao fundo e os símbolos da bandeira da organização em primeiro plano, o nome completo do Movimento, por extenso e um *link* de buscas à direta, sobreposto à imagem das bandeiras da organização (ver Figura 1).

⁵² Maura Silva, 31 anos, jornalista, especialista em direitos humanos e integrante da equipe de comunicação da página *on-line* do MST.

Abaixo do logotipo encontra-se um *menu* com vários *links*, que possibilitam o acesso à uma diversidade de conteúdos sobre a história da organização, seus símbolos e formas organizativas, experiências na área da produção e de educação nos assentamentos, elementos e produtos da cultura camponesa e de luta do Movimento, um conjunto de temáticas abordadas por editoriais, páginas com conteúdos especiais, informações sobre direitos humanos e outras publicações do Movimento. Possibilitando o acesso a um conjunto de informações sobre o cotidiano de luta dos trabalhadores Sem Terra.

Os conteúdos são acessados por meio dos seguintes *menus*: *O MST, nossos frutos, cultura, editoriais, especiais, o MST e os direitos humanos e publicações*. De forma geral, o conteúdo no *menu o MST, nossos frutos e cultura* são mais gerais e organizativos sem atualização diária. Já Os *especiais* são organizados e abastecidos em períodos de mobilizações e atividades nacionais, em que o Movimento mobiliza comunicadores, militantes e dirigentes para a produção de conteúdo específico sobre o assunto. Nos períodos de realização de jornadas e de ações nacionais, nos quais são produzidos conteúdos especiais, as informações produzidas para este espaço ocupam locais de destaque no portal *on-line*.

Figura 1 – Portal *on-line* do MST – 24 de maio de 2018

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST | NÓSSOS PROJETOS | CULTURA | EDITORIAS | ESPECIAIS | O MST E OS DIREITOS HUMANOS | PUBLICAÇÕES

Educar para garantir direitos
Em entrevista a educadora Andréia e a Sem Terra Lara falam um pouco do processo educacional do MST

Carta de Carajás – Por Soberania Popular na Mineração
A região de Carajás é marcada por grandes conflitos impostos pelo capital mineral

MANIFESTO
Frente Brasil Popular lança Manifesto ao Povo Brasileiro

[Ver notícia...](#)

DESTAQUES

MST realiza 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha
A atividade reunirá mais de 1200 crianças na capital federal entre os dias 25 e 31 de maio

Cooperativa brasileira expõe produtos agroecológicos em feira na China
A participação da Terra Livre na East zone apresentará a produção agroecológica à China e abrirá caminhos para a comercialização dos produtos da Reforma Agrária.

FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA

VIDEOS

Parabéns e Santa Catarina já estão preparados para o I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha

Vem aí o I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha

VLOG | Aqui tem livro em promoção e giroscópio contra a impotência!

Começou a III Feira Nacional da Reforma Agrária!!!

28 a 31 maio
Brasília - DF

Crianças de todo o país já estão mobilizadas para o I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha

REPORTAGENS ESPECIAIS

Em defesa da vida, MST alerta sobre os perigos do modelo do agronegócio

OPINIÃO

Al Nakba: a catástrofe esquecida
Não é coincidência a criação do Estado de Israel ser relacionada a uma catástrofe, além de conflitos, essa é a palavra que melhor define sua trajetória desde então

O prédio ocupado em chamas e escombros no Dia do Trabalhador
Desconstrução - O prédio ocupado em chamas e escombros no Dia do Trabalhador

Boff e Lula: "Estive preso e me impediram de visitá-la"
Após ser impedido de encontrar-se com Lula no prédio, militante escreve carta-transfêrência de repúdio aos atos de estacção

ENTREVISTAS

Preços justos e o alimento que carrega a semente de uma outra sociedade

"A resistência deve ser construída toda dia", conclama João Paulo Rodrigues

Fonte: MST, 2014. <www.mst.org.br>.

Principais menus da página do MST:

O MST: Esse menu possui os seguintes itens: *Quem Somos*, *Nossa história*, *Nossos Símbolos* e *Eu apoio o MST*. O espaço reúne basicamente informações gerais sobre a história do MST, por períodos históricos e a organização do Movimento, as demandas de luta e seus símbolos, como a bandeira, o hino e a barraca de lona preta. O espaço *Eu apoio o MST* se encontra em construção.

Nossos Frutos: Nesse espaço são apresentadas as experiências na área da produção de alimentos nos assentamentos do MST. As informações abordam a contribuição da organização para a produção de alimentos no país, com reportagens especiais e vídeos com experiências positivas de produção e agroecologia, além de dados sobre a criação de cooperativas, agroindústrias, associações e a função dos assentamentos para a reforma agrária. O espaço também possui imagens e notícias recentes sobre a produção de alimentos nos assentamentos, e redireciona o usuário para mais notícias sobre a produção de alimentos disponíveis na página. Procurando estabelecer a relação da produção de alimentos com a luta pela terra, o ambiente também possui um espaço para que o usuário conhecer mais sobre o MST, com um *link* para sua *história*, *objetivos* (que também se encontram no *menu anterior o MST*) e do *site* da Via Campesina, entidade internacional de luta composita que a organização participa. O *menu* também apresenta informações sobre a educação no MST, que abordam a importância da educação para os Sem Terra, dados sobre a quantidade de escolas dos assentamentos e números de crianças e jovens e adultos alfabetizados; além de informações sobre o que são escolas itinerantes nos acampamentos, chamadas de matérias sobre experiências na área da educação e um espaço com *saiba mais*, que direciona os usuários para mais notícias sobre o assunto na página *on-line*.

Cultura: O espaço apresenta uma mostra da produção cultural dos trabalhadores do MST ao longo de sua história, com um *link* para a Musicoteca Inezita Barroso, que disponibiliza músicas gravadas em CDs e fitas pelo Movimento e por artistas que apoiam a luta, que podem ser baixadas pelos usuários; além de vídeos com videoclipes de músicas e de temas relacionadas à cultura no Movimento. No ambiente também há acesso a uma Videoteca, que direciona o usuário para o canal da Videoteca “Gregório

Bezerra” (Ver anexo III) no *Youtube*⁵³ – com filmes e vídeos sobre a luta pela terra do MST e a questão agrária no Brasil. Por fim, há um espaço para Poemas e Poesias e Lutadores do Povo, que se encontra em construção.

Editorias: Esse espaço concentra os *links* de acesso às notícias publicadas no portal, por meio das seguintes editorias: agricultura camponesa, agronegócio, educação, cultura e comunicação, lutas e mobilizações, solidariedade internacional, meio ambiente, projeto popular, reforma agrária e transgênicos. Cada editoria possui um texto de apresentação sobre a temática e *links* de acesso às notícias e os vídeos sobre cada assunto.

Especiais: O *link* direciona o usuário para um ambiente com páginas especiais sobre atividades e eventos nacionais realizados pelo MST, como a terceira Feira Nacional da Reforma Agrária, Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária de 2018, Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra, entre outros. Os especiais reúnem um conjunto de conteúdos, como notícias, artigos, imagens, vídeos, áudios, etc. Nesse espaço podem ser acessados os conteúdos das duas páginas especiais, analisadas na pesquisa: a *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, de 2015, e a *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*, em 2016.

O MST e os Direitos Humanos: Esse ambiente é mais editoria da página, porém, tem um certo destaque no portal por se encontrar separada das demais editorias. O local possui um texto de apresentação sobre o assunto e *links* para notícias e vídeos sobre o tema dos direitos humanos no MST.

Publicações: O espaço possui dois *links* que direcionam o usuário para páginas fora do portal, que dão acesso as publicações impressas com conteúdo do Jornal Sem Terra – são disponibilizadas 27 publicações do Jornal, encartes especiais e da Revista Sem Terra. Já o *link* biblioteca virtual dá acesso para a Biblioteca Digital da Questão Agrária brasileira (ver anexo IV)⁵⁴, que disponibiliza um conjunto de informações sobre o assunto, organizados em livros, artigos, ensaios, dissertações e teses, revistas, jornais, cartilhas, documentos oficiais, literatura e cultura do campo, poesia, cartazes, videoteca e páginas na *internet*. O espaço que mantém a biblioteca virtual é denominado de

⁵³ A Videoteca é uma parceria do MST com o projeto Armazém Memória.

⁵⁴ Disponível em: <www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca>

“Dados e textos sobre a Luta pela Terra e a Reforma Agrária” que também possui um ambiente com o debate teórico, dados e referências sobre a realidade agrária brasileira.

Abaixo na barra de *menus* o portal apresenta uma espécie de capa, com destaque para notícias mais factuais (que ocorreram recentemente ou são realizadas) e relevantes para a organização. À esquerda há um mecanismo de rolagem, que repassa constantemente a chamada com título e imagem de quatro notícias. Já ao lado direito são postadas duas notícias em destaque, com chamada de título e linha fina. As demais notícias podem ser acessadas a partir de um *links* no lado direito e abaixo, denominado “mais notícias”.

A seguir, são distribuídos três blocos nomeados como “Destaque”, com um conjunto de conteúdos importantes para a organização. No primeiro bloco, podem ser acessadas mais duas notícias em destaque e, ao lado direito, encontra-se uma arte que dá acesso à página de conteúdo especial produzido recente. Em seguida, são disponibilizadas chamadas de vídeos sobre ações do Movimento, reportagens especiais, artigos de opinião, entrevistas e notícias em áudio sobre as ações da organização.

Em análise da página *on-line* do MST, no dia 24 de maio de 2018, verifica-se que as notícias com maior destaque abordam assuntos como: o processo educacional do Movimento, a pedagogia do campo e a infância Sem Terra. A entrevista com uma educadora e educanda de uma escola do MST em um assentamento no Espírito Santo, serve de gancho para anunciar o primeiro “Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha”, que seria realizado entre 28 a 31 de maio de 2018, em Brasília. As demais notícias apresentam informações sobre o conflito da mineração no Pará, com a divulgação de uma carta de denúncia do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e os impactos disso na soberania popular do país e um “Manifesto ao Povo Brasileiro” da Frente Brasil Popular, denunciando a perseguição ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por setores do sistema judiciário e dos oligopólios da mídia brasileira – Lula está preso desde o dia 07 de abril de 2018, na Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba-PR, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro.

Além disso, nessa data são publicados conteúdos sobre os interesses de classe da bancada ruralista no golpe de 2016; uma nota de pesar do MST pelo assassinato do jovem Jhey Oliveira do Levante Popular da Juventude no Ceará; uma nota da organização reconhecendo os resultados das eleições venezuelanas como vitória popular, em que o atual presidente Nicolas Maduro, foi reeleito para mais seis anos de mandato e

há uma notícia sobre o sexto Encontro Nacional de Blogueir@s e Ativistas Digitais que iria debater a democratização dos meios de comunicação no país – a atividade seria realizada de 25 a 26 de maio, em São Paulo.

Abaixo dos principais destaques do dia encontra-se um conjunto de conteúdos com características menos factuais e chamadas de pautas frias (conteúdos menos recentes), entre eles, há uma notícia sobre a realização do primeiro “Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha”, a ser realizado no final de maio, em Brasília e uma matéria sobre a exposição de produtos agroecológicos das cooperativas do MST em uma feira, em Shanghai na China. O portal também apresenta em destaque o cartaz *on-line* da terceira “Feira Nacional da Reforma Agrária” do Movimento, realizada no início de maio, em São Paulo. Ao clicar no cartaz da feira o usuário é direcionado para uma página especial dentro da página *on-line* do Movimento, com conteúdo específico sobre o evento.

A seguir, se encontram em destaque no portal virtual da organização, nessa data, chamada de três vídeos que anunciam a preparação de crianças nos estados para participar do “Encontro dos Sem Terrinha”, um denominado VLOG⁵⁵ com a narração de pessoas apresentando os produtos e espaços de comercialização na terceira “Feira Nacional da Reforma Agrária”, além de um vídeo de divulgação também sobre a programação do evento, os produtos da terra a serem comercializados e a culinária com pratos típicos. Ao lado direito localiza-se chamada para reportagens especiais, com destaque para um especial sobre os impactos do uso de agrotóxicos pelo modelo do agronegócio.

No último bloco de destaques da página, os usuários têm acesso a três artigos de opinião: o primeiro sobre a catástrofe de Al Nakba, em 1948, quando 800 mil palestinos foram obrigados pelas tropas israelenses a abandonar suas casas, após a criação do Estado de Israel; outro discutindo a tragédia do incêndio de um prédio ocupado por moradores de famílias sem-teto na capital paulista, que ocorreu no dia 01 de maio e, por fim, um artigo do teólogo, religioso e escritor, Leonardo Boff, denunciando o que ele denomina como “atos de exceção” no país, ao ser impedido de visitar o ex-presidente Lula na prisão, em Curitiba-PR.

Ao lado dos artigos, o portal apresenta a chamada de três entrevistas de dirigentes nacionais do MST sobre os seguintes temas: o papel da Feira Nacional de

⁵⁵ Vídeo produzido com a narração de pessoas se movimentando e apresentando algo ao telespectador e usuário da rede. Nesse caso, os participantes da feira apresentam alguns produtos, valores e os benefícios.

Reforma Agrária em relação ao projeto de reforma agrária do Movimento para modificar o modelo de vida no campo, baseado na produção agroecológica. A outra entrevista aponta a necessidade da esquerda em unificar suas forças em defesa da democracia após a prisão do ex-presidente Lula. E a terceira entrevista aborda a necessidade do MST em ampliar a ocupação de latifúndios para transferir terras aos trabalhadores do campo e anuncia as reivindicações da “Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária” de 2018, realizada todos os anos pelo MST na semana do dia 17 de abril. A primeira e a última entrevista são concedidas por mulheres Sem Terra, presentes em cargos de direções, o que demonstra uma importante ampliação no protagonismo das mulheres e avanços nas relações de gênero no Movimento, mediante o aumento de participação nos espaços de direções nacionais e na difusão das demandas da organização, a partir das vozes das camponesas que integram essa organização. Abaixo também é possível o acesso a uma notícia em áudio da Rádio Brasil Atual, sobre a ocupação do MST em latifúndio ligado ao presidente ilegítimo de Michel Temer, em repositório *soundcloud*. A notícia pode ser acessada, baixada e compartilhada, em *link* que dá acesso ao repositório da rádio.

A partir da descrição das publicações na página *on-line* do MST, na data de 24 de maio de 2018, observa-se que entre os conteúdos factuais, de maior destaque na parte superior do portal, apresentam-se notícias que abordam as demandas e assuntos do cotidiano da luta pela terra, ligados ao projeto político-ideológico da organização, como a pauta da educação do campo nos assentamentos e o tema da infância Sem Terrinha e das reivindicações por educação pública e de qualidade no campo. Ao lado, também se encontra em evidência uma experiência positiva na área da produção, que aborda a participação do MST em exposição fora do país, levando a produção agroecológica de suas cooperativas. Nesse grupo de notícias percebe-se o foco nas demandas e conquistas do Movimento na área da educação e da produção nos assentamentos, relacionadas ao projeto de Reforma Agrária Popular da organização, conforme debate apresentado no capítulo cinco⁵⁶.

As demais notícias divulgadas no espaço inicial de destaque, do portal virtual do Movimento, repercutem assuntos relacionados à conjuntura da questão agrária e de pautas das lutas populares na sociedade atual, como a denúncia de ameaça à soberania popular e territorial com o avanço da mineração no país e o apoio da bancada ruralista

⁵⁶ Ver item 5.3 Da reforma agrária à Reforma Agrária Popular do MST.

no golpe de 2016. O artigo conclui que o golpe de 2016 no Brasil, pode ser chamado de Agrogolpe, devido ao massivo apoio desse setor, que busca fortalecer os interesses conservadores do agronegócio.

Nesse sentido, compreende-se que por meio da divulgação do artigo sobre o papel do agronegócio no golpe e a carta do MAM sobre os impactos da mineração na soberania nacional, o Movimento relaciona o debate da questão agrária brasileira às consequências do golpe no Brasil, no que se refere ao avanço da concentração fundiária e a exploração dos trabalhadores rurais, bem como a perda de autonomia popular e nacional do subsolo do país, com o avanço da mineração por grupos econômicos privados. Verifica-se que esses debates conjunturais apresentam relação direta com o projeto de reforma agrária do MST, já que a democratização da terra figura como um dos temas centrais do seu programa. Por outro lado, demonstra que o Movimento possui uma visão estrutural da questão agrária na sociedade, pois tem consciência de que o avanço da hegemonia do agronegócio no campo, na sociedade e nos espaços de poder, bem como a exploração privada de minérios representa o aprofundamento do modelo de agricultura industrial, que é o oposto do seu projeto de distribuição de terras para a criação de assentamentos e o desenvolvimento de outro modelo de agricultura, centrado na produção de alimentos saudáveis para a subsistência das famílias no campo e o abastecimento do mercado interno.

As demais notícias factuais no espaço de destaque da página *on-line* do MST, tratam de pautas conjunturais da política nacional e em países vizinhos, da violência contra as FGTS no país e da democratização dos meios de comunicação no Brasil. São assuntos acerca do ataque de direitos políticos, sociais e de cidadania, que sofrem parte da sociedade. Bem como a pauta da democratização da comunicação e da cidadania comunicativa, que permanecem centrais na atualidade, pois a concentração dos oligopólios midiáticos refletem na falta de expressões de grupos populares minoritários e nas lutas dos movimentos populares na sociedade contemporânea.

Quanto à nota da Frente Brasil Popular denunciando a perseguição política e a prisão arbitrária do ex-presidente Lula, observa-se que o MST se encontra integrado a uma frente de esquerda de movimentos sociais e partidos de esquerda, que apresenta como alternativa central para o país, após o golpe de 2016, a necessidade da candidatura do ex-presidente Lula (PT) como um fator para alterar a conjuntura de políticas neoliberais de retirada de direitos dos trabalhadores e na disputa da hegemonia política no Brasil. Desse modo, o Movimento busca articular à necessidade da candidatura do

ex-presidente Lula à possibilidade na retomada da pauta da reforma agrária no país, já que após o golpe de 2016 o governo ilegítimo de Temer tem promovido um desmonte das políticas de reforma agrária no país e intensificado a criminalização dos movimentos populares e das lutas políticas.

De forma geral, o funcionamento do portal *on-line* do MST ocorre a partir da dinâmica de atualização diária de notícias no primeiro bloco de destaque. Esses conteúdos se relacionam ao projeto de reforma agrária da organização, ao cotidiano da luta pela terra e às experiências nos assentamentos da sua base social. Também verifica-se um grande volume de pautas conjunturais, em torno de debates sobre a questão agrária e das lutas políticas, das quais os Sem Terra participam ou se solidarizam na sociedade, em relação as demandas da classe trabalhadora rural e urbana.

Nos demais espaços de destaque da página são distribuídos conteúdos com pautas frias, sobre experiências positivas relacionadas aos assentamentos, a atividades nacionais importantes para a organização, como a Feira Nacional de Reforma Agrária de 2018 e o Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, também em 2018. Além de assuntos relacionados ao programa político-ideológico de reforma agrária e de agricultura do Movimento, com reportagens especiais e entrevistas, também se encontram em evidência, em artigos de opinião, temas conjunturais relativos à questão agrária internacional, como a disputa por território em outros países, à problemática dos sem-teto e a questão das disputas políticas no Brasil, após golpe de 2016. Como mencionado anteriormente, os conteúdos nos demais *links*, localizados na parte superior do portal, que tratam da história, organização e experiência cultural da organização e as publicações são mais permanentes, com atualizações menos frequentes.

Verifica-se que o programa de Reforma Agrária Popular e o cotidiano da luta pela terra, aparecem na página *on-line* do MST, distribuídos em conteúdo (textos, vídeos, áudios, músicas, poesias, entre outros) com discussões específicas sobre experiências positivas nos assentamentos do MST e debates teóricos acerca do seu programa de reforma agrária, bem como pautas conjunturais relacionados à questão agrária e às lutas populares no país. Além de pautas sobre suas demandas e ações específicas, o portal do Movimento também publica notícias que abordam a questão agrária em âmbito nacional e internacional, e pautas conjunturais sobre a luta dos movimentos populares rurais e urbanos por direitos. Bem como o posicionamento oficial da organização em relação à conjuntura das lutas populares no país.

Desse modo, compreendemos que além de atuar como porta-voz oficial do Movimento, com maior agilidade em relação aos veículos de comunicação tradicionais da organização, o portal também funciona como uma espécie de agência de notícias da organização, fornecendo informações e elementos de análise à sociedade, a base social do MST e às organizações populares, acerca da luta pela terra e da reforma agrária, bem como da problemática da questão agrária no país.

Como os conteúdos informativos das páginas especiais analisados no estudo se inserem na página *on-line* do MST? Qual a localização desses conteúdos no portal? Segundo relatos dos coordenador da página (OLIVEIRA, SÃO PAULO, 2017), nos períodos de atividades nacionais, relacionadas às duas páginas analisadas, os conteúdos foram destaque no primeiro bloco de notícias do portal e o *link* de acesso das páginas especiais, que geralmente permanece no segundo bloco de notícias em destaque, até a realização de uma próxima jornada ou atividade nacional com produção de página especial. Alguns dos conteúdos dessas páginas também são redistribuídos em outros destaques no portal, como vídeos, reportagens especiais, artigos e entrevistas, permanecendo por mais tempo na página *on-line* do Movimento, por se tratar de conteúdos sobre o projeto político-ideológico da organização.

6.1.2 Descrição e análise do perfil do *Facebook* do MST

Como o *Facebook* é uma rede social voltada para comunidades de amigos, este possui o foco no indivíduo, possibilita maior interatividade que as páginas *on-line*, pois volta-se para a publicação de pequenos textos, vídeos, imagens e descrições, do que cada usuário estaria pensando no momento. Mediante esse novo canal, percebe-se que o setor de comunicação do MST, a partir de meados de 2015 tem se preocupado em elaborar conteúdos mais específicos para esta plataforma, tentando ultrapassar a prática inicial em que o espaço era basicamente utilizado para reproduzir os *links* de notícias e reportagens postados na página *on-line* da organização. Com a preocupação de produzir conteúdo específico para canais das redes os comunicadores do setor de comunicação do MST criaram uma frente de produção de conteúdo e redes, responsável pelo planejamento e a difusão de conteúdos para as mídias digitais da organização: página *on-line*, perfil no *Facebook*, *Twitter* e grupos de *WhatsApp* (SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST, 2017).

Ao acessar o perfil do *Facebook* oficial do MST o usuário, amigo da organização, encontra no espaço conteúdos institucionais do Movimento, com características populares e contra-hegemonicas. Ou seja, trata-se de uma forma de comunicação discursiva e persuasiva de um movimento popular, que defende um projeto político-ideológico de reforma agrária e de sociedade. Assim, percebe-se que a difusão de informações, no *Facebook* da organização, ocorre por meio do uso de imagens, cards, vídeos, textos, campanhas com imagens, vídeos, cards, *streaming* ao vivo, em vídeos e áudios, e vídeos gravados de análises de conjunturas, palestras, debates, atividades de luta, etc. Há um grande volume na difusão de cards em homenagens a lutadores e lutadoras, chamada de debates, campanhas, e no uso de pequenos vídeos. Também verifica-se a criação de campanhas, produção de conteúdos especiais, entre outros, bem como a utilização de *hashtags*, procurando identificar e impulsionar determinados conteúdo.

Percebe-se que os comunicadores do Movimento difundem uma grande quantidade de conteúdos diários e semanais no perfil do MST no *Facebook*. Diante disso, identifica-se um aumento no uso de algumas linguagens nas redes sociais, como o *streaming* de entrevistas e debates ao vivo, sobre análises de conjunturas com dirigentes do Movimento (ver Figura 2) e balanços de jornadas de lutas e atividades nacionais (ver anexo V), interagindo com os usuários e respondendo algumas questões do público conectado.

Além de vídeos e cards de campanhas, a exemplo da Campanha Estudo em Cena, com 21 episódios em vídeo, divulgados durante o mês de abril de 2018, como forma de denúncia os 22 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará (ver anexo VI). E programas, como o Café com o MST – com entrevistas de intelectuais sobre temas que os dirigentes da organização consideram importantes. Observa-se também um crescimento na produção massiva de cards e vídeos curtos em períodos de jornadas de lutas e eventos nacionais, como verifica-se na terceira Feira Nacional da Reforma Agrária, entre os dias 03 e 06 de maio, em São Paulo (ver anexo VII e VIII).

Acessando as redes sociais do MST, na data de 30 de maio de 2018, verificamos que o perfil do *Facebook* do MST contava com 343 mil curtidas e 340 mil seguidores, atingindo um alcance de acesso de 522.144 mil, referente às publicações daquela semana. Sendo a maioria desse alcance atingido de forma orgânica, ou seja, sem o

pagamento para impulsionar as publicações. Conforme Pereira (2018)⁵⁷, os dados demográficos de acesso no *Facebook* do Movimento, de abril de 2018, em relação ao gênero e a idade demonstram que a maioria do público é de homens, que representam 52% dos fãs, enquanto 48% de fãs são de mulheres. Sendo a maioria na faixa etária de 25 a 34 anos (homens 17% e mulheres 15%). Já quanto aos locais de acesso do perfil, a maior parte se concentra no Estado de São Paulo (39.841), seguindo pelo Rio de Janeiro (20.476) e Belo Horizonte (8.089).

De forma geral, os dados de acesso no perfil do MST, demonstram que a interação do *Facebook* ocorre, principalmente com a população dos maiores centros urbanos do país, necessitando avançar no acesso dos municípios médios e pequenos, e enfrentar o desafio de atingir sua base social, e a população do interior do país, conforme apontado pelos sujeitos da organização, entrevistados na pesquisa (JESUS; LIMA, 2017). Também percebe-se a necessidade em repensar a elaboração e difusão de conteúdos que promovam maior interação com as mulheres. Porém, os dados também retratam a distribuição e o acesso à essas tecnologias no país, em que o interior possui maior dificuldade de conexão e acesso às mídias digitais.

Quadro 3 – Dados de acesso no perfil do *Facebook* do MST

Público	Percentual/fãs	Acesso	Percentual
Homens	52%	Curtidas	343 mil
Mulheres	48%	Seguidores	340 mil
Faixa etária com maior acesso	25 a 34 anos	Alcance semanal de conteúdo	523.508 mil

Fonte: MST, 2018; Pereira (2018). Data: 30 mai. 2018.

Já o perfil Oficial do Movimento no *Twitter* contava com 89, 8 mil seguidores, na data de 30 de maio de 2018.

⁵⁷ Jessica Oliveira Pereira, 24 anos, desenvolvedora *web*, estagiária de tecnologia do MST.

Figura 2 – Perfil oficial MST no Facebook – 24 de maio de 2018

Página Caixa de entrada **42** Notificações **99** Informações Ferramentas de publicação Configurações Ajuda

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra compartilhou um vídeo ao vivo.
Publicado por Mausa Silva (7) · 24 de maio às 16:25

II Ao vivo II entrevista com João Pedro Stedile, da direção nacional do MST fala ao Brasil de Fato

25.510 visualizações

Brasil de Fato fez uma transmissão ao vivo.
24 de maio às 16:27

#AoVivo Entrevista com João Pedro Stedile
Quais são as saídas para a crise: para explicar a crise no Brasil e como isso se relaciona aos últimos acontecimentos ligados à greve dos caminhoneiros, o Brasil de Fato entrevista João Pedro Stedile, da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Stedile fala, ainda, sobre a crise no Judiciário e a campanha Lula Livre.

Seu vídeo é popular em São Paulo (estado) **Impulsionar publicação**

158 Curtir Comentar Compartilhar

86 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Antonio Portugal O nosso Respeito ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por essa análise sobre a conjuntura atual do Brasil e apoio ao nosso Presidente Lula e Movimentos de lutas.
Curtir · Responder · Enviar mensagem · 2 d

Neto Lula Almeida O sonho da burguesia ruralista é criminalizar o MST. Agora com os golpistas no poder pode ficar mais fácil. O que o movimento dos trabalhadores rurais estão fazendo para contrapor essa perseguição??
Curtir · Responder · Enviar mensagem · 4 d

Ver mais 2 comentários

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Publicado por Mausa Silva (7) · 24 de maio às 16:21

Our Story
Desde a nossa fundação, o Movimento Sem Terra se organiza em torno de três objetivos principais:
+ Lu...
+ Conclua sua história para dar mais detalhes às pessoas sobre sua empresa.

Dicas da Página Ver tudo

- Convide amigos que talvez curtem a sua Página?
- Convide amigos para curtir a Página "MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra" e ajude você a se conectar com mais pessoas.
- Crie um grupo para sua Página
- Ajude seu público a se conectar em um grupo. Os grupos são espaços separados para as pessoas debaterem um assunto, planejarem eventos, compartilharem fotos e muito mais. Você pode interagir com as pessoas no grupo como sua Página ou como você mesmo.
- Como usar publicações afinadas
- Publicações personalizadas, vídeos, criadas para o público certo têm mais êxito.

Ver todas as dicas da Página

2% de taxa de resposta, tempo de resposta de 2 dias
Responda mais rápido para obter o melhor

343 mil curtidas +1.815 esta semana
Neudécia de Oliveira e outros 330 amigos

340 mil seguidores

Ver feed de Páginas
Publicações das Páginas que você curtiu como sua Página

529.240 de alcance de publicação esta semana

14.387 visualizações de vídeo esta semana

Fonte: MST, 2018. <www.facebook.com/MovimentoSemTerra>.

Em observação ao conteúdo postado no perfil do *Facebook* do MST, no dia 24 de maio de 2018 (ver figura 2), verificamos que a primeira postagem do dia é de um *streaming* ao vivo, sobre uma coletiva de imprensa realizada em Maceió-AL, com representantes de organizações e movimentos organizações, convidando a população para participar de um ciclo de palestra que seria realizado na cidade, nos dias 24 a 25 de maio, em defesa da justiça e dos direitos humanos. O segundo poste apresenta um pequeno texto de chamada com *link* para a página do MST, sobre nota do MAM denunciando os impactos da mineração no país. Já, o terceiro poste, também possui chamada de um parágrafo e *link* para notícia na página do MST, que divulga carta da Frente Brasil Popular, em apoio à greve dos caminhoneiros, iniciada no dia 21 de maio.

Em seguida, é publicado mais um texto curto, com *link* de acesso para conteúdo na página virtual do Movimento, com nota da organização reconhecendo a vitória de Nicolas Maduro nas eleições da Venezuela, tratada pelos Sem Terra como uma vitória popular. O outro poste também é composto por um pequeno texto de chamada, com *link* de acesso à uma entrevista na página da organização, com uma educanda e educadora de uma escola do Movimento, em um assentamento no Espírito Santo, que aborda a importância do processo educacional do MST e da realização do primeiro Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha.

O próximo poste apresenta uma entrevista ao vivo, em vídeo, com o dirigente nacional do MST, João Pedro Stedile, sobre a crise no país, a relação com a greve dos caminhoneiros, a crise no poder judiciário e a campanha pela liberdade do ex-presidente Lula. O conteúdo seguinte também apresenta um pequeno texto, com *link* para notícia sobre o sexto Encontro Nacional de Blogueir@s e Ativistas Digitais, que aconteceria nos dias 25 e 26 de maio, em São Paulo, publicada na página *on-line* do MST. O poste também chama atenção para o problema do monopólio da mídia no país e a influência desses grupos na defesa de reformas conservadoras, na limitação da liberdade de expressão e de organização na sociedade, e chama atenção para a importância da mídia contra-hegemonica nesse processo.

O poste seguinte divulga duas imagens de militantes do Movimento distribuindo alimentação aos caminhoneiros em greve na rodovia Presidente Dutra, em São Paulo. A seguir é publicado outro *streaming* ao vivo, sobre mesa de debate em defesa dos direitos humanos, realizada nos dias 24 e 25 de maio, em Maceió-AL. A postagem mostra a continuidade das discussões iniciadas no *streaming* da coletiva de imprensa sobre o evento, postada no perfil no início do dia. Porém, faltou estabelecer um vínculo da

atividade com a outra no texto de apresentação, e oferecer ao usuário a noção de continuidade sobre o assunto. No último poste do dia, é publicada outra chamada em texto descritivo sobre o sexto Encontro Nacional dos Blogueiros e Ativistas digitais, com *link* de acesso para a página do evento no *Facebook*, com 13 imagens, retratando a mobilização do povo negro contra o genocídio dessa população e cards, com imagens e temas de debate, sobre os palestrantes que iriam participar do evento.

Com base na análise dos conteúdos publicados no perfil do *Facebook* oficial do MST, na data de 24 de maio de 2018, verifica-se que são divulgados dez postes diferentes, sendo a metade de chamadas curtas e textos descritivos com *links* de acesso à notícias publicadas na página *on-line* do MST. O restante dos conteúdos apresentam imagens, cards e *streamings* de vídeo, ao vivo, com palestra, entrevista e coletiva de imprensa. Percebe-se que a comunicação do Movimento no seu perfil do *Facebook* mescla o compartilhamento de conteúdo da sua página virtual associado ao uso de linguagens mais interativas e específicas para as redes sociais, como *streamings*, vídeos, cards, imagens e pequenos textos, uso de *hashtags*, entre outros.

As temáticas no perfil do MST no *Facebook* seguem a dinâmica do padrão adotado pela página *on-line* da organização, com a divulgação de conteúdos relativos ao seu projeto de reforma agrária, que nessa data aparece de forma mais dispersa, na entrevista sobre a importância da educação nos assentamentos de reforma agrária e a questão da infância Sem Terrinha, que dialoga com a pauta da educação do campo para as famílias que vivem nos assentamentos. Também há um poste com imagens de trabalhadores do MST oferecendo alimentação solidária aos caminhoneiros em greve, em São Paulo. Percebe-se assim, que por meio da solidariedade os Sem Terra buscam construir alianças com a categoria dos trabalhadores dos transportes, por meio da pauta da produção de alimentos nos assentamentos como alternativa viável para o abastecimento do país. Ou seja, o Movimento procura dialogar com o contexto da conjuntura de crise e da greve dos caminhoneiros, a partir da sua pauta de produção de alimentos, inserida no seu programa de Reforma Agrária Popular.

Outros dois postes também dialogam com a conjuntura da greve dos caminhoneiros, do ponto de vista dos trabalhadores Sem Terra, a partir da entrevista do dirigente nacional do Movimento, João Pedro Stedile, ao discutir os efeitos da crise e da greve dos caminhoneiros para a classe trabalhadora e a nota da Frente Brasil Popular, da qual o movimento participam, em apoio à greve dos caminhoneiros. Os demais conteúdos abordam debates sobre pautas conjunturais, como a questão agrária, a partir

da denúncia dos impactos da mineração para a soberania popular e nacional, pelo MAM - um dos mais novos movimentos populares do país apoiado pelo MST. Bem com debates conjunturais mais gerais, em relação aos direitos humanos, democratização da justiça e a democratização dos meios de comunicação no Brasil, para o enfrentamento do retrocesso democrático, após o golpe de 2016 contra a democracia.

Os dois postes com *streamings* ao vivo, sobre o ciclo de palestra da democratização da justiça em Maceió-AL apresentam um diferencial importante quanto ao tipo de conteúdo postado no canal, pois demonstra o potencial desses formatos na descentralização da produção de conteúdo de São Paulo e Brasília, e possibilidade de ampliar o compartilhamento e engajamento dos Estados e de pautas locais nas mídias digitais do Movimento. Por fim, a nota de reconhecimento da organização sobre a vitória eleitoral de Nicolas Maduro na Venezuela, traz à tona o tema da conjuntura política internacional e demonstra o apoio do Movimento ao regime venezuelano atual.

De forma geral, percebe-se que na data de análise, o perfil do MST no *Facebook* divulga conteúdos com temas conjunturais gerais, em debate no país, com destaque para a greve dos caminhoneiros. Procura desse modo, dialogar e interagir com seu público nas redes sobre o assunto e articular essa pauta com a questão da reforma agrária. Mesmo difundindo alguns conteúdos da página *on-line* observa-se porém, que o perfil apresenta conteúdos mais interativos e articulados com a conjuntura geral, de interesse da classe trabalhadora urbana e rural na sociedade.

6.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Avançando na análise das representações sobre o projeto de reforma agrária do MST, observa-se que na concepção do projeto de mudança do Movimento para o campo brasileiro, a construção das representações sobre a reforma agrária vem acompanhada do adjetivo “popular”, sendo por eles denominada de Reforma Agrária Popular. O termo “popular” se refere às formas e atividades de qualquer época, com raízes que incorporam social e materialmente as práticas populares. “[...] O princípio estruturador do ‘popular’ [...] são as tensões e oposições entre aquilo que pertence ao domínio central da elite ou da cultura dominante, e à cultura da ‘periferia’” (HALL, 2003, p. 256). A adoção do elemento do popular representa um recurso linguístico que dá sentido à ação política do MST, em relação ao embate permanente de ideias na esfera pública em torno de um projeto de Reforma Agrária Popular, defendido pelas classes dominadas em contraposição a uma política de Estado que privilegia um modelo de agricultura industrial produtivista, que concentra grandes extensões de terra e expulsa o pequeno agricultor do campo, denominado de agronegócio. Ou seja, há uma tensão entre o modelo de agricultura hegemônico e o projeto de Reforma Agrária Popular defendido pelo MST. Nestes termos, o uso do popular questiona o sistema hegemônico de agricultura industrial e procura estabelecer vínculos de solidariedade com as classes populares para obter o apoio no processo dialético de resistência e contenção de luta dos Sem Terra.

As ações dos sujeitos e as suas interações sociais são elementos fundamentais para compreendermos a constituição dos processos de ancoragem e objetivação (MOSCOVICI, 2003), pois é através deles que se criam os sentidos e novos significados para conceder a realidade acerca das vivências dos indivíduos em cada sociedade. Neste caso, a ação de nomear Reforma Agrária Popular como um tipo de projeto social e político por parte do MST, propõe por meio de significados simbólicos e ações voltados à defesa de um novo projeto de agricultura para o campo e novos valores para a sociedade, tais valores se fundamentam na justiça social, na solidariedade e numa sociedade sustentável, do ponto de vista da democratização da terra e da preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, a partir da análise das entrevistas, percebe-se que a contextualização do projeto de Reforma Agrária Popular, nas mídias digitais do MST pelos sujeitos ouvidos no estudo, se concentra em demonstrar a amplitude do mesmo

para a promoção de mudanças no campo, estando relacionado a um conjunto de assuntos do espaço rural, como a produção, educação, cultura, saúde, entre outros. Com ações organizadas a partir do processo de comunicação do Movimento, que buscam ampliar a difusão de experiências e o debate nos espaços virtuais.

Assim, percebe-se um esforço por parte das linhas editoriais da comunicação nas suas mídias digitais, em vincular seu processo da luta pela terra, com experiências concretas, como o tema da educação do campo, produção de alimentos saudáveis nos assentamentos, realização de feiras, etc. Da mesma maneira, articula a organização dos assentamentos e a produção agroecológica ao processo inicial de ocupação da terra e de lutas em torno da conquista da terra, que conseqüentemente possibilitam a criação dos assentamentos. O objetivo, então, é demonstrar que o resultado positivo desses processos ocorre somente a partir da disputa do latifúndio e da conquista da terra.

Desse modo, o MST procura por meio da objetivação, criar novas representações, reforçando os sentidos positivos em relação ao seu projeto de reforma agrária, como um projeto popular viável para o desenvolvimento do campo brasileiro, ancorando seu discurso em experiências concretas geradas pela luta social e, principalmente, mediante o elemento da produção de alimentos saudáveis nas áreas de assentamentos e acampamentos.

Aponta-se também um esforço por parte do setor de Comunicação do Movimento nas mídias digitais em tentar demarcar as características distintas entre a Reforma Agrária Popular e a reforma agrária clássica, em que as reivindicações de um modelo de reforma agrária estavam inseridas na dinâmica da sociedade capitalista de produção (STÉDILE, 2005). Diferente do modelo atual, que defende a superação da sociedade capitalista para sua realização e incorporação da necessidade de uma ação popular, por parte do povo Sem Terra, para aglutinar forças a partir da luta social e pressionar o Estado para a concessão de direitos de acesso e permanência na terra e cidadania no campo. Como indica Barbalet (1989), a cidadania contempla um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, que são conquistados mediante processos de lutas sociais pelos trabalhadores, de acordo com o desenvolvimento histórico de cada nação.

Com base nos relatos dos entrevistados, de modo geral, compreende-se que nas suas mídias digitais o MST procura difundir a narrativa do modelo de Reforma Agrária Popular como projeto político em disputa na sociedade, ao mesmo tempo em que busca ampliar a visibilidade dessa pauta na esfera pública. Portanto, apresenta-se a Reforma Agrária Popular como projeto alternativo, com um modelo de agricultura econômica e

socialmente sustentável e em equilíbrio entre o ser humano e a natureza, baseado na matriz de produção agroecológica, para a melhoria das condições de vida no campo. Por outro lado, os Sem Terra procuram se opor ao modelo do agronegócio, por meio de questionamentos em relação às contradições desse sistema de agricultura que concentra a terra, aumenta a tensão e a violência no campo e não produz alimentos para a população.

Na concepção de Jovchelovitch (2000), a construção das representações sociais é instituída e modificada na esfera pública por meio de saberes e conhecimentos colocados em circulação, principalmente através das mídias. Porém, ao considerar os discursos do monopólio da mídia acerca do MST, evidencia-se que as construções sobre a organização são permeadas de múltiplos significados pré-concebidos e heterogêneos, e que o contraponto informativo e comunicativo desenvolvido pelo Movimento, por meio das mídias digitais e demais veículos de comunicação populares e alternativos, ainda enfrenta barreiras que limitam sua visibilidade no debate da esfera pública.

A partir da análise das entrevistas realizadas com dirigentes e comunicadores do MST identificaram-se seis principais ancoragens que dão suporte às representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular:

- a) *Produção de alimentos;*
- b) *Projeto para o campo;*
- c) *Aliança com a cidade;*
- d) *Disputa de hegemonia;*
- e) *Construção de cidadania.*

Anteriormente à análise das representações apresentamos algumas narrativas como mecanismo de ilustração quanto às vozes dos sujeitos entrevistados.

Na luta pela Reforma Agrária Popular. O *popular* pode ser pensado como um movimento de luta e de resistência. Hall (2003), ao conceber o popular como forma de luta entende-o como um espaço de constante tensão e embate entre as práticas das classes populares e os projetos das elites dominantes. Nesse caso, isso se evidencia a partir dos depoimentos dos sujeitos, na medida em que se aponta a busca constante do Movimento em pautar na esfera pública o seu projeto de Reforma Agrária Popular, baseado na agroecologia como contraponto alternativo e contra-hegemônico ao sistema do agronegócio no campo. Lutando junto aos governos e buscando apoio na sociedade para que este seja considerado como um modelo de agricultura para o desenvolvimento do campo, possibilitando a produção de alimentos para o abastecimento do mercado

interno, garantia da soberania alimentar e popular e um conjunto de outros direitos de cidadania.

Conforme De Certeau (1994), as culturas populares podem atuar com tática e astúcia na resistência e questionamento às estratégias e jogos do poder, cunhando possibilidades de transgressões da ordem hegemônica e de mudanças a partir das lutas cotidianas. Isso reforça outros elementos que aparecem na análise, demonstrando como o MST, a partir da inviabilização do modelo de reforma agrária clássica e do esgotamento do sistema de produção do agronegócio, se utiliza da astúcia das culturas populares, em relação aos saberes tradicionais – como o conhecimentos de pesquisadores–, para disputar o debate e desenvolver experiências concretas em torno da proposição de um novo modelo de agricultura para o campo, baseado na Agroecologia e na implantação de um amplo projeto de Reforma Agrária Popular sustentável. Renovando e ressignificando a importância da reforma agrária, a partir do sentido do popular como o lugar na utopia e da possibilidade de transformações sociais mediante a organização e resistência do povo camponês.

Produção de alimentos

“[...] O principal é o sentido universalizante, de que essa não é uma pauta do campo, e o que é o gancho desse sentido universalizante? É o [...] alimento saudável. [...] Como a gente vai se vincular o campo com a cidade? É o alimento. [...] A pessoa da cidade, ela entende a nossa luta a partir do alimento que chega na mesa dela [...]. Existe uma visão do MST, de que a nossa luta é o conflito, é a marcha, é a ocupação é o bloqueio de estrada, e a medida que a gente privilegia dentro das nossas mídias digitais (*site* e redes sociais) a feira, [...] a comercialização de alimentos, [...] isso vai gerando pra sociedade um outro sentido, de que a luta pela reforma agrária é [...] a luta por alimento, a luta por trabalho [...] (OLIVEIRA, SÃO PAULO, 2017).

A RAP [Reforma Agrária Popular] consegue sistematizar [...] a tarefa de demonstrarmos que não contestamos somente a concentração de terras no país, mas [...] também o que é feito com esta terra [...]. A comunicação, dentro deste contexto, possui uma tarefa central [...], de vincular a produção de alimentos saudáveis às ocupações de terras, marchas, trancas. [...] Esta visibilidade da pauta da RAP nas mídias digitais permite [...] nos relacionar com a sociedade a partir de um ‘novo’ elemento que é a produção de alimentos saudáveis em áreas da reforma agrária (PEREIRA, MATO GROSSO DO SUL, 2017).

[...] Estamos conseguindo falar que a reforma agrária popular produz alimentos saudáveis, mas eu acho que nós ainda cometemos o erro de falar mais do alimento saudável do que da reforma agrária [...] Falta a conexão, colar o projeto da reforma agrária com o alimento saudável [...]. **A grande mensagem e o grande símbolo que nós hoje estamos construindo sobre o que é a mensagem do MST é um bom produtor de alimentos saudáveis** (LIMA, SÃO PAULO, 2017).

A *Produção de alimentos* é uma das representações sociais que aparece com maior frequência nos depoimentos dos entrevistados. Na visão de alguns integrantes do Movimento ouvidos, há um esforço no conjunto do Movimento em difundir a narrativa do MST como produtor de alimentos saudáveis, procurando por meio disso dar materialidade ao seu programa de Reforma Agrária Popular e articulando a temática da agroecologia com a produção de alimentos saudáveis nos assentamentos.

Assim, o MST procura construir novos sentidos e significados acerca do seu projeto popular para o campo e os benefícios que o mesmo pode gerar indiretamente para a cidade. Buscando diante disso obter o apoio da sociedade para viabilizá-lo, garantir a legitimidade da luta e alterar a correlação de forças na sociedade para a conquista de suas demandas. Pois, como defendem Stédile e Fernandes (1999), os trabalhadores somente conseguem adquirir conquistas de direitos a partir das lutas social e de massa, que apresentam as condições de alterar a correlação de forças políticas de uma sociedade.

Desse modo, observa-se que a produção de alimentos nos assentamentos é difundida pelas mídias digitais e os demais meios de comunicação do MST, como um dispositivo universalizante, que procura difundir a amplitude do papel da Reforma Agrária Popular na sociedade atual, ao se colocar como um projeto alternativo. Mediante a divulgação de experiências da produção de alimentos nos estados, nos quais se busca mostrar não somente o processo produtivo, mas a organização produtiva dos sujeitos Sem Terra nesse processo. Isso, de forma objetiva, torna a produção de alimentos nos territórios dos assentamentos em instrumento central no estabelecimento de vínculos entre o campo e a cidade, proporcionando à sociedade urbana o conhecimento acerca do papel da reforma agrária na sociedade. Percebe-se assim, que o MST procura estabelecer uma mediação com a sociedade para a difusão de novas representações sociais sobre a luta dos Sem Terra e do MST, ancorado no elemento da produção de alimentos saudáveis.

Para avançar nesse sentido, alguns depoimentos apontam que o Movimento procura, por meio da sua narrativa comunicativa, romper com o estigma difundido na sociedade de gerador de conflito com o latifúndio quanto à disputa pela terra. E demonstrar que sua pauta não se concentra somente na contestação da concentração fundiária, mas também na forma de uso da terra e de trabalho dos camponeses, questionando o modelo do agronegócio, que utiliza a terra principalmente para a produção de *commodities* para exportação. Diante disso, articula-se a objetivação da

produção de alimentos com o conflito gerado pela disputa da terra, apresentando o resultado desse processo como elemento positivo, o qual possibilita a criação de novos sentidos e significados a partir da disputa do latifúndio pelos Sem Terra.

A comunicação tem um papel importante na construção e circulação desses novos sentidos em torno do projeto de reforma agrária do MST. Pois, como aponta Moscovici (2003), a função das representações sociais é tornar familiar algo não-familiar, provavelmente a construção de novos significados em relação à Reforma Agrária Popular irá depender da capacidade dos Sem Terra em fazer com que a sociedade consiga assimilar a produção de alimentos saudáveis como um elemento familiar e essencial desse projeto popular.

Contudo, percebe-se que através de um processo organizativo do Movimento nos assentamentos e com a criação de cursos de formação política e técnica – formais e informais na área da agroecologia –, busca-se incentivar a implantação de experiências produtivas de um projeto de agricultura baseado na Agroecologia, possibilitando traduzir o significado do seu projeto de Reforma Agrária Popular, para além da luta pela terra. Ou seja, o MST busca dar materialidade ao seu projeto para o campo, utilizando como instrumento de ancoragem a narrativa da produção de alimentos nos assentamentos, principalmente para o público urbano.

Para tanto, constata-se que o MST organiza um processo de comunicação popular, nos termos de Peruzzo (2006a), vinculado ao seu processo de luta, em que estabelece uma articulação entre as lutas que geram conflitos – como as ocupações de terra e marchas –, que chamam atenção da sociedade e garantem algumas conquistas perante os governos, aliado às práticas de produção de alimentos saudáveis, feiras, criação de agroindústrias, comercialização, entre outras experiências positivas e conquistas no campo da produção nos assentamentos.

Projeto para o campo

A Reforma Agrária Popular passa por uma mudança interna do movimento, [...] por uma relação com a sociedade, [...] também por uma **disputa de projeto político na sociedade**. [...] Isso é expresso nesses conteúdos, que a gente faz, mas também na forma como se utiliza esses conteúdos nos diferentes espaços. [...] Essa vinculação, entre a circulação das informações, [...] aos elementos de formação política é uma característica fundamental [...]. [...] É uma **representação social que vai provocando a construção de novos valores, a construção de uma nova sociedade, mudanças de hábito de alimentação e de comportamento**, e [...] também a um aspecto organizativo (JESUS, SÃO PAULO, 2017).

[...] O tratamento da RAP [Reforma Agrária Popular] em nossas mídias está diretamente relacionado à agroecologia e à produção de alimentos saudáveis. [...] **O projeto da RAP apresenta-se como uma alternativa real para a sociedade, principalmente no que se refere à produção agroecológica.** [...] A RAP só tem sentido porque ela está relacionada diretamente com práticas concretas nos assentamentos e acampamentos. [...] **É a síntese de um projeto para o campo brasileiro** que já possui uma aplicação real e efetiva em diversas áreas do MST. [...] **O Sem Terra que está com a foice na mão, rompendo a cerca e ocupando o latifúndio é a mesma pessoa que está produzindo alimento saudável** para vender nas feiras das grandes cidades [...] (PEREIRA, MATO GROSSO DO SUL, 2017).

[...] Não há dois MST, o que faz a luta política de ocupação de terras e prédios, nas marchas e manifestações, e o que produz. **Existe um movimento único que ocupa latifúndio e que constrói a Reforma Agrária Popular** em todas as suas dimensões, inclusive a de produção de alimentos. [...] **A Reforma Agrária Popular é um projeto amplo que se coloca como uma proposta de enfrentamento ao projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro** que beneficia empresas transnacionais, o agronegócio, e exclui os camponeses [...] (LIMA, SÃO PAULO, 2017).

Outra representação social presente na narrativa se refere à defesa de um *Projeto para o campo*. Nesse sentido, os depoimentos indicam que por meio da Reforma Agrária Popular os Sem Terra propõem um novo projeto político para o campo brasileiro, atualmente em disputa na sociedade, em que se busca construir novos valores sociais, centrados em uma mudança de comportamento em relação à questão da alimentação por um lado e, por outro lado, em processos organizativos de luta em torno da disputa do latifúndio. Assim, são colocadas em circulação representações que ancoram a proposta de um projeto popular para o Brasil, com outra concepção de agricultura e forma de vida no campo, baseada na produção agroecológica e defendendo temáticas como: “internacionalismo”, “soberania dos povos”, “soberania popular” “território” e a “defesa do meio ambiente”. Além, da luta política como um “direito dos trabalhadores” e a pauta da “democratização da terra”, que estão voltadas para o desenvolvimento econômico e social do campo e da cidade.

Nesse sentido, o elemento da Agroecologia se repete em várias das representações sociais ao longo da análise, pois de forma geral este é difundido pelos Sem Terra, na Reforma Agrária Popular, como projeto político e alternativo de agricultura para enfrentar e substituir o modelo do agronegócio, gerando viabilidade econômica e social para a produção de alimentos e a permanência dos camponeses no meio rural.

Identifica-se que a comunicação possui o papel político de auxiliar no processo organizativo do Movimento, gerando novos sentidos e concepções de mundo em torno da vivência no campo, construindo, com base na produção e difusão de um conjunto de

conteúdos, uma narrativa em torno do projeto de Reforma Agrária Popular, como uma alternativa viável e necessária, para uma sociedade mais justa e igualitária, que passa pelo acesso dos camponeses à terra e à produção de alimentos saudáveis.

Porém, alguns comunicadores e dirigentes relatam que a articulação entre a luta que gera o conflito em torno da disputa pela terra e a produção de alimentos nos assentamentos representa um desafio permanente a ser superado diariamente na produção e divulgação dos conteúdos nas mídias digitais do Movimento. Contudo, assim como concebe Moscovici (2003), a dinâmica das representações sociais relacionam-se à comunicação, já que a construção de novas representações apresentam como noção central o instrumento da linguagem, que se desenvolve no caso do MST, mediante práticas de comunicação populares apropriadas e difundidas pelos comunicadores e os sujeitos do Movimento, com base em processos de luta e ações que procuram colocar em circulação na esfera pública novos sentidos e significados em torno do seu projeto de Reforma Agrária Popular.

Diante disso, verifica-se a tentativa de modificar representações pré-definidas em relação ao estigma do conflito apregoado ao Sem Terra e gerar novos sentidos e significados positivos ancorados na produção de alimentos e de um projeto de agricultura para o campo, que se apresenta como alternativa de geração econômica e criação de novos valores sociais para uma vivência mais justa e igualitário no campo.

Aliança com a cidade

[...] Ainda não demos um salto maior que a reforma agrária é importante pro desenvolvimento do país, [...] pra gerar emprego, [...] pra gerar uma nova cidadania no campo e na cidade. Ainda tem num sentimento de justiça social. [...] Mesmo na esquerda nós **não conseguimos convencer a sociedade de que, [...] pode substituir o modelo do agro pela reforma agrária, como um modelo de desenvolvimento econômico.** [...] **O desafio [...] é fazer essa aliança com a cidade**, os alimentos saudáveis podem ser a chave. [...] Tem que ter uma outra perspectiva de se comunicar com os grandes centros (LIMA, SÃO PAULO, 2017).

Uma quarta representação social que se percebe com base nas entrevistas trata-se da necessidade da *aliança com a cidade*. Alguns depoimentos chamam atenção que, mesmo com o processo histórico de luta dos movimentos sociais e entidades sindicais em torno da terra e da reforma agrária no Brasil desde a década de 1950, como as Ligas Camponesas do Nordeste (MORISSAWA, 2001); atualmente a reforma agrária ainda não é considerada pela sociedade nem pelos governos, como um projeto de

desenvolvimento para o Brasil, com condições de substituir o modelo do agronegócio no campo, promover a geração de empregos e desempenhar papel importante na constituição de uma nova cidadania no campo.

Assim, para avançar nesse sentido e buscar a defesa da sociedade ao seu projeto de reforma agrária, alguns entrevistados destacam ser necessário que a sociedade urbana consiga compreender os objetivos das demandas do Movimento e os benefícios do seu projeto popular para o campo, bem como o processo de disputa de hegemonia que o MST desenvolve no embate ao modelo do agronegócio, além de entender a função e o significado dos assentamentos na sociedade brasileira. Ou seja, tratam-se de questões complexas e importantes que necessitam ser inseridas no debate da esfera pública.

Diante de tantos desafios, os depoimentos apontam ser necessário pautar a demanda da Reforma Agrária Popular, em vários espaços da sociedade, buscando ampliar sua visibilidade na esfera pública e sua articulação, principalmente com a sociedade urbana, inicialmente, a partir da questão da produção de alimentos e, aos poucos, incluindo outras temáticas na mediação, com os grandes centros urbanos, que no futuro possibilite a transformação da reforma agrária em um problema da sociedade como um todo, não somente do MST.

Disputa de hegemonia

[...] O nosso movimento, ele tem um projeto de sociedade, [...] construir uma sociedade livre de exploradores e explorados e pra isso [...] aponta a Reforma Agrária Popular, o processo de democratização da terra, como um caminho importante [...] para realizar o processo de transformação. E por outro lado, a gente tem uma mídia burguesa que quer legitimar os monopólios da terra, [...] o processo de exploração e dominação do capital. [...] A gente inclusive tem a tarefa [...] de gerar esse conflito no campo das ideias para se contrapor a esse discurso. [...] Nossa tarefa é tensionar, porque o nosso projeto é contra-hegemonico [...]. **A gente quer construir uma sociedade diferente e pra isso [...] necessita fazer o conflito em todas as esferas da sociedade e no campo da comunicação não é [...] diferente** (CARVALHO, BAHIA, 2017).

[...] A gente propagandear o nosso modelo de Reforma Agrária Popular, [...] já é uma contraposição [...] a um outro tipo de propaganda [...]. Nosso conteúdo, ele já existem em contradição à outro, ao conteúdo que é difundido pelo grandes meios de comunicação, em torno do projeto para o campo. [...] O campo para produção de alimento no nosso caso, ou o campo para a produção de lucro, [...] de *commodities* para ser vendido nas bolsas. Essa é a tensão principal [...], e também [...] da própria forma de viver do campo [...] hegemonicamente na sociedade a imagem de que o campo é atrasado [...]. E a gente tenta defender o contrário, a permanência da juventude no campo, das mulheres [...], pra ter um bom viver lá no campo, então, é uma tensão entre modelos de agricultura, mas também [...] entre modelo de vida, de sociedade no campo (OLIVEIRA, SÃO PAULO, 2017).

[...] É possível observar também uma articulação do agronegócio na tentativa de englobar a agricultura familiar – como na propaganda ‘Agro é Tec., Agro é Pop’. Diante deste cenário, há uma disputa entre a Reforma Agrária Popular e o agronegócio como estratégia viável para o campo brasileiro (PEREIRA, MATO GROSSO DO SUL, 2017).

Outra representação social muito recorrente, em relação ao papel das mídias digitais do MST quanto à pauta Reforma Agrária Popular na esfera pública, evidencia certa unanimidade por parte dos depoimentos em torno de uma *disputa de hegemonia* em relação a dois projetos para a agricultura e para o campo brasileiro, que se desenvolve com base em um conjunto de tensões entre as mídias digitais do MST e os oligopólios midiáticos.

Nota-se a partir dos depoimentos que as mídias digitais do MST atuam como um instrumento de poder convocatório das lutas e na difusão de reivindicações, contribuindo nas mobilizações de massa, luta por direitos e cidadania. Da mesma maneira que promove conflitos em torno da disputa de hegemonia com grupos contrários das elites, principalmente com o agronegócio que atualmente é o modelo de agricultura dominante no campo. Essas mídias realizam um contraponto à cobertura dos grandes meios sobre o MST e à reforma agrária, ao mesmo tempo em que tentam evidenciar a materialidade da Agroecologia como modelo alternativo ao sistema de agricultura industrial e excludente.

Nesse sentido, percebe-se que o MST, por meio do seu processo de comunicação baseada na luta social, desenvolve práticas comunicativas voltadas para a apropriação e o uso das mídias digitais, que vai além de tentar assegurar o seu direito à informação e a liberdade de expressão na sociedade. Assim, conforme Peruzzo (2007), os Sem Terra passam a utilizar o ciberespaço, ressignificando o mesmo a partir das suas práticas de comunicação popular e procurando assegurar o seu direito, enquanto sujeito coletivo, ao poder de se comunicar e usufruir dos canais de comunicação na produção e divulgação de conteúdos de seus interesses na esfera pública.

No entanto, os Sem Terra têm a dimensão que essa se trata de uma disputa incipiente e desigual, se comparada ao papel preponderante que os meios tradicionais ainda ocuparam no controle da esfera de visibilidade pública, em relação à pauta política, com aponta Gomes (2005), e o papel das mídias digitais nesse campo. Também é importante considerar que, de modo geral, a burguesia do campo financia os grandes meios de comunicação, além de controlar outros meios e mecanismos de influência, a exemplo da bancada Agropecuária no Congresso Nacional, que atua de forma eficaz

para disseminar seu projeto na sociedade. Assim, trata-se de uma disputa assimétrica e precária, se comparado ao alcance limitado dos meios populares e alternativos que o MST e os movimentos sociais do campo dispõem, para auxiliar na disputa de hegemonia, em torno da pauta da reforma agrária na esfera pública.

Portanto, a construção e circulação de novas representações sociais, mediante os processos comunicativos do MST, se desenvolve em torno da disputa de hegemonia em relação à pauta da reforma agrária e ao sistema do agronegócio na sociedade, uma vez que, se estabelece uma tensão ideológica quanto às concepções distintas desses dois projetos. Trata-se de uma disputa em relação a qual projeto de agricultura é mais viável para o campo na sociedade atual.

Os depoimentos apontam que esse conflito também se evidencia, enquanto por um lado, o MST pauta o projeto de Reforma Agrária Popular como alternativa para produção de alimentos saudáveis, baseado na Agroecologia; e por outro, o agronegócio, com apoio da grande mídia, busca manter sua estratégia predatória de produção de grande escala para o campo, tentando disseminar a narrativa de produtor da economia nacional e se apropriar do discurso da produção de alimentos, a partir de uma estratégia de propaganda e *marketing* em que tenta aglutinar a agricultura familiar ao seu modelo de produção, o que não condiz com a realidade do campo, como por exemplo, com uma campanha de propaganda veiculada nos principais grandes meios de comunicação “Agro é Tec., Agro é Pop”.

Nesse sentido, o MST estabelece uma disputa ideológica com os oligopólios da comunicação, a partir das suas mídias digitais, bem como do seu processo concreto de luta, procurando desmistificar junto à esfera pública uma visão negativa e distorcida do Movimento e de suas demandas. A maior tensão se concentra nas manipulações sobre as táticas de luta dos Sem Terra, como suas ações massivas em espaços públicos e a ocupação de latifúndios, em que a cobertura da grande mídia retrata a reforma agrária como um fator de geração de conflitos no campo e busca difundir a concepção de que este é um projeto ultrapassado. Diante disso, para os alguns entrevistados a narrativa de criminalização do MST é transposta e domina o espaço das redes sociais, encobrindo o contradiscurso apresentado pelo Movimento acerca da reforma agrária.

Isto posto, verifica-se que a tensão central na disputa de hegemonia gira em torno do campo como espaço para a produção de alimentos, outro projeto de vida com a permanência das pessoas nesse espaço e cidadania, defendido pelo MST e, por outro lado, o uso desse espaço voltado para a geração de lucro, concentração de capital e

terras por parte do agronegócio. A tensão também se manifesta em relação ao projeto de cidade, com a alternativa da produção de alimentos saudáveis para o abastecimento dos centros urbanos, ao contrário de campanhas do agronegócio de que não é possível produzir em larga escala no país sem o uso de agrotóxicos. Por fim, ainda se explicita uma tensão entre modelos de sociedade, defendido pela grande mídia e pelo agronegócio, em relação à legitimidade do monopólio da terra e a exploração do capital e outro sistema, proposto pelo Movimento, da democratização da terra, transformação social e o fim da exploração dos trabalhadores.

Diante disso, os depoimentos apontam que, uma das estratégias de comunicação do MST, é investir na geração do conflito de ideias na esfera pública, procurando se contrapor ao projeto hegemônico de agricultura, por meio de tensões e disputas de ideias em vários espaços da sociedade, e tentar construir e colocar em circulação novas representações sociais que indicam as diferenças entre a Reforma Agrária Popular e o agronegócio, enquanto modelos de agricultura e perspectivas de vida no campo. Percebe-se, contudo, a existência de uma estratégia de disputa e tensão que se estabelece por um lado, pelos movimentos sociais de luta pela terra e por outro, pelos grandes produtores e latifundiários, que circula principalmente nos oligopólios tradicionais da mídia com uma predominância do agronegócio e, de forma mais incipiente no ciberespaço, mediante uma visão alternativa do MST.

Em suma, constata-se que o Movimento utiliza a contraposição e diferenciação entre as características e consequências do modelo do agronegócio e o do seu projeto de reforma agrária para o campo. Assim, por meio do instrumento de comparação entre eles: os malefícios do agronegócio, e os benefícios do modelo de agricultura da Reforma Agrária Popular e vida para o campo, como atesta Marková (2006), os Sem Terra se utilizam de distinções entre os dois projetos, ou seja, de antinomias de oposição de pensamento, e por meio da linguagem tentam fomentar um conjunto de conflitos e tensões para chamar atenção da sociedade. Desse modo, a fim de construir novos significados e sentidos em relação ao projeto de reforma agrária e o modelo do agronegócio, gerando novas representações positivas, em relação à necessidade de implantação do projeto de reforma agrária pelos governos no país, o que proporcionaria melhores condições de vida aos camponeses e desenvolvimento econômico e social no campo. E, por outro lado, um conjunto de representações negativas quanto aos perigos do agronegócio para a sociedade. Ou seja, adota-se elementos de antinomias para

contrapor um polo ao outro, gerar tensão e mudanças nas representações sociais pré-concebidas ou consolidadas na sociedade.

Contudo, alguns depoimentos indicam que o MST tem conseguido realizar um contraponto político aos ataques da grande imprensa, por meio das suas ações práticas no processo de luta e ao adotar uma postura propositiva em torno do debate de temas importantes, em relação a algumas temática do campo, como o projeto de agricultura e a produção dos assentamentos, além de difundir o seu processo de luta mediante a forma organizativa dos acampamentos e chamando atenção da sociedade para o problema dos Sem Terra no Brasil. Nesse sentido, o MST tem procurado se afirmar na sociedade como uma organização política que desenvolve processos de luta de contra-hegemonia questionando o modelo de agricultura dominante, procurando alterar a correlação de força e construir resistência para um projeto de sociedade com valores que rompem com a lógica do capital, acenando para a busca de uma sociedade socialista.

Nesse sentido, conforme a discussão de Mata (2006) sobre a cidadania comunicativa, o MST se coloca na sociedade como um sujeito coletivo que busca o direito de acesso ao terceiro nível de cidadania comunicativa, a exercida, desenvolvendo um conjunto de ações e processos de mobilização para reivindicar direitos e ampliar a visibilidade das suas demandas. Assim, os Sem Terra percebem, logo no início do surgimento da organização, a necessidade em articular suas plataformas de reivindicações à luta por uma cidadania comunicativa, buscando organizar práticas comunicativas contra hegemônicas e alternativas para disputar o espaço dos meios de comunicação, devido à importância que a mídia adquire na visibilidade das pautas sociais no âmbito da esfera pública.

Para Peruzzo (2007, p. 18), com objetivo de conquistar a cidadania comunicativa, os movimentos populares vêm aliando suas lutas históricas e específicas, relativas aos direitos sociais e políticos “a busca do acesso aos meios de comunicação como direito de exercer a liberdade de expressão tanto em nível individual como coletivo”. Assim, o MST, compreende a necessidade em articular a luta pela terra e a reforma agrária à luta pela democratização dos meios de comunicação, assim como o acesso ao poder de comunicar na sociedade, buscando ampliar o debate em torno da temática da comunicação, cidadania e da democracia na sociedade. Como aponta nota do setor de Comunicação do Movimento, quanto à importância em lutar pela “[...] democratização dos meios de comunicação para a visibilidade dos processos de mobilização dos trabalhadores, apresentação das demandas de luta e apoio da sociedade

no enfrentamento aos retrocessos de direitos e na busca por transformações sociais” (SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST, 2017a, p. 1).

Nesses termos, os integrantes do MST demonstram certa cautela em relação ao uso das mídias digitais, apontando seus limites e contradições, e como ressalta Momesso (2007), considerando que grande parte dos meios de comunicação e instrumentos informativos pertencem à empresas privadas, que geralmente são detentoras de monopólios comunicativos, limitando e criando mecanismos de cerceamento à livre participação da sociedade no acesso à informação e nos processos comunicativos.

Os sujeitos entrevistados também apresentam ressalvas, em consonância com o que defende Gramsci, de que as práticas comunicativas precisam ser utilizadas de forma articulada com os processos culturais e educativos do Movimento, para auxiliar de forma mais efetiva na disputa de hegemonia na sociedade, em relação ao seu projeto de Reforma Agrária Popular. Percebe-se que essas questões também indicam uma relação com a visão de Moraes (2010), de que se utilizados de forma crítica por grupos populares e aliada a processos políticos que defendem um determinado projeto de sociedade, as mídias digitais podem colaborar na construção de consensos contra-hegemônicos e espaços de resistência, nesse caso, em torno da questão da reforma agrária e suas concepções de mudanças para a sociedade.

Construção de cidadania

“[...] Tem temáticas que estão vinculadas diretamente ao debate da Reforma Agrária Popular e que têm rendido muito nas redes sociais e que [...] precisa [...] ampliar. [...] O protagonismo das mulheres no processo da luta [...]. Um segundo elemento [...] tem a ver com o nosso modelo de produção, [...] a gente fala sobre agroecologia [...] está casando com alimentação saudável. [...] E aí tem [...] a juventude Sem Terra. [...] Tem muitos jovens que infelizmente ainda saem dos assentamentos pra poder estudar nas escolas da cidade [...]. Outro elemento que está surgindo [...], pensar os sujeitos LGBTs [...]. A gente precisa dialogar com a sociedade sobre essa temática porque faz parte do campo da visibilidade. [...] Não tá no imaginário da população [...] que existem sujeitos gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais no campo [...]. Essas questões não estão desassociadas dos projetos políticos defendido pelo movimento [...], fazem parte do processo de construção da luta” (CARVALHO, BAHIA, 2017).

A última temática de representação social que surge nos depoimentos aponta para a *construção de cidadania*, que se desenvolve mediante a busca por uma inserção e participação mais efetiva, de vários sujeitos sociais nos processos de luta do Movimento. O que vem contribuindo para que estes se reconheçam, como sujeitos de

direitos e se aceitem como indivíduos diferentes nos espaços do MST e na sociedade. Nesse contexto, alguns entrevistados relatam que nos últimos anos a organização tem procurado construir novas relações, em torno da visibilidade de grupos que lutam por direitos específicos, como as mulheres, negros/as e os LGBTs, criando mecanismos que contribuam para a inclusão e maior participação desses sujeitos nos processos de luta, bem como nos espaços de direção política e formação. São elementos que se inserem nas concepções do projeto de Reforma Agrária Popular, porém não recebiam muita preocupação por parte das direções, mas com o avanço e visibilidade em relação ao debate dessas questões na sociedade, nos últimos anos, isso tem exigido do Movimento uma ampliação e diversificação dos debates em torno de direitos específicos nos espaços internos, nas suas mídias digitais e demais veículos de comunicação.

O desenvolvimento dessas novas representações ocorre juntamente com o processo de luta do Movimento e o maior protagonismo desses grupos nos processos de luta e resistência. Os depoimentos apontam como exemplo o avanço do protagonismo das Mulheres Sem Terra, que se amplia a partir da organização do setor de gênero, pelas camponesas e mediante a criação de processos formativos e de articulações das mulheres Sem Terra nos Estados em que o Movimento se organiza, tal como, com outros movimentos e grupos de mulheres na sociedade. Culminando nos últimos anos na realização da “Jornada de Luta das Mulheres”, na semana do oito de março pelas camponesas do MST.

Desse modo, se observa a busca pela construção de uma nova cidadania em relação aos direitos das mulheres Sem Terra, que vem procurando assegurar uma participação mais igualitária de gênero nos espaços formativos e de direção da organização. Isso vem sendo implantado a partir da criação de normas de gênero, adotadas pelo Movimento, que procuram assegurar a participação de um homem e de uma mulher nas instâncias de direção do MST, desde os espaços locais aos nacionais⁵⁸.

Outro elemento trata-se da temática da juventude Sem Terra, com a criação de incentivos para a permanência dos sujeitos jovens Sem Terra no campo, a partir dos espaços da escola e dos territórios (acampamentos e assentamentos). E a questão da visibilidade dos sujeitos LGBTs, que vivem no campo, buscando dialogar com a sociedade sobre essa temática e romper com o sexismo, racismo e o sistema patriarcal que impera no campo. Um exemplo disso é a criação do Coletivo LGBTs do MST no

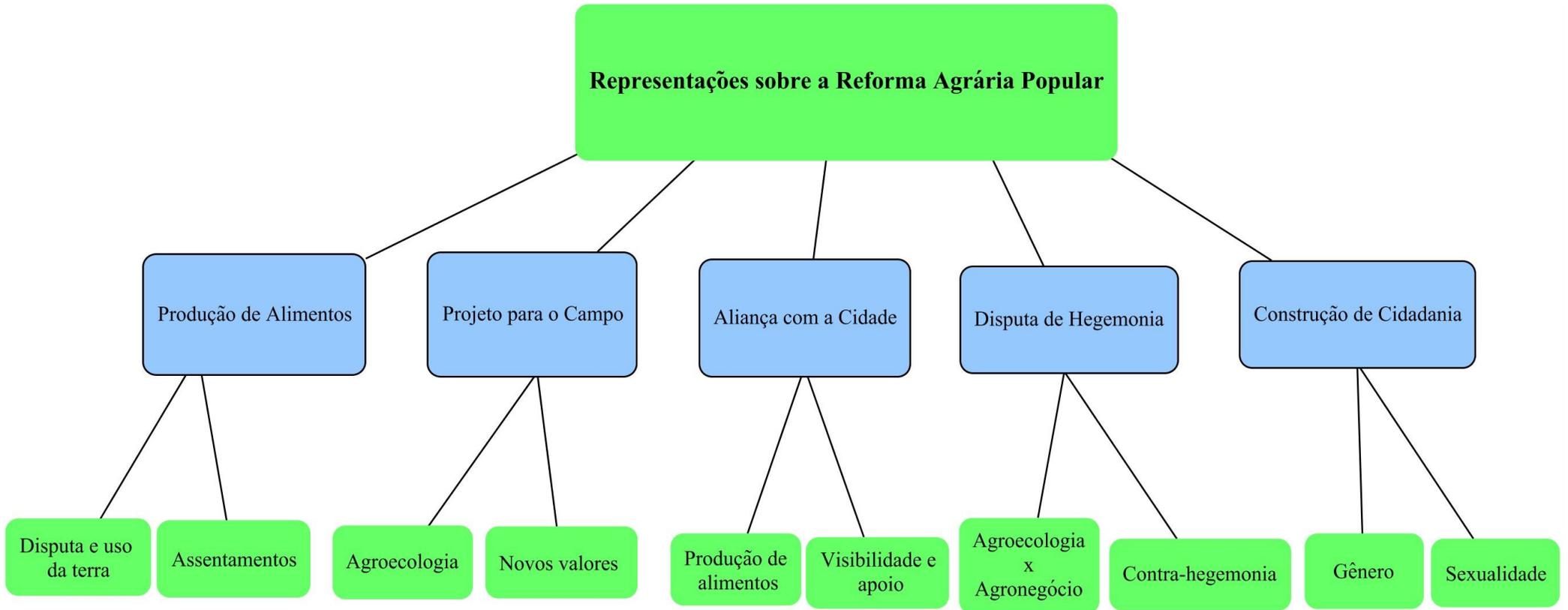
⁵⁸ Ver debate do tópico 5.1 A formação do MST.

final de 2017, que passa a se integrar aos outros setores e coletivos do MST, exigindo maior atenção do Movimento, em relação à formulação teórica e à construção de novas relações acerca da diversidade sexual nas instâncias e na base social.

A construção dessas novas representações se encontram em consonância com a discussão de Dagnino (1994), em relação à criação de uma nova cidadania, que se articula com o desenvolvimento de movimentos sociais de luta por direitos básicos, como a questão da moradia na cidade, da terra no campo e por direitos específicos, como o das mulheres, dos negros, homossexuais, do meio ambiente, entre outros. No caso específico do MST, percebe-se que essas demandas de direitos específicos da nova cidadania, têm aflorado na sua base social e demandado construções de novos processos internos e externos de debate, formação e criação de instrumentos que promovam a inclusão e participação efetiva e igualitária desses sujeitos no processo de luta e vivência no campo. Verifica-se uma articulação do projeto de Reforma Agrária Popular, no que se refere à defesa de valores igualitários, de solidariedade e humanismo (MST, 2007), no sentido de agregar a luta por uma nova cidadania de direitos desses sujeitos a demandas mais gerais de cidadania, em relação à disputa da terra, de modelo de agricultura, educação do campo, entre outros, que compõem o conjunto de direitos e mudanças.

A seguir, apresentamos um quadro com a síntese das análises realizadas a partir das entrevistas. A figura 3 revela o mapa das representações construído com base em depoimentos de dirigentes e comunicadores ouvidos no estudo, acerca das representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular nas mídias digitais do MST.

Figura 3 - Reforma Agrária Popular: mapa das representações sobre a Reforma Agrária Popular do MST construído a partir das entrevistas



Fonte: a autora, 2018.

O mapa das representações acerca do projeto de reforma agrária do MST se encontra ancorado nas representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular, com base em depoimentos coletados em entrevistas semiestruturadas, com dirigentes e comunicadores do Movimento. Portanto, essas representações evidenciam as concepções desses sujeitos e como os mesmos percebem que são construídas, reconfiguradas e colocadas em circulação as representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular nos espaços das mídias digitais da organização. As informações apresentadas na figura 3 se relacionam com as concepções de Moscovici (2003) e Jovchelovitch (2000), que consideram as representações como processos de mediação simbólicas que, a partir da linguagem, se realizam por meios de processos comunicativos e de interação entre os sujeitos, na mediação com os meios de comunicação, e estabelecem a construção de um conjunto de sentidos e de saberes em relação à vivência dos sujeitos e das coisas no mundo. Assim, de modo geral, tais significados e conhecimentos mobilizados a partir da construção das representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular do MST passam a circular na esfera pública e a conferir sentido às ações dos Sem Terra e desse Movimento nos espaços públicos de debate e na pauta política do país.

Assim, as representações acerca da Reforma Agrária Popular, por meio das informações sobre sua visibilidade nas mídias digitais do Movimento, se formam como uma construção política, cultural e social sobre os processos de luta do MST e da vivência da sua base social na disputa da terra com o latifúndio e no embate com o agronegócio. O processo de disputa é baseado na defesa da Agroecologia como modelo para produção de alimentos, a ser implantado mediante o projeto de Reforma Agrária Popular, como alternativa viável e necessária para o desenvolvimento do campo brasileiro. Nesse sentido, as representações sobre a centralidade da produção de alimentos e o projeto de disputa de hegemonia para o campo aparecem em vários momentos, se complementando e relacionando com sentidos comuns, como a necessidade de políticas públicas para ampliação do modelo agroecológico e a maior visibilidade das experiências produtivas a partir das feiras de reforma agrária, que em geral, se completa com os enunciados simbólicos de necessidade de aliança com os centros urbanos. Com o propósito de ampliar a mediação com a sociedade, buscando apoio da população à pauta da reforma agrária e criar novas concepções de cidadania no campo, tendo em conta a diversidade e as necessidades específicas dos cidadãos que vivem nesse espaço.

Seguindo na análise com base nas entrevistas, quanto aos limites e desafios no uso das mídias digitais pelo MST, em relação à pauta a Reforma Agrária Popular, percebe-se que os depoimentos apontam dois desafios centrais para melhorar a mediação na sociedade e mais um conjunto de outras ações mais pontuais. De forma geral, os entrevistados demonstram ter consciência de que as mídias digitais passam a ter um papel importante na visibilidade de pautas sociais e demandas populares no debate da esfera pública, como a questão da reforma agrária.

O primeiro desafio trata-se da dificuldade que o Movimento enfrenta no ciberespaço para conferir materialidade ao seu projeto de reforma agrária, mediante a vinculação com experiências concretas desenvolvidas na sua base, como por exemplo, a produção de alimentos saudáveis. Em segundo lugar aponta-se a necessidade de investir em processos formativos para melhorar a participação nas redes digitais dos sujeitos Sem Terra.

Quanto à primeira dificuldade, os relatos se concentram na necessidade em melhorar a conexão entre a Reforma Agrária Popular e a produção de alimentos, para a difusão na sociedade do MST como um “produtor de alimentos saudáveis”. A ideia é apresentar o modelo de reforma agrária da organização como uma alternativa para a produção de alimentos, voltado para o abastecimento dos centros urbanos e do campo, sem o uso de agrotóxicos e em equilíbrio com o meio ambiente. Para tanto, indica-se ser preciso avançar no campo da comunicação, repensando as linguagens e a estética para melhorar a articulação da Reforma Agrária Popular, como uma estratégica central do Movimento. Relacionando a Reforma Agrária Popular com as várias ações concretas que vêm sendo realizadas no país, como os avanços no modelo da agroecológico, de cooperação, feiras, a dimensão da cultura, a educação, formação, na questão de gênero e na discussão da diversidade sexual.

O segundo desafio estaria em romper com uma estrutura vertical de comunicação da organização que é reproduzida nas redes, tentando estimular uma participação mais descentralizada entre a base social do MST e na interação com a sociedade, com parceiros políticos e apoiadores da reforma agrária. Porém, para isso o setor de Comunicação do MST precisa criar práticas comunicativas para adaptar seus conteúdos às linguagens específicas das plataformas virtuais, como por exemplo, *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp*, facilitando a interação e o engajamento do público Sem Terra nessas redes. Ainda nessa área, coloca-se o desafio de capacitar mais militantes para atuar no setor de Comunicação do MST, melhorar a formação política dos

comunicadores na área das redes digitais a partir dos seus locais de atuação. Bem como ampliar os investimentos em formação política e técnica dos seus militantes e da base social do Movimento em relação às mídias digitais.

Observa-se, com base nas entrevistas, um desejo do Movimento em amplificar o acesso da sua base social às mídias digitais e, principalmente, às suas redes sociais. Para tanto, propõe-se a criação de uma rede de apoio que avance principalmente na participação da juventude do campo, para o avanço da comunicação nas redes. Nessa perspectiva, os depoimentos apontam também a necessidade em formar uma nova geração de agricultores ligados à comunicação e às mídias digitais, com conhecimentos sobre temas da agricultura camponesa e da agroecologia.

Em suma, identifica-se que os depoimentos indicam a necessidade em ampliar o engajamento da base social do MST, não somente mediante o acesso das mídias digitais. A proposta propõe um protagonismo mais efetivo, conforme as concepções de Castells (2006) e Di Felice (2014), em que os Sem Terra dos acampamentos e assentamentos passem a atuar como produtores de conteúdos para as redes, obtendo função ativa e autônoma nos processos comunicativos do Movimento (PERUZZO, 2006a).

Assim, percebe-se uma defesa na descentralização da produção comunicativa digital e ampliação de uma comunicação popular e cidadã, que contemple as realidades diversas dos sujeitos Sem Terra nas mídias digitais do Movimento. Contudo, esses são desafios de longo prazo, que dependem de um conjunto de avanços na descentralização da comunicação do MST na área das mídias digitais, tanto quanto na melhoria de acesso a essas tecnologias no campo e capacitação dos trabalhadores rurais para o uso das mídias digitais. Nessa perspectiva, como aponta Esteves (2011), o estabelecimento de um acesso mais equilibrado entre os distintos grupos sociais somente se viabilizaria com a criação de uma rede pública virtual de comunicação e serviços públicos de incentivos e capacitação cidadã, para ser possível sonhar como um acesso mais igualitário entre os mais pobres e as elites.

Um outro conjunto de depoimentos evidencia a preocupação e cautela dos integrantes do MST com as contradições mercadológicas e os limites das mídias digitais em relação à disputa de hegemonia na esfera pública. Alerta-se para a necessidade do cuidado por parte do Movimento ao se apropriar de espaços nas mídias digitais, pois há um entendimento de que o ciberespaço possui limites e contradições. Com isso,

procura-se combater uma concepção romantizada em relação às mídias digitais como um espaço de democratização.

Nesse sentido, Esteves (2011), defende que as mídias digitais não possuem vocação democrática, pois se integram ao desenvolvimento da sociedade capitalista permeada por um conjunto de desigualdades. Assim, os limites democráticos não são determinados pelas tecnologias, mas pelos sistemas políticos e sociais de cada sociedade, que precisam eliminar as barreiras às mídias digitais e criar instrumentos para um acesso igualitário entre os cidadãos e uma participação mais efetiva nos assuntos comuns da esfera pública.

Por outro lado, percebe-se uma consciência dos entrevistados em relação aos limites das mídias digitais, na disputa de hegemonia na sociedade, quanto ao embate com os monopólios de comunicação, principalmente em relação ao poder da TV. Os depoimentos defendem, portanto, que a disputa de hegemonia entre esses meios de comunicação se estabelecem, inclusive de forma incipiente e precária, devido às diferenças de alcance e acesso a esses meios. Não sendo possível pensar a disputa de hegemonia de forma descolada do processo de luta do MST e de um conjunto de ações desenvolvidos pelos Sem Terra na sociedade. Como mudanças de concepção e sentidos que ocorrem a partir da construção de novas relações no campo da cultura, produção de alimentos, educação do campo, saúde, comunicação, entre outros elementos, que na visão gramsciana, contribuem para a construção de um novo consenso por parte da classe domina (classe trabalhadora).

Nesse sentido, nota-se uma certa ressonância com o debate apresentado por Gomes (2005), quando defende que a *internet* não tem se afirmado na sociedade, como uma influência alternativa em relação à sociedade civil na esfera pública, além de representar impacto insatisfatório no avanço do processo democrático e interferir de forma limitada para a promoção de mudanças políticas na sociedade atual. Ainda nesse campo, Maia (2000) concorda em parte com visão, ao apontar que as mídias digitais não têm condições de garantir uma reflexão crítica na sociedade civil, quanto à participação e quanto aos debates políticos ou de pautas de interesse comum na esfera pública. Porém, ao mesmo tempo, a autora chama atenção que os movimento sociais, como no caso específico do MST, têm obtido alguns avanços com o uso das redes digitais, pois são sujeitos políticos que possuíam uma atuação efetiva na esfera pública anterior ao surgimento dessas mídias. Ou seja, não são movimentos sociais que surgem com o advento da internet. Assim, o MST somente adapta suas estratégias de comunicação as

transfere para a disputa de uma nova esfera de visibilidade, procurando ampliar o alcance da sua luta social e das suas demandas na sociedade.

Diante disso, compreendemos que, na medida em que as mídias digitais do MST se encontram ancoradas a um processo amplo de lutas concretas e disputa de hegemonia na sociedade, em relação à pauta da reforma agrária, se torna possível argumentar, com base em alguns elementos apontados por Carlón (2009), que as mídias digitais possibilitam novas práticas de comunicação em rede. E, ainda que de forma limitada, elas têm tido papel importante em auxiliar no rompimento da centralidade e hierarquia dos meios de comunicação tradicionais, possibilitando ampliar a visibilidade pública de pautas e demandas sociais de grupos populares. Assim, contata-se uma possível ampliação da esfera pública para o ciberespaço, no que se refere à visibilidade de algumas pautas sociais, mediante o ativismo de organizações populares consolidadas na sociedade, a exemplo do MST.

Diante dos limites e desafios, os depoimentos apontam como uma das saídas, a necessidade do MST em agregar como central à pauta da luta pela terra e da reforma agrária à bandeira da democratização da comunicação para um avanço, inclusive da sua luta política e dos movimentos sociais na sociedade. Propõe-se, ainda, a necessidade em ampliar essa articulação para uma organização de frentes amplas de lutas com a participação de vários setores populares em torno da pauta da luta pela democratização da comunicação, transformando-a em uma demanda central na pauta da classe trabalhadora brasileira.

Trata-se de mostrar com mais evidencia o caráter nem sempre controlado e previsível deste processo de construção da própria representação. Esta questão também vale para este processo de apropriação dos conteúdos do MST por outros militantes e movimentos sociais, que compartilham em seus canais pessoais, e que acabam também dando continuidade, remodelando as representações do MST.

6.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O MST

Em relação às representações dos sujeitos entrevistados sobre o MST, percebemos que a representação mais recorrente na narrativas se refere a uma possibilidade do MST ser um agente de *mudança na sociedade*, visualizada pelos sujeitos Sem Terra a partir da luta social e da ação política do Movimento na atualidade. Conforme os depoimentos: “O MST representa para mim, uma nova forma [...] de vida

digna para as pessoas envolvidas, e também uma maneira de mudança em nossa sociedade capitalista” (SILVA, PARANÁ, 2017).

A possibilidade mais concreta que existe hoje de **transformação radical da sociedade**. [...] o MST, [...] ainda se mantém no Brasil como principal experiência concreta de construção de autonomia entre pessoas altamente exploradas pelo capitalismo (PEREIRA, MATO GROSSO DO SUL, 2017).

O MST representa [...] a **formação de consciência enquanto ser humano, de uma mudança de vida** [...], a minha formação [...]. Consegui terminar um curso de graduação no campo na área da Comunicação. [...] Representa luta [...]. Pelo fato de a gente querer uma reforma agrária no Brasil. [...] De pensar enquanto classe trabalhadora [...] **uma sociedade mais justa** [...] (FERREIRA, PARÁ, 2017).

O MST [...] defende [...] a **mudança de paradigma de uma sociedade**. Numa sociedade de exclusão e divisão de classes, o Movimento forma a sociedade e **questiona o sistema**. E por isso dá uma contribuição enorme no debate do que queremos para sociedade (SANTOS, SERGIPE, 2017).

A transformação social desse país. [...] E nesse processo incluindo pautas que são fundamentais, como os direitos das mulheres, das LGBTQs, das negras e negros. É essa capacidade de se posicionar na sociedade como instrumento político para a construção de **um sujeito coletivo que lute pela emancipação da classe trabalhadora, que vai muito além da luta pela terra** (COSTA, BRASÍLIA, 2017).

O MST **mudou muito a minha vida**, [...] minha **concepção de sociedade** [...]. Me fez perceber enquanto sujeito de luta [...], me fez enxergar enquanto um sujeito LGBTQ. [...] Foi no MST que eu me descobri enquanto comunicador popular, [...] me entendi enquanto sujeito negro [...]. O movimento simboliza pra mim sinônimo de diversidade [...], **de resistência e de construção coletiva** [...]. **Uma base** [...] **de formação** [...] **e de luta** [...] (CARVALHO, BAHIA, 2017).

Representa **um projeto de futuro** [...]. O MST ele aparece como uma **ferramenta propícia para quebrar as estruturas no campo**, [...] do latifúndio [...]. **Novas formas de sociabilidade no campo**. [...] A gente tenta [...] não reproduzir os padrões culturais, os padrões sociais que a gente tem lá fora, mas sim inventar o novo, [...] **o futuro a partir do agora**, [...] tentando criar novas relações de gênero, de diversidade de uma forma geral, geracional [...] (OLIVEIRA, SÃO PAULO, 2017).

Os depoimentos apontam que o MST pode ser considerado como uma das principais organizações sociais, com condições de promover “transformações sociais na sociedade capitalista”⁵⁹, representando uma possibilidade de “mudança para os trabalhadores Sem Terra, de uma vida mais digna no campo” e com condições de contribuir na “construção de uma autonomia entre os sujeitos explorados”. O desafio estaria em cultivar o horizonte revolucionário aliado às lutas táticas e corporativistas imediatas relacionadas à sua base social. Nesse sentido, para os sujeitos Sem Terra

⁵⁹ No decorrer desse tópico, as palavras e frases que aparecem entre aspas, evidenciam ideias gerais concluídas com base nas narrativas dos entrevistados.

ouvidos, o Movimento vem se afirmando como um “instrumento político”, que atua na “formação de consciência” dos trabalhadores do campo e na atualização de discussões de pautas que compõem o projeto de Reforma Agrária Popular.

Como algumas pautas específicas que englobam direitos específicos e “fundamentais”: das mulheres, dos negros/as e LGBTs, que de modo geral, na atualidade tem exigido a “ampliação do debate e da visibilidade dessas demandas” nos espaços do MST, demandando a construção de relações mais justas e igualitárias entre o público rural, internamente com sua base e, externamente, com a sociedade. Nesse sentido, o Movimento tem contribuindo com esses sujeitos no incentivo a novos meios de se “posicionar na sociedade” e buscar formas de “emancipação como trabalhadores” e sujeitos de um conjunto de direitos, mediante a participação social em espaços e processos coletivos de luta, demonstrando que seu projeto político de mudanças social extrapola a demanda da “luta pela terra”. Com isso, identifica-se uma tentativa de construção de uma nova cidadania, em relação a um conjunto de direitos específicos dos sujeitos Sem Terra, que precisam ser respeitados, buscando garantir participação igualitária entre esses públicos nos processos de luta social e nos espaços de vivência no campo: acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, grupos coletivos, entre outros.

Observamos que as representações acerca de um conjunto de mudanças apontadas pelos entrevistados percebem o Movimento como um agente político que desempenhou papel decisivo para algumas mudanças pessoais de concepção de mundo e possibilitou descobertas individuais no âmbito de direitos sociais específicos e a busca de uma nova cidadania, em que os sujeitos passam a se aceitar como são e se ver como sujeitos de direitos, que devem ter suas diferenças respeitadas na sociedade e nos espaços coletivos da organização que participam.

Nota-se uma tendência em representar o MST como um projeto de mudança para o futuro de sociedade, como uma organização política com condições de contribuir na luta pelas transformações das estruturas hegemônicas e desiguais do modelo de agricultura atual do agronegócio, que domina o campo, e em “mudanças estruturais” na sociedade. Nesse sentido, indica-se que o Movimento tem condições de enfrentar o “problema do latifúndio”, apresentando um projeto alternativo e contra-hegemônico para eliminar a concentração da terra e desenvolver um modelo de agricultura mais equilibrado e inclusivo. De modo que, a partir de uma “prática cotidiana” de “luta coletiva”, vem contribuindo para a criação de “novos modelos de sociabilidade no

campo”, a partir da defesa do projeto da Reforma Agrária Popular. Diante do seu processo de luta e do protagonismo político do Movimento em torno de problemas sociais contemporâneos, fica evidente que, mediante a participação nos processos de luta e ações coletivas, os integrantes da organização colocam em curso a “construção de novos valores” e formas alternativas de sociabilidades nos espaços rurais, contemplando o “exercício de uma nova cidadania”, com outros “padrões culturais”, “novas relações de gênero”, respeito à “diversidade sexual” e às características “geracionais dos sujeitos”.

Nesse sentido, entende-se que, apesar das contradições e dos desafios a serem enfrentados pelo Movimento, a representação da mudança passa a ser relacionada com a questão da diversidade, da resistência e de uma construção coletiva que possibilita aos sujeitos Sem Terra processos de formação, nos quais estes conseguem se enxergar na sociedade como cidadãos detentores de um conjunto de direitos.

O MST é uma **organização política**, que não é um movimento popular, [...] que tem um **cuidado com os seus quadros, com a sua base, com a política de alianças, com a disciplina, com a unidade**. [...] É uma organização política com um monte de erros, mas com mais acertos. [...] **Organização de esquerda de trabalhadores rurais Sem Terra**, com os problemas, [...] as dificuldades que no campo brasileiro, e como tal, ela **depende muito da luta política da cidade** (LIMA, SÃO PAULO, 2017)

O MST é o meu grande **educador pedagógico** [...], além de uma **organização política**, [...] é um **corpo coletivo que ajuda a educar** os seus indivíduos e seus militantes. [...] Ele **disciplina**, ele te estimula, ele também te coloca em situações, que são [...] contraditórias, que **te fazem avançar, às vezes recuar**, [...] mas [...] tem essa função de um **corpo coletivo educador**, [...] na minha formação. E o movimento [...], no meu caso tem a ver com uma **concepção de mundo de vida**, mas ele também é um projeto pessoal, na medida em que eu sou assentada da reforma agrária [...] (JESUS, SÃO PAULO, 2017).

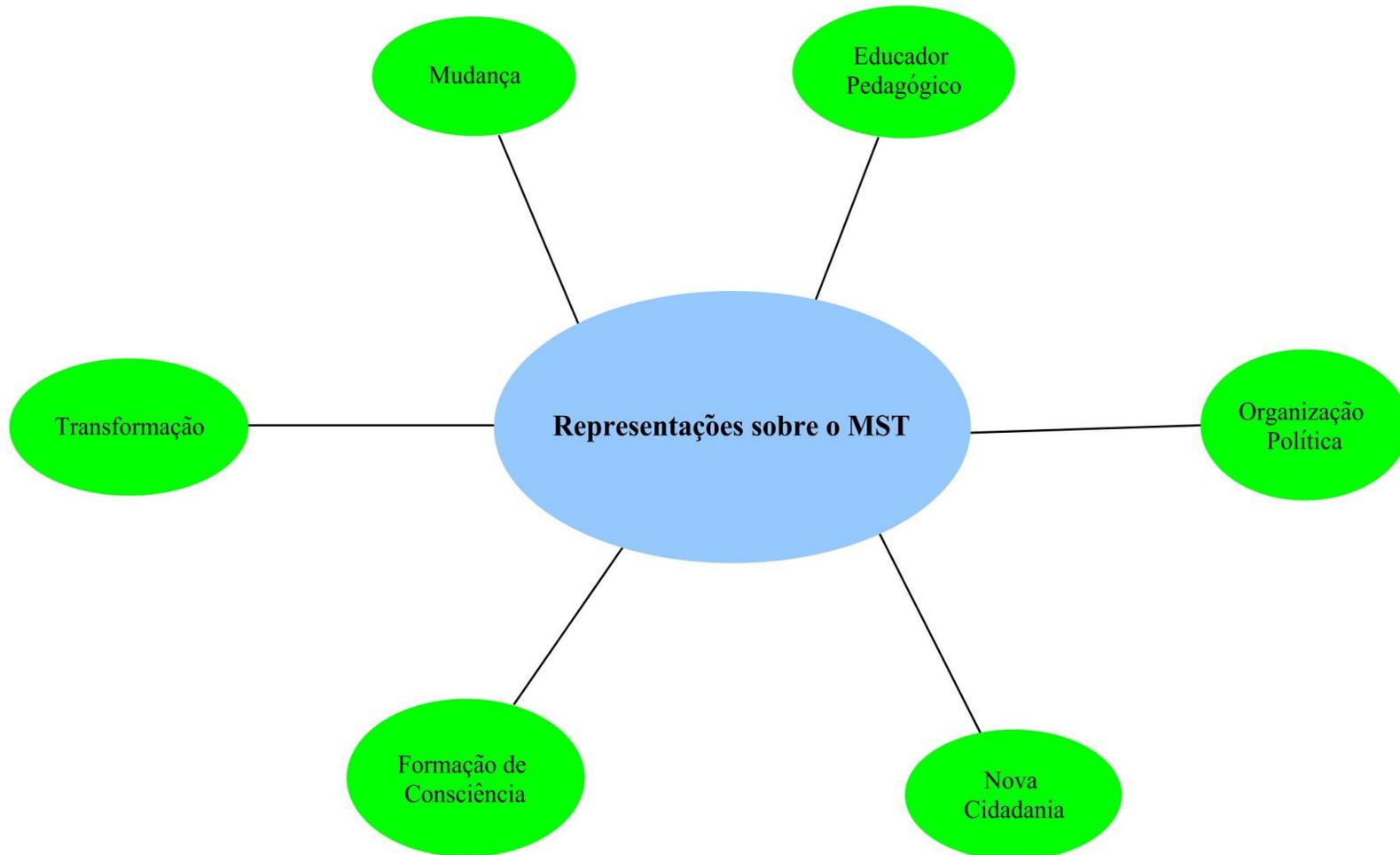
Por fim, o bloco de entrevistas acima aponta para um grupo de representação mais geral em relação ao MST. Representando o Movimento como um sujeito coletivo que atuaria como uma “organização política” e teria a função de “educador pedagógico”, junto aos sujeitos Sem Terra e nas suas ações na sociedade brasileira. Em uma das representações, a organização é pensada para além da sua função de movimento social, mas como uma “organização política” com atuação ampla na sociedade, que se preocupa em “formar quadros políticos, organizar uma base social e construir uma política de alianças” com a classe trabalhadora, em torno do seu projeto popular e de projetos mais amplos de mudanças na sociedade capitalista. Percebe-se que essa concepção se ancora em uma visão gramsciana de disputa de hegemonia em torno

da pauta da reforma agrária na sociedade. Nessa perspectiva, o MST é concebido como uma “organização de esquerda do campo”, que mesmo enfrentando dificuldades possui o desafio de “aliar seus processos de luta e ações específicas para uma luta política mais ampla”, em parceria com outros movimentos sociais e organizações populares, necessitando do “apoio político de organizações de trabalhadores urbanos”, bem como das “populares das cidades” para sobreviver, impulsionar seu processo de luta e modificar a correlação de forças na sociedade em torno da pauta da reforma agrária, para a obtenção de conquistas.

Encerrando o ciclo de representações sobre o MST, similar ao primeiro bloco, percebe-se uma concepção que parte do geral para o individual, com a inclusão do sujeito como “integrante do processo de aprendizado e crescimento crítico”. Neste caso, o Movimento é pensado para além de uma “organização política”, sendo representado como um “educador pedagógico coletivo”, que mediante a sua “forma organizativa, disciplinar” e na “vivência dos processos coletivos de luta”, auxilia em uma “educação e formação mais crítica”, quanto à sociedade e seu funcionamento. E possibilita o desenvolvimento de uma “visão de mundo diferenciada”, tal como estimula a conscientização dos sujeitos como detentores de direitos e a participação política em processos de “luta por direitos” e no “exercício da cidadania”.

A seguir apresentamos um quadro síntese das análises realizadas. A figura 4 refere-se ao mapa das representações acerca da organização, composto com base nas representações sociais sobre o Movimento Sem Terra, elaborado a partir das entrevistas dos integrantes do Movimento, que participaram do estudo, realizadas no período de 2017.

Figura 4 – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: mapa das representações sobre o MST construído a partir das entrevistas



Fonte: a autora, 2018.

De modo geral, os depoimentos evidenciam que o projeto do MST, quanto à questão da organização, formação e concepção de mundo, passa a representar uma forma de mudança de vida, para um conjunto de sujeitos Sem Terra, que de alguma maneira se integram ao seu processo de luta, se tornando assentados e fazendo parte da sua base social, ou se integrando como militante à luta política na sociedade. Contudo, percebe-se, com base nas narrativas dos sujeitos entrevistados que, de forma geral, as representações do MST, se ancoram em uma visão do Movimento como um agente político coletivo que propõe um conjunto de mudanças sociais e se envolve em processos de luta que ultrapassam a disputa pela terra e o projeto de Reforma Agrária Popular, visando processos de mudanças pela emancipação da classe trabalhadora.

6.4 REPRESENTAÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA POPULAR EM PRODUÇÕES INFORMATIVAS DE ATIVIDADES NACIONAIS DO MST

Procurando tornar a pesquisa mais rica e completa, a seguir apresentamos duas análises acerca das representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular, com base na produção informativa em texto, publicadas nas páginas *on-line* da *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, de outubro de 2015, e da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*, de abril de 2016. As duas páginas especiais estão hospedadas na plataforma *on-line* do MST, como abordado anteriormente no capítulo metodológico.

6.4.1 As representações sobre a Reforma Agrária Popular na *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST* de 2015

Durante a primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, realizada entre 22 e 25 de outubro de 2015, no Parque Água Branca, em São Paulo, o setor de Comunicação do Movimento organizou uma página *on-line* especial da Feira (figura 5), vinculada ao portal *on-line* do MST. O objetivo foi publicar conteúdos informativos (reportagens, entrevistas, vídeos, imagens, etc.), produzidos anteriormente e durante o evento, para sua divulgação e ampliação de diálogo com a população sobre a produção de alimentos nos assentamentos e a importância da reforma agrária no país⁶⁰.

⁶⁰ Análise publicada em ebook: Morigi; Engelmann; Stueber (2016).

A página da *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST* de 2015 apresenta interface simples com design moderno. Além da data e local do evento (com link de acesso ao *Google maps*), a ilustração no topo da página contempla a diversidade cultural, sexual e de gênero a partir de personagens representados ao lado de alimentos e instrumentos musicais, com o intuito de retratar a riqueza multicultural e de sabores oferecidos no evento. A página também possui fotografias e um conjunto de 24 reportagens, das quais 10 foram selecionadas para compor o estudo empírico.

As informações sobre a *Feira da Reforma Agrária do MST*, dispostas no texto inicial do portal virtual dão conta de que o evento teve a participação de mais de 800 agricultores e agricultoras de 23 estados brasileiros e do Distrito Federal. Que expuseram e comercializaram a preços populares 220 toneladas de produtos, procedentes de 80 cooperativas, associações e assentamentos do Brasil. Também foram montadas 15 cozinhas das cinco regiões brasileiras, que serviram mais de 10 mil refeições. Durante quatro dias, cerca de 150 mil pessoas visitaram o evento. A Feira ocorreu em São Paulo e a quantidade de alimentos, produtores envolvidos e o público participante evidenciam o impacto positivo da mesma na visibilidade do MST e dos camponeses assentados.

A partir do papel de referência no debate público da reforma agrária no Brasil desempenhado pelo portal *on-line* do MST, a página *on-line* da *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST* de 2015 coloca em circulação sentidos importantes na constituição e (re)construção das representações sobre a viabilidade do seu projeto de Reforma Agrária Popular, a partir da função da produção de alimentos dos assentamentos e das ações do MST nesse processo. Esta afirmativa baseia-se tanto nos pressupostos teóricos das representações sociais (MOSCOVICI, 2003; JOVCHELOVITCH, 2000), quanto na aplicação das técnicas de análise das matérias selecionadas para o estudo e a construção do mapa representacional (BARDIN, 1977; SPINK, 2013; GUARESCHI, 2000).

A partir de uma pré-análise dos títulos da página da *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST* de 2015, identificou-se quais se relacionavam ao tema de estudo. Sobre um total de 24 matérias publicadas, dez foram analisadas⁶¹. Os critérios de seleção se basearam nos títulos que remetessem ao evento (pois a página traz também notícias de

⁶¹ Os textos analisados estão nas referências.

outras experiências e locais) e na temática da produção de alimentos nos assentamentos, relacionadas à questão da Reforma Agrária Popular.

As representações sobre a Reforma Agrária Popular foram analisadas a partir dos conteúdos informativos divulgados nos textos durante o evento. Os conteúdos trazem questões referentes aos produtos e à produção dos alimentos, aos sabores e saberes, à cultura popular e às demandas políticas e sociais do Movimento.

Da mesma forma que na análise das entrevistas, verifica-se que a construção das representações sobre a reforma agrária na concepção do MST vem acompanhada do adjetivo “popular”, sendo denominada de Reforma Agrária Popular. A partir da análise informativa da *Feira Nacional de Reforma Agrária do MST* de 2015, percebe-se que as representações são tecidas por diferentes atores sociais que integram as organizações da sociedade civil, do governo, do próprio MST e do público participante.

Figura 5 - Página on-line especial da Feira Nacional da Reforma Agrária do MST de 2015



FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA DE 22 A 25 DE OUTUBRO
PARQUE ÁGUA BRANCA
SÃO PAULO - SP

Entre os dias 22/10 e 25/10, mais de 800 agricultores(as) de 23 estados mais o Distrito Federal estarão presentes na **1ª Feira Nacional da Reforma Agrária** no Parque da Água Branca, em São Paulo.

A população paulistana terá acesso a toneladas de alimentos a preços populares, produzidos nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária de todas as regiões do país.

Além da feira, quem vier ao Parque encontrará também uma vasta programação, com shows, intervenções culturais, seminários e uma Praça de Alimentação com comidas típicas de cada região.

A Feira também é uma oportunidade de estreitar o diálogo entre a população do campo e da cidade, mostrando a importância da Reforma Agrária na produção de alimentos saudáveis para a massa do povo brasileiro.

Informações

22 Quinta

Manhã
Abertura da Feira (9h)

Tarde
Cantadores, violões e manifestações culturais
Show Violões e Caxique e Peja (16h)

23 Sexta

Manhã
Cantadores, violões e manifestações culturais
Seminário (Auditório Paulinho Hegemann): A realidade dos Agrônomos e Transgênicos no Brasil e seus impactos sobre a saúde humana e ambiente (9h às 11h)

Tarde
Cantadores, violões e manifestações culturais
Ato Público em Defesa dos Alimentos Saudáveis (14h)
Lançamento do Caderno da Agroecologia
Show de lançamento do CD Vencendo a Luta (17h30)

24 Sábado

Manhã
Intervenções Culturais Infantis (shows e brincadeiras)
Seminário (Auditório Paulinho Hegemann): Reforma Agrária Popular e Agroecologia (9h às 11h)
Seminário (Auditório Instituto Perce): Seminário Políticas Públicas de Comercialização para o Campo (PAA, PNAE e PNAS) e 1ª Rodada de Negociação (9h às 11h)

Leia mais!

O caminhão, a barragem e a Terra Viva
28 de Outubro de 2015
Caminhoneiro e militante conta sua história e de uma das maiores cooperativas do MST.

Lula visita a Feira Nacional da Reforma Agrária
25 de Outubro de 2015
Em visita à 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária o ex-presidente endossou produtos e saboreou produtos de Reforma Agrária.

Temos que correr para cumprir o compromisso de assentarmos as 120 mil famílias, afirma Lula
24 de Outubro de 2015
Em visita à 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária o ex-presidente endossou produtos e saboreou produtos de Reforma Agrária.

Rádio Web é lançada para cobertura da 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária
24 de Outubro de 2015

A cidade precisa dos produtos da Reforma Agrária", afirma presidenta do Inbra
Em visita à 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária, Maria Lúcia Felizon, tomou público e autorizou recursos para os demandas de construção de egruindustrias em 11 estados do país.

O menino de 107 anos do MST
24 de Outubro de 2015
Por 83 anos ele trabalhou em vários roças. Assim como o pai, também tem pertença à família. Foi quando marchou de Campinas para São Paulo, em 1951, empunhando a bandeira a frente que encontrou a luta.

Cartilha sobre agroecologia é lançada na Feira da Reforma Agrária
24 de Outubro de 2015
Publicação é um projeto em desenvolvimento pelo setor de Educação do MST e pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos para uso em escolas.

Mostramos a sociedade que é possível criarmos um novo jeito de produzir no país, afirma Sem Terra
27 de Outubro de 2015
Cerca de 150 mil pessoas passaram durante os quatro dias de evento, segundo a direção do Parque de Água Branca. Apenas no sábado (24), foram 70 mil pessoas.

"O Brasil está aqui mostrando que a Reforma Agrária dá certo"
24 de Outubro de 2015
Sentino é assentado desde o ano de 2001, no município de Itatambé, no Zone de Mata de Alagados, onde produz inhame, macaxeira, laranja e cria pequenos animais. Todo grupo se repete que o trabalho na terra é fonte de renda de família.

DE ONDE VEM NOSSA COMIDA?

Ato celebra produção de alimentos saudáveis na 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária
24 de Outubro de 2015
"Trator e agrotóxicos é o estresse, do século 20! Hoje o progresso está em produzir com técnicas sem veneno em equilíbrio com a natureza, aumentando a produtividade de modo sustentável." - Milton

Fonte: MST, 2015. <<http://www.mst.org.br/Feira-reforma-agraria/>>.

Nesse sentido, a ação de nomear Reforma Agrária Popular como um tipo de projeto social e político por parte do MST, deriva dos sentidos e das ações que se concretizam por meio da produção de alimentos. Podendo se constituir, contudo, em uma política de combate à fome, acesso a uma alimentação saudável que respeita o ambiente natural, bem como uma forma de demonstrar a capacidade dos assentamentos em produzir alimentos, para o mercado interno a preços baixos e em grande quantidade, a partir de um modelo de produção agroecológico.

Isso reafirma a necessidade de implantação de um projeto de reforma agrária no país, para o desenvolvimento econômico e socioambiental do campo. Este pode ser um projeto político utópico, pois, à medida que essas ideias passam a circular na esfera pública, possibilitam provocar mudanças nas representações ou nos sentidos hegemônicos sobre a reforma agrária e o MST.

As informações sobre a comida servida no evento composta de diversos pratos “típicos” e alguns produtos, produzidos por cooperativas dos assentamentos e de famílias assentadas. Isso remete à permanência dos sentidos das tradições culturais camponesas, ligados aos saberes tradicionais desses sujeitos sociais, ao enraizamento das tradições e das culturas populares. Nesse contexto, ações ligadas à cultura popular dos assentados, atuam como elemento subversivo na resistência e construção de alternativas, se utilizando de um conjunto de saberes tradicionais que geram cultivos mais equilibrados entre o agricultor e a natureza e auxiliam na construção da soberania alimentar e popular do país, transformando as formas produtivas e culturais para melhorar as condições de vida no campo. Nisso se constitui a força criadora do movimento: a sua capacidade de produzir e articular sentidos, que alteram as representações instituídas sobre a reforma agrária e o MST, geralmente vistos sob o prisma do preconceito e do conservadorismo, visões que normalmente circulam nas mídias controladas pelos grupos que estão no poder.

A partir da análise das matérias sobre a *Feira da Reforma Agrária do MST* de 2015, identificou-se três principais ancoragens, as quais amparam as representações sobre a Reforma Agrária Popular:

- a) *Reivindicações;*
- b) *Assentamentos;*
- c) *Diálogo com a sociedade.*

Dentre as *reivindicações* do Movimento destaca-se a necessidade da ação de órgãos governamentais como o extinto MDA e o INCRA para o planejamento e

implementação de políticas públicas para concretização da reforma agrária. A Feira se constituiu em um espaço político de reafirmação das ações do Movimento, visibilizando a necessidade de avançar e garantir as desapropriações de terras e a criação de assentamentos para que os camponeses possam contribuir no desenvolvimento social e econômico do país. Aparece também demanda contínua de produção de alimentos com o uso e manejo do solo que preservem o meio ambiente. Neste contexto, se expressa a necessidade de mudanças em relação à agricultura industrializada, para um modelo de produção agroecológica, que visa à produção em grande quantidade, variedade e qualidade de alimentos a serem comercializados por preços justos.

Assentamentos também foi uma temática recorrente nas matérias sobre a Feira. A potencialidade dos assentamentos na geração de emprego e renda às famílias camponesas é uma prática comprovada, pois a variedade de produtos expostos na Feira revela a sua dinâmica em termos de proporcionar uma produção diversificada de alimentos. Nos diversos textos aparece o termo “alimento saudável com preço justo”, o que mostra que existe viabilidade em produzir alimentos de qualidade a preços mais baixos, diferente da lógica da agricultura industrial com produção em larga escala, uso de agrotóxico e exploração dos direitos trabalhistas.

A partir da análise dos conteúdos informativos da *Feira da Reforma Agrária do MST* de 2015 se evidencia a posição de protagonistas dos visitantes ouvidos nas matérias. Estes reconhecem em seus depoimentos a necessidade de romper com as representações estereotipadas e os preconceitos, responsáveis pelas imagens distorcidas a respeito dos trabalhadores Sem Terra. Através dos discursos dos produtores e expositores presentes nos textos, a agricultura camponesa e familiar é valorizada pelo seu potencial em produzir alimentos saudáveis através do manejo e do cultivo da terra com respeito ao meio ambiente.

Em relação ao *diálogo com a sociedade*, as famílias assentadas vinculadas ao MST, demonstram um compromisso com a sociedade em relação à produção de alimentos. As matérias dão destaque às relações e interdependências entre o campo e a cidade e a necessidade dos produtos da reforma agrária para o abastecimento alimentar da população urbana. Neste processo dinâmico de troca, adquirem maior relevância os cuidados básicos com a natureza, até a valorização de formas tradicionais de cultivo, que não prejudiquem a saúde dos trabalhadores e tampouco o meio ambiente, tornam-se consenso nos discursos presentes nas matérias acerca da Feira.

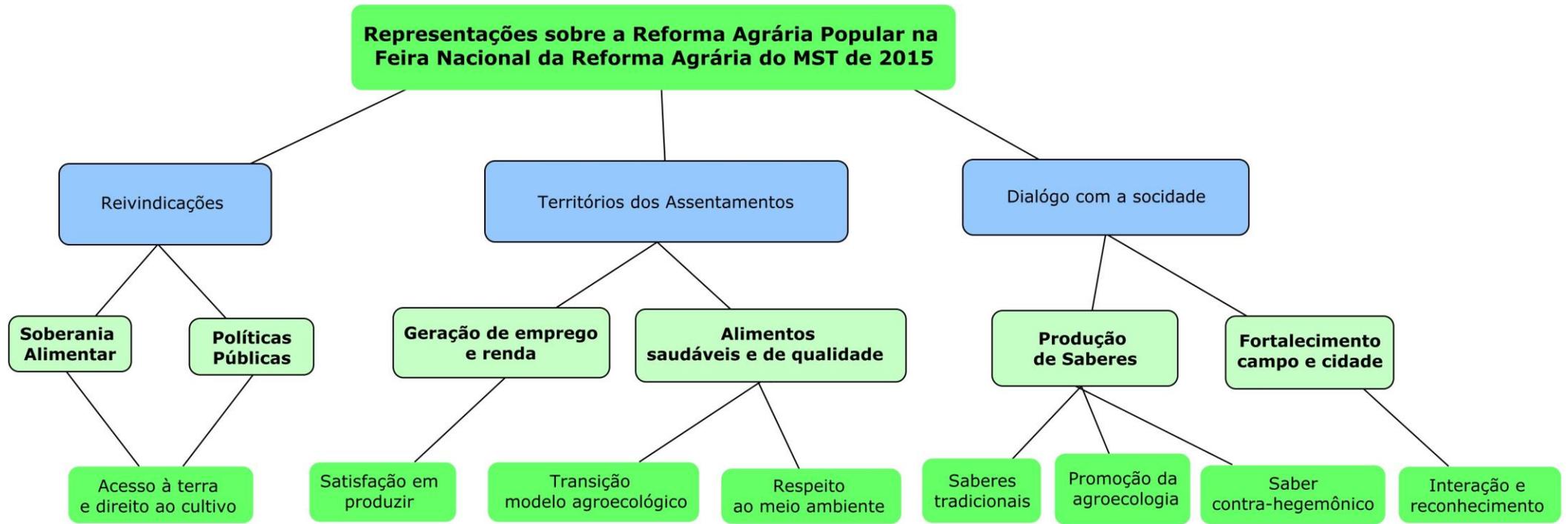
Dentre as três principais ancoragens que amparam as representações sobre a Reforma Agrária Popular, a última evidenciação como a mediação entre o MST e a sociedade é estabelecida de modo mais evidente na esfera pública. A categoria *diálogo com a sociedade* legitima os preceitos teóricos das representações sociais (MOSCOVICI, 2003; JOVCHELOVITCH, 2000) por constituir-se, como um elo entre as ações do Movimento, o acesso e o reconhecimento social através das ações concretas (o evento) e comunicativas (a página oficial do evento) por meio das mídias digitais.

Durante a realização da Feira fomentou-se debates, palestras, atividades culturais e divulgação de materiais impressos para diversos públicos (crianças e adultos). Entre as temáticas trabalhadas questionaram-se as formas de produção da agricultura industrial, baseada no modelo hegemônico do agronegócio. Os conteúdos informativos deram visibilidade a modelos alternativos de produção como os agroecológicos, além de valorizarem as práticas e os saberes tradicionais da cultura camponesa ao evidenciarem os usos abusivos de agrotóxicos e da transgenia nas plantações, causando inúmeros malefícios à saúde humana e ao meio ambiente.

A seguir, apresentamos um quadro síntese das análises realizadas. A figura 6 expõe o mapa das representações sobre a reforma agrária e o MST, composto a partir das representações sobre a Reforma Agrária Popular, elaborado com base nas matérias divulgadas durante a *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST* de 2015.

O mapa das representações sobre a reforma agrária e o MST estão ancorados nas representações sobre a Reforma Agrária Popular, por meio das informações sobre a produção de alimentos, expostos nas figuras 6. Conforme atestam as perspectivas de Jovchelovitch (2000) e Moscovici (2003), quando se referem às representações, como processos que desenvolvem sentidos e percepções acerca do mundo e seus objetos a partir da comunicação e das interações entre os sujeitos através da mediação da linguagem. Assim, as representações relativas à Reforma Agrária Popular, por meio das informações sobre a produção de alimentos se estabelecem enquanto construção cultural, política e social sobre o MST, os assentamentos e seu projeto de reforma agrária. As representações se repetem e se complementam através da presença de enunciados simbólicos em comum encontrados nas diferentes categorias. Por exemplo, o tema da soberania alimentar encontra-se presente nos discursos que buscam afirmar a importância da luta pela Reforma Agrária popular, mas também se faz presente nos discursos sobre a transição ao modelo agroecológico e na promoção da agroecologia.

Figura 6 - Feira Nacional da Reforma Agrária do MST de 2015: mapa das representações sobre a reforma agrária e do MST disponibilizadas na web



Fonte: a autora, 2018.

O mapa das representações sobre a Reforma Agrária Popular do MST demonstra o papel central da produção de alimentos designados pelos Sem Terra como alimentos saudáveis, no projeto popular do MST para o Brasil. Se constitui como resistência ao modelo hegemônico de agricultura e propõe a construção de novos saberes e novas representações na esfera pública acerca da agricultura familiar e camponesa, através da produção em sistemas agroecológicos, de grande escala e baixos custos para a população. O projeto de Reforma Agrária Popular do MST se apresenta, assim, como um projeto social e político utópico de resistência ao avanço do capital no campo e a proposição de alternativas contra-hegemônicas para um desenvolvimento mais igualitário entre o rural e o urbano.

Nesta análise, procuramos demonstrar como são construídas as representações sobre a Reforma Agrária Popular do MST, a partir das informações divulgadas na página *on-line* da *Feira Nacional da Reforma Agrária* de 2015, através da apropriação das mídias digitais pelos Sem Terra. Percebemos que as representações estão ancoradas em três principais formações discursivas: nas reivindicações de retomada da reforma agrária; nos assentamentos e no diálogo com a sociedade.

Em suma, identificou-se que a Feira possibilitou um espaço público de interação e de diálogo com a sociedade, demonstrando a capacidade de produção, organização e articulação dos camponeses do MST. O evento também auxiliou no exercício da cidadania, ao refletir sobre questões que envolvem as relações complexas e tensas entre campo e cidade, acesso às grandes quantidades de alimentos “saudáveis” produzidos, através práticas ambientalmente sustentáveis.

Os que constroem as representações demonstram de forma eminente e constante as críticas ao modelo hegemônico de produção associados as práticas produtivistas e predatórias do agronegócio, ao mesmo tempo em que se busca consolidar como uma alternativa popular, um conjunto ecologicamente sustentável de práticas de cultivo e manejo do solo, a partir das representações sobre a Reforma Agrária Popular. Estas estão associadas com práticas e saberes que se contrapõem aos usos intensivos de agrotóxicos e agroquímicos. Assim, o modelo de produção agroecológico se apresenta como uma alternativa socioambiental e econômica sustentável para a agricultura brasileira.

6.4.2 As Representações sobre a Reforma Agrária Popular na *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST de 2016*

Nosso objetivo neste item é analisar as representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular, a partir dos sentidos que compõem as mobilizações e reivindicações, que circulam na página *on-line* especial da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*, em 2016, vinculada ao portal *on-line* desse Movimento (figura 7). A análise fundamenta-se na metodológica da TRS de Moscovici (2003) e Jovchelovitch (2000), e a fim de aplicar as técnicas de análise das matérias selecionadas para o estudo, nos baseamos na Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) e na elaboração do mapa conceitual dos elementos geradores das representações (SPINK, 2013; GUARESCHI; 2000).

As ações da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária*, geralmente são realizadas na semana do dia 17 abril – no caso, analisamos a de 2016 –, em todo Brasil, porém, aquele ano se estenderam durante todo o mês. Diante disso, selecionamos para análise três semanas com maior regularidade de atividades, entre os dias 10 e 29 de abril.

Figura 7 - Página on-line especial da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*, de 2016



JORNADA NACIONAL DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

O 17 de abril é um marco na história da luta pelo direito a terra. É o Dia Nacional e Internacional de Luta pela Reforma Agrária. São 20 anos de impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás e a Reforma Agrária segue totalmente paralisada no país. O Estado tem sido um dos maiores autores da violência sistêmica contra os povos do campo.

São 20 anos de impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás e a Reforma Agrária segue totalmente paralisada no país. O Estado tem sido um dos maiores autores da violência sistêmica contra os povos do campo.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), atualmente há mais de 180 milhões de hectares classificados como grande propriedade improdutivo no país, mas o governo não se move para promover a democratização da terra.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário sofreu, em termos absolutos, uma redução de destinações apenas 714 milhões para 2016. Sendo que, somente as dívidas com áreas já desapropriadas são de 913 milhões de reais. De seis o INCRA não tem recursos nem para pagar o passivo. E a reforma agrária, com desapropriações e assentamentos novos está paralisada.

Sequer foi cumprida a estimativa do governo para 2015 que era de atingir uma meta de trinta mil novas famílias assentadas e, até 2018, zerar o número de trabalhadores e trabalhadoras rurais acampadas no país, caso não ocorresse mais ocupações até essa data - lento em vista que se tem número atual de 120 mil famílias acampadas no país.

Carajás | Luta pela terra | impunidade



Os 20 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás, está atrelado a esse contexto de violência do Estado ao restringir o acesso à terra por trabalhadores e trabalhadoras.

Leia mais!



MST luta contra o golpe a pela reforma agrária no PONTAL DO PARAGUARI

29 de Abril de 2016

Já foi assinado um convênio para arrendar 32 mil hectares, mas até agora nenhuma família foi assentada. Algumas já estão há 10 anos na beira de estrada.



Marcha em Defesa de Reforma Agrária e Contra o Golpe chega a Itacaré

28 de Abril de 2016

Sem Terra de todas as regiões de Alagoas organizados em oito movimentos sociais percorrem em cinco cidades dialogando sobre a necessidade da Reforma Agrária para o desenvolvimento, além de denunciarem o golpe à presidente.



MST lança nota para denunciar truculência na sede do Governo do Mato Grosso

28 de Abril de 2016

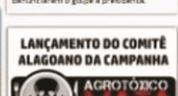
Após percorrerem em marcha a sede do Governo para protestar em suas portas, os militantes foram recebidos com armas por parte dos seguranças, ignorando a presença de crianças na mobilização.



Sem Terra ocupam área de Conab em Vacaria, no RS

28 de Abril de 2016

A área hoje está em nome de Conab porque o antigo proprietário não conseguiu cumprir contrato com a empresa pública.



LANÇAMENTO DO COMITÊ ALAGOANO DA CAMPANHA AGROTÓXICO MATA

27 de Abril de 2016

O lançamento ocorre na passagem da Marcha em Defesa de Reforma Agrária, da Democracia e Contra o Golpe pela Universidade, que conta com a participação de mais de 1000 trabalhadores.



MST Sem Terra ocupam Incra no Ceará

28 de Abril de 2016

No Ceará, durante todo o mês de abril, tem ocorrido diversas atividades como treinamento de ES, ocupação de prédios públicos, ocupação de terra e outras atividades em defesa de democracia e contra o golpe.



Boletim de Rádio MST Notícias - Especial Jornada Nacional

27 de Abril de 2016

Clique para ouvir o boletim radiofônico produzido pela Frente de Rádio do MST sobre as mobilizações da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária e em Defesa da Democracia.



MST amplia jornada e mobiliza seus capangas no país

28 de Abril de 2016

A Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária e em Defesa da Democracia segue mobilizando mais de 8700 manifestantes em todo país, com apoio de Frente Brasil Popular.



Juventude escache os inimigos de Reforma Agrária e da democracia

27 de Abril de 2016

Durante a marcha, foi realizada várias intervenções de escachos e gráficas e instalações, que historicamente são responsáveis por criminalizar o MST e em lutas sociais, como a sede do Jornal, Tribunal do Norte.

Fonte: MST, 2016. <<http://www.mst.org.br/jornada-nacional-de-luta-por-reforma-agraria/>>.

O ambiente da página *on-line* da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST* de 2016 possui interface simples. No topo da página há uma ilustração retratando o sofrimento e a violência da luta pela terra, e a representação de integrantes do MST mobilizados, empunhando ferramentas de trabalho e uma bandeira vermelha que identifica o Movimento. Percebe-se que o intuito é evidenciar a violência do latifúndio e do Estado brasileiro contra os trabalhadores rurais no Brasil e o protagonismo dos Sem Terra do MST na resistência e na continuidade da luta pela reforma agrária. A imagem também traz presente às representações simbólicas do Monumento “Eldorado Memória”, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e o Monumento das “Castanheiras Mortas”, em homenagem aos trabalhadores assassinados no Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará (FERNANDES, 2012). Com objetivo de denunciar a impunidade do massacre que persiste até a atualidade.

Abaixo, um texto de apresentação explica a importância do dia 17 de Abril. A data foi adotada pelo MST como o “Dia Nacional e Internacional de Luta pela Reforma Agrária”, após o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido neste dia em 1996, no qual 21 Sem Terra foram assassinados pela polícia do Estado do Pará (MST, 2016). Em 2016, o episódio completou 20 anos de impunidade. Pois somente dois responsáveis pelo crime foram punidos tardiamente⁶². O texto também possui dados sobre a paralisação da política de reforma agrária no país e a denúncia da omissão e conivência do Estado brasileiro em relação à violência no campo.

O espaço é complementado com informações gerais e imagens acerca da luta pela reforma agrária no Brasil, com as seguintes temáticas: Carajás, Luta pela terra e Impunidade. As informações dão conta de que a impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás e de outros casos de violência no campo, como o assassinato de dois Sem Terra no Estado do Paraná, no início de abril de 2016, estejam interligados à situação da história da violência do Estado brasileiro em não democratizar a terra. Percebe-se ainda que as informações introdutórias buscam ambientar o usuário das redes, com elementos relativos aos consequentes processos de mobilizações e ações por parte do MST, quanto à data do 17 de abril. Por fim, no item *Leia mais!* Foram publicados textos informativos (reportagens, entrevistas, artigos, entre outros) acerca das ações da Jornada.

Os conteúdos informativos, divulgados durante a Jornada da Reforma Agrária do Movimento, repercutem as ações e atividades de mobilizações massivas, debates e atos

⁶² Mais informações na página *on-line* da Jornada Nacional do MST (MST, 2016).

públicos, reportagens especiais sobre os 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás e informações relativas ao assassinato de trabalhadores Sem Terra, no Paraná. Observou-se que o material informativo reunido no especial da Jornada teve divulgação de destaque, na página do MST durante seu período de realização. A partir de uma articulação entre o setor de Comunicação e as direções do Movimento nos estados e em âmbito nacional. Os Sem Terra divulgaram um conjunto informações na página virtual e no perfil do *Facebook* do MST, com foco na Jornada da Reforma Agrária.

Desse modo, por meio das suas mídias digitais, o MST oferece informações detalhadas à sociedade sobre a situação da luta pela terra no Brasil, ao mesmo tempo em que chama atenção para a importância da retomada da reforma agrária para o desenvolvimento do campo brasileiro. Por outro lado, também exerce pressão sobre o Governo Federal para atender suas demandas, o judiciário e o Estado brasileiro para punir os responsáveis pela violência contra os trabalhadores rurais, além de responsabilizar o latifúndio e o modelo do agronegócio pela violência no campo.

Baseado na afirmativa dos pressupostos teóricos das representações sociais (MOSCOVICI, 2003; JOVCHELOVITCH, 2000); mediante o espaço de referência do portal *web* do MST, constata-se que a página *on-line* da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST* de 2016 coloca em circulação sentidos importantes na constituição e (re)construção das representações sobre o MST e o papel das mobilizações massivas na efetivação do seu projeto de Reforma Agrária Popular.

A partir da análise de 38 textos publicados na página da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*, de 2016, identificou-se 15 conteúdos informativos em texto, com maior relevância em relação ao tema de estudo, que foram analisados. Os critérios de seleção se basearam no material mais relevante sobre as ações do MST na Jornada, durante o mês de abril, no período entre 10 e 29 de abril de 2016.

As ações dos sujeitos e as suas interações são elementos importantes, na constituição dos processos de ancoragem e objetivação (MOSCOVICI, 2003), pois é através deles que se criam os sentidos e novos juízos para conceber a realidade. Neste caso, a ação de nomear Reforma Agrária Popular como um tipo de projeto social e político por parte do MST, confere sentido às ações que concretizam suas mobilizações massivas em torno da pauta da reforma agrária na esfera pública. Além de resgatar o sentido da importância do projeto de Reforma Agrária Popular para o país.

A partir da análise das informações da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST* de 2016 percebe-se que as representações são tecidas, principalmente,

pelos integrantes deste Movimento, que em geral integram as coordenações nos estados em que o MST está organizado por representantes de organizações populares e entidades ligadas à luta pela terra, além de organizações internacionais ligadas à Via camponesa e de entidades sindicais. Elas são reforçadas por membros de organizações da sociedade civil e integrantes do poder judiciário. As representações construídas pelos sujeitos do MST apresentam forte protagonismo das mulheres Sem Terra, que compõem a maioria das vozes no material informativo analisado. Assim, as representações são geradas pelas ações e vozes dos sujeitos dos movimentos populares que de modo direto e indireto integram os processos de mobilização. Evidencia-se, portanto, a capacidade dos trabalhadores Sem Terra em, mediante processos coletivos, atuar como sujeitos de direitos e agentes de mudança da sua própria realidade social.

As ações da Jornada da Reforma Agrária do MST tiveram participação majoritária da base social do Movimento, porém em alguns estados também se observou a integração de outros movimentos populares do campo, sindicatos urbanos e entidades. As informações da página especial dão conta de que, entre a segunda e a terceira semana de abril, as mobilizações atingiram 18 estados, sendo ampliada com ações massivas em mais seis capitais na última semana, mobilizando cerca de 70 mil trabalhadores.

Ocorreram ações de bloqueios de rodovias estaduais e federais, vias urbanas, liberação de pedágios, marchas a centros urbanos, acampamentos em espaços públicos, ato públicos, ocupações de terras e prédios públicos, debates, entre outros protestos. O que remete a manutenção dos sentidos quanto à importância da mobilização popular massiva dos trabalhadores do campo, como meio essencial de pressão aos governos e sensibilização da população, mediante a visibilidade de suas demandas na esfera pública, que partem da ausência de um conjunto de direitos no campo e da necessidade da luta por cidadania.

As mobilizações massivas realizadas em vários estados, em datas próximas, com alvos e demandas comuns, demonstram ainda a capacidade organizativa e de resistência do MST, em torno da pauta da reforma agrária. Com isso, o Movimento busca redirecionar a atenção da opinião pública e obter apoio da população, pressionar o Governo Federal e as instituições sociais, para a necessidade de implantação de políticas públicas estruturantes no campo, para a realização da reforma agrária e a mudança do modelo de agricultura.

Observa-se que a sobrevivência do Movimento se mantém, justamente devido à organização coletiva e de mobilização massiva, ao ocupar e resistir nesses espaços, geralmente em latifúndios e beiras de estradas, e mediante os processos de luta, conquistar esses espaços para a criação de assentamentos. E passando a transformar esses locais com a produção de alimentos e a instalação de comunidades rurais. Bem como, em rearticular suas demandas e ações de acordo com as mudanças conjunturais, mantendo a defesa da reforma agrária, como projeto central, para a implantação de um projeto de agricultura econômico e socioambiental viável para o desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, os Sem Terra produzem e articulam novos sentidos acerca das representações sobre a Reforma Agrária Popular e o MST, que em geral é abordado sobre a lógica da violência e do conservadorismo, por visões que circulam nos oligopólios midiáticos.

A partir da análise do material informativo sobre a *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST* de 2016 identificaram-se três principais ancoragens as quais amparam as representações sobre a Reforma Agrária Popular:

- a) *Demandas;*
- b) *Impunidade e violência no campo;*
- c) *Defesa da democracia.*

No contexto sociopolítico, o sentido da luta refere-se à resistência aos modelos hegemônicos e excludentes de produção. Neste caso, se evidencia a defesa da Reforma Agrária Popular como meio de promover a disputa da terra com o latifúndio, buscando a democratização fundiária no país e propondo a massificação do modelo de produção agroecológica, como um novo sistema de agricultura socioambientalmente e economicamente sustentável. Para tanto, o Movimento ressalta em seus conteúdos das mídias digitais e comprova, mediante sua trajetória histórica, que tais conquistas somente se tornam realidade a partir da capacidade de pressão dos trabalhadores rurais na luta social na visibilidade e manutenção, de suas demandas no espaço da esfera pública.

Dentre as suas *demandas*, a página da Jornada indica que o MST exige a retomada das políticas de reforma agrária, paralisadas devido ao bloqueio do orçamento do INCRA pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Cobra a liberação do orçamento para o funcionamento do instituto e a desapropriação de novas áreas para assentamentos, bem como demandas de infraestrutura para os assentamentos já instalados. Porém, é importante lembrar que essas reivindicações foram apresentadas

antes do golpe no Brasil. No contexto da conjuntura política, o MST considera que o desbloqueio das políticas de reforma agrária dependem, do aumento da força social dos trabalhadores Sem Terra em pressionar o Governo Federal, para atender às demandas. Diante disso, aposta na mobilização massiva em espaços urbanos para maior visibilidade de suas demandas, na tentativa de romper a criminalização dos oligopólios midiáticos e obter maior apoio da sociedade.

A Jornada da Reforma Agrária representa um conjunto de ações que se constitui em intervenção sociopolítica no espaço da esfera pública e reafirma a capacidade do MST em manter sua pauta em debate no contexto político, na medida em que exige do Estado posicionamentos em relação ao problema dos Sem Terra e da concentração de terra, além de apresentar à população a alternativa de um projeto popular de reforma agrária.

A temática da *impunidade e violência no campo* é recorrente nas representações da Jornada, estando interligada à Luta pela Reforma Agrária Popular, pois é concebida como consequência dos processos de luta do MST, da violência do latifúndio e do agronegócio e, principalmente, devido à ausência de políticas públicas em relação à desconcentração de terra e a falta de reforma agrária no Brasil. A impunidade dos 20 anos do Massacre de Eldorados dos Carajás aparece como elemento central nesse sentido, ancorando e objetivando o contexto da violência no campo.

Por meio do resgate à memória dos trabalhadores assassinados no Massacre, denuncia-se a impunidade e exige-se punição aos responsáveis pelos crimes contra os trabalhadores rurais. Desse modo, identifica-se que na visão dos Sem Terra, o processo histórico de ausência de justiça em relação aos assassinatos de trabalhadores no campo e a violência do latifúndio, se traduz em mais violência e assassinatos de trabalhadores rurais. Aponta-se o caso do assassinato de dois trabalhadores do MST em um acampamento da organização no Paraná, no início de abril de 2016. Os integrantes do MST constatam ainda, que a morosidade do Estado em responsabilizar seus agentes pelos crimes, bem como do poder judiciário em julgar os culpados, representa um incentivo para a continuidade da violência no campo, deslocando a questão agrária do problema social e político para problemas policiais. Opera-se dessa forma a criminalização em torno da luta pela reforma agrária.

Articulada à luta pela Reforma Agrária Popular aparece a *defesa da democracia*, apontada pelo MST nesse momento como demanda fundamental, às vésperas do julgamento do *impeachment* da presidenta Dilma. A análise informativa da Jornada

indica que o MST incorpora a pauta da defesa da democracia às demais reivindicações da reforma agrária e se soma às mobilizações de organizações populares, entidades e partidos de esquerda, reunidos na Frente Brasil Popular. O Movimento estabelece uma relação direta entre as suas demandas e a defesa da democracia, buscando maior visibilidade à pauta da reforma agrária, porém, ao mesmo tempo em que se une às mobilizações de resistência contra o golpe, pois compreende que a efetivação do mesmo deve impor mais obstáculos ao avanço da Reforma Agrária Popular. Para o MST o *impeachment* de Dilma se trata de um golpe de Estado, que trará prejuízos à maioria da população brasileira mais pobre, retirando direitos sociais conquistados pelos trabalhadores em anos de luta. Diante disso, os Sem Terra alertam para a necessidade de mobilização permanente da classe trabalhadora urbana e rural para resistir a esse processo.

Os dirigentes do Movimento também acusam os oligopólios midiáticos de apoiar o golpe e convocar mobilizações a favor do *impeachment*, bem como evidenciam em seus meios digitais a existência de uma relação direta entre os condutores do golpe e o agronegócio brasileiro. Isso porque os políticos que defendem as oligarquias agrárias aproveitaram o momento para negociar apoio em troca da defesa de medidas conservadoras para ampliação da concentração fundiária e incentivos financeiros para o fortalecimento do poder do agronegócio no campo, assim como a consequente retirada de políticas públicas para a agricultura familiar e os assentamentos, além de propagar um discurso de criminalização dos movimentos sociais de luta por direitos na sociedade brasileira.

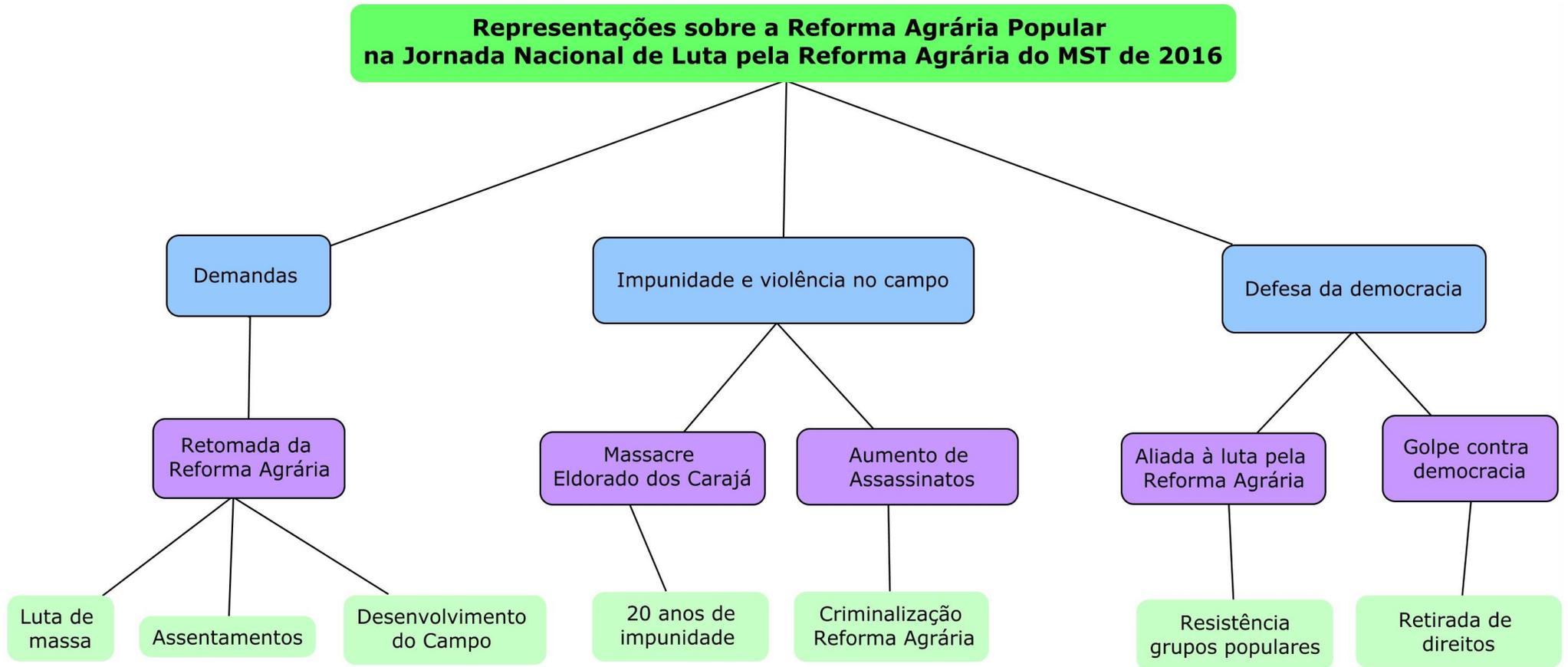
Dentre as três principais ancoragens que amparam as representações sobre a Reforma Agrária Popular, a última traz maior evidência quanto à mediação entre o MST e a sociedade na esfera pública. A categoria da *defesa da democracia* promove uma articulação dos preceitos teóricos das representações sociais (MOSCOVICI, 2003; JOVCHELOVITCH, 2000) por estimular uma objetivação entre as demandas da Reforma Agrária Popular e da manutenção do processo democrático com respeito à soberania do voto popular. Estabelece-se uma interligação entre as lutas populares contra o golpe e a pauta da questão agrária, articulada ao futuro das políticas de reforma agrária no Brasil, através de mobilizações massivas com ações concretas (a Jornada) e comunicativas (a página oficial da Jornada) por meio das mídias digitais.

A segunda ancoragem também apresenta grande relevância na mediação do MST com a sociedade, pois, a partir da denúncia de impunidade do Massacre de

Eldorado dos Carajás e do assassinato recente de mais trabalhadores Sem Terra evidencia de modo concreto (por meio do material informativo divulgado na página *web* do MST) como a impunidade nos crimes contra trabalhadores em conflitos agrários se torna comum e estimula o aumento da violência do latifúndio no campo.

A seguir encontra-se um quadro síntese das análises realizadas. A figura 8 apresenta o mapa das representações que evidência as representações sobre a Reforma Agrária Popular do MST, ancoradas nos processos de mobilização de massa do Movimento. E construídas a partir do material informativo divulgado na página especial da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST* de 2016.

Figura 8 - Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST de 2016: mapa das representações sobre a reforma agrária do MST disponibilizado na web



Fonte: a autora, 2018.

O mapa das representações sobre a Reforma Agrária Popular do MST, fundamenta-se nas informações analisadas em relação à mobilização massiva dessa organização, exposto na figura 8. Conforme atestam as perspectivas de Jovchelovitch (2000) e Moscovici (2003), que pensam as representações como processos de formação de sentidos e significados aos sujeitos, em relação ao mundo e às coisas que integram a vivência, com base no elemento da comunicação e das interações que se estabelecem entre os sujeitos, por meio da mediação da linguagem, as representações sociais acerca da Reforma Agrária Popular do MST, geradas pelas informações sobre as mobilizações da Jornada de abril de 2016, estabelecem-se enquanto construção social, política e cultural em relação ao MST, sua organização, mobilização e a importância do seu projeto popular para o país.

O mapa sobre a Reforma Agrária Popular, demonstra o papel central das mobilizações massivas, nas reivindicações do direito à terra, às melhores condições de vida no campo e na construção de uma nova cidadania. Bem como na mediação com a sociedade acerca da importância do projeto popular do MST na esfera pública, como alternativa para democratizar a terra e desenvolver outro modelo de agricultura no campo. Em um cenário de estagnação das políticas agrárias, a persistência do Movimento em se manter mobilizado, desse modo constrói-se novas representações e sentidos na esfera pública, sobre a reforma agrária, o MST e suas ações, demonstrando uma postura de resistência e questionamento à política do Governo Federal de abandono da democratização de terra, da agricultura camponesa e familiar e da reforma agrária.

Isto posto, procurou-se apresentar como são construídas as representações sobre a Reforma Agrária Popular do MST, com base nas informações divulgadas na página *on-line* especial da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária* de 2016, por meio dos usos das mídias digitais. A análise evidencia que as representações sobre a Reforma Agrária Popular, durante as atividades se encontram ancoradas em três principais formações discursivas: luta pelas demandas; impunidade e violência no campo e na defesa da democracia.

Nesse sentido, constata-se que, de forma geral, no conteúdo das suas mídias digitais o MST procura difundir a Reforma Agrária Popular, ancorada à ideia de um projeto social e político de resistência, que depende da força social e do poder de mobilização dos trabalhadores Sem Terra, para a sua implantação no país. O projeto defende um modelo de agricultura camponesa sustentável, para a produção de alimentos em contraposição ao modelo industrializado do agronegócio. Trata-se de um projeto

político utópico, que tenciona as representações sobre a reforma agrária, à medida que essas ideias circulam na esfera pública através das mídias digitais. Nesse contexto, as ações da Jornada cumprem papel importante na pressão ao Governo Federal e na mediação com a sociedade, ao dar visibilidade à pauta da reforma agrária e ao demonstrar a capacidade de mobilização e articulação do MST na luta por direitos sociais e político na sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o avanço da luta social e da compreensão sobre a importância estratégica da comunicação e dos meios de comunicação de massa, bem como uma possível potencialidade alternativa das mídias digitais, percebe-se que alguns movimentos sociais, se apropriam do ciberespaço, ressignificando-o e articulando seus projetos políticos por direitos e mudanças sociais à luta pela cidadania comunicativa. Essas organizações coletivas buscam acessar o direito à comunicação nos canais de comunicação massivos, a partir da luta pela democratização desses meios, bem como a organização de processos de comunicação populares para a produção e divulgação de demandas e informações de seus interesses na esfera pública.

Nesse contexto, as mídias digitais possibilitam a ampliação da mediação entre os cidadãos e os grupos sociais, apresentando potencial positivo quanto à “democratização” dos processos informativos e comunicativos. O que permite que setores populares, como os movimentos sociais populares brasileiros, anteriormente marginalizados e silenciados pelos monopólios de comunicação tradicionais, a exemplo do MST, se utilizem desses espaços para organizar processos de comunicação populares e fortalecer a busca por cidadania.

Porém, as mídias digitais isoladas não se constituem como instrumentos comunicativos suficientes ou totalmente democráticos na construção da cidadania e disputa de hegemonia para formação de um novo consenso na sociedade, necessitando estar aliada a processos organizativos e mobilizativos em torno de um projeto político comum de sociedade. Essas tecnologias se integram à globalização, não isenta da lógica de acumulação do capital e da reprodução das relações de desigualdades entre os grupos sociais. O que exige a intensificação na luta pela democratização dos meios de comunicação e o desenvolvimento de uma comunicação pública, para o direito à comunicação e expressão da diversidade de grupos sociais no debate público.

Nesse sentido, Esteves (2011) defende que a ampliação na participação dos cidadãos na esfera pública necessita de mudanças políticas e sociais que alterem as deficiências e os limites no uso e acesso às tecnologias digitais. Com base na visão do autor, o desafio das democracias está, portanto, em modificar a ordem social para aproveitar o potencial dessas tecnologias no estabelecimento de uma comunicação pública e democratizar os meios de comunicação tradicionais e as novas plataformas das mídias digitais para mudanças estruturantes na sociedade.

Entende-se que os estudos acerca da construção de representações sociais por meio das mídias digitais adquirem importância central na compreensão sobre a constituição de novos sentidos e saberes, que passam a ser gerados na esfera pública virtual, mediante a visibilidade e circulação nas novas plataformas de comunicação e informação, principalmente em relação aos problemas sociais apresentados por movimentos sociais populares, que geram conflitos e tensões na sociedade, possibilitando mudanças relativas ao debate desses assuntos no espaço público.

Assim, devido ao problema secular da concentração fundiária, do latifúndio e da ausência de uma política de reforma agrária, não adotada por nenhum governo brasileiro, como um projeto para o desenvolvimento da agricultura e do campo, o MST surge imerso nessa conjuntura de conflitos, tensões e carências sociais no meio rural, e no seu processo histórico de formação e luta por terra, reforma agrária e direitos civis, políticos; sobretudo, sociais, se transforma em um “sujeito coletivo” com papel central na luta de classe, junto à classe trabalhadora urbana.

Em suma, a partir do seu programa agrário de 2007, na defesa de um Projeto de Reforma Agrária Popular, o MST elabora um projeto político-ideológico utópico, tensionando as representações sobre a reforma agrária à medida que essas ideias circulam na esfera pública através das mídias digitais. Constata-se, portanto, que o foco desse programa agrário se concentra na criação de um conjunto de ações que busquem garantir a produção de alimentos nos assentamentos, a permanências das famílias no campo e a melhoria das condições de vida dos camponeses. Contudo, ao justificar a necessidade da luta pela terra e da implantação de um projeto de Reforma Agrária Popular no país, o Movimento busca a democratização da terra e a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno e um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento do campo brasileiro.

Verifica-se que para o MST a Reforma Agrária Popular é um projeto social e político de luta e de resistência. O popular aparece associado com a cultura popular que por sua vez envolve uma relação de tensão contínua com a cultura dominante. Ele se expressa como uma estratégia política da organização, pois este adere ao modelo da agricultura camponesa socioambientalmente sustentável, possibilitando o acesso a uma alimentação saudável e em equilíbrio com o meio ambiente, em contraposição ao modelo industrializado de agricultura do agronegócio. Nesses terrenos, se desenvolvem as contraposições entre os novos sentidos e os significados hegemônicos sobre a reforma agrária, possibilitando o diálogo com a sociedade e a construção de novos

significados sobre ela, bem como a sua visibilização através de ações concretas de processos massivos de mobilização social pela disputa da terra e de ações práticas nos assentamentos, tais como, a produção de alimentos saudáveis e a comercialização desses produtos em feiras e espaços urbanos, que possibilitam novas interações com o público da cidade e a massificação do modelo agroecológico nos territórios da organização.

Aliado à luta política, percebe-se que o MST organiza um processo de comunicação popular e contra-hegemônico, ligado as suas demandas e ações, no processo de luta e de mobilização social, bem como na vivência dos trabalhadores Sem Terra nos assentamentos e acampamentos, com objetivo de pressionar os governos em relação ao projeto de reforma agrária, obter conquistas na área e ampliar a mediação com a sociedade. Assim, entendendo o papel estratégico da comunicação no processo político e formativo para a organização dos Sem Terra no país, o MST desenvolve táticas de luta de massa voltadas à busca de visibilidade, para a circulação de suas reivindicações na esfera pública e o agendamento dessa pauta nas políticas dos governos.

Desse modo, compreende-se que a comunicação do Movimento é pensada como um instrumento estratégico na busca por cidadania e passa a fazer parte do projeto político-ideológico da organização, na defesa da Reforma Agrária Popular e de mudanças na sociedade. Ao mesmo tempo, também opera como elemento fundamental para auxiliar na elaboração de novas representações sobre esse projeto e na conquista do mesmo na sociedade atual. Isso ocorre devido a função central que os meios de comunicação assumem na apropriação e ocupação da esfera pública e da agenda política na sociedade contemporânea, em relação às demandas por direitos e cidadania, por exemplo.

Entende-se que as representações da Reforma Agrária Popular do MST nas mídias digitais dessa organização, se encontram ancoradas em um projeto político-ideológico que contempla a luta pela cidadania e de suas representações, de modo que as mídias digitais passam a contribuir nesse processo, por meio da ampliação e a potencialidade da esfera pública virtual. O que auxilia na busca pela construção da cidadania comunicativa, reivindicada pelos movimentos sociais, nesse caso, mediante o reconhecimento do direito de se comunicar e de expressar suas demandas e o seu projeto político-ideológico na sociedade.

Como grande parte dos estudos e investigações relativos à comunicação e à cidadania comunicativa se concentram na observação de como se desenvolve o processo de produção, analisando quem participa, quem decide e de que forma. Percebe-se, que a luta pela cidadania por parte do Movimento ocorre mediante à organização de processos comunicativos populares e contra-hegemônicos, articulado ao seu projeto político-ideológico de sociedade, efetivado por grupos de dirigentes, comunicadores e militantes autorizados, principalmente nos seus veículos de comunicação, na tentativa de construir processos comunicativos e de decisão institucionais da organização, voltados à expressão desse grupo social na esfera pública, em relação à visibilidade do seu projeto de reforma agrária e de sociedade para o país.

Diante disso, com o avanço das mídias digitais e a apropriação dos Sem Terra a essas tecnologias, observa-se que ocorre um rompimento, ainda que limitado, em relação à barreira editorial e ideológica relativa à circulação de informações negativas e à cobertura de criminalização do MST na mídia tradicional. Assim, se utilizadas de forma crítica pelos movimentos sociais as mídias digitais apresentam possibilidades de auxiliar na luta por direitos e cidadania, ampliando a visibilidade sobre as demandas desses grupos na esfera pública.

Comparada aos oligopólios da mídia, verifica-se que as mídias populares e contra-hegemônicas do MST no ciberespaço não atingem a opinião pública nacional na mesma proporção, porém, nos parece que a estratégia de comunicação da organização, articulada aos processos de mobilização social, é fundamental na disputa de hegemonia em torno da pauta da reforma agrária na esfera pública. Auxiliam nas conquistas dos Sem Terra na sociedade, impedindo a mídia, os governos e a sociedade de ignorar as ações do Movimento e isolá-lo, como um ator político coletivo importante no contexto contemporâneo.

Como o título do estudo trata das “representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular nas mídias digitais do MST”, esclarecemos que a nossa tese se detém, com mais amplitude, na compreensão dessas representações a partir da observação do olhar de dirigentes nacionais e de comunicadores estaduais do Movimento, ouvidos no estudo, e que possuem a tarefa do planejamento, gestão e difusão dos conteúdos nas mídias digitais da organização. Assim, objetivando um aprofundamento no entendimento sobre as representações do projeto de reforma agrária do MST nas suas mídias digitais, analisamos duas páginas de conteúdo especiais da organização, nas quais verificamos que a Reforma Agrária Popular aparece como projeto central, atuando

como fio condutor e articulador dos conteúdos divulgados no portal *on-line* do Movimento. A partir disso, identificamos as rotinas e dinâmicas de produção de conteúdo para essas mídias, percebendo que as mesmas possuem como base os planejamentos de comunicação da organização, ancorados ao projeto estrutural de reforma agrária do MST e de suas linhas políticas, definidas pelas coordenações nacionais da organização, em cada período histórico.

Compreende-se contudo, que a cobertura e a difusão de conteúdos informativos sobre as atividades nacionais do MST, analisadas no estudo (Feira Nacional da Reforma Agrária e a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária) se filiam a um conjunto de debates persuasivos em torno de um projeto político-ideológico da organização para a sociedade. Desse modo, a nossa análise aponta com certa evidência a estratégia dos Sem Terra, a partir do ano de 2007, em articular a questão do conflito com o latifúndio com a ideia de um movimento popular que possui um projeto alternativo de agricultura para o país, em que a Reforma Agrária Popular é apresentada como programa viável para a produção de alimentos e o desenvolvimento do campo, a partir do território dos assentamentos.

Ao analisarmos as narrativas dos sujeitos Sem Terra, ouvidos no estudo, com objetivo de compreender quais as representações sobre o projeto de Reforma Agrária Popular do MST circulam nas mídias digitais deste Movimento, conclui-se que as principais representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular do MST se localizam na concepção de um movimento político, que a partir da sua luta social pela disputa da terra e a conquista dos assentamentos, torna esses espaços em produtores de alimentos para o abastecimento dos centros urbanos. Diante disso, o MST busca afirmar-se na sociedade como um sujeito coletivo, ampliando a função da Reforma Agrária Popular e procurando transformá-la em um projeto alternativo e sustentável para o desenvolvimento do campo.

Ancorado à representação central do MST como produtor de alimentos na sociedade, a segunda representação sobre o projeto de Reforma Agrária Popular evidencia-o como alternativa de mudança para o campo e a sociedade, baseado na defesa de novos valores sociais e na justiça social. Em seguida, a aliança com a cidade é vista como essencial a ser viabilizada por meio da produção de alimentos, para a ampliação da compreensão da população sobre o projeto de reforma agrária do Movimento, possibilitando ampliar a legitimidade do MST e do seu projeto na sociedade. Constata-se ainda que a quarta representação abarca a disputa de hegemonia

que o Movimento desenvolve acerca do seu projeto de reforma agrária nas mídias digitais.

Percebe-se que o MST estabelece um processo de contra-hegemonia, conflito e tensão com os oligopólios midiáticos, apresentando experiências positivas em relação ao seu projeto de Reforma Agrária Popular, na tentativa de validá-lo como proposta alternativa, em contraposição ao sistema de agricultura industrial do agronegócio, para a mudança do modelo de agricultura e de vida no campo. Verifica-se que o Movimento cria um embate a partir do seu processo de luta concreto, com a ocupação de latifúndios e de espaços simbólicos do agronegócio, bem como por meio das suas mídias digitais, para evidenciar as contradições e os perigos desse modelo de agricultura para o campo.

Por fim, aparece a representação sobre a construção de cidadania, na qual percebe-se que a partir do processo histórico de luta e a vivência dos Sem Terra no campo, bem como diante das necessidades específicas de sujeitos, como as mulheres, negros/as, LGBTs, entre outros, o Movimento se depara com a necessidade de criar processos internos voltados à inclusão e a garantia de participação igualitária entre esses cidadãos, para a construção de novas relações de gênero. Também é preciso romper com preconceitos raciais e fomentar o respeito à diversidade sexual nas suas instâncias políticas e na sua base social. Busca-se, assim, estimular a construção de uma nova cidadania no campo, inserido ao seu projeto político de reforma agrária e mudanças sociais.

Em geral, percebe-se que, na medida em que utiliza o espaço das mídias digitais para construir processos de comunicação populares e de contra-hegemonia, os Sem Terra procuram relacionar as ações concretas de luta e de mobilização às experiências positivas desenvolvida em seus territórios – em áreas como as de produção, educação e cultura. Com isso, amplia-se o debate da reforma agrária na esfera pública, legitimando o Movimento enquanto sujeito político coletivo de luta pelos direitos de acesso à terra, soberania alimentar, direito ao trabalho, nova cidadania no campo e mudanças estruturais na sociedade.

Já com base na análise realizada nas páginas especiais da *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST* de 2015 e da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST* de 2016, percebe-se que estes figuram como espaços virtuais de discussão que permitem estabelecer um diálogo com a sociedade. O que amplia as práticas de cidadania e os processos de autonomia dos sujeitos Sem Terra, mediados pelas informações que circulam na esfera pública virtual.

Quanto à análise do material informativo da página especial da *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, observa-se que as representações sociais sobre a Reforma Agrária Popular se ancoram na necessidade dos trabalhadores dos assentamentos em produzir alimentos saudáveis, demonstrando a importância desses territórios para a reforma agrária e, por meio dessa produção, os sujeitos Sem Terra criarem outros canais de interação social, econômica e de troca de conhecimentos com as populações dos centros urbanos. Desta forma, o MST demonstra a viabilidade do seu Projeto de Reforma Agrária Popular à sociedade brasileira por meio das informações sobre os alimentos expostos durante a Feira.

Através da análise do material informativo da página especial da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST* de 2016, percebe-se representações críticas à estagnação das políticas de reforma agrária pelo Governo Federal e ao avanço do modelo hegemônico do latifúndio e do agronegócio, qualificando-os como sistemas excludentes e geradores de pobreza, responsáveis pelo crescimento da violência no campo e o assassinato de trabalhadores rurais. Nesse sentido, o MST evidencia em seus conteúdos virtuais como a impunidade impera no campo e incentiva o aumento da violência contra os trabalhadores rurais. A Reforma Agrária Popular é defendida como uma das alternativas para resolver essa problemática no campo, possibilitando a consequente diminuição da violência, da desigualdade social e da concentração fundiária.

De forma geral, as representações sociais apresentadas nos mapas das representações, em torno do projeto de Reforma Agrária Popular do MST são organizadas a partir de algumas temáticas que adotamos no estudo para facilitar o entendimento do leitor, mas estas, aparecem articuladas, de modo efetivo, entre si nas narrativas dos sujeitos entrevistados e nos conteúdos informativos das páginas especiais analisadas. Ao mesmo tempo, verificamos que a maioria das representações e suas ancoragens (ver figura 3 e 6) também convergem para a representação social da produção de alimentos, defendida como alternativa central no projeto de reforma agrária do Movimento.

Na figura 3 (*Reforma Agrária Popular: mapa das representações sobre a Reforma Agrária Popular do MST* construído a partir das entrevistas) as cinco representações principais estão organizadas por temas, porém, as mesmas se articulam entre si, do mesmo modo que as suas ancoragens. Ainda que a representação sobre a produção de alimentos esteja localizada como a primeira e separada das demais, esta

aparece nas narrativas como estratégica para a organização, sendo ancorada ao projeto do Movimento para o campo brasileiro, que aponta a produção de alimentos como instrumento essencial para contribuir na criação e no fortalecimento de alianças com os centros urbanos, a sociedade em geral e a classe trabalhadora. Bem como, auxilia na disputa de hegemonia com o agronegócio, a partir de experiências concretas na área da produção, realizadas pelos trabalhadores Sem Terra nos assentamentos.

Desse modo, a produção de alimentos âncora a proposta de novas alianças entre o campo e a cidade, a partir dos alimentos e mediante a massificação da agroecologia como modelo produtivo, o que gera novas representações na sociedade em torno do seu projeto de reforma agrária para o campo – tornando as famílias assentadas do MST em produtores de alimentos saudáveis. Nesse sentido, as outras quatro representações, com perspectivas teórico-políticas ajudam a fundamentar a produção de alimentos, como um dos principais pilares do programa de Reforma Agrária Popular da organização. Contribuindo para a legitimidade do seu processo de luta e a construção de outros valores humanitários no campo, fundamentados no exercício da cidadania e no desenvolvimento de novas relações de gêneros, sexualidade, raça, geracional, entre outros.

As narrativas dos sujeitos do Movimento ouvidos no estudo apontam que esse processo de construção de novas representações, se encontra em desenvolvimento na organização, a partir das estratégias de realização de Feiras Nacionais da Reforma Agrária em grandes centros urbanos, como São Paulo e feiras regionais e municipais pelo país. E de uma mudança significativa, como apontado no capítulo de análise, no avanço das discussões de gênero, da diversidade sexual e de raça nos espaços de direções do Movimento. Assim, com a diminuição na conquista de novos assentamentos e o esvaziamento das políticas de reforma agrária, que se inicia ainda no Governo Dilma, percebe-se que a organização amplia o foco na produção de alimentos, paralelo a luta pela terra que permanece, porém sem recursos para a criação de novos assentamentos, e na construção de uma nova cidadania no campo.

Na figura 6 (*Feira Nacional da Reforma Agrária do MST de 2015: mapa das representações sobre a reforma agrária e do MST disponibilizadas na web*) as três representações principais também se articulam e se relacionam entre si, da mesma forma que suas ancoragens. Nesse caso, as reivindicações giram em torno de políticas públicas para acessar o direito à terra, por meio da criação de assentamentos e de incentivos agrícolas do Governo Federal, para a produção de alimentos, baseados em

sistemas de produção agroecológicos, buscando a geração de renda e a garantia da soberania alimentar nos territórios dos assentamentos.

Entretanto, articulado à produção de alimentos saudáveis nos assentamentos, a análise dos conteúdos informativos divulgados na página especial sobre a *Feira Nacional de Reforma Agrária* de 2015, aponta que a representação do diálogo com a sociedade é resultado do processo anterior, que coloca em circulação um conjunto de saberes populares, tradicionais e científicos. Fundamental para fortalecer a relação entre campo e cidade e ampliar a interação e o reconhecimento da sociedade em relação à capacidade dos assentamentos de reforma agrária em produzir alimentos saudáveis para abastecer os centros urbanos. Isso também mobiliza novos sentidos e representações sobre os trabalhadores Sem Terra e o MST, e mostra a resistência dos assentados na disputa de hegemonia com base em um projeto de agricultura, voltado à massificação da Agroecologia.

Compreende-se, porém, que a busca pela construção de determinadas representações sociais pelo MST, evidenciadas na análise, tratam-se de mecanismos de significação e mediações simbólicas, apresentadas como indicativo ideal da própria organização, no que se refere à produção e difusão de conteúdos nas suas mídias digitais, em relação à temática do projeto de Reforma Agrária Popular. Porém, os sentidos das representações não podem ser controlados pelos dirigentes, comunicadores e/ou integrantes do Movimento, no que se refere à recepção e a apropriação desses conteúdos, junto à sua base e à sociedade em geral. Ou seja, de forma geral, o público/usuário é heterogêneo e possui a liberdade de compartilhar as representações em seus canais pessoais, mediante a sua visão de mundo e realidade social, resignificando e remodelando as representações acerca do projeto de Reforma Agrária Popular do MST, mediante suas próprias vivências individuais e coletivas.

Conclui-se que as representações acerca da Reforma Agrária Popular, através dos seus sentidos, exercem mediações no processo da construção de um discurso cultural, político e socioambiental sobre essa temática na esfera pública, em que o MST apresenta seu projeto de agricultura para o campo, baseado em modelos agroecológicos, como instrumento de resistência e ao mesmo tempo, de alternativa popular ao modelo hegemônico de agricultura do agronegócio. Dessa forma, reafirma a importância dos processos de mobilização de massa da organização e a disputa de hegemonia para manter a pauta da reforma agrária na esfera pública brasileira.

Por fim, constata-se que a organização procura construir e (re)constituir novas representações na esfera pública em relação ao papel da Reforma Agrária Popular, como um projeto de desenvolvimento para o campo e a sociedade urbana, baseada em um sistema de produção de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos, com custos menores e em maior quantidade para alimentar a população brasileira, construindo os pilares para um sociedade que tenha condições de assegurar seu abastecimento interno e sua soberania alimentar. Porém, diante do desmonte das políticas de reforma agrária e da agricultura familiar pelo governo ilegítimo de Michel Temer e o aumento da violência no campo, a resistência dos Sem Terra depende ainda mais da capacidade organizativa e mobilizativa dos movimentos populares do campo, como o MST, e das suas alianças com outras organizações populares urbanas para algum vislumbre de mudança em longo prazo.

REFERÊNCIAS

- AGGEGE, S. O MST muda o foco. **Carta Capital**, São Paulo, 01 ago. 2011. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco>. Acesso em: 19 ago. 2017.
- AGENCIA BRASIL. Dilma assina decreto que destina 56 mil hectares de terra para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas. **Agência Brasil**. Brasília, 01 abr. 2016. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/43673/dilma+assina+decreto+que+destina+56+mil+hectares+de+terra+para+reforma+agraria+e+regularizacao+de+territorios+quilombolas.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- ALBUQUERQUE; N. de M.; MENESES, E. M. de. O golpe no Brasil como construção da “democracia” da subcidadania. **Polis, Revista Latinoamericana**, v.16, n.46, Santiago, Chile, p. 01-16, abr. 2017. Disponível em: <<file:///D:/biblioteca/Downloads/polis-12246.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.
- ALLES, N. L. **Boca de rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- ANDERSON, P. **As antinomias de Antonio Gramsci**. São Paulo: Joruês, 1986.
- ARAÚJO, C.; PERON, I. Temer vai esvaziar atuação do MST em reforma agrária. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 out. 2016. Disponível em: <politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-vai-esvaziar-atuacao-do-mst-em-reforma-agraria,10000081007>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BARBALET, J. M. Teorias da cidadania. In: BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. p.11-24.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Persona Edições 70, 1977.
- BARRETO, H. M. do R. **Comunicação e contra-hegemonia: a comunicação como estratégia política do MST**. 144 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão; In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 189-217.
- BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BERGER, P.; L. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 35 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das letras, 1999.

BRANFORD, S. Lidando com governos: O MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 409-431.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Brasília: 05 out. 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 1.079**. Brasília: 10 abr. 1950. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm>. Acesso em: 26 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.504**. Brasília: 30 nov. de 1964. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.612**. Brasília: 19 fev. 1998. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm>. Acesso em: 13 set. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 10.469**. Brasília: 25 de junho de 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110469.htm>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.965**. Brasília: 23 abr. 2014. [Marco Civil da Internet]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.465**. Brasília: 11 jul. 2017. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=17723904&id=17723909&idBinario=17723913&mime=application/rtf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BRASIL. **Medida Provisória no 2.027-38**. Brasília: 4 mai. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/2027-38.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRUNO, R. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n.5, p. 05-31, nov. 1995. Disponível em: <www.168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm>. Acesso em: 07 jun. 2017.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: ALENTEJANO, P.; CALDART, R. S.; FRIGOTTO, G.; PEREIRA, I. B. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista Estudos Avançados**, ed.15 (43), p. 207-224, São Paulo, 2001. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016>. Acesso: 05 jun. 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília-DF, p. 1-25, 2006. Disponível em: <<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Novo-Paradigma-02052006-ltima-Verso1.pdf?iv=220>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CARLÓN, M. ¿Autopsia a la televisión? Dispositivo y lenguaje en el fin de una era. In: CARLÓN, M.; SCOLARI C. **El fin de los medios masivos**: el comienzo del debate. Buenos Aires: La Crujía, 2009. p. 159-187.

CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v.1.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Acampamentos**. Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, 2003. Disponível em: <www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=7&catid=18>. Acesso em: 08 jul. 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Balanco da questão agrária brasileira em 2017**. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia, 12 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4183-balanco-da-questao-agraria-brasileira-em-2017>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo**: Brasil 2016. CPT Nacional: Brasil, abril, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CPT lançará o relatório Conflitos no Campo Brasil 2016**. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia, 10 abril 2017a. Disponível em: <www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/cpt/3722-cpt-lancara-o-relatorio-conflitos-no-campo-brasil-2016>. Acesso em: 15 abr. 2017.

COMPARATO, B. K. A ação política do MST. **São Paulo em Perspectiva**, v.15, n.4, out./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10377.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. A CONTAG. **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>>. Acesso em: 08 set. 2017.

COSTA, V. **As representações da homossexualidade feminina na esfera pública virtual**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência da noção de uma nova cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

DAHLGREN, P. El espacio público y los medios: ¿una nueva era? In: VEYRAT-MASSON, I.; DAYAN, D. (Comps.). **Espacios públicos en imágenes**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1997. p. 245-268.

DEL BIANCO, N. R.; BARBOSA, M. M. O marco civil da internet e a neutralidade de rede: dilemas, debates e impasses relacionados a este princípio na tramitação do projeto de lei. **Revista Eptic**, v.17, nº1, p. 5-19, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/3340/pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

DE CERTEAU, M. Culturas Populares. In: CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DI FELICE, M. Network society (Sociedade em rede): da esfera pública para a conectividade. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Sociedade, comunidade e redes**. São Caetano do Sul: Difusão; Rio de Janeiro: SENAC RJ, 2014. p. 92-110.

ENGELMANN, S. I. **A página virtual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como instrumento de contrainformação na luta político-ideológica pela reforma agrária**. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

ENGELMANN, S. I.; DURAN GIL, A. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Eletrônica do CEMOP**, n.2, p. 01-09, set. 2012. Disponível em: <www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange_e_aldo_duran.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2017.

ESTEVEZ, J. P. Novos media e deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação. **Revista Media & Jornalismo**, v.18, n.10, p. 31-45, 2011.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p. 11-27, jan./jun. 2003. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2016.

FERNANDES, V. Massacre de Eldorado dos Carajás: 16 anos sem punição. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/9352/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORIANI, A. W.; MORIJI, V. J. Os circuitos comunicativos e construção da cidadania no ciberespaço: tramas do sentido em redes de *weblogs*. **Revista Intexto**, Porto Alegre, v.1, n.14, p. 1-12, jan./jul. 2006.

FONSECA, L. **Ciberativismo e MST: O debate sobre a Reforma Agrária na Nova Esfera Pública Interconectada**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Comunicação e Culturas Midiáticas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Revista Paidéia**, n.04, ed.14 (28), p. 139-152. 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, n.32, p. 107-126, Unesp: São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235artigo5.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

GALVÃO, A. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Revista Debates**, v.2, n.2, Porto Alegre, p. 8-24, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/6436/4554>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

GOHN, M. G. **Mídia, terceiro setor e MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, W. Esfera pública: política e media - II. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ, I. M. G.; PINTO, M. J. **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. São Leopoldo: Unisinos, 1999. p. 203-231.

GOMES, W. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C.M.; GOMES W.; MARQUES, F. P. J. A. (Org.) **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-45.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n°27, quadrimestral, p. 58-78, ago. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3323>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

GONÇALVES, E. R. de L. **Mídia e Movimentos Sociais**: a representação do MST na revista IstoÉ. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

GUARESCHI, P. A. Essa gentalha infeliz: a representação social do MST segundo Mendelski. In: GUARESCHI, P. A. (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 199-231.

GUINDANI, J. F.; ENGELMANN, S. I. A comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: história e contexto de uma luta contra-hegemônica (MST). **Revista Brasileira de História da Mídia**, v.1, n.1, p. 61-70, out.2011/mar. 2012. Disponível em: <www.unicentro.br/rbhm/ed01/ed01artigos.asp>. Acesso em: 28 set. 2017.

GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. 3 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

HAGUETTE, T. M. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALL, S. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: HALL, S.; SOVIK, L. (Org.). **Da diáspora**: identidades e mediações sociais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 247-264.

INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Vozes silenciadas**: a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. São Paulo, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2006**: Agricultura Familiar. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD TIC: **pela primeira vez celulares superaram computadores no acesso domiciliar à internet**. Sala de Imprensa. Brasil. 06 abr. 2016. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3133&busca=1&t=pnad-tic-2014-pela-primeira-vez-celulares-superaram-microcomputadores-acesso-domiciliar-internet>>. Acesso em 03 out. 2016.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais na esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber**: representação, comunidade e cultura. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Coleção Psicologia Social).

MACIEL, P. Dilma cometeu crime de responsabilidade? **Brasil 247**, São Paulo, 9 out. 2015. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/pedromaciel/200316/Dilma-cometeu-crime-de-responsabilidade.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

MAIA, R. C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. **Congresso Internacional "Internet, Democracia e Bens públicos"**, FAFICH/UFMG, p. 01-15, 6 a 9 nov. 2000. Disponível em:

<file:///D:/biblioteca/Downloads/Democraciaeainternetcomoesferapublicavirtual.pdf>.

Acesso em: 10 nov. 2017.

MAIA, R. C. M. Internet e esfera pública: Limites e alcances da participação política. In: MAIA, R. C. M.; GOMES W.; MARQUES, F. P. J. (Orgs.). **A Internet e a participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 47-77.

MARQUES, A. C. S. L. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**, ano XI, nº 21, jun. 2008. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Os-meios-de-comunicação-na-esfera-pública.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependência. 1973. In: **América Latina, dependência y globalización: fundamentos conceptuales** Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre, CLACSO, p. 107-149, 2008. Disponível em:

<www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf>.

Acesso em: 07 set. 2017.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1983.

MARX, K. & ENGEL, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MATA, M. C. Comunicación y ciudadanía: Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**. São Leopoldo: Unisinos VIII(1): p. 5-15, jan/abr. 2006.

MATA, M. C.; CÓRDOBA, M. L. Ciudadanía, información y acción colectiva. In: **Protesta Social, Acción colectiva y Movimientos Sociales**. UBA, UNQ, UNC y otros, p. 01-15, Buenos Aires 2009.

MELO, P. R. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático do MST. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

MENDES, K. T. **A mídia digital e os novos aparelhos privados de hegemonia na luta de classes**: Uma Análise do Sítio do MST. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MENDONÇA, S. R. de; STEDILE J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOMESSO, L. A. Direito à comunicação. Memória em Movimento. **Revista de Comunicação, Política e Direitos Humanos**, ano 1, n.0, p. 05-17, 2º semestre 2007.

MONTEIRO, L. A internet como meio de comunicação: Possibilidades e limitações. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande/MS. set, 2001. Disponível em: <www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/comunicacaovirtual/0158.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2017.

MORAES, D. de. Comunicação hegemônica e contra-hegemônica: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan./jun. 2010. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420/8298>. Acesso em: 20 out. 2017.

MORAES, D. de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. v. XXIII. n.2. p. 142-155. jul./dez., 2000. Disponível em: <www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16072-16073-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2017.

MORAES, D. de. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: MORAES, D. de; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder**: da comunicação monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 19-52.

MORIGI, V. J.; ENGELMANN, S. I.; STUEBER, K. As representações sobre a reforma agrária: as ações do MST e as mídias digitais. In: VIZER, E. A.; BARICHELLO, E.; SILVEIRA, A. C. M. da (org.). **Rural conectado** [recurso eletrônico]: mídia e processos sociotécnicos no Brasil e Argentina. v.1, Santa Maria, RS: Facos-UFSM, 2016. p. 16-48.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA [Site oficial], 2014. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 24 mai. 2018.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Educação. **Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 08 set. 2017.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Facebook oficial do MST**. São Paulo, 2018. [Perfil oficial]. Disponível em: <www.facebook.com/MovimentoSemTerra>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Feira Nacional da Reforma Agrária**. [Página do evento]. São Paulo, 21 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Feira-reforma-agraria/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST**. [Página do evento]. São Paulo, 16 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornada-nacional-de-luta-por-reforma-agraria/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Manual de redação para os veículos do MST**. São Paulo: documento interno MST, 2010.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Movimento Sem Terra. **Youtube**. Brasil, 2018a. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/videosmst>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. MP 759: O que é e como altera a Reforma Agrária. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo, 11 abr. 2017a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/04/11/mp-759-o-que-e-e-como-altera-a-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST: Lutas e Conquistas**. 2 ed. São Paulo, 2010a. Disponível em: <www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nota à imprensa. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo, 2005. Disponível em: <www.mst.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=311&Itemid=2>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Quem Somos. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo, 2016a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **V Congresso Nacional do MST**: uma obra coletiva da militância. São Paulo: Cartilha interna MST, 2007.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Vídeos MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo, 2014a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/videos/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. @MST_Oficial. [Perfil oficial], São Paulo, 2018b. Disponível em: <twitter.com/MST_Oficial>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MST - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA; ARMAZÉM MEMÓRIA. Videoteca Virtual Gregório Bezerra. **Brasil**, 22 jan. 2015a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UC3C5WLLfrDnNsMR7Z-46eug>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

OLIVEIRA, A. U. de. A “não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. **Reforma Agrária: Revista da Associação brasileira de reforma agrária**, São Paulo, v.33, n.2, p. 165-201, 2006.

OLIVEIRA, A. U. de. A política de reforma agrária no Brasil. In: **Direitos Humanos no Brasil 2009**. Relatório Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2009. p. 27-37.

OLIVEIRA, C. de. Governo Temer acelera agenda da MP que enterra reforma agrária. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 24 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/03/governo-temer-vai-contratar-forca-tarefa-para-cumprir-agenda-da-mp-que-enterra-a-reforma-agraria>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

OLIVEIRA, C. T. F. de. O jogo da comunicação: quando os movimentos sociais pautam a informação na mídia comercial. In: OLIVEIRA, C. T. F.; NUNES, M. V. (Orgs). **Cidadania e cultura digital: apropriações populares da internet**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. p. 69-84.

ORTIZ, M. Brasil não é país para os sem terra em tempos de Dilma. **Comissão Pastoral da Terra**. Goiânia, GO, 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2451-brasil-nao-e-pais-para-os-sem-terra-em-tempos-de-dilma>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

PERLI, F. **A luta divulgada: um movimento em (in) formação estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2007.

PERUZZO. M. C. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Lumina**, Juiz de Fora, v.1, n.1, p. 01-29, jun. 2007. Disponível em: <www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina>. Acesso em: 23 out. 2017.

PERUZZO. C. M. K. Internet e Democracia Comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação. **Diálogos Possíveis: Revista da Faculdade Social da Bahia**. Ano 5, n.2, p. 29-48, jul./dez. 2006. Disponível em:

<www.fsba.edu.br/dialogospossiveis/artigos/9/2dp_cicilia.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PERUZZO, M. C. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Núcleo de Pesquisa Comunicação para Cidadania. Anais... Brasília-DF. INTERCOM/UnB, p. 1-17, set. 2006a. Disponível em: <www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PRADO JR., C. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAMONET, I. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: MORAES, D. de; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder**: da comunicação monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 53-70.

RUFFATO, L. O golpe contra Dilma Rousseff. **El País**. Brasil, 01 set. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html>. Acesso em: 25 jul. 2017.

SAES, D. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. São Paulo: **Estudos Avançados**. v.15. nº 42, p. 379-410, mai/ago, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200021>. Acesso em: 09 abr. 2017.

SAES, D. Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas. In: SAES, D. **A república do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001a.

SAMPAIO, P. de A. O impacto do MST no Brasil de hoje. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 397-408.

SANTI, V. J. C. **As representações no Circuito das Notícias**: o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Jornal Zero Hora (ZH). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

SCHWENGBER, I. de F. **Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995-2000)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.

SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST. Apresentação Frente de Produção de Conteúdo e Redes. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo, São Paulo, jul. 2017. Documento interno.

SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST. Redemocratização do Brasil passa pelo fim do oligopólio midiático. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo, 20 out. 2017a. Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/2017/10/20/redemocratizacao-do-brasil-passa-pela-democratizacao-do-oligopolio-midiatico.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.

SILVA, E. N. da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2004.

SILVEIRA, S. A. da. Marco Civil e a proteção da privacidade. **ComCiência**, n.158, Campinas, p. 01-05, mai. 2014. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542014000400008&lng=e&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SINGER, André; et al. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, R. B. R. de. **Mídia e cenários políticos e culturais no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2006.

SPERB, P. Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. **BBC Brasil**. Nova Santa Rita, RS, 07 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em Representações Sociais**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p.117-145.

STÉDILE, J. P. **A Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TATEMOTO, R. Ruralistas representam 40% dos favoráveis a temer na câmara. **Brasil de Fato**. São Paulo, 24 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/24/ruralistas-representam-40-dos-favoraveis-a-temer-na-camara/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. ed.5ª, Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TEIXEIRA, G. Artigo: o golpe e a reforma agrária em 2016. **Página do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo, 9 jan. 2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/01/09/artigo-o-golpe-e-a-reforma-agraria-em-2016.html>. Acesso em: 25 nov. 2017.

TEJERA, M. H. D. **Ciberdemocracia e movimento dos trabalhadores rurais sem terra: práticas comunicacionais no terreno da esfera pública virtual**. Tese (Doutorado).

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Dados e textos sobre a Luta pela Terra e a Reforma Agrária. *Brasília*. Disponível em: <www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca>. Acesso em: 28 mai. 2018.

WEBER, M. H. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, M. M. K. (Orgs). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, (Série Pensamento e Prática, v.4), 2011. p. 101-119.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

WOLFFENBÜTTEL, A. O que é? - Índice de Gini. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Ipea, ano 01, ed. 4, 01 nov., 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Entrevistas

CARVALHO, Pedro. Entrevista realizada em Guararema, SP, em 10 de maio de 2017.

COSTA, Vera. Entrevista respondida por e-mail, em 31 de dezembro de 2017.

FERREIRA, Margarida. Entrevista realizada em Guararema, SP, em 10 de maio de 2017.

JESUS, Maria de. Entrevista realizada em São Paulo, SP, em 07 de maio de 2017.

LIMA, Vicente. Entrevista realizada em Guararema, SP, em 09 de maio de 2017.

SANTOS, Ana dos. Entrevista respondida por e-mail, em 29 de julho de 2017.

SILVA, Joana da. Entrevista respondida por e-mail, em 31 de maio de 2017.

SILVA, Maura. Entrevista realizadas em Guararema, SP, em 21 de maio de 2018.

OLIVEIRA, Ernesto. Entrevista realizada em Guararema, SP, em 21 de abril de 2017.

PEREIRA, Jessica Oliveira. Entrevista realizada em Guararema, SP, em 22 de maio de 2018.

PEREIRA, João. Entrevista respondida por e-mail, em 01 de junho de 2017.

Matérias Analisadas

BRITO, G. Conferência debate Reforma Agrária com movimentos camponeses de todo o mundo. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [*site*]. São Paulo, 14 abr.

2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/23/feira-da-reforma-agraria-debate-impactos-dos-agrotoxicos-e-transgenicos.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DO MST NA BAHIA. BRs são fechadas em repúdio a violência no campo na BA. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 20 abr. 2016. Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/2016/04/20/brs-sao-fechadas-em-repudio-a-violencia-no-campo-na-ba.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

COUTINHO JR., J. Feira da Reforma Agrária debate impactos dos agrotóxicos e transgênicos. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [site]. São Paulo, 23 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/23/feira-da-reforma-agraria-debate-impactos-dos-agrotoxicos-e-transgenicos.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

COUTINHO JR., J. O caminhão, a barragem e a Terra Viva. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [site]. São Paulo, out. 2015a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/28/o-caminhao-a-barragem-e-a-terra-viva.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

COUTINHO JR., J. “O pessoal da cidade nunca comeu um pé de alface com gosto de alface”. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [site]. São Paulo, 22 out. 2015b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/22/o-pessoal-da-cidade-nunca-comeu-um-pe-de-alface-com-gosto-de-alface.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

FREIRE, S. Cartilha sobre agroecologia é lançada na Feira da Reforma Agrária. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [site]. São Paulo, 24 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/24/recontando-a-historia-do-campo-cartilha-sobre-agroecologia-e-lancada-na-1a-feira-nacional-da-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

LIMA, W. Mais de quatro mil trabalhadores montam acampamento no Farol da Barra. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 16 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/16/mais-de-4-mil-trabalhadores-montam-acampamento-no-farol-da-barra.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

LOPES, J. Sem Terra marcham pela Reforma Agrária, em defesa da democracia e contra o golpe. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 26 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/26/sem-terra-marcham-pela-reforma-agraria-em-defesa-da-democracia-e-contra-o-golpe.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MACIEL, C. Impunidade em mortes é motor da violência no campo. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 14 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/14/impunidade-em-mortes-e-motor-da-violencia-no-campo.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MARINHO, G. “A cidade precisa dos produtos da Reforma Agrária”, afirma presidenta do Incra. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 27 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/27/a-cidade-precisa-dos-produtos-da-reforma-agraria-afirma-presidenta-do-incra-em-visita->

a-feira-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 03 set. 2017.

MARINHO, G. Cozinhas regionais trazem os sabores da Reforma Agrária Popular ao Parque Água Branca. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 23 out. 2015a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/23/cozinhas-regionais-trazem-os-sabores-da-reforma-agraria-popular-ao-parque-agua-branca.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MARINHO, G. Marcha em Defesa da Reforma Agrária e Contra o Golpe chega a Maceió. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 28 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/28/marcha-em-defesa-da-reforma-agraria-e-contra-o-golpe-chega-a-maceio.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MARINHO, G. Sem Terra bloqueiam rodovias em Alagoas contra a violência no campo e em defesa da democracia. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 15 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/15/sem-terra-bloqueiam-rodovias-em-alagoas-contra-a-violencia-no-campo-e-em-defesa-da-democracia.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Jornada Nacional de Lutas mobiliza 62 mil Sem Terra em 18 estados do país. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 15 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/15/jornada-nacional-de-lutas-mobiliza-40-mil-sem-terra-em-15-estados-do-pais.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Marcha faz de Minas Gerais território de resistência democrática. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 25 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/25/marcha-faz-de-minas-gerais-territorio-de-resistencia-democratica.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. MST amplia jornada e mobiliza seis capitais no país. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 26 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/26/mst-amplia-jornada-e-mobiliza-seis-capitais-no-pais.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. MST bloqueia principais rodovias do Mato Grosso do Sul. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 15 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/15/mst-bloqueia-principais-rodovias-de-mato-grosso-do-sul-nesta-sexta-feira-como-parte-de-uma-acao-nacional.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. MST fecha rodovias por Reforma Agrária e pela Democracia, no PR. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 15 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/15/mst-fecha-rodovias-por-reforma-agraria-e-pela-democracia-no-pr.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Primeira Feira Nacional da Reforma Agrária comercializará mais de 200 toneladas de alimentos. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 21 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/21/mais-de-200-toneladas-de-alimentos-serao-comercializados-na-1o-feira-nacional-da-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

OLIVEIRA, A. Mil Sem Terra ocupam Inca no Ceará. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 28 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/28/mil-sem-terra-ocupam-incra-no-ceara.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

RAMOS, V. Superintendência do Inca é ocupada no Rio de Janeiro. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/19/superintendencia-do-incra-e-ocupada-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

SILVA, M. Kelli Mafort: Lutar por Reforma Agrária é também enfrentar o golpe que está em curso no país. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 15 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/15/kelli-mafort-lutar-por-reforma-agraria-e-tambem-enfrentar-o-golpe-que-esta-em-curso-no-pais.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

SILVA, M. Mostramos a sociedade que é possível criarmos um novo jeito de produzir no país, afirma Sem Terra. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 25 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/25/a-feira-mostrou-a-sociedade-que-e-possivel-criarmos-um-novo-jeito-de-se-produzir-no-pais-afirma-dirigente-do-mst.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

SILVA, M. Primeira Feira Nacional da Reforma Agrária chega em SP com alimentos saudáveis a preços acessíveis. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 22 out. 2015a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/22/1o-feira-nacional-da-reforma-agraria-chega-em-sp-com-alimentos-saudaveis-a-precos-aceessiveis.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

SORIANO, R. Ato celebra produção de alimentos saudáveis na primeira Feira Nacional da Reforma Agrária. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** [site]. São Paulo, 24 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/24/ato-celebra-producao-de-alimentos-saudaveis.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

ANEXO I – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS

Roteiro de entrevistas semi-estruturadas – Comunicadores do MST (modalidade 1)

1. Quem é responsável e como é definida a linha editorial das mídias digitais do MST?
 - 1.1 Como a conjuntura política influencia na produção de conteúdo na rede?
2. De que forma são produzidas e publicados os conteúdos que circular nas mídias digitais do MST?
 - 2.1 E com que frequência?
3. Qual o objetivo do MST com o uso das mídias digitais?
4. A que público se destina as mídias digitais do MST?
5. Como a base do MST participa e interage com as mídias digitais do Movimento?
6. Como a Reforma Agrária Popular tem sido abordada nas mídias digitais? Há algum tratamento específico? Como você percebe isso?
7. Em atividades e mobilizações nacionais do MST, como a pauta da Reforma Agrária Popular tem sido contextualizada nas mídias digitais do Movimento? Busca-se relacionar a temática com o desenvolvimento de ações e experiências concretas nos assentamentos e acampamentos do MST? Como e quais?
8. Quais as representações (sentidos e significados) que o MST busca-se construir em torno do projeto de Reforma Agrária Popular, nas mídias digitais que mantém?
9. Qual a importância das mídias digitais do MST (página web e perfil no Facebook) no processo de mobilização, busca por cidadania e na disputa contra-hegemônica em torno da Reforma Agrária Popular na esfera pública?
10. A visibilidade da pauta da reforma agrária nas mídias digitais do MST possibilita a construção de novos sentidos acerca do MST e seus integrantes na sociedade? Sim ou não?
 - 10.1 Quais?

(SE O COMUNICADOR RESPONDER DE FORMA AFIRMATIVA, INCLUIR A PERGUNTA 10.1. SE A RESPOSTA FOR NEGATIVA PASSAR À QUESTÃO 11).
11. É possível perceber algumas tensões presentes no conteúdo das mídias digitais do Movimento, em relação à disputa contra-hegemônica do MST em torno da Reforma Agrária Popular?
 - 11.1 De que forma? Explicar?

(SE O COMUNICADOR RESPONDER DE FORMA AFIRMATIVA INCLUIR A PERGUNTA 11.1. SE A RESPOSTA FOR NEGATIVA PASSAR À QUESTÃO 12).
12. Quais os limites e desafios no uso das mídias digitais pelo MST, em relação à pauta da Reforma Agrária Popular?
13. Qual a importância das mídias digitais para o MST e os trabalhadores Sem Terra?

14. O que o MST representa para você?

(OBS: AS PERGUNTAS 1, 1.1, 2.1, 3 E 4 SOMENTE SERÃO SUBMETIDAS EM ENTREVISTA AO INTEGRANTE DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST.)

Roteiro de entrevistas semiestruturadas - Dirigentes do MST (modalidade 2)

1. Quem é responsável e como é definida a linha editorial das mídias digitais do MST?
 - 1.1 Qual a influência da conjuntura política no conteúdo do MST na mídias digitais?
2. Qual o objetivo do MST com o uso das mídias digitais?
3. A que público se destinam as mídias digitais do MST?
4. Como a base do MST participa e interage com as mídias digitais do Movimento?
5. Qual o papel das mídias digitais na informação e formação da base (acampamentos e assentamentos) do MST?
6. Quais as representações (sentidos e significados) o MST busca-se construir em torno do projeto de Reforma Agrária Popular, nas mídias digitais que mantém?
7. Qual a importância das mídias digitais (página web e perfil no Facebook do MST) para o Movimento, diante do seu processo de mobilização, busca por cidadania e na disputa contra-hegemônica em torno da Reforma Agrária Popular na esfera pública?
8. A visibilidade da pauta da reforma agrária nas mídias digitais do MST possibilita a construção de novos sentidos acerca do Movimento e seus integrantes na sociedade?
Sim ou não?
 - 8.1 Quais?

(SE O DIRIGENTE RESPONDER DE FORMA AFIRMATIVA, INCLUIR A PERGUNTA 8.1. SE A RESPOSTA FOR NEGATIVA PASSAR À QUESTÃO 9).

9. Quais os limites e desafios no uso das mídias digitais pelo MST, em relação à pauta da Reforma Agrária Popular?

10. O que o MST representa para você?

(OBS: CASO SURJAM NOVAS QUESTÕES RELEVANTES NO DECORRER DA ENTREVISTA ESTAS SERÃO INLUIDAS AO ROTEIRO.)

ANEXO II – PERFIL MST OFICIAL NO TWITTER

CAMPONESOS PELA DEMOCRACIA

Tweets: 11,7 mil | Seguindo: 259 | Seguidores: 81,7 mil | Curtidas: 182

MST Oficial @MST_Oficial
 Twitter oficial da página do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
 @mst.org.br
 Participa desde setembro de 2009

Tweets Tweets e respostas Mídia

MST Oficial @MST_Oficial · 24 de fev
 No 10. aniversário sobre ameaças da Questão Agrária Regional do Itajaí e da PVA
 Acompanhe: go.gl/VC/W55

MST Oficial @MST_Oficial · 24 de fev
 MST recupera fazenda Lageado em Itaporanga, São Paulo
 Acompanhe: go.gl/fptkik

MST Oficial @MST_Oficial · 24 de fev
 Lideranças de 24 municípios pressionam governo para diminuir preço do arroz no RS
 Acompanhe: go.gl/3t1dUR

Quem seguir: Instituto Lula, UDES, PT Brasil

Assuntos para você: Defensor, Jailson, #FrieAbusivoNao, Alison, Madison, Racing e Cruzeiro, Michel, ValmorLaSantia, Geomel, Ramiro

Fonte: MST, 2018b. <twitter.com/MST_Oficial>.

ANEXO III – CANAL NO YOUTUBE: VIDEOTECA “GREGÓRIO BEZERRA”



Videoteca Virtual Gregório Bezerra
2.058 inscritos

INÍCIO VÍDEOS PLAYLISTS CANAIS DISCUSSÃO SOBRE

[INSCREVER-SE](#)



Quem Somos? MST

0:06 / 2:52

Quem Somos? MST

13.107 visualizações • 3 anos atrás

A Videoteca Virtual Gregório Bezerra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em parceria com o projeto Armazém Memória tem como proposta disponibilizar filmes e vídeos sobre a questão agrária brasileira, visando qualificar no conjunto da sociedade o debate sobre a reforma agrária no Brasil.

[LEIA MAIS](#)

CANAIS DO ARMAZÉM MEMÓRIA

- [Armazém Memória](#) [INSCREVER-SE](#)
- [Cinamateca Popular Br...](#) [INSCREVER-SE](#)
- [Povos Indígenas no Br...](#) [INSCREVER-SE](#)
- [Memórias do Cangaço](#) [INSCREVER-SE](#)
- [deolhotveduviola](#) [INSCREVER-SE](#)
- [Paulo Freire - Patrono ...](#) [INSCREVER-SE](#)
- [Acervo Virtual da Anist...](#) [INSCREVER-SE](#)

Videoteca Virtual Gregório Bezerra - Catálogo [REPRODUZIR TODOS](#)

Navegue pelo Canal: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLuCYHAVIbSBnFTHfjPtbTXJgYhgSRrmKW> O Catálogo Geral da Videoteca Virtual Gregório

 <p>1º Congresso do Departamento Rural da CUT</p> <p>Videoteca Virtual Gregório Bez... 610 visualizações • 3 anos atrás</p>	 <p>1º ENEJA Encontro Nacional de Educadores de Jovens e...</p> <p>Videoteca Virtual Gregório Bez... 200 visualizações • 3 anos atrás</p>	 <p>2º Congresso - Brasília Ocupada</p> <p>Videoteca Virtual Gregório Bez... 200 visualizações • 3 anos atrás</p>	 <p>2º Congresso do MST</p> <p>Videoteca Virtual Gregório Bez... 94 visualizações • 3 anos atrás</p>	 <p>2ª Semana Nacional de Cultura e Reforma Agrária</p> <p>Videoteca Virtual Gregório Bez... 55 visualizações • 3 anos atrás</p>
---	---	---	---	--

Catálogo por Tema



Fonte: MST; Armazém Memória, 2015. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/channel/UC3C5WLLfrDnNsMR7Z-46eug>>.

ANEXO IV – BIBLIOTECA DIGITAL DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Dados e textos sobre a Luta pela Terra e a Reforma Agrária

REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA

BIBLIOTECA

TEMAS

Agroecologia
Educação do
Campo
Reforma
Agrária
Soberania Alimentar

Envie sugestões e materiais

questaoagrariabrasileira@gmail.com

LOGIN DO USUÁRIO

Usuário: *

Senha: *

[Recuperar
senha](#)

Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira

Posted 28 maio 2013 - 7:42am

Sejam bem vindos!

Aqui vocês encontrarão grande parte do que vem sendo publicado no Brasil sobre a questão agrária que contribui com a luta pela terra, pela Reforma Agrária, Agroecologia, Educação do Campo e Soberania Alimentar.

Esta Biblioteca é destinada a militantes sociais, camponeses, estudantes, professores, pesquisadores e demais interessados no tema. Qualquer pessoa pode acessá-la livremente, sem cadastro ou senha.

Boa pesquisa, bom estudo!

1. [Livro](#)
2. [Artigo e ensaio](#)
3. [Dissertação e tese](#)
4. [Revista](#)
5. [Jornal](#)
6. [Caderno de estudo e Cartilha](#)
7. [Documento](#)
8. [Literatura e Cultura do Campo](#)
9. [Poesia](#)
10. [Cartaz](#)
11. [Videoteca](#)
12. [Páginas na Internet](#)

[ACERVO COMPLETO](#)

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

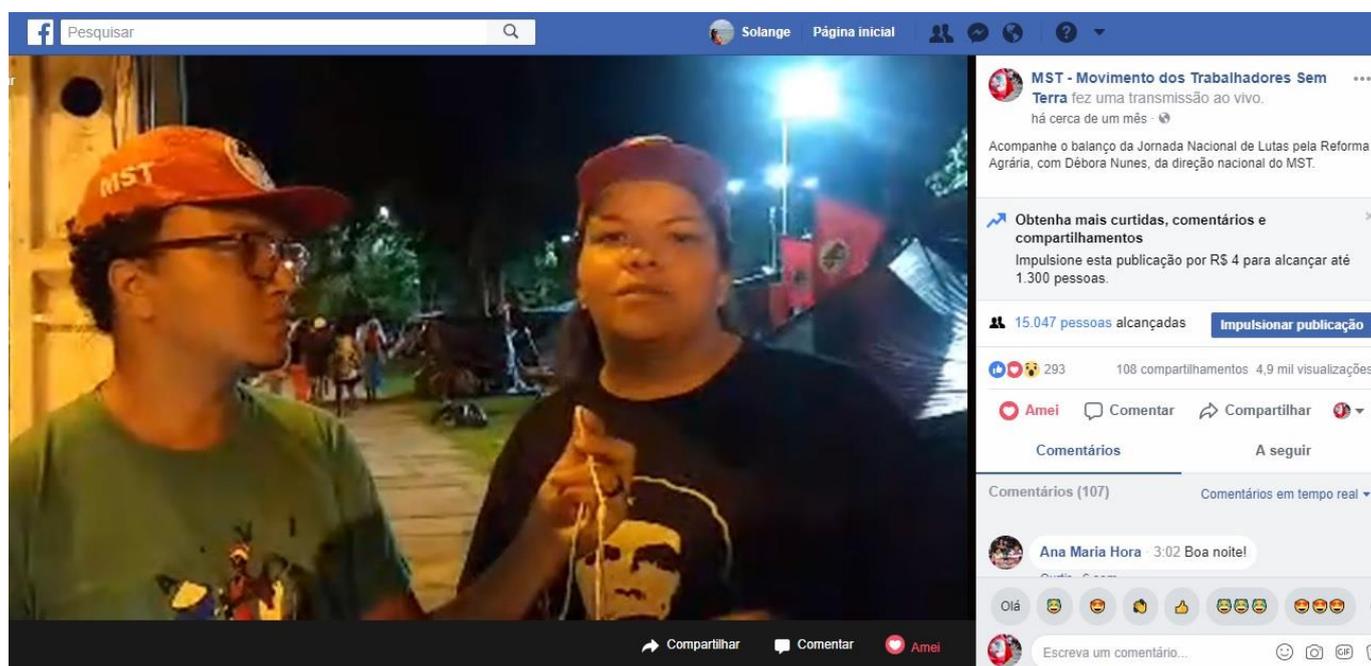
apoiador

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

UnB
executor

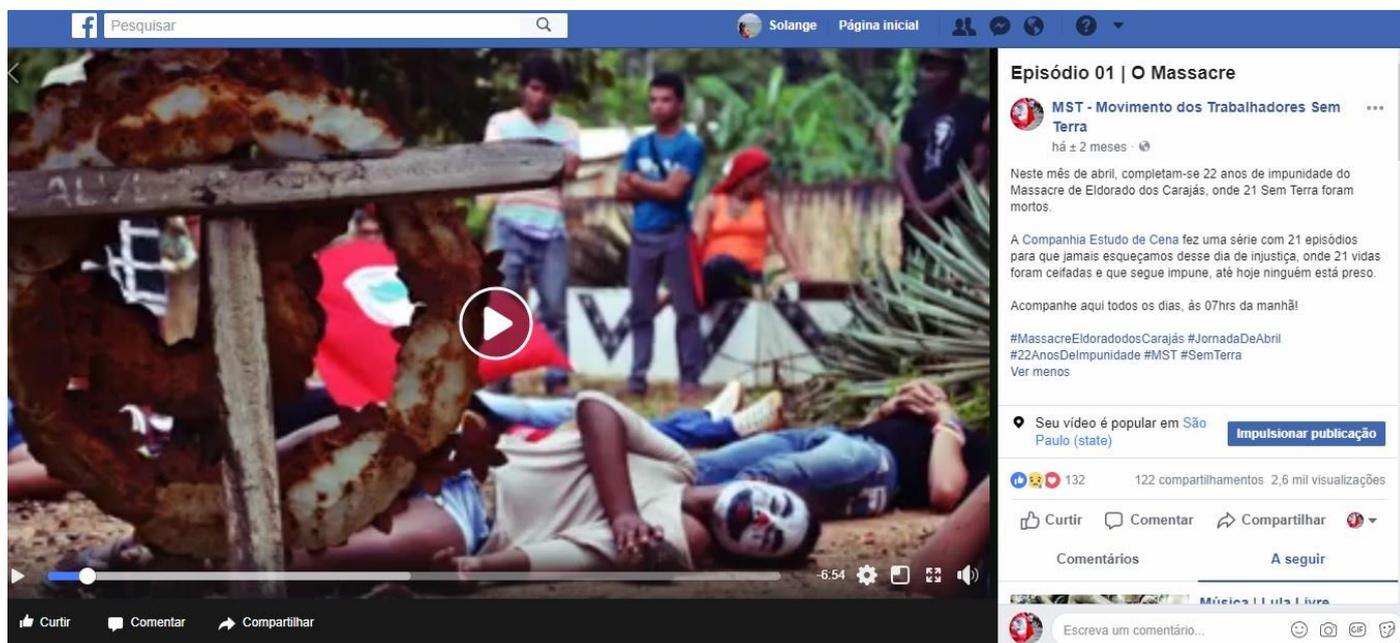
Fonte: UNB, 2018. Disponível em: <www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca>.

ANEXO V – AO VIVO: BALANÇO DA JORNADA NACIONAL DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA DE 2018



Fonte: MST, 2018. <www.facebook.com/MovimentoSemTerra>.

ANEXO VI – EPISÓDIO 01: CAMPANHA ESTUDO EM CENA – MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS



Episódio 01 | O Massacre

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
há ± 2 meses

Neste mês de abril, completam-se 22 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás, onde 21 Sem Terra foram mortos.

A Companhia Estudo de Cena fez uma série com 21 episódios para que jamais esqueçamos desse dia de injustiça, onde 21 vidas foram ceifadas e que segue impune, até hoje ninguém está preso.

Acompanhe aqui todos os dias, às 07hrs da manhã!

#MassacreEldoradosCarajás #JornadaDeAbril #22AnosDeImpunidade #MST #SemTerra
Ver menos

Seu vídeo é popular em São Paulo (state) [Impulsionar publicação](#)

132 122 compartilhamentos 2,6 mil visualizações

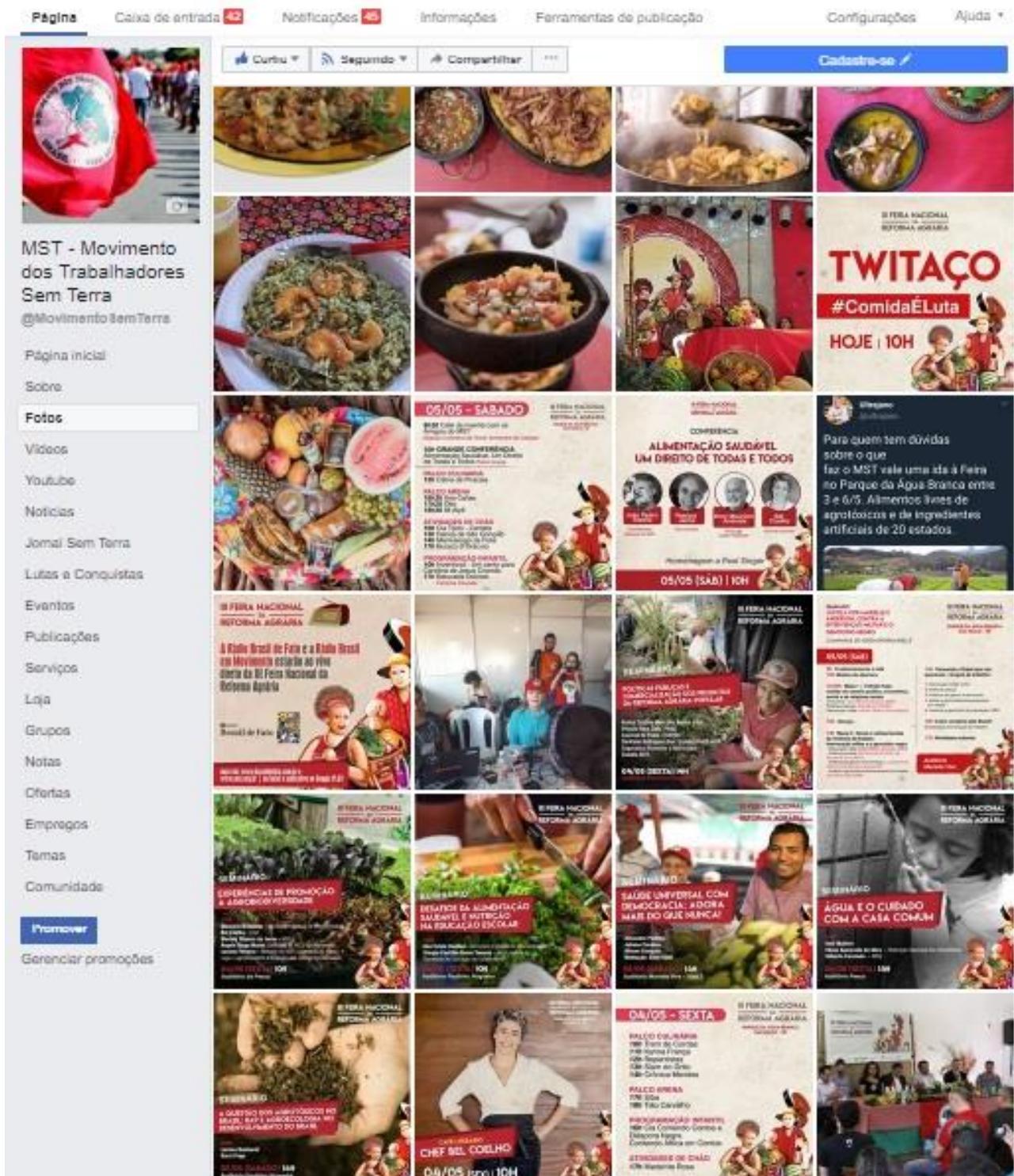
Curtir Comentar Compartilhar

Comentários A seguir

Escreva um comentário...

Fonte: MST, 2018. <www.facebook.com/MovimentoSemTerra>.

ANEXO VII – IMAGENS PERFIL OFICIAL MST NO FACEBOOK: 3ª FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, MAIO DE 2018



Fonte: MST, 2018. <www.facebook.com/MovimentoSemTerra>.

ANEXO VIII - VÍDEOS PERFIL OFICIAL MST NO *FACEBOOK*: 3ª FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, MAIO DE 2018

Página Caixa de entrada **42** Notificações **45** Informações Ferramentas de publicação Configurações Ajuda *

Curtiu Seguinte Compartilhar ... Cadastre-se



MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
@MovimentoSemTerra

Página inicial
Sobre
Fotos
Vídeos
Youtube
Noticias
Jornal Sem Terra
Lutas e Conquistas
Eventos
Publicações
Serviços
Loja
Grupos
Notas
Ofertas
Empregos
Temas

VLOG | Ana Cañas, Seminário Marielle Vive e Sem Terrinha...
2,6 mil visualizações · 5 de maio

AO VIVO | Acompanhe os shows do palco arena na 3ª Feira...
8,3 mil visualizações · 5 de maio

Conferência | Alimentação Saudável um direito de todas e...
1,7 mil visualizações · 5 de maio

Confira um pouco sobre o 2º dia de III Feira Nacional da...
5,3 mil visualizações · 5 de maio

AO VIVO | Na programação da III Feira Nacional da Reforma...
7,6 mil visualizações · 5 de maio

VLOG | Almoço por R\$10,00 na Culinária da Terra e o que...
4,9 mil visualizações · 4 de maio

Acompanhe ao vivo, direto do Parque da Água Branca - SP,...
7,9 mil visualizações · 4 de maio

Acompanhe ao vivo, direto do Parque da Água Branca - SP,...
1,1 mil visualizações · 4 de maio

Acompanhe ao vivo, direto do Parque da Água Branca - SP,...
2,4 mil visualizações · 4 de maio

Receita de Chambari do Tocantini!
4,7 mil visualizações · 4 de maio

Confira o resumo do primeiro dia da Feira Nacional da Reforma...
2,8 mil visualizações · 4 de maio

Que tal aproveitar a hora do almoço para experimentar...
737 visualizações · 4 de maio

Xico Sa na III Feira Nacional da Reforma Agrária
9,5 mil visualizações · 4 de maio

VLOG | Aqui tem livro em promoção, tem ginseng contra...
9,4 mil visualizações · 4 de maio

Vem pra feira!
3,4 mil visualizações · 3 de maio

[AO VIVO] Bora chegar que tem muita música boa na III Feira...
10 mil visualizações · 3 de maio

Fonte: MST, 2018. <www.facebook.com/MovimentoSemTerra>.